



RELATÓRIO ANUAL 2022




SUMÁRIO


1	Apresentação	03
	Mensagem da Diretoria Executiva.....	05
	Mensagem do Conselho Deliberativo	08
2	Sobre nós	10
	A Petros	11
	Nossa estrutura de governança.....	12
	A Diretoria Executiva	13
	Nossos órgãos estatutários	15
	Nosso time	19
	Nossos canais de relacionamento e Ouvidoria	21
	Nossos números.....	22
3	Nossos participantes	23
4	Nossas práticas ESG	25
5	Nossos resultados	30
6	Medidas de gestão	41
	Governança.....	44
	Gestão dos investimentos	54
	Previdência	63
	Finanças e tecnologia.....	69
	Transparência	73

7	Acompanhamento da gestão orçamentária	82
8	Demonstrativo de investimentos	86
9	Relatório dos auditores independentes	92
10	Demonstrações contábeis	94
	Parecer do Comitê de Auditoria	212
	Parecer Anual do Conselho Fiscal	213
	Decisão do Conselho Deliberativo	214


Como ler este relatório


Acesso rápido a páginas e tópicos por meio da navegação interativa. Veja abaixo a indicação:

 Menu pop-up para acessar os capítulos

 Link para primeira página do relatório

 Menus interativos para acessar os tópicos

 Acessibilidade da leitura, através da ferramenta “Ler em voz alta” do acrobat

 Acesso a links externos ao clicar ou ler o QRCode



APRESENTAÇÃO

- 05 Mensagem da Diretoria Executiva
- 08 Mensagem do Conselho Deliberativo

1



Clique nos tópicos acima
para acessar a página

APRESENTAÇÃO

Neste Relatório Anual, publicação mais importante de prestação de contas aos nossos participantes e demais públicos de interesse, você encontra um resumo dos resultados do exercício de 2022 e as explicações para o desempenho dos investimentos. Na sequência, é possível conferir as principais medidas adotadas pela gestão, além dos grandes números da Petros, os temas relevantes tratados por nossos órgãos estatutários, um perfil da nossa força de trabalho e dos nossos participantes.

Esta publicação reúne, ainda, o balanço financeiro completo do exercício, aprovado por todos os órgãos de governança da Petros. Também apresenta todas as informações referentes aos planos de benefícios, como demonstração contábil, parecer

atuarial e demonstrativo de investimento. Essas informações estão organizadas por modalidade de plano de benefícios, no conjunto de documentos anexos que compõem a publicação.

Estamos sempre buscando o alinhamento às melhores práticas, e nosso Relatório Anual reflete esse compromisso, trazendo novos recursos de navegação que facilitam o acesso às informações e melhoram a experiência de leitura dos nossos participantes.

Confira nas páginas seguintes todas as iniciativas adotadas ao longo de 2022 e entenda os resultados da Petros.

Boa leitura!

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

O ano de 2022 foi desafiador em termos de cenário econômico, com fortes pressões inflacionárias no mundo, alta dos juros, guerra no Leste Europeu e risco de recessão global, além das incertezas inerentes ao processo eleitoral no país. Essa conjuntura impactou o desempenho dos ativos da Petros e de outros importantes investidores.

Infelizmente, não temos controle sobre fatores externos, mas temos a capacidade técnica e o compromisso de buscar as estratégias mais adequadas para a gestão dos investimentos, ajustando os legados das carteiras dos planos. Diante da volatilidade da economia, a segurança dos ativos e a previsibilidade de retorno se tornaram nosso principal objetivo, especialmente nos planos mais maduros, em que a maior parte dos participantes estão recebendo benefícios.

Nesse sentido, em 2022, os juros elevados também trouxeram a oportunidade de avançarmos em medidas de gestão

fundamentais para o futuro dos planos, principalmente para os de benefício definido, como é o caso do PPSP-R e do PPSP-NR. Isso porque, ao longo do ano, aceleramos a estratégia de imunização desses planos, um objetivo que temos perseguido diariamente desde que a conjuntura econômica possibilitou a aquisição de títulos marcados na curva com taxa superior à meta atuarial, o que passou a acontecer em novembro de 2021.

Em termos práticos, só em 2022 compramos mais de R\$ 30 bilhões em títulos públicos com prazos de vencimentos adequados às obrigações de cada plano. Além das taxas superiores à meta atuarial, esses ativos possuem marcação que os protegem das oscilações do mercado. Com isso, nossa estratégia de imunização avançou de 5% para 50% das carteiras em 2022.

Os resultados desse processo já são perceptíveis, adicionando, por exemplo, dois pontos percentuais à performance dos

Diante da volatilidade da economia, a segurança dos ativos e a previsibilidade de retorno se tornaram nosso principal objetivo.



Aceleramos a estratégia de imunização dos planos PPSP-R e PPSP-NR

Em 2022 compramos mais de

R\$ 30 bilhões

em títulos públicos com prazos de vencimentos adequados às obrigações dos planos PPSP-R e PPSP-NR



uma vez que nosso objetivo é imunizar **80% da carteira** desses dois planos

investimentos do PPSP-R e do PPSP-NR. Os reflexos positivos serão ainda mais visíveis a partir dos resultados de 2023.

Importante dizer que nossas decisões estão fundamentadas por estudos de alocação que avaliam cenários futuros do ponto de vista do ativo e do passivo dos planos, chamados ALM. A partir de simulações baseadas em premissas, os estudos concluem que 80% de imunização nos planos PPSP-R e PPSP-NR asseguram o cumprimento das metas atuariais e crescimento do índice de solvência do plano, tornando os riscos de novos déficits praticamente inexistentes. Os outros 20% da carteira serão aplicados, de acordo com estudos de otimização, em diferentes produtos oferecidos no mercado, com o fim de formar um “colchão” de rentabilidade, buscando a geração de superávit, de modo a permitir a redução dos equacionamentos,

um compromisso que temos certeza de que futuramente se tornará uma realidade.

Também partindo do compromisso de realizar uma gestão estratégica das carteiras, que devem respeitar as características, necessidades e nível de maturidade de cada plano, cabe mencionar, ainda, que ao longo de 2022 trabalhamos na diversificação dos investimentos dos planos mais jovens, como o PP-2, que pode ter ativos ditos de maior risco, como é o caso do segmento de renda variável, buscando maiores retornos.

Muito nos orgulha saber que toda reformulação de processos e normativos internos de investimentos, iniciada lá em 2019, envolvendo qualificação das equipes, aprimoramentos de ferramentas e fortalecimento da estrutura de governança, fundamentais para tomada de decisão, tem

sido reconhecida pelo mercado, como é o caso da *Fitch Ratings*, uma das maiores agências de classificação de risco do mundo, que nos concedeu pelo segundo ano consecutivo o selo “excelente” para recurso de investimentos e de gestão de riscos, e o selo forte para toda a instituição.

Em outra frente de trabalho, merece destaque a redução das taxas de custeio dos planos do Sistema Petrobras, um importante esforço na incessante busca por uma gestão administrativa eficiente, que concilie redução de despesas e aumento de receitas. Na prática, conseguimos implementar uma redução de até 14% nas taxas praticadas em alguns planos. Com foco em aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos aos nossos participantes, também avançamos em medidas de transformação digital e implementamos, em 2022, o processo de digitalização dos

pedidos de concessão de aposentadoria nos planos do Sistema Petrobras de benefício definido e no PP-2.

Desde o início da nossa gestão, a transparência e o relacionamento com os nossos participantes têm norteado nossas iniciativas. Por isso, fortalecemos nossas ações de comunicação, introduzindo um calendário de *lives* sobre temas relevantes para os participantes, ampliamos o acesso a informações e serviços com a implementação de um novo site, criamos o “Petros mais transparente”, que é um legado positivo para a entidade, possibilitando o diálogo permanente com os participantes, por meio de reuniões presenciais e virtuais, além de todas as melhorias aplicadas na divulgação de informações relativas aos investimentos.

Depois de quatro anos de intenso trabalho, consolidamos uma série de mudanças em diversas frentes da gestão, que geraram importantes reconhecimentos externos, com a conquista de selos e certificações nacionais e internacionais,

a exemplo do já mencionado *Fitch Ratings*, *ISO 31000*, *Great Place to Work*, Governança da Abrapp, entre outros. Todos esses reconhecimentos nos deixam muito orgulhosos do trabalho realizado até aqui, pois evidenciam que a Petros de hoje está muito mais fortalecida em termos de governança, profissionalização e boas práticas.

Mas, estamos numa jornada incansável para garantir o futuro sustentável da Petros e sabemos que muitos frutos ainda serão colhidos, pois algumas mudanças necessitam de tempo para maturar, a exemplo de todo esse esforço de adequação das carteiras dos planos. Estejam certos de que nossas decisões foram tomadas com a mais absoluta responsabilidade, alinhadas à missão da Petros e pensando exclusivamente nos interesses dos participantes. Temos convicção de que estamos no caminho certo e de que, no longo prazo, nossas decisões se reverterão num ciclo virtuoso de resultados positivos, beneficiando todos os participantes que um dia depositaram sua confiança nesta Fundação.

MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

A conjuntura econômica de 2022 foi desafiadora, mas também trouxe oportunidade para avançarmos em importantes estratégias para adequação das carteiras dos planos.

Aproveitamos o cenário de alta dos juros, que tornou os investimentos em renda fixa mais atraentes, para comprar títulos públicos com prazos de vencimentos adequados aos compromissos dos planos e com taxas superiores à meta atuarial. Com isso, aceleramos a estratégia de imunização dos planos de benefício definido, como é o caso do PPSP-R e do PPSP-NR, que saíram de 5% para 50% de imunização ao longo de 2022. Temos acompanhado de perto cada movimento nesse sentido, com o objetivo de buscar solidez e solvência desses planos. Os reflexos positivos desse trabalho já são visíveis e serão mais relevantes no médio e no longo prazo, uma vez que o objetivo para 2023 é imunizar 80% dessas carteiras, assegurando o cumprimento das metas atuariais e o crescimento do índice de solvência dos planos, diminuindo

riscos de novos déficits e aumentando a possibilidade de superávit. A busca por segurança e previsibilidade de retorno para os investimentos, por meio do processo de imunização, segue sendo uma das principais diretrizes presentes nas Políticas de Investimentos, que aprovamos no ano passado.

Seguindo nosso compromisso com uma gestão responsável, trabalhamos intensamente ao longo do ano passado para buscar a melhor solução para o reequilíbrio do PPSP-R, que ficou em zona de equacionamento no encerramento do exercício de 2021. Tivemos que tomar uma decisão difícil, mas necessária para o futuro do plano. Após analisarmos os estudos técnicos, que consideraram a possibilidade de aplicação da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 55, aprovamos o plano de equacionamento do déficit de 2021, evitando danos maiores ao plano. A preocupação em busca de reequilíbrio, no entanto, não se limitou ao PPSP-R.

Também trabalhamos para endereçar questões envolvendo outros planos, a exemplo do Plano Petros Ultrafértil.

Em outra frente de trabalho, promovemos um amplo processo de validação das contribuições do PED-2015, referentes ao período de março de 2018 a maio de 2020, abrangendo todos os participantes do PPSP-R e PPSP-NR, disponibilizando memória de cálculo, extrato para acompanhamento do saldo devedor e das prestações pagas e termo de quitação, uma demanda importante dos participantes.

No âmbito administrativo e financeiro, além de termos alcançado o reequilíbrio das contas administrativas nos últimos anos, o esforço de austeridade orçamentária, combinado com a estratégia de captura de novas fontes de recursos, possibilitou aprovamos no fim do ano passado a redução das taxas de custeio dos planos do Sistema Petrobras e do PP-2, uma importante conquista que merece ser registrada.

Uma das principais diretrizes presentes nas Políticas de Investimentos, que aprovamos em 2022, foi o processo de imunização, a fim de trazer segurança e previsibilidade de retorno para os investimentos.

Como órgão máximo de governança da Petros, também temos incentivado o aprimoramento dos processos internos da Fundação, a exemplo da reestruturação da Ouvidoria e da Auditoria Interna, órgãos ligados diretamente ao Conselho. A reestruturação incluiu capacitação das equipes, aprimoramento dos processos e melhorias na metodologia de trabalho. Essas mudanças deixam um importante legado para a Petros. Também nos orgulha saber que esses trabalhos têm sido reconhecidos pelo mercado, como foi o caso do certificado internacional por elevado padrão em auditoria interna concedido a nossa área de auditoria; e a conquista do “Prêmio Ouvidorias Brasil 2022”.

Nossos esforços para consolidar uma cultura de elevado padrão de governança também têm recebido chancela externa, com uma série de prêmios e certificações, como a *Fitch Ratings*, que classificou nossos recursos de investimentos e gestão de riscos como excelentes. Após ampla reformulação da Política de Riscos e Controles Internos, recebemos a certificação NBR ISO 31000, concedida a empresas que seguem os melhores padrões internacionais em gestão de riscos. Conquistamos ainda o selo de Autorregulação em Governança Corporativa da Associação

Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), por nosso alinhamento a princípios nacionais de governança e padrões internacionais de administração e controle.

Aprovamos ainda alterações no Estatuto Social da Petros, atendendo a exigências da Previc, órgão regulador, com o objetivo de tornar o documento mais alinhado às normas de governança da Fundação, adequando o texto à legislação mais recente.

Vivemos ainda em um ambiente econômico complexo, sabemos que algumas medidas precisam de tempo para maturar, a exemplo das adequações das carteiras de investimentos, e que há muito ainda a ser feito. Por isso, reiteramos nosso compromisso de seguirmos firmes no propósito de definir os rumos estratégicos da Petros, fortalecendo a transparência da gestão – item inegociável e que temos trabalhado para aprimorar constantemente. Nosso objetivo é dar continuidade a medidas que tragam reflexos positivos para os participantes, sempre atentos também a novas soluções, buscando a solvência dos planos e apoiando as transformações necessárias para que possamos ter uma Petros cada vez mais sólida.



SOBRE NÓS

- 11 A Petros
- 12 Nossa estrutura de governança
- 13 A Diretoria Executiva
- 15 Nossos órgãos estatutários
- 19 Nosso time
- 21 Nossos canais de relacionamento e Ouvidoria
- 22 Nossos números

2



Clique nos tópicos acima
para acessar a página

A PETROS

Somos o segundo maior fundo de pensão do país, com mais de 130 mil participantes ativos e assistidos, e administramos um patrimônio de R\$ 120,8 bilhões. Somos líder em multipatrocínio entre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, administrando planos que atendem a trabalhadores de empresas patrocinadoras e associados de entidades de classe.

Nos últimos anos, promovemos uma série de importantes mudanças para fortalecer a nossa governança e transparência: profissionalizamos processos, aumentamos a eficiência e mudamos a nossa cultura. Essas mudanças permitem que os serviços prestados aos nossos participantes sejam cada vez mais ágeis e eficientes.

Entre os planos que administramos, os seis maiores são: o Plano Petros do Sistema Petrobras-Repactuados (PPSP-R), o Plano Petros do Sistema Petrobras-Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70), o Plano Petros do Sistema Petrobras-Não Repactuados (PPSP-NR), o Plano Petros do Sistema Petrobras-Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70), o Plano Petros-2 (PP-2) e o Plano Petros-3 (PP-3). Esses planos reúnem cerca de 90% dos nossos participantes.



Para mais informações,
acesse o nosso site:
petros.com.br

Missão, visão e valores

MISSÃO

Pagar benefícios aos nossos participantes de forma eficiente, transparente e responsável, com base numa gestão de excelência.

VISÃO

Ser reconhecida no mercado de previdência complementar por sua excelência na administração de planos de previdência, na gestão de ativos, na transparência, na integridade e no atendimento aos seus participantes e assistidos.

VALORES



Integridade



Credibilidade



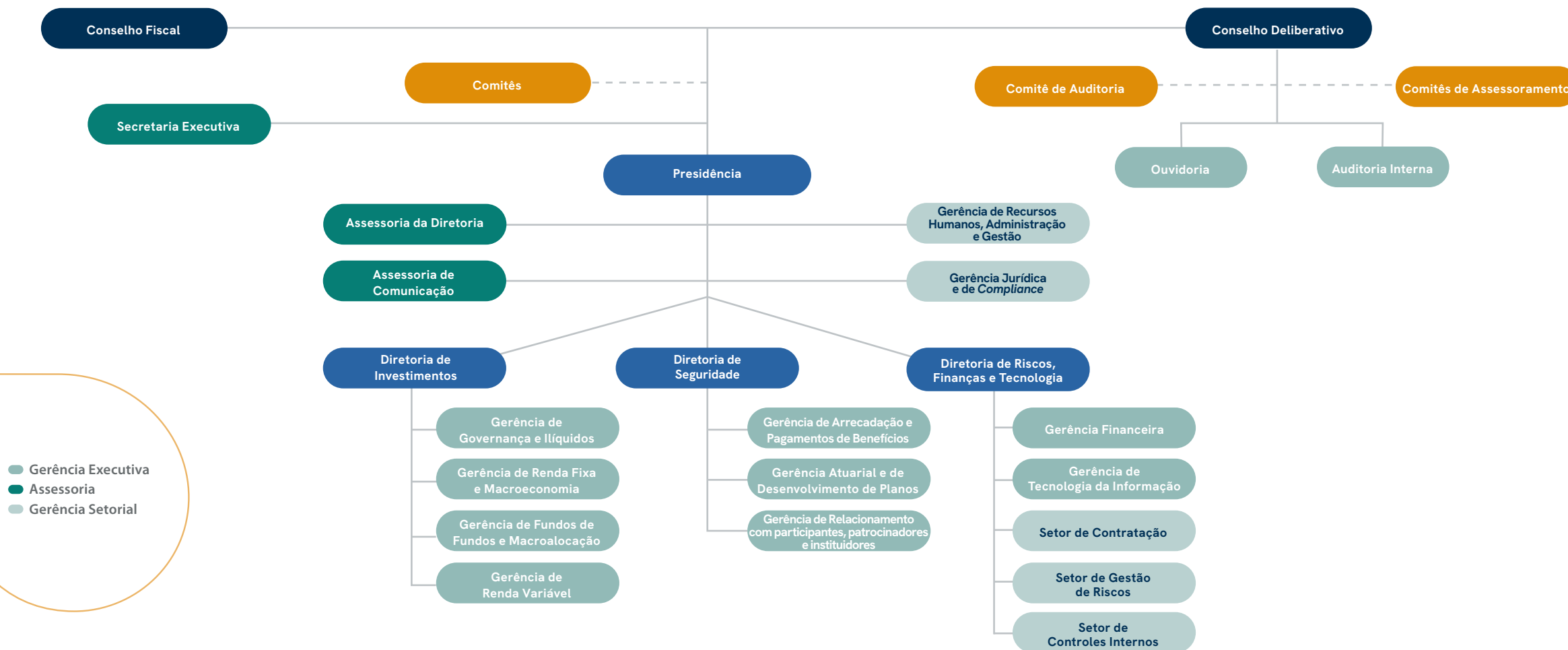
Respeito pelas pessoas



Abertura a novas ideias

NOSSA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Diretoria Executiva, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal são os nossos órgãos de gestão e de fiscalização. A Diretoria Executiva é responsável pela administração da Fundação. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo de governança, e o Conselho Fiscal é o encarregado do controle interno. Também contamos com outras instâncias de assessoramento, como os comitês de investimentos, de riscos, de auditoria e de segurança. A estrutura completa de governança da Petros pode ser conferida no quadro a seguir:



Diretoria Executiva

Bruno Dias*

PRESIDENTE

Formado em Direito pela PUC-Rio e com mestrado pela London School of Economics and Political Science (LSE), Bruno Dias possui ampla experiência em previdência complementar. Foi diretor de Seguridade e Jurídico da Fapes (fundo de pensão do BNDES), onde também ocupou interinamente o cargo de diretor-superintendente. Ainda na Fapes, foi chefe do Departamento Jurídico e membro titular do Conselho Deliberativo.

Profissional de carreira do BNDES, trabalhou como assessor da presidência da instituição e, também, atuou por seis anos na Consultoria Jurídica Internacional do banco, exercendo atividades estruturais de operações de emissões de títulos do BNDES no mercado internacional de *project* e *corporate finance*. Também conta com vasto conhecimento em negociação de investimentos e elaboração de contratos com bancos de desenvolvimento internacionais, como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e China Development Bank. Antes de chegar à Petros, ocupava o cargo de diretor da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

* O mandato de Bruno Dias se encerrou em 29/03/2023, sendo o diretor de Riscos, Administração e Finanças, Leonardo Moraes, designado pelo Conselho Deliberativo para assumir interinamente o cargo de presidente.

Paulo Werneck

DIRETOR DE INVESTIMENTOS

Possui ampla experiência no mercado financeiro e atuação em grandes instituições nacionais e internacionais, além de uma sólida carreira como gestor. Foi diretor de Investimentos da Funcef entre 2016 e 2020; diretor executivo do banco de investimentos Haitong, de 2010 a 2016; e diretor executivo da Icatu Seguros, de 2007 a 2010. Sua trajetória profissional inclui, ainda, os cargos de diretor de Tesouraria no ABN Amro Bank, de 1999 a 2003, e de CIO da ABN Amro Asset Management até 2007, período em que chegou a assumir interinamente a função de CEO. Também atuou como diretor executivo do BTG Pactual Asset Management. O executivo tem MBA em Administração, Negócios e Marketing, pelo FIA Business School, e Programa de Gerenciamento Avançado, pela Universidade de Harvard (AMP-HBS), além de graduação em Processamento de Dados, pela Faculdade Nuno Lisboa.





Leonardo Moraes

DIRETOR DE RISCOS, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Formado em Engenharia Elétrica, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com mestrado em Matemática, pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), Leonardo Moraes possui certificação FRM (Financial Risk Manager). Na Petrobras, trabalhou nas áreas de Tecnologia da Informação e de Estratégia Corporativa, tendo participado da criação e estruturação da Gerência Executiva de Riscos da companhia. Tem ampla experiência em gestão e comandou as áreas de Riscos Estratégicos e Análises Quantitativas de Riscos da Petrobras. Também passou pela área de pesquisas para planejamento de médio prazo da Eletrobrás. Na Petros, atuou no Conselho Deliberativo em dois períodos (2017-2018 e 2019-2020), além de ter integrado o Comitê de Investimentos de Assessoramento ao Conselho Deliberativo.



Akira Miki

DIRETOR DE SEGURIDADE

Com mais de 30 anos de experiência em previdência complementar, Akira Miki é formado em Ciências Atuariais, Direito e Estatística. Com MBA em Gestão Atuarial, pela FIPECAFI/FEA (USP), e em Gestão em Instituições Financeiras pela Universidade Católica de Brasília, também possui certificações importantes, como a CPA-20, da Anbima. Desde os anos 90, atua em grandes projetos que envolvem estudos técnicos, modelagens e criação de planos. Foi profissional de carreira do Banco do Brasil, por onde se aposentou e geriu as áreas atuarial e de cadastro da Previ, fundo de pensão do BB. Também passou pela gerência atuarial do BB Previdência e da Sistel, além de ter participado, em 2013, do grupo de trabalho que implementou o plano de benefícios da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp). Na Petros, desde 2018, antes de assumir a Diretoria de Seguridade, esteve à frente da Gerência Executiva Atuarial e de Desenvolvimento de Planos.

Nossos órgãos estatutários

Conselho Deliberativo

Composição

Indicados pelas patrocinadoras

Titulares

Claudia Padilha de Araujo Gomes (**presidente**)
 Camillo Vianna Cantini
 Ricardo Rodriguez Besada Filho

Suplentes

Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana
 Thomas Costa Spanger
 Telmo Medeiros Lopes

Eleitos pelos participantes

Titulares

Fernando de Castro Sá
 José Roberto Kaschel Vieira
 Norton Cardoso Almeida

Suplentes

Luciano Maldonado Garcia
 Herval Candido de Souza Filho
 Andre Luis Araujo Santana

Temas mais relevantes tratados em 2022

Total de reuniões: 20

- Demonstrações Contábeis - exercício 2021;
- Planejamento Estratégico 2023;
- Programa Orçamento 2023;
- Plano Anual de Auditoria Interna e plano de trabalho do Comitê de Auditoria para 2023;
- Certificação da Auditoria Interna pelo IIA;
- Reestruturação da Ouvidoria e resultados alcançados;
- Revisão do fluxo de tratamento de denúncias;
- Plano de trabalho da Ouvidoria (2023/2024);
- Acompanhamento das Comissões Internas de Apuração (CIAs);
- Plano de custeio administrativo 2023 e acompanhamento do plano de ressarcimento e recomposição do Plano de Gestão Administrativa (PGA);
- Revisão do Estatuto Social da Petros;
- Estudos para aprimoramento da governança da Petros;
- Reajuste dos benefícios de PPSP-NR e PPSP-NR Pré-70 e do limite do salário de participação dos planos de benefícios definidos (TETO I);
- Alteração de Regulamento dos Planos Petros-2, FlexPrev e PPSPs;
- Processo de transferência de gerenciamento ou retirada de patrocínio de planos instituídos;
- Hipóteses e premissas atuariais para avaliação anual de 2022;
- Políticas de Investimentos dos Planos Administrados pela Petros (2023-2027);
- Acompanhamento da imunização da carteira de investimentos;
- Contratação de avaliação de *rating* da Petros;
- Modelo geral dos Perfis de Investimentos para o plano FlexPrev;
- Novo parcelamento das parcelas em atraso das liminares PED 2015;
- Acompanhamento do Plano Petros Ultrafértil;
- Plano de Equacionamento de Déficit 2021 - Plano Petros Ultrafértil e Plano Petros do Sistema Petrobras-Repactuados;
- Plano Arlanxeo Prev – aplicação da resolução CNPC nº 55/2022;
- Estudo técnico para adequação dos investimentos ilíquidos e indivisíveis - resoluções CNPC N° 46/2021, CMN N° 4994/22 e PREVIC N° 12 e 16/2022;
- Redesenho da jornada do participante;
- Contratação de seguro de responsabilidade de diretores e administradores (D&O);
- Revisão dos riscos estratégicos.

Conselho Fiscal

Composição



* O mandato do conselheiro suplente Luis Eduardo Pitta de Noronha terminou em 05/02/2022. Dylta Walsh de Oliveira Peres o substituiu a partir de 24/10/2022.

Temas mais relevantes tratados em 2022

Total de reuniões: 22

- Relatórios semestrais de controles internos do Conselho Fiscal;
- Parecer anual do Conselho Fiscal sobre as demonstrações contábeis;
- Parecer sobre o estudo de aderência das hipóteses e premissas atuarias;
- Parecer referente à existência de controles internos destinados a garantir o adequado gerenciamento dos riscos atuariais;
- Monitoramento da gestão orçamentária;
- Acompanhamento das demonstrações contábeis mensais;
- Painel de controles internos;
- Acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna;
- Acompanhamento da atuação da Ouvidoria;
- Status das Comissões Internas de Apuração (CIAs);
- Débito das patrocinadoras e acompanhamento do Plano de ressarcimento e recomposição do Fundo Administrativo;
- Contratações;
- Reajuste dos benefícios do PPSP-NR e PPSP-NR Pré-70 e do limite do salário de participação dos planos de benefícios definidos (TETO I);
- Migração para o plano FlexPrev;
- Programa de modernização de processos e sistemas (I-PETROS);
- Acompanhamento do Planejamento Estratégico;
- Novo parcelamento das parcelas em atraso das liminares PED 2015;
- OFNDS - distribuição dos valores;
- Melhorias nas notas explicativas das demonstrações contábeis;
- Reclassificação do PED 2015 – contabilizados com contribuições em atraso;
- Revisão do Estatuto Social;
- Informes de Rendimentos - contribuições extraordinárias;
- Acompanhamento do processo contencioso;
- CNPJ por plano - acompanhamento (resolução Previc 12/19/2022, CNPC 56/2022).

Comitê de Auditoria

Composição

Membros

Antonio Martiningo Filho (coordenador)
 César Geraldo Fucci
 Evenilson de Jesus Balzer

Temas mais relevantes tratados em 2022

Total de reuniões: 29

- Acompanhamento dos programas de *Compliance* e de integridade;
- Controles internos e processos e estrutura de gerenciamento de riscos;
- Acompanhamento do processo de certificação de Gestão de Riscos pela ISO 31000 e da obtenção do selo de governança pela Abrapp;
- Acompanhamento das Comissões Internas de Apuração (CIAs) e do funcionamento do Canal de Denúncia;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2022, Governança de TI e LGPD;
- Programa de Modernização de Processos e Sistemas (I-PETROS);
- Certificação da Auditoria Interna pelo IIA;
- Acompanhamento de melhorias no processo contábil;
- Manifestação acerca das Demonstrações Contábeis 2021;
- Acompanhamento das Demonstrações Contábeis mensais;
- Resultado Atuarial dos Planos;
- Débito das Patrocinadoras e acompanhamento do Plano de Ressarcimento e Recomposição do Fundo Administrativo (PGA);
- Reajuste dos benefícios do PPSP-NR e PPSP-NR Pré-70 e do limite do salário de participação dos planos de benefícios definidos (TETO I);
- Novo parcelamento das parcelas em atraso das liminares PED 2015;
- Monitoramento da Gestão Orçamentária;
- Seleção de conselheiros em empresas participadas e investidas;
- Acompanhamento das Contratações Diretas;
- ESG na Petros;
- Supervisão dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna;
- Acompanhamento do contencioso.

Comitê de Risco

Composição*

Membros representantes da Petros

Leonardo de Almeida Matos Moraes
 Akira Miki**
 Eduardo Tavares Pereira*** ****
 Daniel Gonçalves Pereira***
 Frederico Schulz Diniz Vieira***
 Viviane de Souza Werneck***

Membros independentes

Glauber de Oliveira Motta
 Rodolfo Arashiro Rodriguez

* A proposta de revisão do Regimento Interno do Comitê de Riscos foi aprovada em 17/11/2022 pela Diretoria Executiva.

** Akira Miki ingressou como membro do Comitê em 29/12/2022.

*** Membros não votantes.

**** O mandato de Eduardo Tavares Pereira terminou em 29/03/2023, sendo substituído por Roberto Esteves Sixel de Oliveira a partir da reunião de 30/03/2023.

Temas mais relevantes tratados em 2022

Total de reuniões: 15

- Análise e debate acerca das premissas, modelos e resultados das taxas de juros para avaliações atuariais dos planos;
- Supervisão do processo de gestão de riscos;
- Evolução da definição quanto às funções de riscos e sua implicação no ajuste de atribuições;
- Reestruturação do processo de monitoramento de riscos financeiros;
- Acompanhamento do plano de ação para a mitigação dos riscos apontados na operação de reestruturação da dívida de Invepar;
- Estudo de liquidez e solvência do plano Arlanxeo Prev à luz da Resolução CNPC nº 55/2022;
- Aprimoramento na governança da Petros.

Comitê de Investimentos

Composição

Membros representantes da Diretoria Executiva

Paulo Cesar Cândido Werneck
Leonardo de Almeida Matos Moraes

Membros representantes do Conselho Deliberativo

André Luis Araújo Santana
Thomas Costa Spanger*

Membros Independentes

Alberto Gaidys Junior**
Cleveland Prates Teixeira
Everaldo Guedes de Azevedo França

Membro representante da Gerência Jurídica e de Compliance

Eduardo Tavares Pereira***

* Mandato de Thomas Costa Spanger como membro representante do Conselho Deliberativo iniciou em 06/07/2022.

** Mandato de Alberto Gaidys Junior como membro independente iniciou em 08/06/2022.

*** O mandato de Eduardo Tavares Pereira iniciou em 29/12/2022 e terminou em 29/03/2023, sendo substituído por Roberto Esteves Sixel de Oliveira a partir da reunião de 06/04/2023.

Temas mais relevantes tratados em 2022

Total de reuniões: 15

- Nova estratégia de rebalanceamento e imunização dos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70;
- Indicação de representantes para os conselhos de administração;
- Renovação da aprovação e habilitação de gestora terceirizada de Fundo de Investimento em Ações (FIAs);
- Modelo geral dos perfis de investimentos para os planos administrados pela Petros;
- Estudo técnico para adequação dos investimentos ilíquidos e indivisíveis da Petros;
- Revisão anual das Políticas de Investimentos para o período de 2023-2027 e orçamentos de riscos dos planos administrados pela Petros.

Comitê de Seguridade

Composição*

Membros

Cleide Barbosa da Rocha
Luciano Maldonado Garcia**
Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana

* O mandato de Herval Cândido de Souza Filho terminou em 12/12/2022.

** O mandato do Luciano Maldonado Garcia iniciou em 15/12/2022.

Temas mais relevantes tratados em 2022

Total de reuniões: 16

- Plano de custeio administrativo 2023 e acompanhamento do plano de ressarcimento e recomposição do Plano de Gestão Administrativa (PGA);
- Reajuste dos benefícios de PPSP-NR e PPSP-NR Pré-70 e do limite do salário de participação dos planos de benefícios definidos (TETO I);
- Alteração de Regulamento dos Planos Petros-2, FlexPrev e PPSPs;
- Processo de transferência de gerenciamento ou retirada de patrocínio de planos instituídos;
- Hipóteses e premissas atuariais para avaliação anual de 2022;
- Novo parcelamento das parcelas em atraso das liminares PED 2015;
- Acompanhamento do Plano Petros Ultrafértil;
- Plano de Equacionamento de Déficit 2021 - Plano Petros Ultrafértil e Plano Petros do Sistema Petrobras-Repactuados;
- Plano Arlanxeo Prev – aplicação da resolução CNPC nº 55/2022.



Em 2022, 378 mulheres e homens trabalharam diariamente para garantir que a Fundação cumprisse sua missão de pagar benefícios aos participantes.

NOSSO TIME

A nossa equipe de profissionais possui um compromisso diário com os participantes e trabalha pautada pela eficiência e integridade, visando retorno dos investimentos e satisfação dos participantes.

A Petros valoriza e adota medidas de inclusão e diversidade no ambiente de trabalho, oferecendo oportunidades iguais durante os processos de seleção, contratação e promoção. Nossas práticas de diversidade estão detalhadas na seção [Nossas práticas ESG](#) deste relatório anual.

Confira na página seguinte o perfil dos empregados da Petros.

Total de empregados

2021

374
Total

192
Mulheres

104
Negros

2022

378
Total

192
Mulheres

104
Negros

Escolaridade

 Profissionais
com doutorado,
mestrado ou
especialização

110 2021 **105** 2022

 Profissionais
com graduação
completa

219 2021 **224** 2022

 Profissionais
com nível
superior
incompleto

21 2021 **24** 2022

 Profissionais
com Ensino
Médio completo

25 2021 **25** 2022

Empregados com mais de 45 anos

18%
2021

18%
2022

Pessoas com deficiência


10
2021

12
2022

Estagiários


38
2021

41
2022

Cargos de chefia

Mulheres

38%
2021

40%
2022

Negros

 2021 **8%**

 2022 **9%**

Idade média dos empregados

Homens

38
2021

37
2022

Mulheres

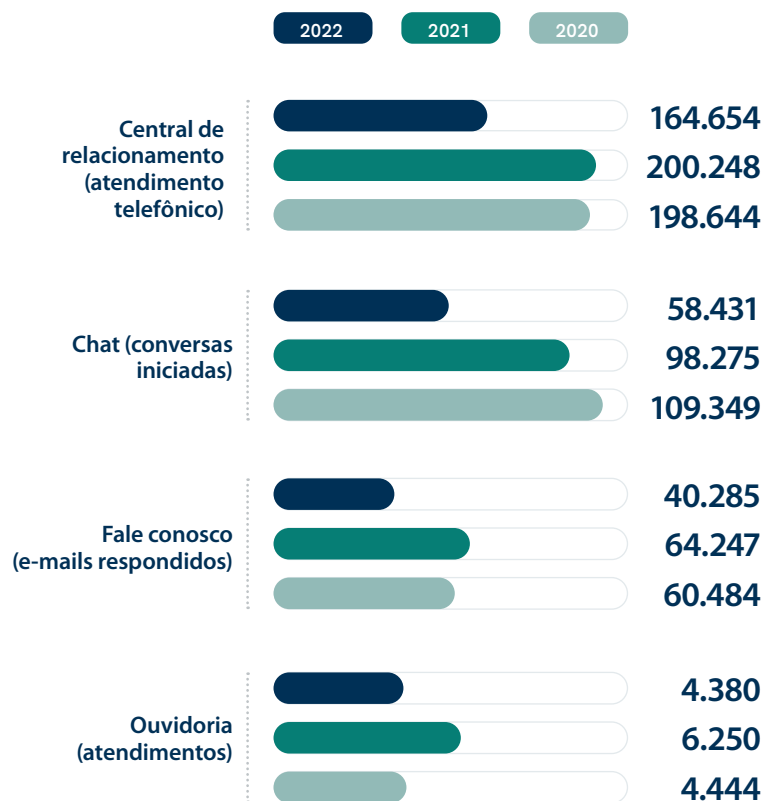
38
2021

39
2022

CANAIS DE RELACIONAMENTO E OUVIDORIA

Cada vez mais empenhados em atender ativos, assistidos e seus beneficiários, nossa área de relacionamentos foi reestruturada com uma profunda transformação na gestão dos canais de atendimento. O resultado foi o ganho de eficiência e agilidade, além da maior resolução de demandas no primeiro contato, reduzindo a necessidade de novos atendimentos por telefone ou por canais digitais. Os detalhes da reestruturação constam no tópico [Previdência, em Medidas de Gestão](#). Confira o total de atendimentos de 2022 a seguir.

Total de atendimentos



Nossa área de relacionamentos foi reestruturada com uma profunda transformação na gestão dos canais de atendimento. O resultado foi o ganho de eficiência e agilidade, além da maior resolução de demandas no primeiro contato.

NOSSOS NÚMEROS



2º

maior fundo de pensão do país



132.849

participantes

52.803
ativos

80.046
assistidos



R\$ 8,9 bilhões

em contribuições recebidas



R\$ 10,2 bilhões

em benefícios concedidos



91

patrocinadoras e instituidoras



39

planos

10

Benefício Definido (BD)

3

Contribuição Variável (CV)

26

Contribuição Definida (CD)

15

Patrocinados

11

Instituídos

R\$ 120,8 bilhões

em patrimônio



NOSSOS PARTICIPANTES

24 Perfil dos Participantes

3

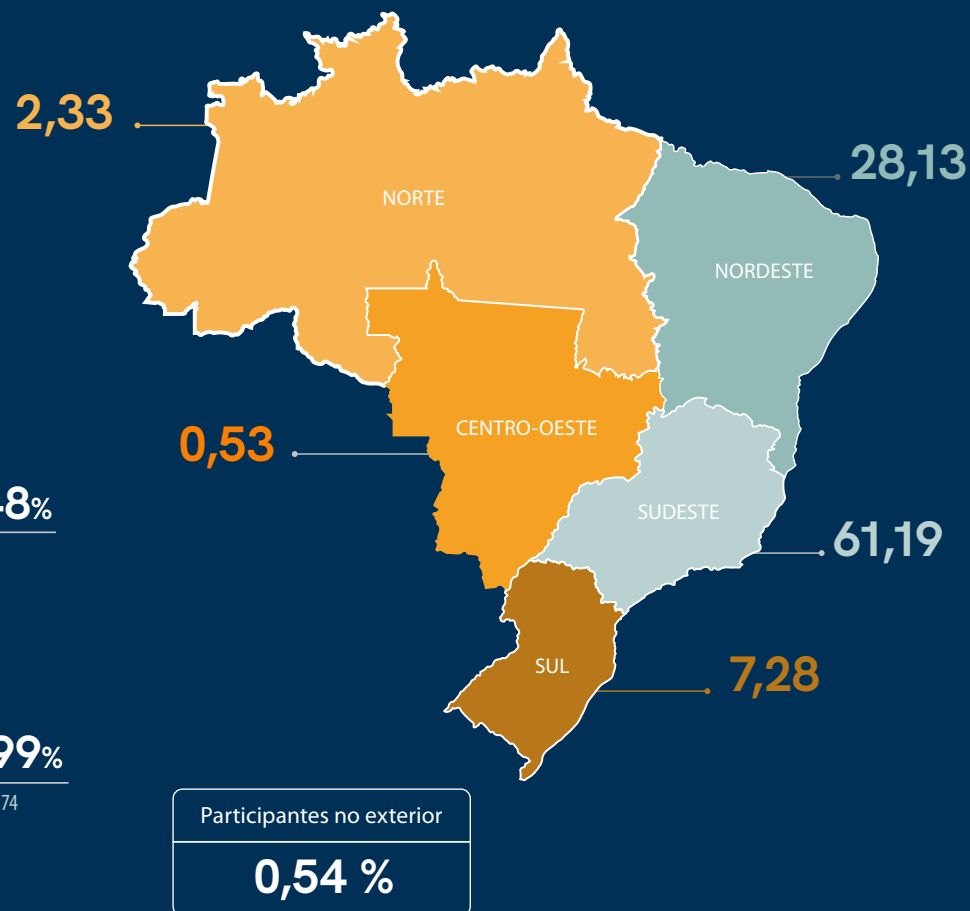


Clique nos tópicos acima
para acessar a página

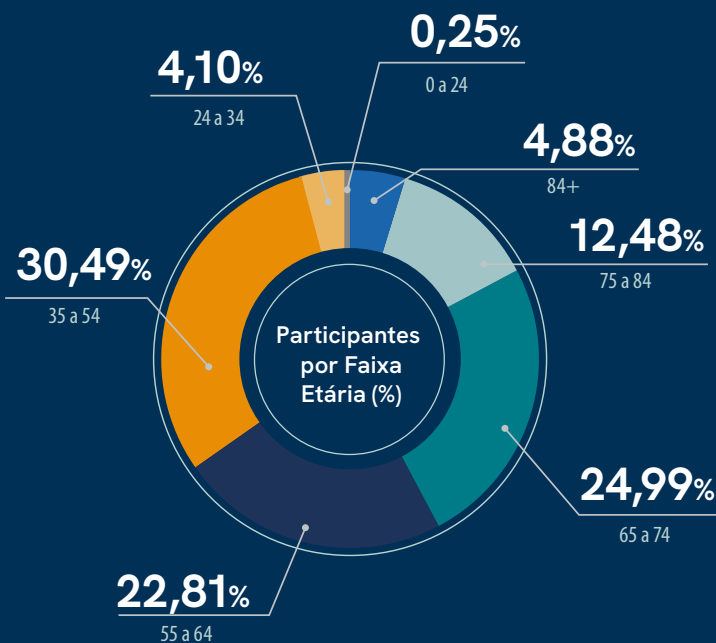
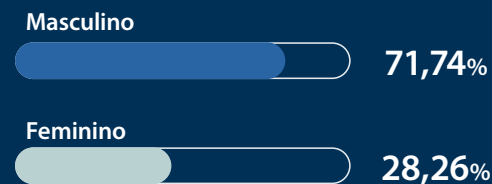
PERFIL DOS PARTICIPANTES

Nossos 132.849 participantes estão espalhados por todas as regiões do país e são divididos entre 52.803 ativos, que ainda estão trabalhando e contribuindo para seus planos, e 80.046 assistidos, que recebem benefícios. O perfil dos participantes pode ser conferido nos quadros a seguir.

Participantes por Região (%)



Participantes por Sexo (%)



Tipos de Benefícios (Novas Concessões)

Tipo/Ano	2021	2022
Aposentadoria	4.817	805
Pecúlio	2.451	1.966
Auxílios	78	73
Pensão	1.389	1.067
Total	8.735	3.911



NOSSAS PRÁTICAS ESG

- 27 Aspectos ESG na Gestão de Investimentos
- 28 Diversidade e Inclusão
- 29 Calamidade

4



Clique nos tópicos acima
para acessar a página

NOSSAS PRÁTICAS DE ESG

Os aspectos sociais, ambientais e de governança (ESG, na sigla em inglês) são cada vez mais relevantes para a gestão. Por isso, estamos constantemente intensificando as exigências de observância da agenda ESG na nossa gestão proprietária e nas empresas nas quais investimos. Internamente, seguimos focados em fortalecer nossas práticas de governança, *compliance* e integridade, o que tem sido reconhecido por meio da conquista de selos e certificações, além de adotarmos iniciativas de diversidade e inclusão no ambiente de trabalho.

Ao longo dos últimos três anos, avaliamos toda a nossa estrutura de governança de investimentos e gestão de riscos,

com apoio de uma consultoria especializada, adotando as melhores práticas com o objetivo de conferir maior governança e controle na gestão dos investimentos. Criamos o Comitê de Riscos e reformulamos o Comitê de Investimentos, com membros externos independentes. Aprimoramos nossos controles internos e a gestão de riscos, o que foi reconhecido com a obtenção da certificação NBR ISO 31000, concedida a empresas que, comprovadamente, seguem as melhores práticas do mercado. Também consolidamos a cultura de integridade e adotamos um novo Programa de *Compliance*, com novas rotinas de treinamento em regras de conformidade e indicadores para avaliar o cumprimento de políticas internas.

Estamos constantemente intensificando as exigências de observância da agenda ESG na nossa gestão proprietária e nas empresas nas quais investimos.

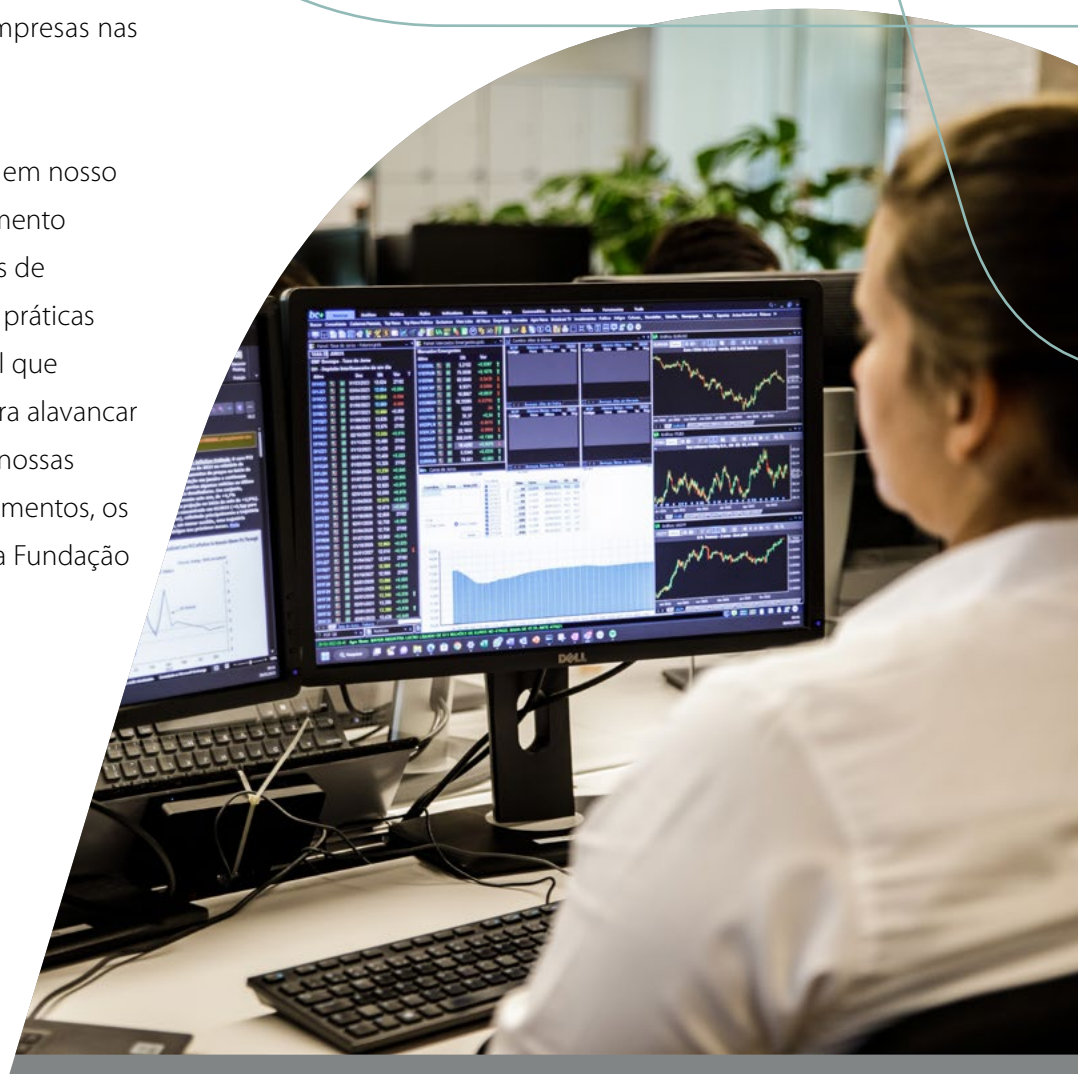
Aspectos ESG na gestão de investimentos

Temos a convicção de que empresas que adotam as melhores práticas são mais bem-sucedidas e proporcionam desempenho sustentável, perenidade e melhor relação risco-retorno. Por isso, preferimos em nossa carteira de investimentos companhias que sejam protagonistas no debate e na concretização da agenda ESG. Para conseguir mensurar esse grau de adesão aos aspectos ESG, contamos com um *rating* de avaliação e classificação, que incorpora indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro e de atratividade do investimento, resultando em um amplo diagnóstico das empresas investidas.

Ao longo de 2022, reforçamos as recomendações contidas no Código Brasileiro de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e nos princípios do Código de *Stewardship* da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec), do qual a Petros é signatária desde

agosto de 2018. O Código de *Stewardship* lista os princípios e deveres dos investidores institucionais em relação à governança – tanto a da Fundação quanto a das empresas nas quais aplica recursos.

Além da adesão ao Código *Stewardship*, divulgamos em nosso portal os “Princípios Petros de Investimentos”, documento que informa aos participantes, empresas, provedores de serviços e outros investidores institucionais sobre as práticas de governança corporativa e responsabilidade social que esperamos das companhias nas quais investimos para alavancar resultados e mitigar riscos. O documento aborda as nossas atividades de governança defendidas para os investimentos, os direitos e deveres dos acionistas e as expectativas da Fundação em relação às empresas nas quais investe.





Para fortalecer nossa cultura, a Petros conta com um Grupo de Diversidade e Inclusão, que monitora indicadores e identifica oportunidades de melhorias.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

A Petros fortalece a cada ano suas ações de diversidade e inclusão. O nosso compromisso é criar um ambiente diverso e inclusivo. Do total de 378 empregados da Petros, as mulheres representavam mais da metade (51%) da força de trabalho em dezembro de 2022, ocupando 40% dos cargos de liderança. Também somos certificados com o Selo do Programa de Pró-Equidade Gênero e Raça, que reconhece as boas práticas para promover a igualdade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.

Com o objetivo de reforçar o trabalho desenvolvido até aqui, realizamos uma série de campanhas ao longo de 2022 para agregar novos valores à cultura organizacional, incluindo ações sobre o Dia Internacional da Mulher, Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo, Dia Internacional do Orgulho LGBT, Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial e Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Temos ainda uma longa jornada pela frente. Para disseminar a cultura de equidade dentro da empresa, a Petros possui um Grupo de Trabalho de Diversidade e Inclusão, que atua para monitorar indicadores de diversidade e identificar oportunidades de melhoria, atuando em parceria com todas as áreas da empresa. Nossa equipe está empenhada, por exemplo, na promoção da diversidade nos processos seletivos, com o objetivo de compor equipes mais diversas, promover ambiente mais inclusivo e buscar maior representatividade.

Semana da Diversidade. Em mais uma iniciativa para fortalecer nosso compromisso com as questões de diversidade e inclusão, promovemos a Semana da Diversidade, voltada para os empregados e que reuniu especialistas convidados. Em formato virtual e presencial, na nossa sede no Centro do Rio, foram realizados debates, atividades e palestras relacionados a

questões como gênero, raça, idade, LGBTQIA+ e pessoa com deficiência. Entre as ações promovidas, nosso time assistiu à palestra sobre estratégias de recrutamento inclusivo e sobre o tema vieses inconscientes, como são chamados preconceitos ou pensamentos tendenciosos sobre determinado grupo social. Além disso, tratamos da importância de iniciativas de diversidade e inclusão nas organizações, elemento fundamental para a pluralidade de conhecimento e engajamento de todos, colaborando para a geração de valor para as empresas. Funcionários participaram ainda de discussões sobre gênero e LGBTQIA+, a partir de trechos de filmes e documentários, além de responderem a um *quiz* on-line sobre diversidade, entre outras ações.

CALAMIDADE

Em fevereiro de 2022, diversas localidades decretaram estado de calamidade pública diante das chuvas intensas ou da seca do período. Para apoiar os participantes que residem em localidades com decreto de estado de calamidade pública, decidimos, em caráter excepcional, flexibilizar a documentação comprobatória exigida para pedidos de suspensão temporária de cobrança de parcelas de empréstimos, possibilidade prevista nos planos de benefício definido, no PP-2 e no PP-3. Com a medida, especificamente para esses casos, não foi exigida, por exemplo, a apresentação de laudos e fotos, conferindo maior rapidez às solicitações. Além de Petrópolis (RJ), que decretou estado de calamidade pública, as chuvas de verão também atingiram fortemente outras localidades do país, como áreas de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e a Região Sul, que possuem grande concentração de participantes.



NOSSOS RESULTADOS

5

NOSSOS RESULTADOS

Balanço sem ressalvas: segundo ano consecutivo

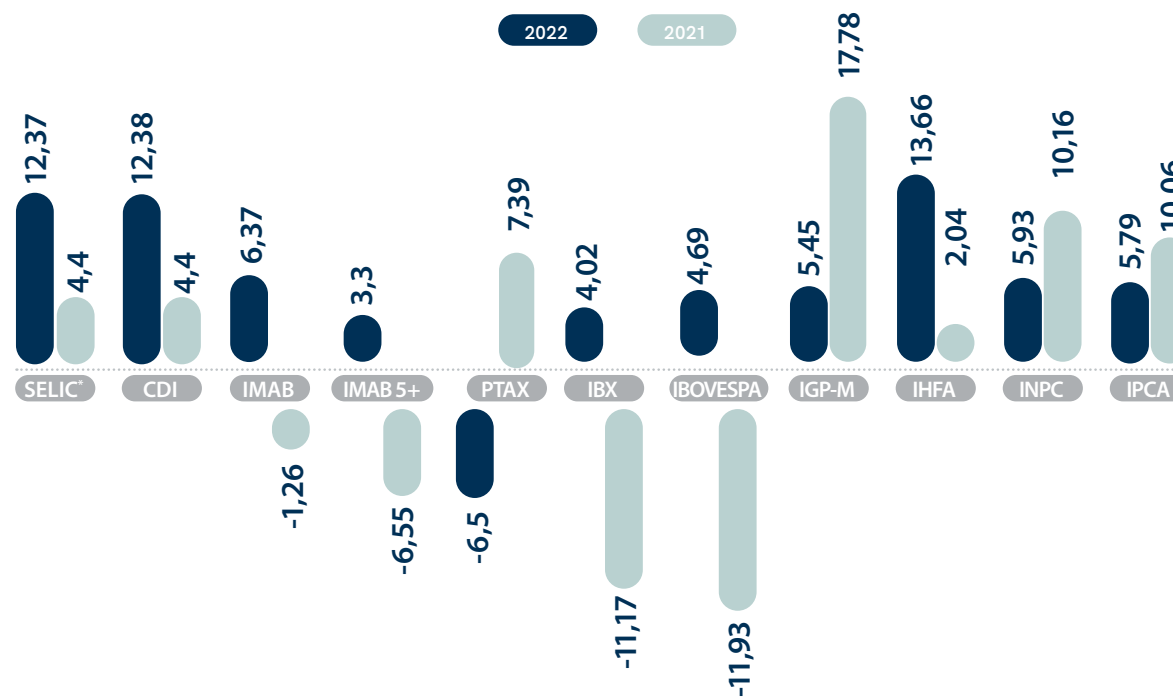
Pelo segundo ano consecutivo, o nosso balanço financeiro está totalmente limpo, sem ressalva ou qualquer nota de ênfase, confirmando a continuidade dos esforços para o fortalecimento da governança da Petros. A KPMG, uma das maiores empresas de auditoria independente do mundo, atestou que os nossos números refletem, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petros e dos nossos planos, estando em total conformidade com as práticas contábeis, normas de auditoria e exigências éticas. O Conselho Fiscal também emitiu parecer que as demonstrações contábeis e notas explicativas refletem as posições patrimonial e financeira da Fundação.

Cenário econômico: incertezas impactam o mercado

O ano de 2022 foi marcado por grandes desafios no cenário econômico, com fortes pressões inflacionárias no mundo, a guerra no Leste Europeu e o risco de recessão global, além das incertezas inerentes ao processo eleitoral no Brasil. O crescimento da economia brasileira surpreendeu positivamente, com alta de 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB), mas a inflação seguiu pressionada e fechou o ano em 5,79%. O Banco Central do Brasil (BCB) precisou elevar a taxa de juros para 13,75% ao ano. Já o Ibovespa, índice de referência da bolsa brasileira, registrou alta de 4,69%, desempenho puxado principalmente pelo desempenho das ações da Petrobras.

Indicadores do Mercado

em porcentagem



* Os percentuais se referem à Selic acumulada em cada um dos anos.

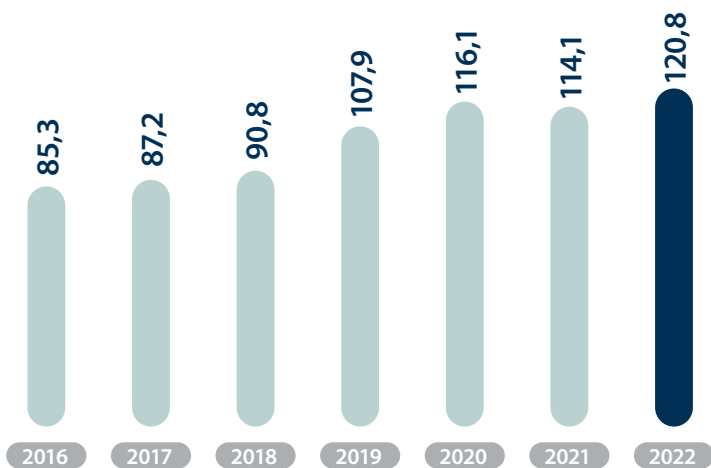
Essa conjuntura adversa impactou os ativos brasileiros, atingindo a rentabilidade dos investimentos da Petros e de outras instituições do país. Segundo estudo da consultoria financeira Aditus, mais de 70% das entidades de previdência complementar fechada não alcançaram suas metas em 2022. Dentro deste cenário, a Petros encerrou 2022 com rentabilidade consolidada positiva de 7,72%, totalizando um retorno líquido de R\$ 7,668 bilhões dos investimentos. Com esse desempenho, elevamos o nosso patrimônio total para R\$ 120,8 bilhões, um incremento de 6% em relação ao ano anterior, quando somava R\$ 114,1 bilhões.

Dados do estudo da consultoria financeira Aditus permitem concluir, porém, que os nossos planos de contribuição definida (CD), com retorno médio de 9,7% em 2022, apresentaram desempenho melhor que a mediana das fundações (8,5%) para planos CDs. Também superamos a média da previdência aberta para planos CDs, que foi de 9,4% em 2022, segundo dados obtidos da consultoria Economatica para fundos comparáveis. O desempenho de destaque, quando comparado aos demais planos da Petros, é explicado pelas carteiras dos planos CDs, que possuem menos títulos públicos marcados a mercado e ativos legados, além de estarem atrelados ao CDI.

Ao passo que a conjuntura influenciou negativamente o desempenho de parte dos nossos ativos, a inflação brasileira permaneceu acima do objetivo perseguido pelo Banco Central, mantendo ainda elevadas as metas atuariais (taxa real de juros esperada acrescida da variação do IPCA). Na Petros, o objetivo de retorno consolidado alcançou, em média, 10,8% em 2022, elevando o passivo total dos planos (montante necessário para cobrir os compromissos).

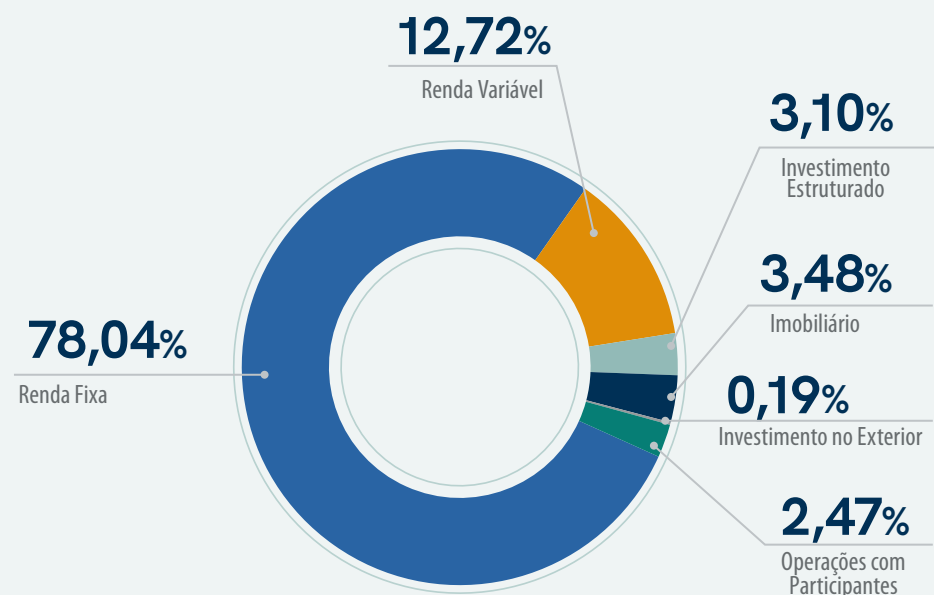
Patrimônio da Petros

em R\$ bilhões



Composição da Carteira da Petros

em porcentagem



Volatilidade do mercado afeta renda fixa e renda variável

Por sua natureza previdenciária e de longo prazo, a Petros aplica um grande volume de recursos no segmento de renda fixa, classe que foi impactada pelo aumento da taxa de juros brasileira, a Selic. Isso porque nossos ativos de renda fixa sentiram os reflexos da instabilidade econômica, pois, até novembro do ano passado, a carteira consolidada de todos os planos da Petros ainda era formada

majoritariamente por títulos públicos marcados a mercado, sujeitos a oscilações constantes de preços. Em momentos de elevação da Selic, as taxas de juros dos títulos públicos (NTN-Bs) sobem, movimento conhecido como “abertura da curva de juros”, o que impacta negativamente o valor desses títulos marcados a mercado, sobretudo os com vencimentos mais longos.

Os efeitos negativos da abertura dos juros não foram maiores porque, ao longo de 2022, avançamos no processo de imunização dos nossos planos de benefício definido, que passaram de 5% para 50% de imunização em suas carteiras de investimentos. O processo de imunização consiste em aproveitar a mudança de patamar nas taxas de juros, que estão acima da meta atuarial, para adquirir títulos públicos federais, casando o fluxo de caixa dos títulos com os compromissos de pagamento aos aposentados e pensionistas.

alta de 4,69%, puxado pelo desempenho das ações da Petrobras. Nos PPSPs, somos impossibilitados por legislação a investir em ações da companhia, pelo limite de exposição à patrocinadora.

Fundos multimercados se destacam

Um dos destaques positivos no ano passado foi a valorização dos nossos fundos multimercados nas modalidades enquadrados e estruturados, que apresentaram alta de 19,80% e 18,47%, respectivamente (no resultado consolidado, podendo variar por plano). Esses fundos superaram, inclusive, o desempenho médio deste tipo de aplicação das outras fundações, que apresentaram rentabilidade de 11,27% e 14,72% no ano passado, respectivamente, segundo acompanhamento da consultoria Aditus.

Elevação das taxas de juros NTN-B 2050

em porcentagem



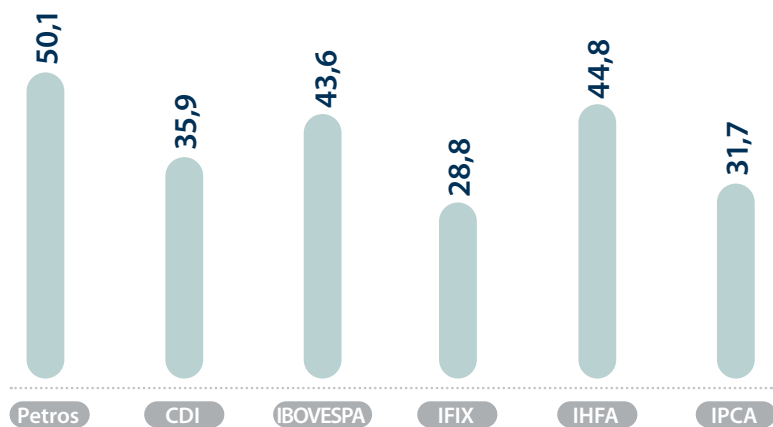
O desempenho consolidado do ano foi influenciado também pela volatilidade da Bolsa, o que atingiu o nosso resultado de renda variável. Formado principalmente por ações de empresas e fundos de investimentos em ações, o segmento apresentou queda de 1,60%. Em 2022, o Ibovespa, índice de referência da Bolsa brasileira, apresentou

Resultado acima dos *benchmarks* no longo prazo

No longo prazo, como um fundo de pensão deve ser observado, principalmente em momentos de instabilidade, nossos resultados seguem favoráveis. Nos últimos 60 meses, nossos investimentos se destacam, com valorização de 50,1%, acima dos principais *benchmarks* no mesmo período - CDI rendeu 35,9% e o Ibovespa, 43,6%, por exemplo.

Rentabilidade dos investimentos supera *benchmarks* em 60 meses

em porcentagem



PPSP-R e PPSP-NR: imunização avança

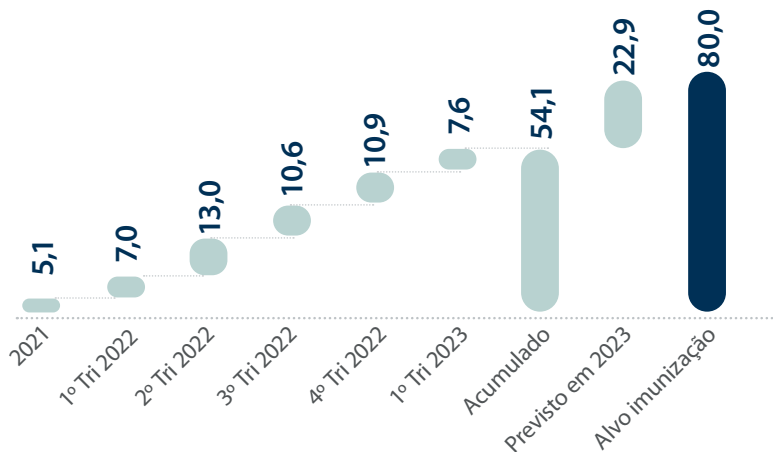
As incertezas da conjuntura econômica impactaram o desempenho dos planos PPSP-R e PPSP-NR, de benefício definido. O plano que reúne os participantes que repactuaram apresentou alta de 6,66% em 2022, enquanto o plano que abriga os não repactuados avançou 6,54%. A melhora do retorno do investimento dos dois planos, em comparação ao resultado de 2021, foi alcançada devido ao processo de imunização da carteira dos planos ao longo do ano passado, com a compra de títulos públicos federais, aproveitando a alta da taxa de juros. Essa estratégia, iniciada no fim de 2021, quando foi possível comprar títulos públicos com taxas superiores à meta atuarial, adicionou dois pontos percentuais à performance dos investimentos do PPSP-R e do PPSP-NR. Somente em 2022, compramos mais de R\$ 30 bilhões em títulos públicos, com prazos de vencimentos adequados às obrigações de cada plano e com taxas superiores à meta atuarial, avançando de 5% para 50% na imunização dos planos. Para 2023, o objetivo

é alcançar 80% de imunização nesses dois planos, ampliando ainda mais a segurança dos investimentos.

A decisão de imunizar 80% da carteira desses planos está fundamentada por estudos de alocação que avaliam cenários futuros do ponto de vista do ativo e do passivo dos planos (ALM), elaborados pelo Setor de Gestão de Riscos. A partir de simulações, esses estudos concluem, baseados em premissas assumidas, que 80% de imunização nos planos PPSP-R e PPSP-NR asseguram o cumprimento das metas atuariais e crescimento do índice de solvência dos planos, tornando os riscos de novos déficits praticamente inexistentes. Os outros 20% serão aplicados, de acordo com estudos de otimização de carteira, em diversos produtos oferecidos no mercado, com o fim de formar um "colchão" de rentabilidade, podendo gerar ganhos adicionais e melhorar a solvência dos planos, de modo a permitir a redução do equacionamento.

PPSP-R: Imunização do plano

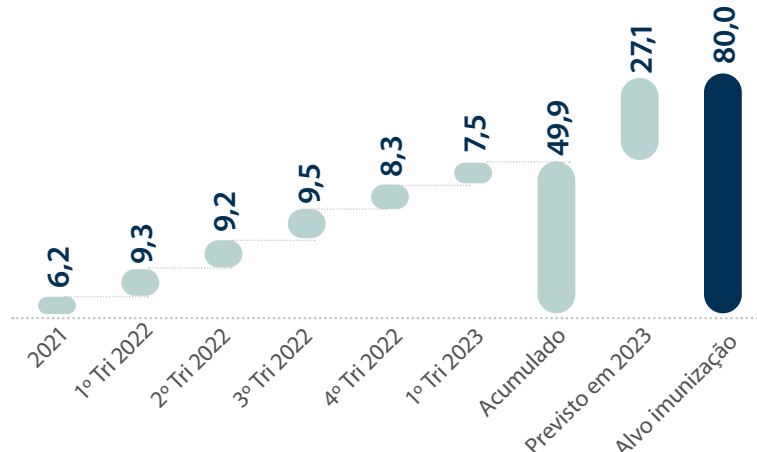
em porcentagem



Com a imunização, os investimentos de renda fixa desses dois planos apresentaram alta de 7,80% no ano passado. Um dos destaques positivos foi a valorização dos investimentos estruturados, que incluem os fundos multimercados, com rentabilidade de 14,29% no PPSP-R e de 14,01% no PPSP-NR. Já a renda variável, onde são

PPSP-NR: Imunização do plano

em porcentagem



aplicados cerca de 14% dos recursos desses planos, sofreu com a volatilidade do mercado ao longo do quarto trimestre, e registrou recuo de 2,21% no PPSP-R e de 1,77% no PPSP-NR. O impacto não foi maior porque a Petros reduziu suas exposições em renda variável ao longo do ano, aproveitando momentos de alta do mercado.

80% meta
de imunização dos planos
PPSP-R e PPSP-NR

Rentabilidade do PPSP-R	Valor (em R\$ milhões)	% da carteira	Rentabilidade 2022
Renda fixa	34.871	78,0	7,80
Renda variável	6.095	13,6	-2,21
Investimento Estruturado	218	0,5	14,29
Investimento Imobiliário	2.301	5,1	2,39
Operações com participantes	1.125	2,5	16,77
Investimento no Exterior	110	0,3	-9,44
Total	44.720	100,0	6,66
Objetivo de retorno	-	-	10,70
Total 2018-2022	-	-	47,79

Rentabilidade do PPSP-NR	Valor (em R\$ milhões)	% da carteira	Rentabilidade 2022
Renda fixa	8.900	77,3	7,80
Renda variável	1.648	14,3	-1,77
Investimento Estruturado	62	0,5	14,01
Investimento Imobiliário	712	6,2	2,40
Operações com participantes	166	1,4	16,02
Investimento no Exterior	30	0,3	-9,43
Total	11.519	100,0	6,54
Objetivo de retorno	-	-	10,73
Total 2018-2022	-	-	47,07

No caso do PPSP-R, se compararmos a rentabilidade com o objetivo de retorno¹ de 10,70%, o resultado das aplicações financeiras ficou cerca de quatro pontos abaixo do esperado. Isso levou o plano a fechar o ano com déficit de R\$ 1,721 bilhão. Por outro lado, o processo de imunização permitiu o reconhecimento, no final de 2022, de um ajuste de precificação, que representa os ganhos futuros esperados com os títulos públicos federais contabilizados como marcados na curva, de R\$ 1,707 bilhão, que levou o PPSP-R a encerrar o exercício de 2022 com um equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 0,014 bilhão, isto é, em R\$ 14 milhões. A situação financeira-atuarial não ultrapassa o limite permitido por lei, portanto, não sendo necessário estudar um plano de equacionamento para o déficit de 2022. O ajuste de precificação evidencia a importância da estratégia de imunização para a solvência dos planos, impactando positivamente no equilíbrio técnico. A manutenção desses títulos na carteira beneficiará anualmente os planos por meio desses ajustes até o vencimento dos títulos. O objetivo é atingir 80% de imunização em 2023.

Em relação ao PPSP-NR, se compararmos a rentabilidade com o objetivo de retorno, de 10,73%, o resultado das aplicações financeiras ficou cerca de quatro pontos percentuais abaixo do esperado. No passivo, além dos efeitos da meta atuarial, houve uma elevação no exercício decorrente da revisão do "Teto 1". A combinação do desempenho dos investimentos e a elevação do passivo pelos motivos citados levaram o plano a fechar o ano com déficit de R\$ 1,781 bilhão. Por outro lado, o processo de imunização permitiu o reconhecimento, no final de 2022, de um ajuste de precificação, que representa os ganhos futuros esperados com os títulos públicos federais contabilizados como marcados na curva, de R\$ 0,447 bilhão, que levou o PPSP-NR a encerrar o exercício de 2022 com um equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 1,334 bilhão. A situação financeira-atuarial ultrapassou o limite técnico permitido por lei, sendo necessário estudar plano de equacionamento. O plano de equacionamento do resultado deficitário de 2022 será objeto de estudo no decorrer de 2023, e todos os participantes deste plano serão devidamente comunicados.

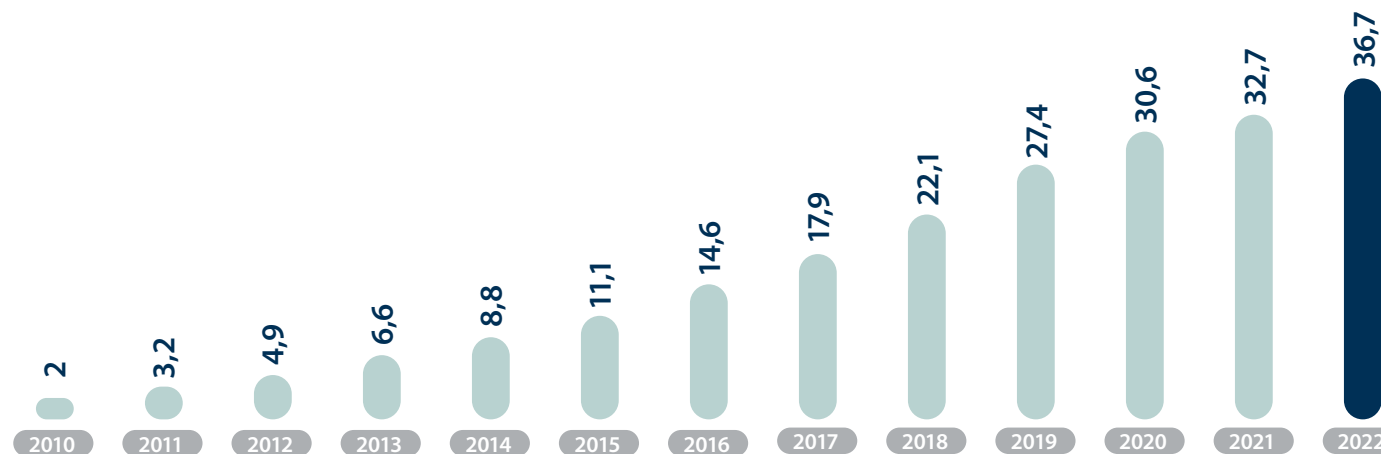
PP-2: com títulos na curva, renda fixa é destaque

Maior plano do país na modalidade contribuição variável e em fase de acumulação de recursos, o PP-2 manteve sua trajetória de crescimento e encerrou 2022 com patrimônio de R\$ 36,7 bilhões, montante 12% superior ao do ano anterior. Com uma rentabilidade dos investimentos positiva, de 9,49% no ano, embora abaixo do objetivo de retorno, de 10,81%, o plano registrou retorno líquido de R\$ 3,124 bilhões nos investimentos. Ao final do exercício, os participantes desse plano obtiveram uma valorização de 9,51% na cota patrimonial².

PP-2 mantém trajetória de crescimento e encerra 2022 com patrimônio de R\$ 36,7 bilhões, montante 12% superior ao do ano anterior.

Evolução do patrimônio do PP-2

em R\$ bilhões



Os impactos da conjuntura econômica sobre os investimentos do PP-2 foram novamente amenizados pela composição da carteira de títulos públicos do plano, formada, em boa medida, por papéis marcados na curva, o que confere maior proteção e segurança contra as oscilações diárias do mercado. As aplicações de renda fixa do plano renderam 10,34% em 2022, superando o desempenho dos principais *benchmarks* do mercado, como o IMA-B 5+, referência para os títulos públicos de longo prazo, que avançou 3,30%. Outro destaque positivo no período foi a valorização de 18,51% dos investimentos estruturados, que incluem os fundos multimercados. Já a renda variável sofreu com a volatilidade do mercado ao longo do quarto trimestre, e registrou recuo de 0,25%.

Rentabilidade do PP-2	Valor (em R\$ milhões)	% da carteira	Rentabilidade 2022
Renda fixa	27.494	75,9	10,34
Renda variável	4.942	13,6	-0,25
Investimento Estruturado	2.309	6,4	18,51
Investimento Imobiliário	546	1,5	7,21
Operações com participantes	911	2,5	14,50
Investimento no Exterior	43	0,1	-9,44
Total	36.245	100,0	9,49
Objetivo de retorno	-	-	10,81
Total 2018-2022	-	-	54,03

Em relação ao passivo, especificamente a parcela estruturada em benefício definido, destaca-se que a variação observada no período foi influenciada principalmente pela atualização pela meta atuarial (taxa de juros + IPCA) e a redução da taxa de juros (de 4,75% a.a. para 4,50% a.a.), que resultaram no crescimento do montante necessário para cobrir todas as obrigações futuras do plano. A combinação do desempenho dos investimentos e da elevação do passivo pelos motivos citados levaram o plano

a encerrar o ano com déficit de R\$ 1,234 bilhão. Seguindo o que determina a legislação, com o reconhecimento no final de 2022 de um ajuste de precificação, que representa os ganhos futuros esperados com os títulos públicos federais contabilizados como marcados na curva, de R\$ 1,436 bilhão, o plano encerrou o exercício com equilíbrio técnico ajustado superavitário de R\$ 201,8 milhões.



PP-3 fecha com R\$ 3,4 bi em patrimônio

Alternativa de previdência complementar na modalidade de contribuição definida, que foi oferecida para migração voluntária aos ativos e assistidos do PPSP-R e do PPSP-NR da Petrobras, o Plano Petros-3 encerrou o ano com patrimônio de R\$ 3,4 bilhões.

Em 2022, o PP-3 apresentou uma rentabilidade positiva dos investimentos de 6,22%. A renda fixa teve elevação de 8,33%. O principal destaque positivo no período foi a valorização de 15,83% dos investimentos estruturados, que incluem os fundos multimercados. Já a renda variável sofreu com a volatilidade do mercado ao longo do quarto trimestre, e registrou recuo de 3,17%. Ao final do exercício, os participantes obtiveram uma valorização de 5,96% na cota patrimonial.

O resultado do plano foi impactado ainda pelas operações com participantes (empréstimos), que apresentaram desvalorização de 15,18% motivada pelo aumento do nível de inadimplência da carteira de empréstimo e consequente provisão para perda. Esse movimento ocorreu em razão do aumento de casos de participantes que tiveram perda da margem para o desconto em folha de benefícios permitida por lei. [\(Leia mais nas Notas Explicativas\)](#).

Rentabilidade do PP-3	Valor (em R\$ milhões)	% da carteira	Rentabilidade 2022
Renda fixa	2.380	69,0	8,33
Renda variável	375	10,9	-3,17
Investimento Estruturado	441	12,8	15,83
Investimento Imobiliário	130	3,8	2,53
Operações com participantes	115	3,3	-15,18
Investimento no Exterior	9	0,3	-9,43
Total	3.450	100,0	6,22
Objetivo de retorno	-	-	14,62

Como em um plano CD não há risco de equacionamento, pois tanto o patrimônio de cobertura quanto o passivo equivalem à soma dos saldos de conta individual, apesar da rentabilidade aquém do objetivo de retorno (14,62%), o PP-3 encontra-se equilibrado, em conformidade com a legislação vigente.

Resultado de todos os planos

As informações completas sobre o resultado dos planos de benefícios que administramos estão disponíveis nos anexos do Relatório Anual. Nas publicações estão o parecer atuarial, o demonstrativo de investimentos e as demonstrações contábeis de cada plano. Os documentos estão separados por modalidade, com anexos para benefício definido, contribuição variável, contribuição definida e um específico para reunir os instituídos. Confira ao lado a rentabilidade dos demais planos em 2022.

Rentabilidade dos investimentos dos demais planos

Planos Petros	Renda Fixa	Renda Variável	Investimento Estruturado	Investimento Imobiliário	Operações com Participantes	Investimento no Exterior	Investimento Total	Objetivo do Retorno
PPSP NR Pré-70	6,57%	-	-	-	14,84%	-	6,80%	10,02%
PPSP R Pré-70	6,25%	-	-	-	13,93%	-	6,75%	10,02%
Arlanxeo Prev	9,93%	-10,37%	9,39%	-16,19%	16,56%	-9,43%	8,23%	10,80%
Nitriflex / Arlanxeo	11,61%	-4,82%	18,42%	13,81%	15,16%	-9,43%	10,63%	10,37%
Ultrafértil	11,77%	-10,83%	5,45%	-28,01%	15,57%	-9,43%	7,92%	10,78%
PGA	8,57%	0,13%	18,55%	15,84%	-	-9,43%	9,15%	10,02%
Copesul	12,35%	-	-	-	-	-	12,35%	-
PQU	12,35%	-	-	-	-	-	12,35%	-
Braskem	12,35%	-	-	-	-	-	12,35%	-
Sanasa	11,14%	-1,78%	18,41%	-	16,41%	-9,43%	10,41%	10,61%
TapmePrev	11,43%	1,52%	18,84%	-	-	-9,43%	11,85%	10,40%
FlexPrev	10,40%	-1,55%	4,32%	-0,92%	-0,13%	2,05%	9,57%	14,62%
Planos CDs	9,95%	0,90%	18,92%	-	17,29%	-9,43%	9,68%	14,62%

1. Objetivo de retorno pode ser entendido como o alvo a ser perseguido pelo plano para alcançar o objetivo atuarial. Nesses casos, o valor apresentado considera a taxa de juros + índice de referência do plano (IPCA, INPC ou CDI) e a taxa de administração, quando houver esse tipo de cobrança no plano.

2. Para as modalidades de plano de Contribuição Definida (CD) e Contribuição Variável (CV), os saldos de contas dos participantes são calculados e controlados por cotas. O valor da cota é impactado pelos investimentos, bem como pelas constituições/reversões de contingências, taxa de administração (quando houver esse tipo de cobrança pelo plano), despesas com as operações de investimentos, dentre outros movimentos contábeis que possam afetar a evolução patrimonial do plano de beneficiários. Com isso, a valorização da cota pode ser entendida como retorno líquido do plano.



MEDIDAS DE GESTÃO

- 42 Medidas de Gestão
- 43 Linha do tempo
- 44 Governança
- 54 Gestão de Investimentos
- 63 Previdência
- 69 Finanças e Tecnologia
- 73 Transparência

6



Clique nos tópicos acima
para acessar a página

MEDIDAS DE GESTÃO

Em 2022, implementamos importantes medidas para fortalecer ainda mais a Petros e aprimorar a qualidade dos nossos serviços, com foco nos nossos participantes. Durante o ano, consolidamos uma série de mudanças nas frentes de governança, gestão de investimentos, previdência, tecnologia e finanças e transparência. Todo esse trabalho gerou importantes reconhecimentos externos, com a conquista de selos e certificações nacionais e internacionais. Confira a seguir um resumo das principais medidas.



Linha do tempo



GOVERNANÇA

Consolidação da gestão de riscos e de controles internos

A gestão de riscos e controles internos está entre as prioridades da Petros para o fortalecimento da governança da Fundação. Exemplo disso foi o peso ainda mais estratégico que a gestão de riscos ganhou a partir de junho de 2020 com a incorporação dessa atividade no escopo de uma diretoria, que passou a se chamar Diretoria de Riscos, Finanças e Tecnologia. A medida buscou fortalecer ainda mais a governança na administração dos ativos investidos.

E dando continuidade a todo esse trabalho, em 2022 fizemos uma ampla reformulação na nossa Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, que define princípios, papéis e responsabilidades na gestão de riscos, de modo que a Fundação cumpra seus objetivos estratégicos. O documento foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo. A íntegra do documento está disponível para consulta no portal da Petros.

Como resultado desse esforço, a Petros alcançou um importante objetivo em 2022 ao tornar-se a primeira das cinco maiores Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) brasileiras a obter a certificação NBR ISO 31000, concedida a empresas que, comprovadamente, seguem as melhores práticas do mercado. A certificação foi conferida pela empresa alemã TÜV NORD Group, uma das maiores organizações mundiais em inspeções, certificações e testes, representada pela TÜV NORD – Brasil (BRTÜV).



Nosso diretor de Riscos, Finanças e Tecnologia, Leonardo Moraes (ao centro), recebe a certificação do diretor presidente da TÜV NORD - Brasil (BRTÜV), Reginaldo Maia, e da gerente de treinamentos da BRTÜV, Cristiani Caldini



Acesse aqui a íntegra da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos

Integridade e ética: Programa de *Compliance*

Investimos nos últimos anos em medidas para fortalecer as práticas de governança e de integridade. O objetivo é prevenir, detectar e corrigir qualquer desvio ético e blindar a Fundação de eventuais práticas ilícitas e irregularidades. Além do nosso Programa de Integridade, contamos com um Canal de Denúncias e uma série de normativos, como a Política de Conflitos de Interesses e o Código de Condutas e Éticas.

Desde setembro de 2022, contamos com um Programa de *Compliance*, com novas rotinas de treinamento em regras de conformidade e indicadores para avaliar o cumprimento de políticas internas. As medidas visam resguardar o patrimônio da Petros, proteger sua reputação e minimizar riscos para a Fundação. O programa foi desenvolvido nos últimos três anos, a partir do guia de boas práticas da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) sob o assessoramento do nosso Comitê de Auditoria.

Todos os nossos processos e públicos estão submetidos ao nosso Programa de *Compliance*, incluindo a alta administração, colaboradores, participantes, patrocinadores e fornecedores. A iniciativa se soma a outras medidas que visam evitar, detectar e punir desvios éticos e atos ilícitos ou infracionais, como o Programa de Integridade, a Política Anticorrupção, o Canal de Denúncias independente, a Política de Conflitos de Interesses e o Código de Condutas Éticas.

O Programa de *Compliance* se ancora em três pilares fundamentais: a prevenção, por meio da análise e da mitigação de riscos; a detecção, para interromper desvios ou atos ilícitos em curso; e correção, que significa responsabilizar e aplicar sanções em casos de inconformidade ou violação de normas.

Todos os nossos processos e públicos estão submetidos ao nosso Programa de *Compliance*, incluindo a alta administração, colaboradores, participantes, patrocinadores e fornecedores.

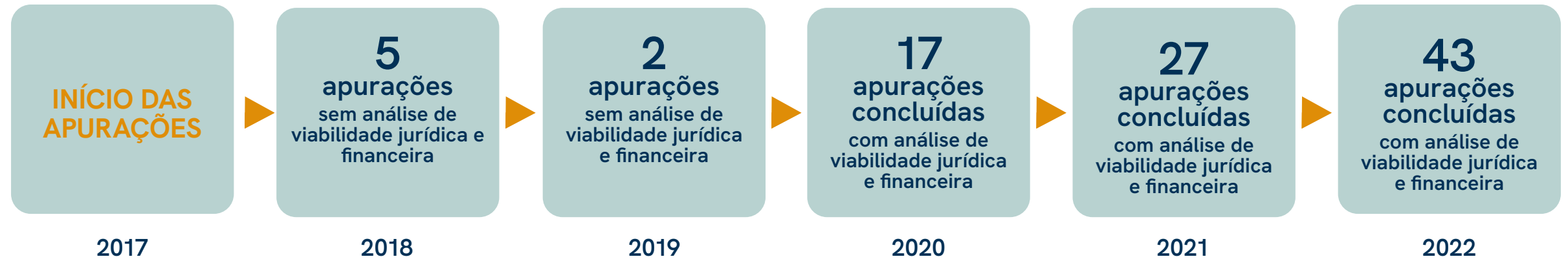
Comissões Internas de Apuração

Trabalhamos com o mais absoluto rigor para fortalecer as práticas de governança e de integridade. Neste sentido, desde 2019, concentramos esforços em medidas para dar celeridade aos processos de responsabilização e ressarcimento por danos causados ao patrimônio da Petros.

Uma das frentes deste trabalho são as Comissões Internas de Apuração (CIAs), criadas para averiguar eventuais irregularidades e que passaram por um amplo trabalho de reestruturação e reforço da governança. Em 2022, conseguimos concluir mais 43 apurações, totalizando 87 CIAs finalizadas desde 2020, não

restando mais nenhuma em andamento. Os relatórios de apuração foram concluídos em agosto de 2022, assim como as viabilidades financeiras. As viabilidades jurídicas foram concluídas em novembro de 2022.

Evolução das apurações ano a ano



Recuperação de recursos

De forma a acelerar os processos de responsabilização e ressarcimentos, a governança do trabalho das CIAs foi aprimorada a partir de 2019. Passamos a contar, dentro da nossa Gerência Jurídica, com uma área dedicada a analisar os casos e as investigações, com foco no resultado. A Fundação também estabeleceu um ranking de prioridades e redesenhou o fluxo de processamento das informações, conforme boas práticas e metodologias de auditoria. O trabalho contou, ainda, com a contratação de empresas de auditoria conceituadas no mercado, para dar suporte à análise dos dados e assegurar a credibilidade dos resultados.

Como resultado do trabalho de apuração interna, ingressamos com as medidas judiciais cabíveis para buscar responsabilização e ressarcimento nos casos em que foi identificada ocorrência de dano. Desde 2020, foram ajuizadas pela Petros seis ações de responsabilidade civil/reparação de danos. Além disso, atuamos junto ao Ministério Público Federal (MPF) em ações de improbidade administrativa propostas pelo próprio órgão em

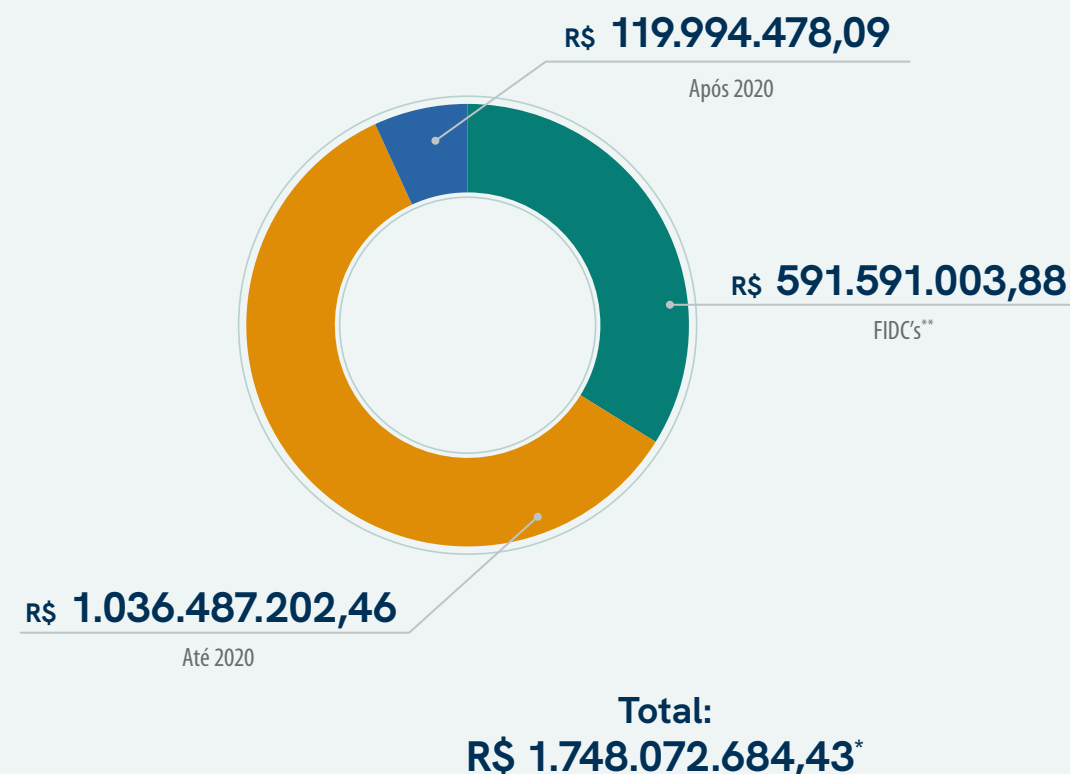
face de ex-gestores e terceiros, a fim de tornar mais efetiva a reparação de danos financeiros.

Para obter maior agilidade nos processos de natureza penal, a Petros contratou um escritório externo especialista nesta área, que passou a acompanhar de perto todas as ações criminais que eventualmente possam trazer ressarcimento para a Fundação, o que foi fundamental para viabilizar resultados concretos, no que diz respeito à recuperação de recursos.

Assistência ao Ministério Público Federal

A Petros figura como assistente do Ministério Público Federal em ações penais e de improbidade administrativa (propostas por este órgão, conforme sua atribuição legal). A Fundação fornece informações e documentos que comprovam as denúncias, visando ao êxito da reparação dos danos financeiros.

Valores recuperados até dezembro de 2022



* O valor total recuperado compreende todas as medidas adotadas pela Petros com a finalidade de ressarcir os Planos de Benefícios dos prejuízos suportados, incluindo (i) a celebração de acordos com terceiros, em decorrência das irregularidades constatadas (até 2020); (ii) a constituição de FIDCs; e (iii) a adoção de medidas judiciais, em decorrência da reestruturação das apurações internas (após 2020).

** Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios. O total de R\$ 591.591.003,88 é referente aos valores recuperados através de acordo ou venda dos créditos em carteira que estão em execução judicial ou extrajudicial. Do total, cerca de 54% foram recuperados no ano de 2021.

Dentre as principais mudanças estão a inclusão das atribuições da Diretoria Executiva, com a nomenclatura de cada um dos cargos e suas responsabilidades, além do artigo estabelecendo que seus membros serão recrutados em processo seletivo de profissionais do mercado.

Alteração do Estatuto Social

Com o objetivo de tornar mais transparente a atuação de seus diretores, a Petros aprovou novas alterações em seu Estatuto Social em 2022. O documento foi aprovado pelo Conselho Deliberativo e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), responsável pela regulação dos fundos de pensão no país.

Dentre as principais mudanças estão a inclusão das atribuições da Diretoria Executiva, com a nomenclatura de cada um dos cargos e suas responsabilidades, além do artigo estabelecendo que seus membros serão recrutados em processo seletivo de profissionais do mercado, conduzido por empresa especializada, devendo ter capacidade técnica e integridade, em linha com os processos desta natureza que vêm sendo realizados na Petros.

As mudanças atendem a determinações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e da própria Previc para adequar o

documento às novas legislações e normativos, em especial à Resolução CNPC nº 35/2019. A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) também solicitou disposição quanto à abertura de processo administrativo disciplinar, no caso de ausência injustificada nas reuniões dos conselhos Deliberativo e Fiscal. A solicitação foi atendida e passou a compor o documento.

As revisões podem ser consultadas através [do quadro comparativo](#). A íntegra do novo estatuto está disponível no portal da Petros.



Acesse aqui o Estatuto Social da Petros

Modernização da área jurídica

A nossa área jurídica passou por um amplo processo de reestruturação nos últimos três anos, exercendo um papel cada vez mais estratégico na Petros, com foco em resultados. Por este novo conceito, adotamos uma série de iniciativas para saneamento da base processual e utilização de tecnologias que permitiram o aumento da eficiência dos trabalhos. Um dos resultados é a redução da carteira de processos judiciais nos quais a Fundação figura no polo passivo, que passou de 30 mil para cerca de 18 mil ações nos últimos três anos, uma queda de 40%. O encerramento desses processos contribui diretamente para a saúde dos nossos planos, sendo fundamental para a gestão do nosso passivo.

Uma iniciativa importante foi a elaboração e implementação de um projeto piloto para a realização de acordos judiciais, com o objetivo de acelerar a resolução de processos e reduzir custos judiciais e administrativos. Inédito na história da Fundação, o projeto foi iniciado por meio de contato com advogados de participantes selecionados pela Petros, considerando carteira

específica de processos elegíveis ao acordo e que atenderam às premissas previamente estabelecidas em normativo interno. Além do contato com advogados, também mantemos conversas com os Tribunais de Justiça para organizar mutirões com o objetivo de celebrar tais acordos.

A nossa área jurídica também implementou as SLAs (sigla em inglês para Acordo de Nível de Serviço) junto aos escritórios de advocacia, incluindo indicadores que monitoram a performance dos terceirizados, permitindo controles rígidos dos fluxos e demandas judiciais, com foco em resultados. Outra frente de trabalho consolidada nos últimos anos foi o modelo de gestão jurídica 4.0, adotando recursos e novas ferramentas de tecnologia, como inteligência artificial (IA), *Robotic Process Automation* (RPA) e *big data*, para maior controle de contencioso de massa, além de estudos internos de jurimetria. O RPA da Petros, por exemplo, auxilia na elaboração de mais de 1.500 cálculos judiciais, mensalmente, para subsidiar a defesa da Fundação com maior qualidade.

Número de processos encerrados



Com o objetivo de difundir conhecimento e fortalecer a cultura de privacidade, realizamos diferentes treinamentos sobre LGPD.

351
empregados
participaram
do treinamento



Elevando
o índice interno
de conscientização
para **83%**



LGPD

Com a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), as nossas ações internas para garantir a segurança de processos e informações foram reforçadas, sobretudo o tratamento aos dados pessoais dos nossos participantes, empregados, fornecedores e outros públicos. Com o objetivo de difundir conhecimento e fortalecer a cultura de privacidade, realizamos diferentes treinamentos sobre LGPD, com a participação de mais de 351 empregados, elevando o nosso índice interno de conscientização para 83%. O curso sobre Política de Proteção de Dados, por exemplo, obteve 100% de participação de empregado.

Além de estarmos fortemente comprometidos com a jornada de adequação à LGPD, buscamos dar transparência a todo esse trabalho. Por isso, os princípios fundamentais de proteção de dados foram consolidados na nossa Política de Proteção de Dados Pessoais. E dada a relevância da segurança da informação, a Petros conta com um profissional encarregado de Proteção de Dados Pessoais (DPO), responsável por informar, aconselhar e monitorar a conformidade da Fundação quanto à proteção e à privacidade de dados pessoais, atuando como ponte entre a Petros, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados e os titulares dos dados.

Nossos comitês de assessoramento

Como parte das medidas de fortalecimento da governança, a Petros conta com cinco comitês para assessorar e apoiar o processo de tomada de decisão do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva. Esses comitês são essenciais para fortalecer a nossa governança e contam com membros independentes, reforçando seus mecanismos de controle.

O Comitê de Riscos é ligado à Diretoria Executiva e supervisiona as atividades de gestão de riscos, considerando a legislação vigente e os normativos internos. Entre as suas principais atribuições estão propor o apetite a riscos dos planos e respectivos parâmetros de mensuração; garantir, de forma sistemática, a identificação de riscos relevantes; e atuar na gestão dos riscos pertinentes ao nosso negócio.

Já o Comitê de Investimentos tem por finalidade analisar e recomendar para deliberação do Conselho Deliberativo e/ou da Diretoria Executiva os investimentos e desinvestimentos a

serem realizados, além de monitorar a performance de todos os nossos investimentos. Entre suas atribuições estão também analisar as políticas de investimentos dos planos e monitorar e avaliar a performance dos ativos, considerando seus respectivos *benchmarks* e horizontes de investimentos.

O Comitê de Auditoria tem entre suas principais atribuições a revisão das demonstrações contábeis e notas explicativas, avaliação da efetividade das auditorias (independente e interna), recomendação de correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, além da avaliação e monitoramento da Política de Transações com Partes Relacionadas e da qualidade e integridade dos processos de gerenciamento de riscos e dos controles internos.

O Comitê de Seguridade assessora o Conselho Deliberativo no acompanhamento do passivo atuarial e dos regulamentos dos nossos planos, com base nas melhores práticas de mercado

para preservar sua solvência e perenidade. Tem entre as suas principais atribuições a análise das premissas atuariais a serem adotadas nas avaliações atuariais e manifestação sobre alterações de regulamento e de convênios de adesão.

O Comitê de Medidas Disciplinares, por sua vez, tem entre suas atribuições recomendar aplicação de medidas disciplinares e/ou penalidades tomando como base os normativos internos existentes; tomar conhecimento do arquivamento ou envio de processos para órgão competente; e solicitar maiores esclarecimentos em denúncias e investigações quando julgar insuficientes as informações até então disponibilizadas.

Selos e Certificações

Nosso compromisso com as melhores práticas nos permitiu conquistar, novamente, um amplo reconhecimento do mercado, com o recebimento de selos, certificações e classificações. Confira as principais delas.

Fitch Ratings



Pelo segundo ano consecutivo, a gestão de investimentos da Petros foi classificada como “forte” pela *Fitch Ratings*, uma das maiores agências de classificação de risco

do mundo, com destaque para a melhora na avaliação da nossa gestão de risco, que foi elevada de “forte” para “excelente”. O pilar de “recurso de investimento” da Petros também foi novamente classificado como “excelente”. Na avaliação da agência, a Petros apresenta capacidade de investimento e características operacionais fortes em relação às suas estratégias de investimentos. A renovação do *rating* reitera, em linhas gerais, a nossa robusta estrutura de governança de investimentos, qualificação e experiência dos profissionais e cultura de gestão de risco e *compliance*. Em seu relato, a agência destaca a ampla reestruturação promovida para o fortalecimento da governança, transparência e melhoria de processos.

Selo de Autorregulação em Governança Corporativa da Abrapp



A Petros recebeu o selo de Autorregulação em Governança Corporativa da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência

Complementar (Abrapp), por seu alinhamento a princípios nacionais de governança e padrões internacionais de administração e controle. Para a obtenção do selo, a Fundação se submeteu a um processo de auditoria da Abrapp, para a análise qualitativa do cumprimento do Código de Autorregulação em Governança Corporativa, ao qual a Petros aderiu voluntariamente em 2021. Durante a auditoria, foram verificados processos de transparência e de prestação de contas; a conduta ética e de integridade; gestão baseada em risco; adesão às normas e legislação; e, responsabilidade corporativa dos colegiados. Participantes e assistidos foram consultados pela Abrapp quanto ao cumprimento de cada um dos tópicos.

Selo *Great Place To Work*



A avaliação positiva dos empregados sobre o clima organizacional levou a Petros a conquistar o selo *Great Place To Work*, como um excelente lugar para se trabalhar. O selo é concedido pela consultoria global *Great Place To*

Work para empresas que atinjam ao menos 70 pontos de favorabilidade na sua avaliação. A certificação reflete iniciativas como melhoria da infraestrutura e dos recursos oferecidos no escritório, flexibilização da jornada de trabalho e adoção do modelo híbrido, além de ações de inclusão e diversidade e investimentos crescentes em capacitação. Acreditamos que ter equipes satisfeitas e comprometidas aumenta a produtividade, retém talentos e atrai melhores profissionais, com reflexos positivos nos serviços aos participantes.

Certificação NBR ISO 31000

Nos tornamos a primeira das cinco maiores Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) brasileiras a alcançar a certificação NBR ISO 31000, como resultado da aderência de nossas práticas aos padrões internacionais em gestão de riscos. A certificação foi conferida pela empresa alemã TÜV NORD Group, uma das maiores organizações mundiais em inspeções, certificações e testes, representada pela TÜV NORD – Brasil (BRTÜV). Ao longo dos últimos dois anos, a Petros vem atuando no fortalecimento da sua gestão de riscos. O trabalho abrangeu diversas iniciativas, como auditoria interna, atualização de documentos normativos e ajustes da metodologia em gestão de riscos, além de treinamento dos funcionários de diferentes áreas da empresa, para garantir que as exigências da norma técnica estejam disseminadas na cultura da Fundação.

Certificado *Quality Assessment* (QA)

A Petros tornou-se uma das 31 organizações brasileiras a conquistar o certificado *Quality Assessment* (QA), emitido pelo *The Institute of Internal Auditors* (IIA), por seus padrões de qualidade em auditoria interna. A conquista é resultado do processo de reestruturação da nossa auditoria interna, iniciado em 2020, que contou com a capacitação da equipe, aprimoramento dos processos e melhorias na metodologia de trabalho. Para obtenção do certificado, concedido por intermédio do IIA Brasil, o setor de Auditoria Interna foi avaliado com base nas normas definidas pela Estrutura Internacional de Práticas Profissionais dos auditores internos (IPPF) e em outros regulamentos da profissão. Considerada uma área estratégica da Petros, a Auditoria Interna é responsável por verificar a conformidade dos processos e riscos operacionais e estratégicos.

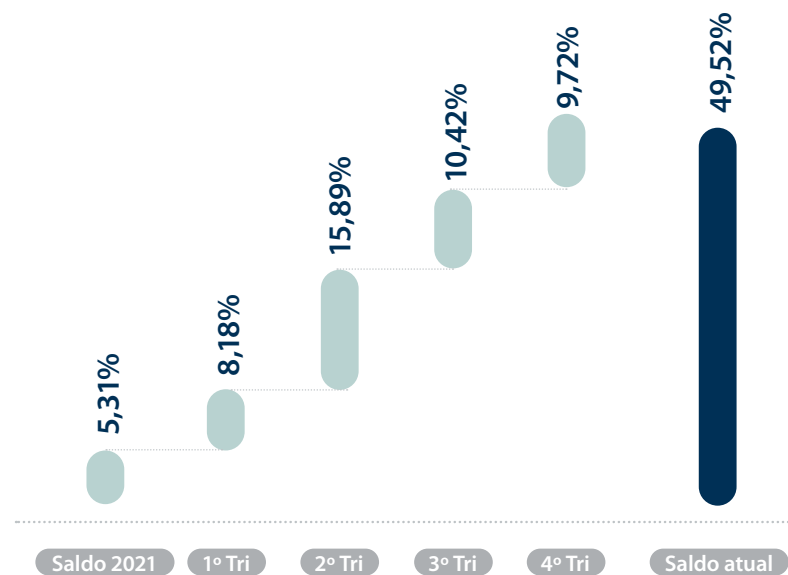
GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Imunização dos planos de benefício definido

Com o objetivo de proteger os investimentos e oferecer maior segurança ao patrimônio dos participantes, a Petros iniciou, em novembro de 2021, a estratégia de imunização das carteiras dos planos de benefício definido. No ano passado, a parcela imunizada dessas carteiras avançou de 5% para cerca de 50%, e os reflexos positivos desse movimento já estão sendo observados.

As medidas adotadas ao longo de 2022, incluindo o avanço na estratégia de imunização, adicionaram, por exemplo, dois pontos percentuais à performance dos investimentos do PPSP-R e do PPSP-NR. Para 2023, o objetivo é alcançar 80% de imunização, ampliando ainda mais a segurança.

BDs: adição da imunização por mês (% do PL)



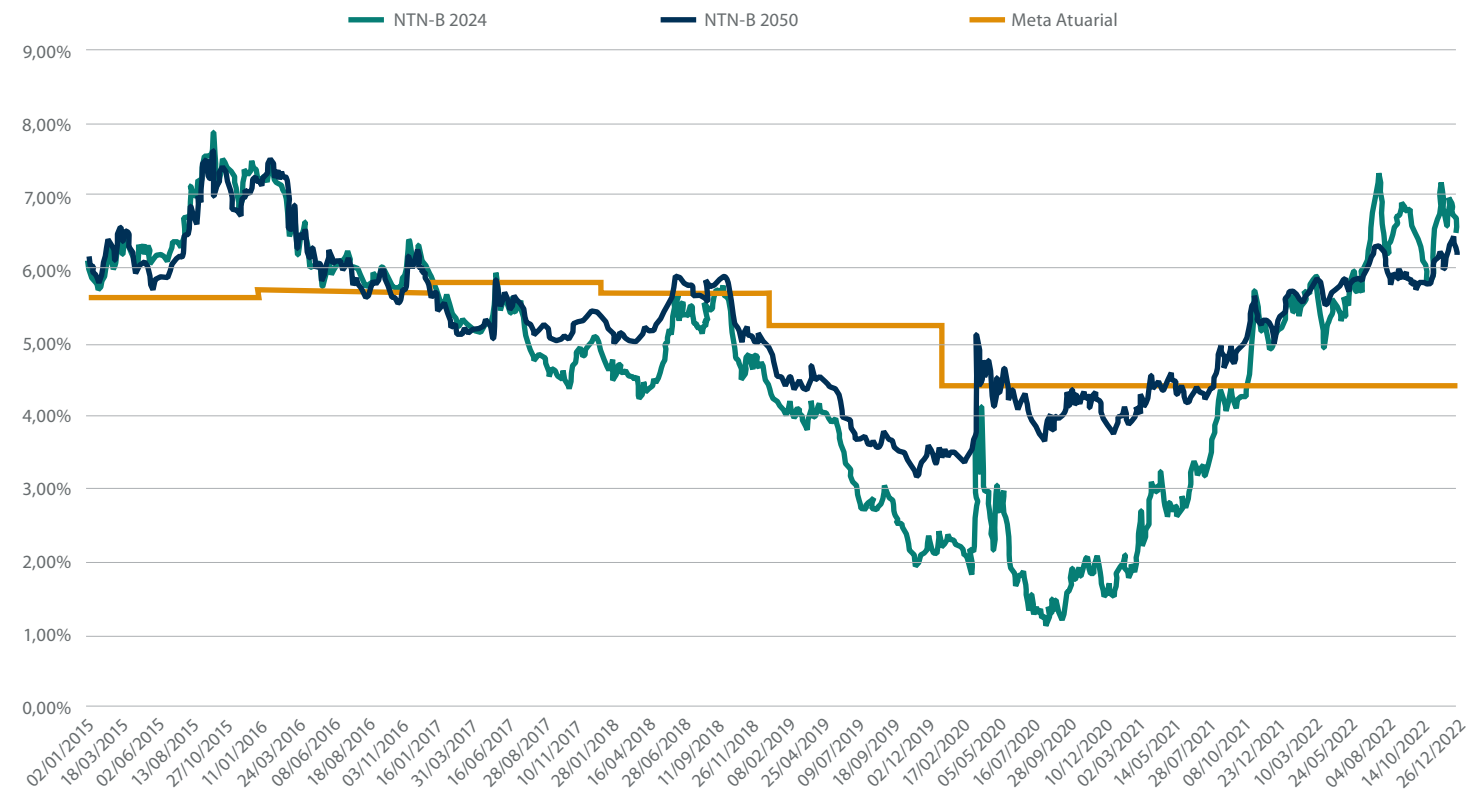


O cenário atual oferece a oportunidade para adquirir títulos públicos federais acima da meta atuarial.

O cenário atual de alta dos juros, que estão acima da meta atuarial, oferece a oportunidade para adquirir títulos públicos federais, casando o fluxo de caixa dos títulos com os

compromissos de pagamento aos aposentados e pensionistas e reduzindo os riscos da oscilação de preços de mercado.

Taxa NTN-Bs x meta atuarial - PPSP-R



- Como observado, após meados de 2016, as taxas das NTN-Bs curtas e longas atingiram patamares inferiores à meta atuarial do plano, o que inviabilizava a implementação de uma estratégia de imunização na carteira de investimentos do plano.
- A partir do final de 2021 nota-se uma inversão dessa tendência, sendo verificado uma inclinação positiva relevante das curvas de juros reais do Brasil. Nesse cenário, tanto a taxa da NTN-B 2024, como a da 2050, ultrapassaram o limite da meta atuarial do plano após meados de 2021, viabilizando o início da implementação da estratégia de imunização.

A decisão de imunizar 80% das carteiras dos planos de benefício definido está fundamentada por estudos de alocação que avaliam cenários futuros do ponto de vista do ativo e do passivo dos planos (ALM), elaborados pelo Setor de Gestão de Riscos, pois é um percentual que busca assegurar o cumprimento das metas atuariais, tornando os riscos de novos déficits praticamente nulos.

Os outros 20% serão aplicados de acordo com estudos de otimização de carteira, em diversos produtos oferecidos no mercado, com o fim de formar um “colchão” de rentabilidade, podendo gerar superávit e melhorar a solvência dos planos, de modo a permitir a redução dos equacionamentos.

A explicação completa sobre a estratégia de imunização dos investimentos pode ser conferida no canal da Petros no YouTube.

Diversificação dos investimentos

Em paralelo à estratégia de imunização dos planos de benefício definido, que foca em ativos de renda fixa que ofereçam rentabilidade superior à meta atuarial, seguimos com o movimento de diversificação da nossa carteira, reduzindo as alocações em participações em empresas, que oferecem menor liquidez e maior exposição a risco, e ampliando aplicações em fundos de investimentos em ações e multimercados. Com essa composição, oferecemos maior segurança e rentabilidade, em diferentes cenários, ao patrimônio dos participantes.



Saiba mais no canal da Petros no YouTube



Marcação na curva x marcação a mercado

Os títulos públicos, emitidos pelo Tesouro Nacional, são um ativo importante da nossa carteira de renda fixa, especialmente nos planos de benefício definido, como os PPSPs, por ser um tipo de ativo que geralmente une visão de longo prazo, previsibilidade de retorno e casamento com o passivo, quando levados até o vencimento. E o valor desses papéis pode ser contabilizado de duas maneiras: na curva ou a mercado.

Cada título público tem uma taxa de remuneração, que é a rentabilidade que vai ser paga ao investidor, e uma data de vencimento. Quando um título é marcado na curva, sua taxa de remuneração é definida no momento da compra e, dia após dia, vai subindo de valor, em uma linha

contínua, até seu vencimento. Nessa data, o título pagará exatamente a rentabilidade contratada pelo investidor.

Já na marcação a mercado, o valor do título oscila diariamente, assim como ocorre com moedas, ouro e ações. Isso acontece porque a taxa de remuneração contratada pelo investidor pode ficar mais ou menos atraente, dependendo das condições do mercado, como juros, inflação e outros aspectos macroeconômicos.

O cenário de juros altos permite a alocação de recursos em títulos públicos marcados na curva, oferecendo rentabilidade superior às metas atuariais dos planos, sem os riscos das oscilações dos papéis marcados a mercado.

Políticas de Investimentos

Para manter nossas estratégias de gestão de investimentos adequadas às necessidades de cada plano e às mudanças no cenário econômico, revisamos nossas políticas de investimentos para os próximos cinco anos (2023-2027). O documento foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em dezembro de 2022 e divulgado aos participantes, tendo como principal destaque o avanço da imunização das carteiras dos planos de benefício definido.

As novas políticas consolidam o trabalho iniciado em 2019, de reformulação de processos e normativos internos de investimentos. Ao longo dos últimos anos, reforçamos a qualificação das equipes, desenvolvemos e aprimoramos ferramentas e fortalecemos nossa estrutura de governança, o que nos permite conciliar maior grau de controle sobre as decisões estratégicas de investimentos com a agilidade necessária para a tomada de decisão.

As Políticas de Investimentos são elaboradas individualmente, de acordo com as características de cada plano e com seu

nível de maturidade. Para reforçar o nosso compromisso com a transparência, a partir desta edição, organizamos os documentos separadamente, não mais em um único arquivo, para agilizar o acesso às informações de cada plano.

Para os planos jovens e em fase de acumulação, como é o caso do PP-2, as políticas de investimentos preveem maior exposição à renda variável: classe de investimento em que os retornos oscilam, mas pode gerar maiores rendimentos. Para esses planos, o objetivo é diversificar o portfólio e consolidar a alocação de recursos em fundos de gestão ativa – modalidade que oferece maior agilidade para aproveitar as oportunidades de mercado, de acordo com o apetite de risco de cada plano.

No segmento imobiliário, o objetivo é continuar reduzindo a taxa de desocupação. De 2019 até 2022, mesmo diante dos desdobramentos da pandemia da COVID-19, reduzimos o índice de vacância em 22 pontos percentuais. Visando atender às exigências da Resolução CMN 4994 do Banco Central até o ano de 2030, a Petros avalia oportunidades de venda

ou transferência de imóveis para fundos de investimentos, principalmente para os ativos desalinhados com o perfil da Fundação.

Quanto aos investimentos estruturados, estão vedadas novas aquisições de Certificados de Operações Estruturadas (COE) e em Fundos de Investimentos em Participações (FIP). Nesse segmento, a Fundação avalia oportunidades de desinvestimento, para obter maior liquidez e menor exposição a risco.

No exterior, a Fundação mantém alocações em produtos desvinculados dos investimentos locais, de modo a elevar a proteção das carteiras com produtos não disponíveis no mercado doméstico, além da exposição cambial. Para este ano, vamos avaliar a alocação de recursos em ativos de renda fixa e renda variável globais.

Avaliação da *Fitch Ratings*

Pelo segundo ano consecutivo, a gestão de investimentos da Petros foi classificada como “forte” pela *Fitch Ratings*, uma das maiores agências de classificação de risco do mundo, com destaque para a melhora na avaliação da nossa gestão de risco, que foi elevada de “forte” para “excelente” nesta segunda avaliação.

Segundo a agência, a Petros apresenta capacidade de investimento e características operacionais fortes em relação às suas estratégias de investimentos. A renovação do *rating* reitera, em linhas gerais, a nossa robusta estrutura de governança de investimentos, qualificação e experiência dos profissionais e cultura de gestão de risco e *compliance*.



Acesse aqui o relatório completo da agência

No relatório, a *Fitch* relata que a Petros passou por uma ampla reestruturação promovida pela atual gestão, com o apoio de consultorias especializadas, principalmente a McKinsey. A agência traz como exemplos a contratação

de profissionais experientes e a criação de comitês regulares, como o de Investimentos e de Riscos. A própria adoção do *rating* integra o trabalho de fortalecimento da gestão de investimentos da Petros, objetivando alinhar as práticas da Fundação aos melhores padrões internacionais de governança e controle.

Para atribuição da nota, a *Fitch* realizou análises baseadas em cinco pilares: processo de investimento, recursos de investimento, gestão de riscos, atendimento aos clientes e desempenho dos investimentos. O processo de avaliação incluiu exame de documentos, reuniões e entrevistas na elaboração do relatório final.

A classificação da nossa “gestão de riscos”, que passou de “forte” para “excelente”, é resultado das melhorias efetuadas no controle dos riscos nos últimos anos, principalmente na área de *compliance*, com a implantação de sistema para monitorar o investimento dos empregados e a revisão de metodologias e procedimentos. A Petros possui uma sólida cultura de risco e sua estrutura conta com fortes controles e comitês regulares, que contam com membros independentes. A *Fitch*

aponta também que a Petros utiliza um abrangente conjunto de ferramentas de gestão de risco, como testes de estresse e métricas de valor a risco (VaR) e liquidez para monitorar os riscos de cada mandato de investimento.

O pilar de “recurso de investimento” da Petros foi novamente classificado como “excelente”. Na opinião da *Fitch*, o processo de investimento é bem definido e organizado, com estratégias e limites claros e detalhados. A agência relata o fluxo de trabalho da Petros e reforça que as decisões são tomadas seguindo uma estrutura de comitês e reuniões bem formalizadas para cada equipe de investimento.

Para realizar a avaliação, a *Fitch* realiza um amplo levantamento de informações e documentação, reuniões, entrevistas e elaboração de relatório. A agência de classificação de risco fará o monitoramento do *rating* atribuído à Petros, verificando a evolução dos processos.

Projeções Econômicas

Destaque no ranking do Banco Central

As projeções macroeconômicas são insumo fundamental para a gestão de investimentos, e o trabalho realizado pela Petros tem se destacado no mercado. Em 2022, a Petros conquistou o 1º lugar no Top 5 anual do Boletim Focus, do Banco Central, para a taxa Selic no horizonte de curto prazo.

Ao longo de 2022, a Petros apareceu em todos os *rankings* Top 5 do Banco Central para a taxa Selic de curto prazo. Esta presença constante representa um selo de qualidade para o trabalho dos profissionais que atuam na área.

A projeção da meta da taxa Selic é um elemento fundamental para a definição de cenários macroeconômicos e na escolha das melhores estratégias de investimentos. É importante destacar que a precisão das projeções de juros é reflexo direto de um bom desempenho na projeção de outras variáveis, como inflação, atividade e câmbio.

Semanalmente, o Banco Central divulga o relatório Boletim Focus com o resumo de projeções para as principais variáveis macroeconômicas coletadas de mais de 100 instituições, incluindo bancos, gestoras de ativos e consultorias. As estimativas mais precisas ganham destaque no ranking Top 5, divulgado a cada mês, e no Top 5 anual.

Ranking anual

1º lugar para Selic de curto prazo* (Top 5 do Banco Central)

Rankings mensais

Fevereiro

1º lugar para Selic de curto prazo
(Top 5 do Banco Central)

Agosto

1º lugar para Selic de curto prazo
(Top 5 do Banco Central)

Março

1º lugar para Selic de curto prazo
(Top 5 do Banco Central)

Setembro

1º lugar para Selic de curto prazo
(Top 5 do Banco Central)

Maio

1º lugar para Selic de curto prazo
(Top 5 do Banco Central)

Outubro

1º lugar para Selic de curto prazo
(Top 5 do Banco Central)

Junho

1º lugar para Selic de curto prazo
(Top 5 do Banco Central)

Dezembro

1º lugar para Selic de curto prazo
(Top 5 do Banco Central)

* A liderança foi dividida com outras empresas do ranking.

Destaque no Prisma Fiscal do Ministério da Economia

No Prisma Fiscal, gerido pela Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Economia, ocupamos o 3º lugar nas projeções sobre a Arrecadação das Receitas Federais e o 4º lugar pelas previsões da Receita Líquida do Governo Central em agosto, referentes às estimativas de curto prazo para os indicadores entre janeiro e junho.

Em setembro, conquistamos o 1º lugar do ranking de projeções relacionadas à Arrecadação das Receitas Federais e o 5º lugar referente à Despesa Total do Governo Central. A classificação considerou os indicadores de curto prazo de fevereiro a julho de 2022.

Em novembro, a Petros foi a única instituição presente em todos os cinco *rankings* de projeções de indicadores referentes ao

período de abril a setembro. Ficamos em 1º lugar nos *rankings* de projeções de Arrecadação das Receitas Federais e de Resultado Nominal do Governo Central, e aparecemos entre as cinco instituições mais assertivas em Receita Líquida, Despesa Total e Resultado Primário do Governo Central.

Os resultados fiscais do governo são relevantes para a precificação de uma série de variáveis macroeconômicas, como juros e câmbio. A projeção fiscal considera as conjunturas doméstica e internacional, permitindo traçar um cenário geral das finanças do Governo Federal, que impactam o desempenho da economia do país.

Reconhecimento da gestão de fundos

Pelo segundo ano consecutivo, a Petros foi selecionada entre as 15 instituições de destaque entre as gestoras de fundos do país. Na edição de 2022 do TOP 15 *Fund Selectors*, elaborado pela Citywire Brasil, foram premiados o nosso gerente executivo de Fundos de Fundos e Macroalocação, Daniel Gonçalves Pereira, e nossa gerente de Fundos, Barbara Boltje.

A Citywire é um grupo de informações e publicações financeiras, com sede em Londres. A empresa é especializada em acompanhar o desempenho de gestores de fundos e fornece notícias e dados para profissionais e investidores em todo o mundo. A seleção para o TOP 15 *Fund Selectors* considera instituições de grande relevância no mercado e que tiveram atuação de destaque no ano.



Acesse aqui o
Top 15 Brasil Fund
Selectors 2022

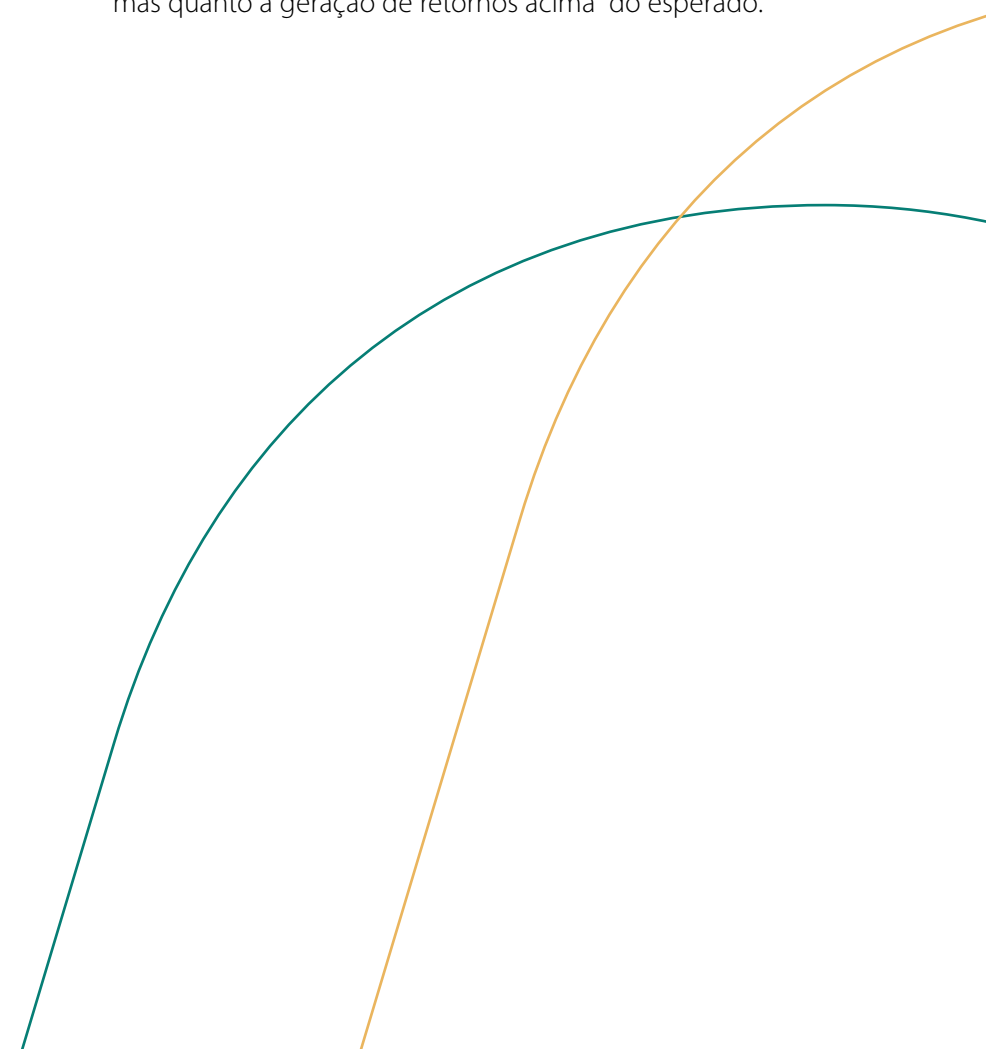
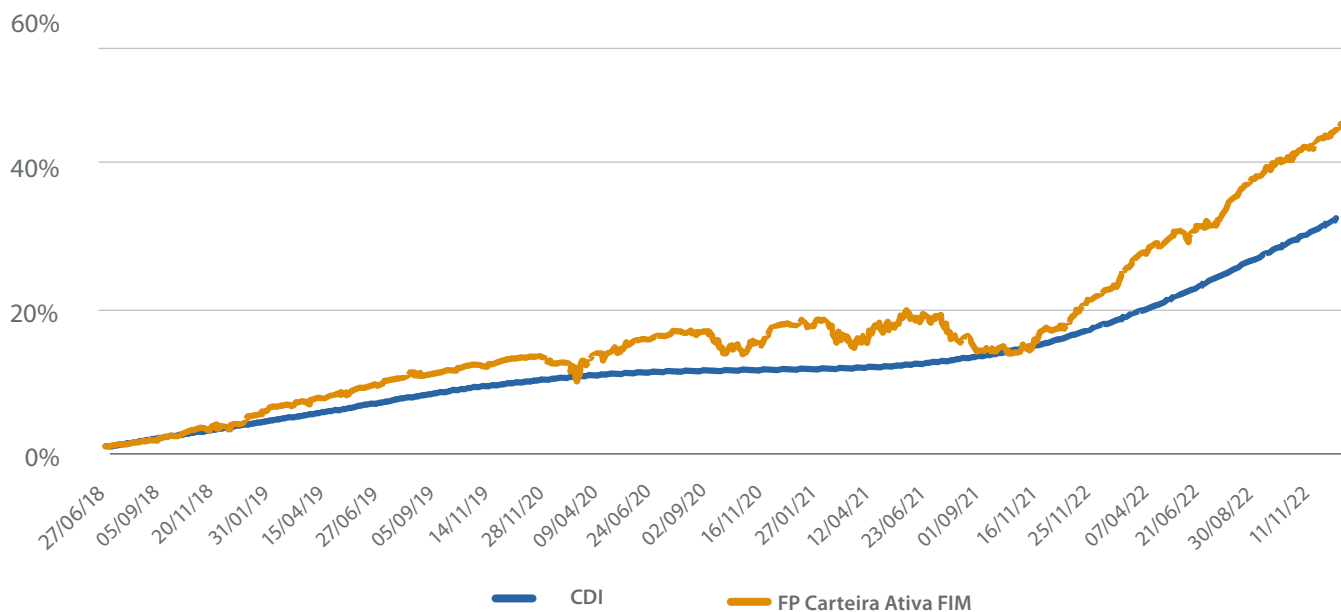
Resultados da gestão dos fundos multimercados

Na gestão interna, o Fundo Petros Carteira Ativa (FPCA), com patrimônio de R\$ 5,7 bilhões, obteve o melhor desempenho da indústria em sua categoria no ano de 2022. Seu desempenho vem se destacando entre os grupos de referência: fundos geridos por bancos e gestoras independentes, voltados às entidades fechadas de previdência complementar, regidos pela Resolução nº 4.661, do Conselho Monetário Nacional.

Gerido por uma equipe interna da Petros, o fundo registrou um rendimento acumulado de 19,72% ao longo do ano – um desempenho 7,4 pontos percentuais acima do CDI. Desde 2019, o fundo acumula rentabilidade de 36,92%.

As estratégias da Petros baseadas em fundos ativos, nos quais o gestor atua para superar a rentabilidade da sua meta de desempenho, têm sido um diferencial na nossa gestão de investimentos, não apenas para a diversificação do portfólio, mas quanto à geração de retornos acima do esperado.

Comparativo entre Fundo Petros Carteira Ativa e o CDI



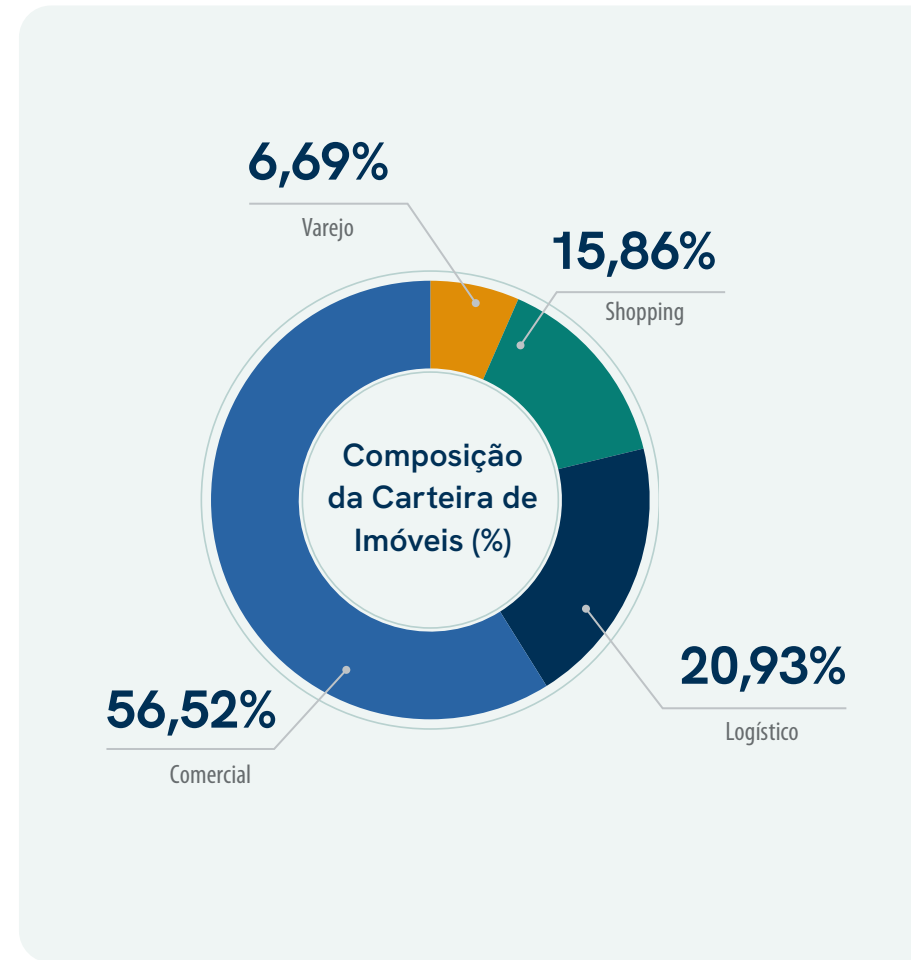


Gestão de investimentos imobiliários

Como resultado de um trabalho de aprimoramento da estrutura da área de investimentos e de qualificação das equipes para uma atuação mais ativa no mercado imobiliário, conseguimos reduzir o índice de vacância em nossa carteira para apenas 20%, uma queda de 22 pontos percentuais desde o fim de 2019, somando mais de 120 mil m² de área ocupada.

O resultado foi impulsionado pelo setor de condomínios logísticos de alto padrão, segmento bastante resiliente às oscilações do mercado e que atendeu ao aumento de demanda dos setores de *e-commerce* (comércio eletrônico) e varejo tradicional. Os shoppings centers que compõem o portfólio também apresentaram melhora de fluxo e de vendas, apesar do cenário desafiador da pandemia de Covid-19.

Além disso, reformulamos nossos procedimentos para desburocratização, investimos em plataformas de dados e criamos materiais de marketing, como o tour virtual (visita por vídeo) nos empreendimentos – o que conferiu maior competitividade aos ativos no disputado mercado imobiliário.



PREVIDÊNCIA

Migração do FlexPrev

Ao longo de 2022, a Petros implementou e concluiu com sucesso a migração de participantes do PP-2, do PPSP-R e do PPSP-NR patrocinados pela Vibra Energia, antiga BR Distribuidora, para o FlexPrev. Nesse processo, o novo plano recebeu 2.067 participantes ativos e 255 assistidos, encerrando o ano com total de 2.461 participantes.

Criado com a proposta de oferecer maior flexibilidade aos participantes da Vibra Energia, o FlexPrev foi aberto para novas adesões no fim de 2021, e a migração, voluntária e opcional, ocorreu entre maio e setembro de 2022.

O FlexPrev oferece aos participantes mais opções para recebimento de benefícios,

além da possibilidade de resgate dos valores aportados pela patrocinadora e do saque de até 25% do saldo no momento da aposentadoria.

O lançamento do novo plano e o processo de migração exigiram a dedicação de praticamente todas as áreas da Petros, da atuária à contabilidade, passando por comunicação, investimentos, atendimento e jurídico. Do início do processo à implementação, a Petros promoveu uma grande campanha para manter todos os participantes da Vibra informados sobre as características do novo plano.

Priorização de grandes planos

No ano passado, demos continuidade à estratégia de concentração na administração de planos que possuem mais participantes e maior volume de recursos. Desde 2021, quando esse trabalho foi iniciado, seis planos foram encerrados, com a administração sendo transferida para outras entidades. Outros 20 planos estão em processo de retirada e transferência e/ou incorporação, sendo que 12 devem deixar a Petros em 2023.

Essa estratégia faz parte de um amplo trabalho de reestruturação, que busca maior eficiência administrativa e simplificação de processos. Apesar de serem de pequeno porte, alguns com poucas dezenas de participantes, esses

planos exigem a mesma dedicação das nossas equipes que os planos de grande porte. Todos possuem, por exemplo, parecer atuarial e sistemas de tecnologia próprios.

Os processos de retirada são conduzidos com total transparência, e oferecemos aos participantes desses planos opções de transferência de gestão para outras entidades previdenciárias. Além disso, reiteramos que, até conclusão da transferência de gestão ou encerramento dos planos, todos os ativos e assistidos desses planos seguem sendo participantes da Petros, com todos os direitos e deveres garantidos.

20 PLANOS EM PROCESSO DE RETIRADA

12 PLANOS PREVISTOS PARA RETIRADA EM 2023

Alteração do regulamento do PP-2

O Conselho Deliberativo aprovou, em novembro de 2022, uma proposta de alteração no regulamento do Plano Petros-2 (PP-2). A revisão proposta visa ampliar as opções disponíveis aos participantes ativos e assistidos, oferecendo um plano ainda mais completo, adequado às necessidades dos diferentes perfis dos participantes atuais e futuros, em linha com as melhores práticas nacionais e internacionais, sem alterar os benefícios já oferecidos.

Para entrar em vigor, a proposta precisa ser aprovada pelas patrocinadoras e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), antes de ser submetida à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Apenas após aprovação final pela Previc, prevista para este ano, o novo regulamento será válido para todos os participantes ativos e assistidos do plano.

Todas as adequações podem ser conferidas por quadro comparativo ou, na íntegra, na Área do Participante do Portal Petros.

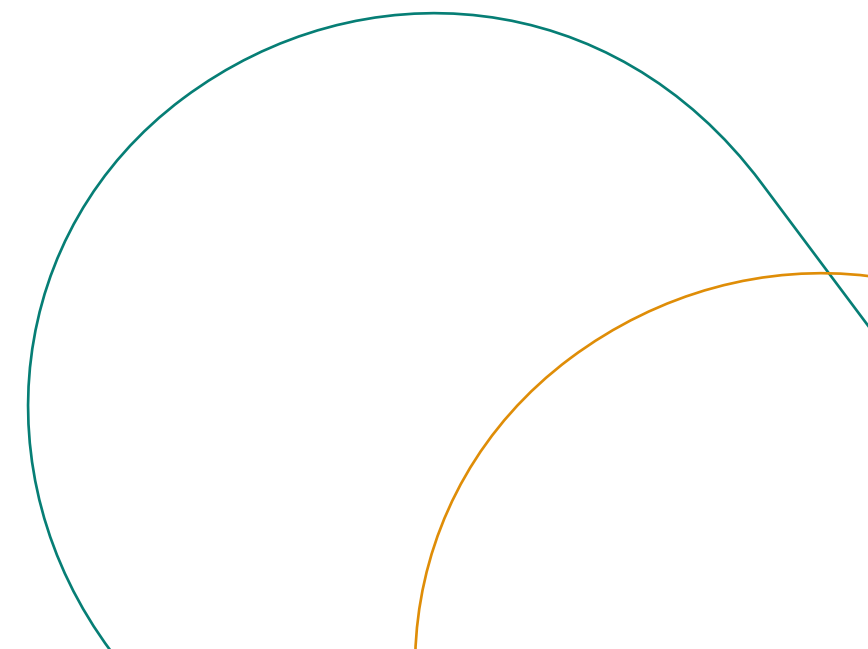
Parcelamento do PED 2015 (PPSP-R e PPSP-NR)

Comprometida com o patrimônio dos nossos participantes, a saúde financeira do PPSP-R e do PPSP-NR e a confiabilidade dos dados, promovemos um amplo processo de validação das contribuições do PED-2015 referentes ao período de março de 2018 a maio de 2020, abrangendo todos os participantes dos dois planos.

Considerando a importância e a seriedade do assunto, a validação dos dados foi realizada por duas consultorias externas e independentes, que certificaram todas as cobranças e pagamentos feitos nesse período, propiciando mais segurança e confiabilidade nas informações.

Atendendo à solicitação dos participantes, a Petros disponibilizou a memória de cálculo das contribuições extraordinárias no período de revisão e o extrato do saldo devedor e das prestações quitadas mensalmente a partir de junho de 2020. Ao concluir o pagamento integral, todos passaram a ter acesso a um termo de quitação.

O “Parcelamento do PED-2015” foi oferecido em meados de 2020 para possibilitar o pagamento das contribuições extraordinárias que foram temporariamente suspensas em razão de liminares judiciais obtidas pelos participantes. O parcelamento da dívida teve o objetivo de permitir que quem deixou de pagar as contribuições do equacionamento pudesse escolher como fazê-lo, ajustando as contas com o plano e reduzindo o impacto desse custo sobre o orçamento mensal e evitando prejudicar quem sempre pagou o PED-2015.



Resolução CNPC nº 55 e equacionamento no PPSP-R

Conforme amplamente divulgado aos participantes ativos e assistidos do PPSP-R, o resultado do plano em 2021 foi diretamente impactado pela conjuntura econômica que afetou o segmento de renda fixa, principalmente por causa dos títulos públicos marcados a mercado, que sofreram com as oscilações provocadas pela aceleração da inflação e pela elevação das taxas de juros.

Desde que o resultado foi apurado, a Petros trabalhou em busca da melhor solução para o reequilíbrio do plano, considerando, inclusive, a possibilidade de aplicação da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 55, publicada em julho do ano passado, que permitia avaliar o resultado de 2021 junto com o de 2022 em razão do caráter conjuntural, postergando a aplicação de um plano de equacionamento.

Elaboramos estudos aprofundados, que avaliaram três possíveis cenários, sendo dois com a aplicação do plano de

equacionamento, com estimativas para contribuição adicional mínima ou máxima, e outro prevendo a postergação do equacionamento, com a utilização da resolução CNPC nº 55.

Considerando a conjuntura econômica ainda adversa em 2022, os estudos demonstraram que a melhor opção para a saúde financeira do PPSP-R seria a aplicação do plano de equacionamento, sem a utilização da resolução do CNPC, que poderia levar a custos mais elevados aos participantes no futuro.

Dessa forma, o Conselho Deliberativo aprovou, em novembro, um Plano de Equacionamento do Déficit para o resultado de 2021. O equacionamento é uma obrigação legal, prevista na resolução CNPC nº 30/2018, para assegurar a saúde financeira dos planos de benefícios.



Petrobras: antecipação de pagamento dos Termos de Compromisso Financeiro Pré-70

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou a antecipação do pagamento de R\$ 6,88 bilhões à Petros para quitar parcialmente o Termo de Compromisso Financeiro Pré-70 (TCF Pré-70) e o Termo de Compromisso Financeiro Diferença de Pensão (TCF Diferença de Pensão).

Do total, pouco mais de R\$ 4 bilhões são referentes ao TCF-Pré-70, destinado apenas aos

planos Pré-70, sendo R\$ 2,41 bilhões para o PPSP-R Pré-70 e R\$ 1,66 bilhão para o PPSP-NR Pré-70. Já o pagamento do TCF Diferença de Pensão, exclusivo para os planos repactuados, é de R\$ 2,79 bilhões, com R\$ 772 milhões para PPSP-R Pré-70 e cerca de R\$ 2 bilhões para o PPSP-R. Esses valores já estavam incluídos nos cálculos do patrimônio de cada um desses planos, com previsão de recebimento até 2028.

Os dois Termos de Compromisso Financeiro compõem um Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR) celebrado em 2006 e firmado em 2008 entre a Petros, as patrocinadoras e entidades sindicais.

A antecipação desses pagamentos aumenta a liquidez dos planos, que são de benefício definido, fazendo com que uma parte maior do patrimônio seja composta por ativos financeiros e não mais por dívidas a receber. É importante destacar que esses valores foram utilizados na estratégia de imunização da carteira desses planos, equilibrando o fluxo de pagamentos de benefícios aos participantes com o fluxo dos ativos investidos, conforme descrito [na página 54](#).

A antecipação aumenta a liquidez dos planos, que são de benefício definido, fazendo com que uma parte maior do patrimônio seja composta por ativos financeiros e não mais por dívidas a receber.

Valores do Termo de Compromisso Financeiro (em R\$ milhões)

Plano	TCF Pré-70	TCF Diferença de Pensão	Total
PPSP-R Pré-70	2.416	772	3.188
PPSP-NR Pré-70	1.667	-	1.667
PPSP-R	-	2.027	2.027
Total	4.083	2.799	6.882

Melhorias no atendimento ao participante

Como reflexo de um amplo trabalho de reestruturação da área de relacionamento, que levou a uma profunda mudança na gestão dos canais de contato com os participantes, nosso atendimento alcançou, em 2022, o “nível de qualidade” na Net Promoter Score (NPS), pesquisa amplamente utilizada pelo mercado para avaliar a satisfação dos clientes. A nossa pontuação anual avançou 14 pontos na comparação entre 2021 e 2022, saindo da “zona de aperfeiçoamento” para a “zona de qualidade”, com a nota NPS saltando de 44 para 58.

Implementada em meados de 2021, a pesquisa é uma ferramenta para ouvir e nos aproximar ainda mais dos participantes. Com base nas avaliações, junto com outros insumos, identificamos oportunidades de melhoria e atuamos para qualificar cada vez mais o nosso atendimento. Ao longo de 2022, foram avaliados 16,4 mil atendimentos, de 14,1 mil participantes, e a nossa nota NPS se manteve em todos os meses no patamar de qualidade.

O avanço nesse indicador é resultado de uma série de medidas implementadas a partir de abril de 2020, quando a área de

relacionamento foi completamente reestruturada. As mudanças incluíram qualificação dos times, com o recrutamento de profissionais com ampla experiência em grandes instituições de mercado; a contratação de uma empresa altamente especializada em atendimento, gerando ganhos de eficiência e redução de custos; além da revisão dos processos em linha com as melhores práticas, incluindo adoção de métricas utilizadas no mercado, a exemplo da NPS.

O investimento em treinamento dos atendentes também contribuiu para a evolução da nossa operação, permitindo

mais autonomia para os profissionais, no sentido de oferecer respostas cada vez mais ágeis, claras e assertivas aos participantes. A revisão e a otimização de processos resultaram na redução no tempo médio de espera.

A Petros montou, ainda, uma equipe de *customer experience*, para analisar a experiência do participante desde o pedido de inscrição até o pagamento de benefícios. Com base nessa análise, foram identificados e atacados 120 pontos passíveis de melhoria e adotadas providências pontuais, como a criação dos formulários digitais para os pedidos de aposentadoria.

Tempo médio de espera

Ano	Voz (em horas)	Chat (em horas)	E-mail (em dias)
2020	0:04:14	0:02:17	5,9
2021	0:05:19	0:02:04	3,9
2022	0:00:36	0:00:17	0,4

Digitalização dos pedidos de aposentadoria

Em mais uma iniciativa de transformação digital para melhorar os serviços oferecidos aos participantes, implementamos em 2022 o processo de digitalização dos pedidos de concessão de aposentadoria nos planos do Sistema Petrobras de benefício definido — PPSP-R, PPSP-NR, PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70 — e no PP-2. Em breve, a facilidade será estendida a outros planos.

Para pedir aposentadoria em um desses planos, o participante preenche um formulário eletrônico intuitivo, que carrega automaticamente alguns dados e alerta sobre pendências no preenchimento. Em ambiente web, anexa toda documentação exigida e a assinatura dos documentos é realizada digitalmente, o que formaliza a operação. E o status do pedido também pode ser acompanhado pela internet, com a explicação de cada etapa do processo.

Redução do tempo de atendimento da Ouvidoria

Como resultado do trabalho de reformulação do modelo de gestão e de revisão de fluxos de informações entre áreas da Petros, a Ouvidoria da Petros reduziu pela metade o tempo médio de tratamento das manifestações de segunda instância em 2022. O prazo médio de 11,3 dias, registrado em 2021, caiu para 5,5 dias. Além disso, 72% das demandas foram concluídas com decisões e medidas favoráveis aos pleitos feitos pelos participantes.

A melhora no desempenho se deve a uma série de medidas implementadas a partir de maio do ano passado. A equipe da Ouvidoria passou a se dividir em três núcleos estratégicos: Gestão das Manifestações, responsável para tratamento e análise técnica de manifestações; Gestão de Denúncias e Ética, responsável pelo Canal de Denúncias e por assessorar o Comitê de Ética; e Planejamento e Inovação, para ações de *business intelligence*, com o tratamento de dados, painéis, relatórios gerenciais e experiência do usuário.

A criação dos núcleos racionaliza o tratamento das manifestações dos participantes, que antes eram distribuídas entre todos os analistas da Ouvidoria, ao mesmo tempo em que eles desempenhavam conjuntamente outras tarefas do setor. Os novos núcleos concederam maior foco aos analistas e diminuíram rapidamente o tempo do atendimento dos participantes.

Com isso, a Ouvidoria cumpriu o prazo de até 30 dias para resposta às solicitações de participantes e assistidos em 99,5% dos casos. O prazo é previsto na resolução nº 23/2006 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC. Em 2023, a Ouvidoria pretende treinar pontos focais nas diferentes áreas da Fundação, para reduzir ainda mais o tempo de resposta às manifestações.

FINANÇAS E TECNOLOGIA

Redução nas taxas de custeio do Sistema Petrobras

Refletindo nosso compromisso com uma gestão administrativa eficiente, conseguimos reduzir as taxas de custeio dos planos do Sistema Petrobras e do PP-2. A medida reflete o amplo trabalho que vem sendo desenvolvido nos últimos anos. Em 2019, iniciamos a substituição da taxa de carregamento, que incide sobre as contribuições, pela taxa de administração, calculada sobre o total dos recursos garantidos dos planos. Em 2020, ampliamos o modelo para os principais planos. No ano seguinte, a Petros manteve a alíquota de custeio para a maioria dos seus planos administrados.

E, desde 1º de janeiro de 2023, conseguimos reduzir as taxas de custeio dos PPSP-R, PPSP-NR e PP-3, representando uma queda de até 14% nas taxas praticadas. O PP-2 trocou a taxa de carregamento pela taxa de administração, em linha com as melhores práticas do mercado. Esta mudança também permitiu uma diminuição no custeio do plano. Os movimentos anteciparam para 2023 a redução das taxas prevista inicialmente para ocorrer em 2025, um reflexo do nosso compromisso com a austeridade orçamentária, por meio da busca por novas fontes de receita e redução de despesas.

É importante destacar que as taxas de custeio da Petros são mais atraentes do que a média do mercado. Em uma entidade aberta, a taxa de administração é, em média, de 1,3% ao

ano. Nossas taxas de administração são bem inferiores, com percentual médio de 0,24% ao ano, abaixo também da média do mercado fechado, que é de 0,28% ao ano.

Plano	Taxa de 2022	Taxa de 2023
PPSP-R	0,21%	0,19%
PPSP-NR	0,29%	0,25%
PP-2	4% (taxa de carregamento)	0,20% (taxa de administração)
PP-3	0,29%	0,25%

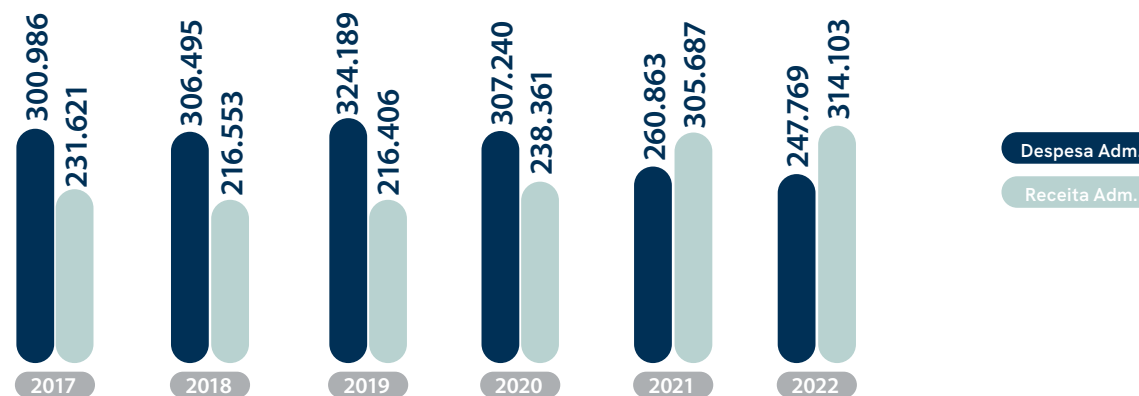
Manutenção do equilíbrio administrativo

O equilíbrio da gestão administrativa da Petros é uma das conquistas desta gestão, e permanece como um norte para o programa orçamentário da Fundação. Em 2022, a redução nos gastos foi de 5% em relação ao ano anterior, enquanto as receitas cresceram 2,7%. O resultado consolida nossa política de austeridade orçamentária, que garante a sustentabilidade do fundo administrativo.

O ajuste das contas ao longo dos últimos anos pode ser observado no quadro a seguir.

Evolução das despesas x receitas

em R\$ mil



Nota: Os valores demonstrados de 2017 a 2022 são realizados e foram atualizados com o IPCA acumulado do período. Nas despesas administrativas, a reavaliação do Edifício Petros foi expurgada de todo período analisado, sendo: 2017 - R\$ 2,5 milhões, 2018 - R\$ 13,4 milhões, 2019 - R\$ 0,4 milhões, 2020 - R\$ 12,1 milhões e 2022 - R\$ 13,3 milhões. Em 2021, foram expurgados R\$ 11 milhões da baixa do projeto de modernização dos sistemas previdenciários, que não representou desembolso de valores. Quanto às receitas administrativas, foram expurgados R\$ 354,7 milhões em 2022 referentes à receita de TCF (Termo de Compromisso Financeiro do plano Pré-70).

Gestão de empréstimos

Ampliação do limite máximo de empréstimos

Buscando sempre a melhor gestão da carteira de empréstimo, realizamos estudos individualizados dos planos e decidimos ampliar o limite do valor máximo do empréstimo, que passou de R\$ 198 mil para R\$ 300 mil nos Planos Petros do Sistema Petrobras (PPSP-R, PPSP-NR, PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70 e PP-2). A novidade adotada em 2022 atendeu também a demandas dos nossos participantes.

O valor máximo de empréstimo Petros considera a reserva pessoal acumulada no plano. Essa reserva refere-se ao que o participante poderia sacar caso saísse do plano, ou seja, suas contribuições menos o Imposto de Renda. Qualquer pedido para os planos PPSPs e PP-2, até então, precisava ficar abaixo do teto de R\$ 198 mil.

Além do novo limite, o empréstimo consignado da Petros oferece outra grande vantagem aos participantes: um custo muito mais baixo que o praticado em outras instituições. Importante lembrar que a carteira de empréstimos é

fundamental para a Fundação, pois além de ser um serviço importante para os participantes, traz uma rentabilidade adicional para os planos.

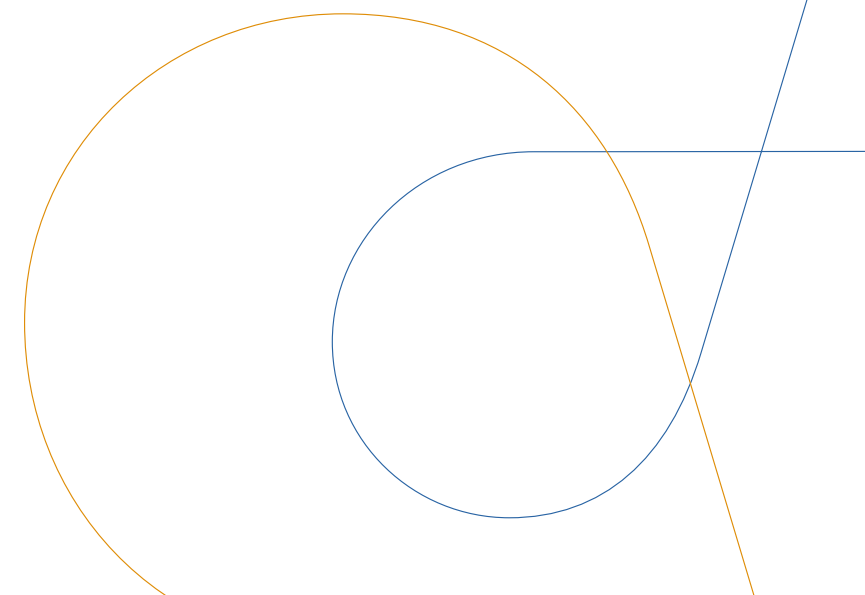
Ações para redução da inadimplência

Dentro de uma estratégia responsável da gestão da carteira de empréstimo, implementamos uma série de ações ao longo de 2022 com o objetivo de reduzir a inadimplência da nossa carteira, medidas consideradas essenciais para os planos e para os nossos participantes. Além de elevar o custo do empréstimo para os participantes, a inadimplência pode resultar em judicialização da cobrança.

Com o objetivo de reduzir a inadimplência dos contratos de empréstimos, adotamos em 2022 uma nova abordagem no contato ativo com o participante, considerando uma análise individualizada de casos e características como valor da dívida, margem para consignado, idade e plano. Dessa forma, oferecemos as melhores condições ao participante endividado e, ao mesmo tempo, recuperamos valores que são incorporados à rentabilidade dos planos.

Entre as condições oferecidas nessa nova abordagem está o uso da reserva individual, em planos de contribuição definida, para quitação ou amortização da dívida. Essa opção foi ofertada a um pequeno grupo, com pouco mais de cem participantes inadimplentes, resultando em 40 acordos e recuperação de R\$ 4,084 milhões. Diante do bom desempenho, a estratégia será ampliada para outros públicos.

Além disso, foram tomadas ações para conter o aumento da inadimplência, inclusive, com a suspensão da concessão de novos empréstimos em planos específicos. A medida visa proteger o conjunto de participantes e garantir a sustentabilidade e a rentabilidade desses planos.



Transformação digital da Petros

Para modernizar a estrutura de tecnologia e melhorar a experiência do participante, a Fundação colocou em operação o I-Petros, um novo sistema previdenciário adquirido no final de 2021. A plataforma de gestão integrada simplifica e automatiza processos cotidianos, como cálculos de arrecadação, de benefícios e de empréstimos, garantindo um menor tempo de resposta às demandas.

O I-Petros vem substituindo gradualmente as antigas ferramentas previdenciárias que funcionavam separadamente, sem comunicação dos dados. O sistema possui linguagem mais moderna (denominada .Net), exige custos mais baixos de manutenção no longo prazo e amplia a confiabilidade das informações.

As principais novidades tecnológicas em 2021 e 2022 foram:

- Lançamento do novo Portal Petros, com navegação inteiramente reformulada



Acesse o episódio sobre Transformação Digital no podcast Diálogos

para facilitar o acesso a serviços e notícias sobre a gestão dos planos;

- Uso de inteligência artificial e ferramentas de *Big Data* pela área jurídica para gerenciar o grande volume de dados dos processos, conforme a [página 49 deste relatório](#);
- O uso de *business intelligence* pela Ouvidoria, para acompanhar as métricas de atendimento, tratar dados sobre a experiência do usuário e gerar relatórios gerenciais, conforme a [página 68 deste relatório](#), subtópico de redução do tempo de atendimento;
- Implementação de *chatbot* (atendente virtual) para agilizar a resolução de demandas. O chatbot foi desenvolvido para interagir com os participantes, respondendo imediatamente às solicitações, 24 horas por dia, nos sete dias da semana;
- Plataforma de dados e novos materiais de marketing digital para a gestão de imóveis, detalhados a [página 62 deste relatório](#);

- Digitalização dos pedidos de aposentadoria, comentada na [página 68 deste relatório](#);
- Redução do tempo de fechamento contábil, pela automatização das demonstrações contábeis.

A transformação digital da Petros foi tema do nosso *podcast* “Diálogos” e está disponível em nossos canais no Spotify e no YouTube.



TRANSPARÊNCIA

#Petros
mais
transparente

A transparência é um elemento-chave para qualquer instituição, principalmente para um fundo de pensão que gere recursos de terceiros e cuida do futuro de milhares de famílias. Na Petros, a transparência é um compromisso permanente e que ganhou ainda mais força em 2022. A transparência norteou todas as iniciativas estratégicas de Comunicação ao longo do ano. Reunidas em um programa chamado “Petros Mais Transparente”, implementamos um conjunto de ações, incluindo reformulação dos canais de comunicação e criação de iniciativas fundamentais para aproximar e fortalecer o diálogo com os participantes.

Mais comunicação

Novo Portal Petros

Principal canal de comunicação com os participantes e demais públicos, o Portal Petros não passava por uma atualização há anos. Após meses de trabalho, lançamos um novo portal institucional com o objetivo de ampliar o acesso às informações sobre a gestão dos planos, como o desempenho dos investimentos, e a serviços fundamentais. Mais moderno, o novo site foi desenhado para oferecer uma navegação mais simples e intuitiva. Além disso, o conteúdo foi totalmente reformulado e a disposição das informações, reorganizada, melhorando a experiência de navegação.

Para desenvolver o portal, buscamos as melhores referências de mercado. Além disso, consultamos alguns dos nossos participantes para identificar o que poderia ser melhorado. Neste primeiro momento, as mudanças foram aplicadas na área aberta do Portal Petros. Em breve, teremos mais novidades e os participantes também poderão navegar em uma nova Área do Participante.



Acesse nosso portal
petros.com.br

Confira as principais mudanças que implementamos no novo portal

Mais moderno: O layout é totalmente novo, oferecendo uma navegação mais dinâmica;

Mais simples: Textos mais curtos, claros e didáticos. Os recursos gráficos também contribuem para essa melhor experiência;

Mais intuitivo: O conteúdo foi todo reorganizado, simplificando a navegação. Agora, você chega ao que quer com menos cliques;

Mais transparência: A área de investimentos tem um painel de apresentação dos dados. Confira e compare os resultados com os principais indicadores;

Mais conteúdo: A área de mídias digitais é totalmente nova. A de Educação Financeira e Previdenciária é bem diferente da anterior;

Mais estável: Nova plataforma tecnológica oferece mais estabilidade ao nosso portal.



Maior canal de YouTube entre os fundos de pensão!

Em pouco mais de um ano, nosso canal no YouTube se tornou o maior entre as organizações do nosso segmento no país, com mais de 10 mil seguidores. Somente no ano passado, conquistamos 100 mil visualizações dos nossos vídeos e mais de 3 mil novos seguidores no nosso canal. O crescimento é resultado de um planejamento estratégico do ponto de vista editorial e de gerenciamento do canal, com uma agenda mais frequente de vídeos, sobre assuntos de interesse dos participantes e com linguagem didática.

Somente em 2022, publicamos 23 novos vídeos no nosso canal, com destaque para duas webséries produzidas com o objetivo de aumentar a transparência e fortalecer nossas ações de educação financeira e previdenciária. Em “Por dentro dos investimentos”, nossos profissionais apresentaram de forma didática como é feita a gestão da carteira dos planos. Foram cinco episódios sobre temas como estratégia de imunização, gestão de renda variável, entre outros. Já websérie “Por dentro da seguridade” atualizou nossos participantes sobre a gestão do passivo dos planos, como meta atuarial, pagamento de benefícios, entre outros temas.

Principais números do canal em 2022:

23 novos vídeos
102.022 visualizações
3.352 novos inscritos
10.500 seguidores totais ao fim do ano



Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social ✓

@petrosdesde1970
 10,5 mil inscritos

INÍCIO

VÍDEOS

AO VIVO

PLAYLISTS

COMUNIDADE

CANAIS

SOBRE



Acese o
 nosso canal
 no YouTube

LinkedIn da Petros ganha mais 5 mil seguidores

Em pouco mais de dois anos, o nosso perfil no LinkedIn, a maior rede social profissional do mundo, chegou a mais de 17.700 seguidores, tornando nossa *company page* uma das maiores entre os fundos de pensão do país.

Nosso perfil foi criado em abril de 2020 com o objetivo de fortalecer nossas ações institucionais, como medidas de gestão, premiações e ações internas, além de levar informações sobre a abertura de vagas na Fundação, promovendo a marca empregadora.

Novos seguidores no LinkedIn em 2022, mês a mês



Evolução do total de seguidores



Acesse o
nosso perfil
no LinkedIn

Estamos no Spotify!

Para ampliar as opções de ferramentas de comunicação com os nossos participantes, aumentar a presença digital e chegar a diferentes faixas etárias, lançamos em 2022 o *podcast* "Diálogos", disponível no Spotify e no nosso canal no Youtube. O canal apresenta conteúdos sobre gestão dos planos, educação financeira e previdenciária, investimentos e novidades do setor. O formato do programa envolve a participação dos nossos profissionais e de especialistas convidados.

No episódio de estreia, o diretor de Riscos, Finanças e Tecnologia da Petros, Leonardo Marcos, apresentou os caminhos e desafios da transformação digital da previdência complementar.

No segundo episódio do nosso canal, o gerente de Controladoria, Leandro Negreiros, explicou a gestão e condições de empréstimos para os participantes.



Acesse nossa página no Spotify



Informativo ao participante reformulado

Criado em 2015, o nosso informativo enviado por e-mail aos participantes foi, pela primeira vez, completamente reformulado, ganhando nova proposta gráfica e editorial. Com isso, o "Petros Informa" passou a cobrir mais temas relevantes, para que os participantes fiquem sempre por dentro do que acontece na Petros e nos planos. Adotamos ainda uma abordagem mais didática das informações, com apoio de recursos gráficos.

O nosso informativo é uma das principais ferramentas de comunicação da Petros e permite que possamos falar de forma segmentada com as massas de participantes dos diferentes planos que administramos. Somente no ano passado, enviamos 414 diferentes informes aos participantes, com um total de mais de 12,2 milhões e-mails disparados.



414
diferentes informes

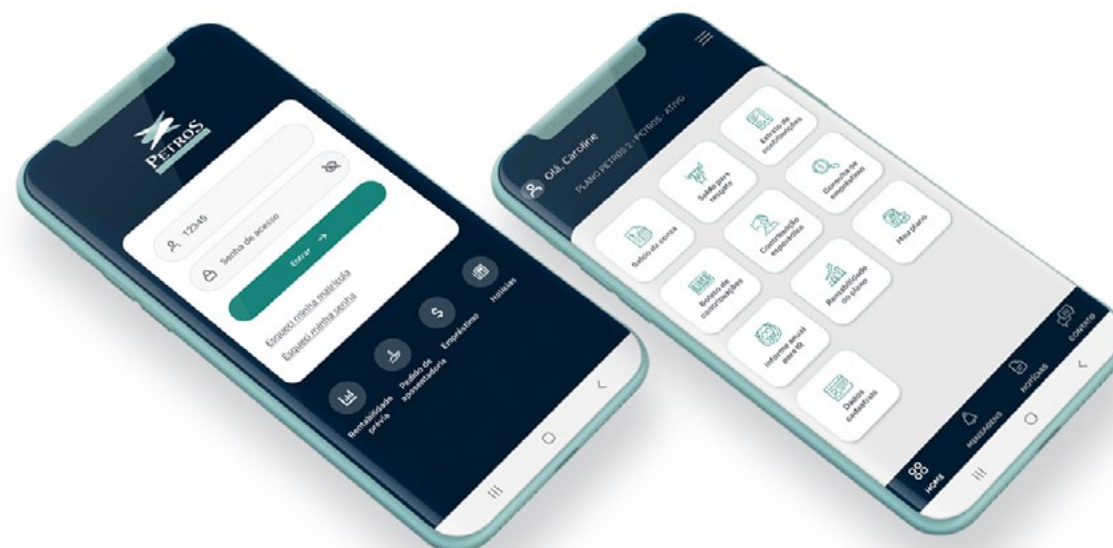


12,2 milhões
de e-mails disparados

App Petros atualizado

O aplicativo da Petros foi atualizado em 2022, com alterações que tornaram seu design mais moderno e simples. O app está disponível no Google Play e na App Store e permite acesso a informações sobre rentabilidade, saldo de conta, valor disponível para resgate, contracheque e calendário de pagamentos. Também é possível gerar boletos, consultar empréstimos e obter o informe anual para o Imposto de Renda. Em 2023, o aplicativo passará por novas atualizações para contemplar serviços fundamentais para os participantes, como solicitação de empréstimo, entre outros.

O app Petros está disponível:



Educação Financeira e Previdenciária

As nossas ações de Educação Financeira e Previdenciária foram completamente reformuladas em 2022 com a publicação de artigos, vídeos, *e-books* e *newsletters* temáticas, além de um redesenho da área dedicada ao tema no Portal Petros.

Ao todo, foram publicados 20 artigos educativos sobre previdência e finanças, três vídeos sobre investimentos e seguridade no canal da Petros no YouTube e quatro *e-books* sobre empréstimo consignado, renda fixa, benefícios e institutos, além de uma *newsletter* específica.



Acesse nosso site e saiba mais sobre nossas ações de **Educação Financeira e Previdenciária**



Reuniões com participantes

Lançadas em 2022, como um dos principais pilares do programa “Petros mais transparente”, as reuniões presenciais na Petros com a Diretoria foram fundamentais para a aproximação e diálogo com os participantes. O programa prevê encontros presenciais e remotos nos quais os participantes podem esclarecer dúvidas, apresentar ideias e conhecer as principais iniciativas da gestão.

Na primeira reunião, ocorrida em agosto de 2022, nossos diretores receberam na sede da Fundação, no Centro do Rio, um grupo de participantes para conversar sobre temas relacionados à nossa gestão. Desde então, realizamos outros três encontros com participantes tanto no formato presencial e virtual.

Da esquerda para a direita, em pé, estão Pedro Henrique Chrispim, Abdo Gavinho, Marilena Maçol, José Antônio Rosa, Luiz Guarabyra e Sergio Garcia. Sentados, estão o diretor de Seguridade da Petros, Akira Miki; o presidente da Petros, Bruno Dias; e o participante Francisco Antonio Barreto.



Nove *lives* reúnem mais de 6 mil participantes

A realização de *lives* também é outra iniciativa fundamental no nosso planejamento de comunicação. Ao longo de 2022, fizemos nove transmissões ao vivo, reunindo 6.432 pessoas. São números que reforçam a relevância dessa iniciativa com os nossos participantes, que têm a oportunidade de enviar perguntas, sugestões e tirar dúvidas com a nossa equipe durante as transmissões.

Além da nossa Diretoria, passamos a incluir analistas e técnicos nas transmissões. Realizamos levantamento com os participantes para identificar temas de interesse para as *lives* e buscamos novos formatos com o objetivo de chegar a públicos específicos.

Data | *Live* | Número de participantes

- ▶ 7/4 | Resultados 2021 | 1.415
- ▶ 4/5 | FlexPrev – migração PPSPs | 545
- ▶ 4/5 | FlexPrev – migração PP-2 | 813
- ▶ 27/5 | FlexPrev – live sobre migração | 651
- ▶ 4/7 | FlexPrev – live sobre tributação e outros temas | 251
- ▶ 6/7 | FlexPrev – última live sobre migração | 259
- ▶ 5/8 | Live sobre retirada do TapmePrev | 404
- ▶ 7/10 | PPSP-R – Resolução CNPC 55 | 1.659
- ▶ 19/10 | PED Ultrafértil | 435

Nova *newsletter* de investimentos

Como um complemento da divulgação mensal das prévias dos resultados dos investimentos, disponíveis no site da Petros, os participantes de PP-2, PP-3, PPSP-R e PPSP-NR passaram a receber também, diretamente por e-mail, a nossa *newsletter* “Por dentro dos investimentos”, com um resumo dos resultados do plano. A nova *newsletter* lançada em setembro busca facilitar o acesso às informações, levando diretamente para a caixa de e-mail dos participantes os principais resultados do seu plano, com explicações didáticas.





ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

- 83 Acompanhamento da Gestão Orçamentária
- 83 Custeio Administrativo em 2022
- 83 Despesas Administrativas em 2022
- 85 Indicadores 2022



Para ver demonstrativos
completos acesse nosso site
e baixe o caderno de anexos

Acompanhamento da Gestão Orçamentária

Conta	2022		% Participação no realizado	(B-A)/A Δ %
	Orçado (A)	Realizado (B)		
1. Receitas	6.707.577.009	9.131.644.562	100,0	36,1%
1.1. Contribuições Previdenciais ¹	6.613.801.373	8.462.831.246	92,7	28,0%
1.2. Receitas Administrativas ²	281.659.422	668.813.316	7,3	137,5%
2. Despesas	7.735.250.043	10.505.799.233	100,0	35,8%
2.1. Pagamentos de Benefícios ³	10.337.764.935	10.244.737.620	97,5	-0,9%
2.2. Despesas Administrativas ⁴	254.228.088	261.061.613	2,5	2,7%
3. Investimentos em Ativo Permanente	50.510.403	35.009.944	100,0	-30,7%

¹ No realizado de contribuições previdenciais, foi expurgado o valor de R\$ 1,4 bilhão referente as Outras adições, Migração entre planos, Atualização depósitos judiciais e Portabilidade.

² No realizado das Receitas Administrativas está contemplado o valor de R\$ 354,7 milhões referente ao TCF.

³ No realizado de pagamentos de benefícios = Benefícios de prestação continuada e única.

⁴ No realizado das Despesas Administrativas está contemplado o valor de R\$ 13,3 milhões referente a Reavaliação do Ed. Petros.

Custeio administrativo em 2022 (em R\$)

Custeio Administrativo	Valores	% de Participação
	(B)	(B / A)
Taxa carregamento ¹	465.652.721,26	62,0
Taxa administração investimentos	154.540.017,33	20,6
Taxa de administração de empréstimo e financiamento	6.269.875,93	0,8
Resultado positivo líquido dos investimentos	82.028.170,29	10,9
Outras	42.350.701,56	5,6
Total (A)	750.841.486,37	100,0

¹ Na taxa de carregamento está contemplado o valor de R\$ 354,7 milhões referente aos TCF.

Despesas administrativas em 2022 (em R\$)

Despesas Administrativas	Valores	% de Participação
	(B)	(B / A)
Pessoal e Encargos	139.158.523	53,3
Conselhos	3.244.552	1,2
Diretoria	6.997.938	2,7
Pessoal Próprio	128.236.500	49,1
Outras	1.119	0,0
Estagiário	678.415	0,3
Treinamento/Congressos e Seminários	635.830	0,2
Viagens e Estadias	382.693	0,1
Serviços de Terceiros	75.934.173	29,1
Consultoria Jurídica	16.343.588	6,3
Serviços com Tecnologia da Informação	29.415.407	11,3
Outros Serviços de Terceiros	9.751.838	3,7

Despesas administrativas em 2022 (em R\$)

Despesas Administrativas	Valores	% de Participação
	(B)	(B / A)
Outros serviços de consultoria	6.255.988	2,4
Atendimento/Cadastro Participante	4.781.487	1,8
Consultoria Atuarial	1.846.886	0,7
Auditoria Atuarial	331.550	0,1
Auditoria Contábil	4.150.746	1,6
Gestão Planejamento Estratégico	322.858	0,1
Recursos Humanos	846.773	0,3
Consultoria de Investimentos	300.988	0,1
Despesas Relacionadas ao Arquivo Central	444.498	0,2
Serviços Preservação e Segurança	255.370	0,1
Remuneração Seguro Garantia Judicial	297.195	0,1
Programa Menor Aprendiz	296.104	0,1
Consultoria Contábil	202.484	0,1
Outras	90.414	0,0
Despesas Gerais	25.979.068	10,0
Material	2.110.215	0,8
Baixa bens do ativo permanente	183.181	0,1
Publicação, Divulgação e Exposição	1.039.040	0,4
Revisão de critério de cálculo de pensão	3.039.853	1,2
Luz e Força	757.729	0,3
Água e Esgoto	384.554	0,1
Alugueis	1.692.657	0,6
Despesas de Condomínio	504.691	0,2
Despesas de IPTU	424.196	0,2
Limpeza, conservação e reparos	514.897	0,2
Manutenção máquinas e equipamentos	528.716	0,2
Manutenção predial	510.842	0,2
Reavaliação negativa de bens	13.293.000	5,1
Outras despesas	995.496	0,4
Depreciação e Amortização	8.951.831	3,4
Depreciações	2.407.975	0,9
Amortizações	6.543.856	2,5
Tributos	10.019.496	3,8
Taxa de Fiscalização e Controle - TAFIC	9.548.150	3,7
Demais tributos	471.346	0,2
Total (A)	261.061.613	100,0

Indicadores 2022

Indicadores 2022	Metas	Resultados
II - Despesas administrativas por número de participantes	R\$ 157	R\$ 155
III - Índice de cobertura das despesas administrativas	111%	127%
IV - Despesas administrativas por receitas previdenciais normais	7,06%	5,78%
V - Despesas administrativas por recursos garantidores	0,25%	0,23%

Obs. Nas despesas administrativas foi expurgado R\$ 13,3 milhões despesas extraordinárias.

Obs. Nas receitas previdenciais foi expurgado R\$ 4,3 bilhões de receitas extraordinárias.

Obs. Nas receitas administrativas foi expurgado R\$ 354,7 milhões receitas extraordinárias.



DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

- 87 Composição dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios
- 88 Investimento Consolidado
- 90 Provisão por Perda
- 90 Custos de Gestão dos Investimentos
- 91 Responsáveis

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADO

Composição dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios

Segmento	Investimentos por Segmento			
	Dezembro de 2021		Dezembro de 2022	
	Valor	%	Valor	%
Renda Fixa	70.066.733.924,45	70,94%	83.616.609.991,72	76,49%
Renda Variável	18.270.882.352,52	18,50%	13.629.282.585,21	12,47%
Estruturados	2.529.542.344,07	2,56%	3.324.583.022,53	3,04%
Imobiliário	3.861.605.472,38	3,91%	3.727.095.564,27	3,41%
Exterior	222.487.898,08	0,23%	201.499.673,76	0,18%
Operações com Participantes	2.719.743.526,25	2,75%	2.650.347.515,00	2,42%
Total dos Investimentos¹	97.670.995.517,75	98,89%	107.149.418.352,49	98,01%
Disponível	5.089.223,00	0,01%	3.857.484,32	0,01%
Valores a Pagar/Receber	1.095.629.556,79	1,11%	2.164.080.216,22	1,98%
Total dos Recursos Garantidores²	98.771.714.297,54	100,00%	109.317.356.053,03	100,00%

(1) O Total dos investimentos apresenta o somatório dos investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA.

(2) Recursos Garantidores: Disponível + Realizável de Investimentos - Exigíveis de Investimentos.

Segmentos de Investimentos e Classes de Ativos

Investimentos	Dezembro de 2021		Dezembro de 2022	
	Valor	%	Valor	%
Renda Fixa	70.066.599.986,08	70,94%	83.616.503.258,61	76,49%
Títulos Públicos Federais	44.973.949.594,23		60.844.227.332,98	
Títulos Públicos Estaduais	237.069.429,56		0,00	
Títulos Privados	606.085.120,35		518.485.730,40	
Fundos de Renda Fixa	24.176.732.563,09		22.174.357.815,02	
Fundos em Direitos Creditórios	72.897.217,22		79.539.113,32	
Valores a Pagar/Receber	(133.938,37)		(106.733,11)	
Renda Variável	18.288.566.807,50	18,52%	13.659.088.336,61	12,49%
Ações	5.870.270.837,90		2.419.797.265,87	
Fundos de Ações	12.400.611.514,62		11.209.485.319,34	
Valores a Pagar/Receber	17.684.454,98		29.805.751,40	
Estruturados	2.571.853.342,27	2,60%	3.356.143.283,97	3,07%
Fundos de Investimento em Participação	267.785.134,56		56.245.770,88	
Fundos Multimercado Estruturado	2.261.757.209,51		3.268.337.251,65	
Valores a Pagar/Receber	42.310.998,20		31.560.261,44	

Segmentos de Investimentos e Classes de Ativos

Investimentos	Dezembro de 2021		Dezembro de 2022	
	Valor	%	Valor	%
Imobiliário	3.878.223.350,04	3,93%	3.743.129.850,01	3,42%
Imóveis	3.433.758.303,61		3.274.056.843,09	
Fundos Imobiliários	427.847.168,77		453.038.721,18	
Valores a Pagar/Receber	16.617.877,66		16.034.285,74	
Exterior	222.487.898,08	0,23%	201.499.673,76	0,18%
Fundos no Exterior	222.487.898,08		201.499.673,76	0,18%
Operações com Participantes	2.718.434.705,58	2,75%	2.649.039.518,70	2,42%
Empréstimos e Financiamentos	2.719.743.526,25		2.650.347.515,00	
Valores a Pagar/Receber	(1.308.820,67)		(1.307.996,30)	
Acordo de Leniência J & F	1.020.458.984,99	1,03%	1.110.512.845,95	1,02%
Acordos Judiciais	-	0,00%	977.581.801,10	0,89%
Disponível	5.089.223,00	0,01%	3.857.484,32	0,01%
Total	98.771.714.297,54	100,00%	109.317.356.053,03	100,00%

Investimento Consolidado
Renda Fixa
Títulos Públicos - Carteira própria

	Valor	% Segmento
Títulos Públicos Federais	60.844.227.332,98	72,76%
Títulos Privados	518.485.730,40	0,62%
Fundos em Direitos Creditórios	79.539.113,32	0,10%
Fundos de Renda Fixa	22.174.357.815,02	26,52%
Total	83.616.609.991,72	

Valores a Pagar/Receber

Valores a Pagar/Receber	(106.733,11)	0,00%
Disponível	3.857.484,32	0,01%
Total	3.750.751,21	
Total Renda Fixa	83.620.360.742,93	100,00%

Renda Variável

Grupo	Valor	% Segmento
Ações	2.419.797.265,87	17,72%
Fundos de Investimentos em Ações	11.209.485.319,34	82,07%
Total	13.629.282.585,21	

Valores a Pagar/Receber		
Total	29.805.751,40	0,22%
Total Renda Variável	13.659.088.336,61	100,00%

Estruturados

Fundos de Investimentos		
Grupos	Valor de Mercado	% Segmento
Fundos de Investimentos em Participações	56.245.770,88	1,68%
Fundo Mutimercado Estruturado	3.268.337.251,65	97,38%
Total	3.324.583.022,53	

Valores a Pagar/Receber		
Total	31.560.261,44	0,94%
Total Estruturados	3.356.143.283,97	100,00%

Imobiliário

Grupo	Valor	% Segmento
Imóveis	3.274.056.843,09	87,46%
Fundos Imobiliários	453.038.721,18	12,10%
Total	3.727.095.564,27	

Valores a Pagar/Receber		
Total	16.225.486,24	0,43%
Total Imobiliário	3.743.321.050,51	12,54%

Operações com Participantes

Empréstimos			
Indexador	Atrasados	Valores não Atrasados	% Segmento
IPCA		2.526.313.578,94	95,37%
PRÉ FIXADO		1.795.658,63	0,07%
INPC		5.103.418,36	0,19%
Provisão para perda	117.134.859,07		4,42%

Valores a Pagar/Receber		
Total	(1.307.996,30)	-0,05%
Total Operações com Participantes	2.649.039.518,70	100,00%

Investimentos no Exterior

Grupo	Valor	% Segmento
Fundos no Exterior	201.499.673,76	100,00%
Total	201.499.673,76	

Provisão para Perda

Grupo	Valor	%
CCI	107.374.427,38	25,72%
Debêntures	21.399.977,85	5,13%
FIDC	114.656.056,08	27,47%
FIM	76.351.749,47	18,29%
FIP	6.334.647,20	1,52%
Outros	3.489.154,95	0,84%
Acordos	87.795.896,27	21,03%
Total	417.401.909,20	100,00%

As provisões para perda apresentadas referem-se a carteira mobiliária

Custos de Gestão dos Investimentos

Custos de Administração de Recursos Total	PGA ¹	Despesas Diretas ²	Total
Gestão Interna			
Administração/Gestão ³	65.969.264,29	-	65.969.264,29
Custódia ⁴	-	3.245.124,79	3.245.124,79
Corretagem	-	296.635,62	296.635,62
Consultoria	7.520.446,83	401.792,60	7.922.239,43
Honorários Advocatícios	-	1.691.474,17	1.691.474,17
Auditoria	1.817.294,62	-	1.817.294,62
Viagens e Transporte	167.187,97	-	167.187,97
Depreciações/Amortizações	3.910.806,59	-	3.910.806,59
Carteira de Empréstimos ⁵	-	3.249.065,48	3.249.065,48
Carteira Imobiliária ⁶	-	42.524.143,55	42.524.143,55
Tecnologia da Informação	12.850.775,40	-	12.850.775,40
Outras Despesas ⁷	21.547.559,13	1.376.000,79	22.923.559,92
Subtotal	113.783.334,83	52.784.237,00	166.567.571,83

Custos de Administração de Recursos Total	PGA ¹	Despesas Diretas ²	Total
Gestão Externa			
Administração/Gestão			8.334.500,18
Taxa de Performance ⁸			1.298.041,42
Custódia ⁴			1.000.452,85
Corretagem			17.424.630,85
Consultoria			62.245,24
Honorários Advocatícios			996.753,65
Auditoria			228.597,87
Outras Despesas ⁹			15.578.701,26
Subtotal			44.923.923,32
Total			211.491.495,15

A apresentação das informações relativas aos custos com administração dos recursos, presente no relatório anual, tem por objetivo demonstrar o desembolso realizado pela Fundação na realização da gestão interna e externa dos investimentos.

Os custos de gestão interna são apurados a partir da avaliação dos gastos da carteira de imóveis e demais investimentos de gestão própria. Além disso, conta com as despesas registradas no PGA, proporcionalizado à alocação dos gastos com investimentos quando despesas comuns ou integralmente quando houver despesa específica. A avaliação da proporcionalidade das despesas comuns é realizada no Plano de Custeio Anual

Os custos de gestão externa são apurados a partir da avaliação dos demonstrativos de caixa dos fundos de investimentos classificados como exclusivos e de 1º nível.

Notas:

1 Custos relativos aos investimentos apurados através do PGA.

2 Custos relativos à gestão da carteira de investimentos mobiliário e imobiliário.

3 Pessoal e Encargos, Treinamentos/Congressos e Tributos.

4 Inclui CETIP, Selic, CBLIC e Anbima.

5 Os custos da carteira de empréstimos referem-se a custas judiciais.

6 Serviços de Consultoria, Avaliação, Taxa de administração, condomínio, Honorários Advocatícios e Outros (IPTU/Taxas, Seguro, Manutenção Predial, Reformas). Não são consideradas reavaliações de imóveis.

7 Serviços de terceiros de recursos humanos, serviços públicos e patrimoniais no PGA.

8 Taxa de Performance é uma taxa cobrada sobre uma parcela da rentabilidade do fundo que exceda a variação de um índice de desempenho previamente determinado,

9 Despesas Bancárias, CVM, BM&F e outras.

Responsáveis

Nome	Tipo	Telefone	e-mail
Marcelo Nogueira de Andrade (KPMG)	Auditor Independente	(21) 2207-9303	mnandrade@kpmg.com.br
Paulo César Cândido Werneck	Administrador Qualificado (AETQ)	(21) 2506-0587	paulo.werneck@petros.com.br

Desenquadramentos e Inobservâncias à Resolução CMN nº 4.994/2022

Não foram observados desenquadramentos em relação aos limites estabelecidos na legislação.

Justificativas para os Desenquadramentos e Inobservâncias à Resolução CMN nº 4.994/2022

Não há desenquadramento

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Conselheiros e Diretores da Fundação
Petrobras de Seguridade Social - Petros
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Entidade Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros ("Entidade" ou "Petros"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 43), a demonstração do ativo líquido e a demonstração das provisões técnicas dos plano de benefícios, por plano de benefícios previdencial, em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social consolidada, da mutação do ativo líquido por plano de benefícios previdencial, do plano de gestão administrativa consolidada, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros em 31 de dezembro de 2022, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios previdencial de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada

"Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 95** Balanço Patrimonial Consolidado
- 97** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS
- 99** Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA
- 100** Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis
- 212** Parecer do Comitê de Auditoria
- 213** Parecer Anual do Conselho Fiscal
- 214** Decisão do Conselho Deliberativo



Para ver demonstrativos
completos acesse nosso site
e baixe o caderno de anexos

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Demonstrações Contábeis - 2022

(em R\$ mil)

Balço Patrimonial				
Ativo	Nota	dez/2022	dez/2021	Δ%
Disponível		3.857	5.089	-24%
Realizável		120.775.225	114.117.476	6%
Gestão Previdencial	4	11.305.997	15.202.043	-26%
Gestão Administrativa	5	150.261	127.145	18%
Investimentos	6	109.318.967	98.788.288	11%
Títulos Públicos		60.844.227	45.211.019	35%
Ativo Financeiro de Crédito Privado		518.486	606.085	-14%
Renda Variável		2.449.603	5.887.955	-58%
Fundos de Investimento		37.474.064	39.872.430	-6%
Derivativos		-	18.994	-
Investimentos em imóveis		3.291.890	3.451.328	-5%
Operações com Participantes		2.650.623	2.720.017	-3%
Recursos a Receber - Precatórios		977.582	-	-
Outros Realizáveis		1.112.492	1.020.460	9%
Imobilizado e Intangível	7	79.740	65.799	21%
Imobilizado		23.196	38.951	-40%
Intangível		56.544	26.848	111%
Total do ativo		120.858.822	114.188.364	6%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Demonstrações Contábeis - 2022

(em R\$ mil)

Balanco Patrimonial				
Passivo	Nota	dez/2022	dez/2021	Δ%
Exigível Operacional	8	794.056	740.585	7%
Gestão Previdencial		620.270	587.081	6%
Gestão Administrativa		168.317	150.834	12%
Investimentos		5.469	2.670	105%
Exigível Contingencial	11	4.175.615	4.020.992	4%
Gestão Previdencial		4.166.021	4.013.183	4%
Gestão Administrativa		9.594	7.809	23%
Patrimônio Social	12	115.889.151	109.426.787	6%
Patrimônio de Cobertura do Plano	12.1	113.509.734	107.979.950	5%
Provisões Matemáticas		118.382.264	117.582.596	1%
Benefícios Concedidos		118.212.535	113.216.522	4%
Benefícios a Conceder		40.756.388	37.478.180	9%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(40.586.659)	(33.112.106)	23%
Equilíbrio Técnico		(4.872.530)	(9.602.646)	-49%
Resultados Realizados		(4.876.912)	(9.607.258)	-49%
Superávit Técnico Acumulado		43.259	44.789	-3%
(-) Déficit Técnico Acumulado		(4.920.171)	(9.652.047)	49%
Resultados a Realizar	4.4	4.382	4.612	-5%
Fundos	12.2	2.379.417	1.446.837	64%
Fundos Previdenciais		679.278	223.566	204%
Fundos Administrativos		1.374.977	897.029	53%
Fundos para Garantia das Operações com participantes		325.162	326.242	0%
Total do passivo		120.858.822	114.188.364	6%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS

Demonstrações Contábeis - 2022

(em R\$ mil)

Descrição	Nota	dez/2022	dez/2021	Δ%
(A) Patrimônio Social - Início do exercício		109.426.787	111.530.033	-2%
1. Adições		17.814.152	14.388.084	24%
(+) Contribuições Previdenciais		7.997.178	10.000.100	-20%
(+) Portabilidade		1.435	3.258	-56%
(+) Atualização de Depósitos Judiciais/Recurais		4.880	7.793	-37%
(+) Reversão de Fundos Administrativos		5.069	263	1827%
(+) Migração entre Planos		982.922	2.828.440	-65%
(+) Outras Adições Previdenciais		403.637	1.257.584	-68%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial		7.668.190	-	-
(+) Receitas Administrativas		668.813	288.958	131%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa		82.028	1.688	4759%
2. Deduções		(13.269.097)	(15.868.059)	-16%
(-) Benefícios		(10.244.738)	(9.269.202)	11%
(-) Resgates		(306.387)	(646.316)	53%
(-) Portabilidades		(260.631)	(233.306)	-12%
(-) Migração entre Planos		(982.922)	(2.828.440)	65%
(-) Provisão para Perdas Estimadas		(50.065)	(82.495)	39%
(-) Desoneração de Contribuições de Patrocinadores		(1.871)	(2.665)	30%
(-) Outras Deduções		(686.345)	(394.145)	-74%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial		-	(1.534.462)	-
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial		(463.388)	(494.244)	-6%
(-) Despesas Administrativas		(261.062)	(259.501)	1%
(-) Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios - Gestão Administrativa		(5.069)	(263)	-1827%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa		(5.493)	(1.927)	185%
(-) Reversão de Fundos para Garantia das Operações com Participantes		(897)	(82.635)	-99%
(-) Resultados a Realizar		(229)	(38.458)	-99%

Descrição	Nota	dez/2022	dez/2021	Δ%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)		4.545.055	(1.479.975)	407%
(+/-) Provisões Matemáticas		(1.129.270)	9.893.376	-111%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício		4.731.554	(11.250.802)	142%
(+/-) Resultados a Realizar		(229)	(38.458)	99%
(+/-) Fundos Previdenciais		464.681	(30.410)	1628%
(+/-) Fundos Administrativos		479.217	28.954	1555%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes		(898)	(82.635)	99%
4. Outros Eventos do Patrimônio Social		2.026.266	4.003	50519%
(+/-) Outros Eventos do Patrimônio Social		2.026.266	4.003	50519%
5. Operações Transitórias		(108.957)	(627.274)	83%
Operações Transitórias		(108.957)	(627.274)	83%
(B) Patrimônio Social - Final do exercício (A + 3 + 4 + 5)		115.889.151	109.426.787	6%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA

Demonstrações Contábeis - 2022

(em R\$ mil)

Descrição	Nota	dez/2022	dez/2021	Δ%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior		897.029	873.624	3%
1. Custeio da Gestão Administrativa		750.841	290.646	158%
1.1. Receitas		750.841	290.646	158%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial		465.653	106.915	336%
Custeio Administrativo dos Investimentos		154.540	132.808	16%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos		6.270	6.460	-3%
Receitas Diretas		74	815	-91%
Outras Receitas		42.276	41.960	1%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos		82.028	1.688	4759%
2. Despesas Administrativas		(261.062)	(259.502)	1%
2.1. Administração dos Planos Previdenciais		(261.062)	(259.502)	1%
Pessoal e encargos		(139.158)	(134.615)	3%
Treinamentos/congressos e seminários		(636)	(392)	62%
Viagens e estadias		(383)	(13)	2846%
Serviços de terceiros		(75.945)	(83.204)	-9%
Despesas gerais		(25.769)	(22.128)	16%
Depreciações e amortizações		(8.952)	(9.039)	-1%
Tributos		(10.019)	(10.111)	-1%
Outras Despesas		(200)	-	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas		(5.493)	(1.927)	-185%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios		(5.069)	(263)	-1827%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)		479.217	28.954	1555%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	12.2.2	479.217	28.954	1555%
8. Operações Transitórias		(1.269)	(5.549)	77%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (Petros) – constituída pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) em 1969 – é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, que, na qualidade de Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) classificada como Entidade Sistemicamente Importante (ESI), tem por objetivos primordiais a instituição e a administração de planos de benefícios, em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPJ) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Para a realização de seus objetivos, a Fundação obtém recursos financeiros de contribuições dos patrocinadores, participantes (ativos, assistidos e autopatrocinados), bem como de rendimentos ganhos pela aplicação dessas contribuições em investimentos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As EFPC estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005 e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e com a Instrução Normativa SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27 de julho de 2006 e de 03 de janeiro de 2013, respectivamente.

1.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA PETROS

Atualmente, a Fundação administra 39 planos de benefícios que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), sendo 10 de benefício definido (BD), 3 de contribuição variável (CV) e 26 de contribuição definida (CD).

A seguir, apresentamos a relação dos planos de benefícios administrados pela Petros:

- Planos de Benefício Definido - Fechados para novas adesões:

Planos	CNPB (CNPJ)	Patrocinadoras
Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados (PPSP-R)	2018.0002-92 (48.307.659/0001-11)	Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras
		Petros
		Vibra Energia
Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados (PPSP-NR)	1970.0001-47 (48.306.540/0001-24)	Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras
		Petros
		Vibra Energia
Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70)	2019.0036-19 (48.307.720/0001-20)	Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras
Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70)	2019.0037-83 (48.307.721/0001-75)	Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras
Plano Petros ARLANXEO Prev	2003.0024-56 (48.307.308/0001-00)	Arlanxeo Brasil S.A
		Araucária Nitrogenados
Plano Petros Ultrafertil	2003.0026-18 (48.307.204/0001-04)	Ultrafertil S.A.
		Vale Fertilizantes
Plano Petros Copesul	2003.0022-19 (48.307.199/0001-21)	Braskem
Plano Petros Braskem	2003.0021-38 (48.307.198/0001-87)	Braskem
		Braskem Qpar
Plano Petros PQU	2003.0025-29 (48.307.203/0001-51)	Braskem Qpar
Plano Petros Nitriflex/ARLANXEO	2003.0023-83 (48.307.200/0001-18)	NITRIFLEX
		Arlanxeo Brasil S.A

- Planos de Contribuição Variável – Abertos para novas adesões:

Planos	CNPB (CNPJ)	Patrocinadoras
Plano Petros-2 (PP-2)	2007.0015-19 (48.307.362/0001-56)	Petróleo Brasileiro S.A
		Vibra Energia * (fechado para novas adesões)
		Petros
		Petrobrás Transporte S.A - Transpetro
		TBG
		Petrobras Biocombustível S.A - PBIO
		TERMOBAHIA
		TERMOMACAÉ
		PBLOG
Stratura Asfaltos		
Plano Misto Sanasa	2004.0026-38 (48.307.223/0001-22)	Sanasa
Plano TAPMEPrev	2002.0038-74 (48.307.174/0001-28)	TAP Manutenção e Engenharia Brasil S. A

- Planos Patrocinados de Contribuição Definida – Fechados para novas adesões:

Planos	CNPB (CNPJ)	Patrocinadoras
Plano Petros-3 (PP-3)	2021.0000-11 (48.307.764/0001-50)	Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras
Plano Transpetro	2000.0073-92 (48.307.122/0001-51)	Petrobrás Transporte S.A - Transpetro
Plano Triunfo Vida	2002.0008-83 (49.619897/0001-25)	Braskem
Plano CopesulPrev	2004.0017-47 (48.307.215/0001-86)	Braskem

- Planos Patrocinados de Contribuição Definida – Abertos para novas adesões:

Planos	CNPB (CNPJ)	Patrocinadoras
Plano FlexPrev	2021.0031-83 (48.307.796/0001-56)	Vibra Energia
Plano Liqigás	2010.0025-47 (48.307.479/0001-30)	Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. (incorporadora da patrocinadora Liqigás Distribuidora S.A)
Plano GasPrev	2010.0004-47 (48.307.462/0001-82)	ALGÁS
		BAHIAGÁS
		COPERGÁS
		PBGÁS
		SCGÁS
Plano PTAPrev	2008.0027-56 (48.307.406/0001-48)	SERGÁS
		CITEPE (Atual: Alpek Polyester Brasil S.A) PetroquímicaSuape (Atual: Alpek Polyester Pernambuco S.A.)
Plano Repsol	1999.0031-11 (48.307.056/0001-10)	Repsol Sinopec Brasil YPF Brasil Comércio de Derivados de Petróleo
Plano SulgasPrev	2010.0040-19 (48.307.492/0001-99)	Sulgas
Plano ALESAT	2002.0004-92 (48.307.150/0001-79)	AleSat Combustíveis
Plano IBPprev Associados	2002.0019-11 (48.307.162/0001-01)	Barra Energia (Atual Enauta Petróleo e Gás Ltda) IBP
Plano Cachoeira Dourada	2000.0059-18 (48.307.114/0001-05)	CDSA
Plano Petro RG	2010.0015-83 (48.307.468/0001-50)	Refinaria Riograndense
Plano Termoprev	2006.0005-11 (48.307.289/0001-12)	Ibitermo S.A

• Planos Instituídos de Contribuição Definida – Fechados para novas adesões:

Planos	CNPB (CNPJ)	Patrocinadoras
Plano ADUANaprev	2007.0039-29 (48.307.386/0001-05)	SDAMG

• Planos Instituídos de Contribuição Definida – Abertos para novas adesões:

Planos	CNPB (CNPJ)	Patrocinadoras
Plano CROprev	2005.0004-11 (48.307.233/0001-68)	ABO-PR
		CRO-CE
		CRO-PE
		CRO-PR
		CRO-RJ
		CRO-AM
		CRO-RN
Plano Simeprev	2004.0013-56 (48.307.213/0001-97)	SIMEPAR
		SIMEPE
		SIMESP
		SINDMED-RN
Plano PreviContas	2009.0003-74 (48.307.426/0001-19)	SINDMEPA
		ASTCERJ
Plano CRAprev	2006.0012-56 (48.307.297/0001-69)	CRA-PE
		CRA/AL
		CRA/BA
		CRA/DF
		CRA/ES
		CRA/MG
		CRA/PR
Plano Culturaprev	2004.0025-65 (48.307.222/0001-88)	CRA/SC
		ABPAUDIO
		COOP.DE TEATRO
		SATED/CE
		SATED/PE
		SATED/RJ
		SINDMUSI/RJ
		SINDRAD-RJ
		STIC
		SINAPESP
		SINDIMUSICOS/BA
		SINDIMUPE
		SATED RS
		SATED SP
		ABM
APTC-ABD/RS		
IAI		
Plano SinMed-RJ	2005.0007-11 (48.307.236/0001-00)	ASSAIM
		SINDMED-RJ
Plano CRCprev	2009.0027-92 (48.307.449/0001-23)	CRC-CE
Plano PREV-ESTAT	2009.0019-74 (48.307.440/0001-12)	CONRE2-RJ/ES
		CONRE3-SP/PR/MS/MT
		SBE/RJ
Plano FENAJprev	2009.0006-92 (48.307.429/0001-52)	SINDJOR ES
		SINDJOR GO
		SINDJOR MG
		SINDJOR PE
		SINDJOR PR
		SJPMRJ
		SINDJOR CE
Plano Previtália	2009.0030-47 (48.307.452/0001-47)	SINDJOR TO
		ASS. ANITA E GUISEPPE GARIBALDI ASSOCIACAO LUCANA

1.1.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS EM PROCESSO DE ENCERRAMENTO

- Plano Petros Braskem: Retirada de patrocínio aprovada por meio do Ofício nº 1.043/SPC/DETEC/CGAT, de 29 de abril de 2009 - Despacho da Diretoria nº 48, de 29 de abril de 2009, publicado no DOU em 30 de abril de 2009.
- Plano Copesulprev: Retirada de patrocínio aprovada por meio do Ofício nº 1.477/CGTR/DITEC/Previc, de 29 de abril de 2011 - Despacho do Diretor nº 07, de 29 de abril de 2011, publicado no DOU em 02 de maio de 2011.
- Plano Transpetro: Retirada de patrocínio aprovada pelo Ofício nº 4.583/CGRT/DITEC/Previc, de 11 de outubro de 2011 - Portaria nº 595, de 13 de outubro de 2011, publicada no DOU em 14 de outubro de 2011.
- Plano Triunfo Vida: Retirada de patrocínio aprovada por meio do Ofício nº 2.860/CGTR/DITEC/Previc, de 26 de julho de 2012 - Portaria nº 406, de 26 de julho de 2012, publicada no DOU em 27 de julho de 2012.
- Plano Petros PQU: Retirada de patrocínio aprovada por meio do Ofício nº 2.961/CGTR/DITEC/Previc, de 03 de agosto de 2012 - Portaria nº 424, de 03 de agosto de 2012, publicada no DOU em 06 de agosto de 2012.
- Plano Petros Copesul: Retirada de patrocínio aprovada por meio do Ofício nº 3.534/CGTR/DITEC/Previc, de 28 de setembro de 2012, Portaria nº 556, de 01 de outubro de 2012 - publicada no DOU em 02 de outubro de 2012.

As retiradas ocorreram a pedido dos patrocinadores e para o encerramento dos processos, existem as seguintes pendências:

- a) Saldos remanescentes vinculados a participantes e/ou herdeiros não localizados cuja liquidação ocorrerá por meio de ação de consignação em pagamento que vem sendo proposta pela Petros mediante a localização dos titulares, a fim de garantir o cumprimento da obrigação pela entidade. Aplicáveis aos Planos: Petros Braskem, Petros PQU, Copesulprev e Petros Copesul.
- b) Processos judiciais relacionados aos planos ainda em trâmite e que dependem do andamento do poder judiciário. Aplicáveis a todos os Planos.
- c) Ressarcimento de despesas referente ao custeio administrativo, cuja cobrança foi formalizada e aguarda-se a resposta da patrocinadora. Aplicáveis aos Planos: Petros Braskem, Petros PQU, Transpetro e Petros Copesul.
- d) Pagamento de benefício vitalício decorrente de sentença judicial transitada em julgado. Aplicável ao Plano Petros Copesul.

1.1.2 RETIRADAS DE INSTITUIDORES / PATROCINADORES

O processo de retirada de patrocínio tem início com o pedido do patrocinador/instituidor ou por denúncia unilateral do convênio de adesão pela Petros e após a aprovação do processo pela Previc a entidade tem até 210 dias para sua operacionalização. Após a operacionalização, a Petros tem até 90 dias para protocolar a finalização da retirada junto à Previc.

No caso de não localização ou inércia dos participantes para receber os valores do fundo individual de retirada, a Entidade deve propor ação de consignação em pagamento.

CONCLUÍDAS

- Plano CRAprev:
 - Instituidor: Conselho Regional de Administração de Goiás - CRA/GO - aprovada por meio da Portaria Previc nº 644, de 27 de setembro de 2021, publicada no DOU em 05 de outubro de 2021 – Data efetiva em 03 de maio de 2022 com processo finalizado na Previc; e
 - Instituidor: Conselho Regional de Administração do Estado do Piauí - CRA/PI - retirada de patrocínio vazia (por denúncia unilateral) aprovada por meio da Portaria Previc nº 215,

de 02 de março de 2022, publicada no DOU de 09 de março de 2022 – Data efetiva em 09 de março de 2022 com processo finalizado na Previc.

- Plano Culturaprev:
 - Instituidor: Associação Brasileira de Autores Roteiristas – ABRA, aprovada por meio da Portaria Previc nº 634/2021, de 22 de setembro de 2021, publicada no DOU em 06 de outubro de 2021 – Data efetiva em 04 de maio de 2022 com processo finalizado na Previc;
 - e
 - Instituidores: Associação Profissional dos Trabalhadores no Patrimônio Histórico Artístico e Cultural Nacional (ASPHAN), Conselho Regional de Mato Grosso da Ordem dos Músicos do Brasil (OMB), Sindicato dos Artistas e Técnico em Espetáculos de Diversões do Estado da Bahia (SATED/BA), Sindicato dos Profissionais da Dança do Estado do Rio (SPDRJ) - retirada de patrocínio vazia (por denúncia unilateral) aprovada por meio da Portaria Previc nº 216 de 02 de março de 2022, publicada no DOU de 09 de março de 2022 – Data efetiva em 09 de março de 2022 com processo finalizado na Previc;
- Plano PREV-ESTAT:
 - Instituidores: Conselho Regional de Estatística da 5ª Região - CONRE-5/BA e Conselho Regional de Estatística da 6ª Região - CONRE-6/BH – retirada de patrocínio vazia (por denúncia unilateral) aprovada por meio da Portaria Previc nº 217, de 02 de março de 2022, publicada no DOU de 09 de março de 2022 - Data efetiva em 09 de março de 2022 com processo finalizado na Previc.
- Plano PETROS-2:
 - Patrocinador: Araucária Nitrogenados S.A - aprovada por meio da Portaria Previc/DICOL nº 853 de 21 de dezembro de 2021, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2021 – Data efetiva em 28 de julho de 2022 com processo finalizado na Previc.
- Plano Petros Nitriplex/Arlanxeo:
 - Patrocinador: Lanxess Indústria Produtos Químicos e Plásticos - retirada de patrocínio vazia aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC nº 817, de 08 de setembro de 2022, publicada no DOU em 13 de setembro de 2022 - Data efetiva em 13 de setembro de 2022 com processo finalizado na Previc.

EM ENCERRAMENTO

- Plano AnaparPrev:
 - Instituidor: Sindicatos dos Portuários Avulsos de Capatazia, Arrumadores e dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral do Estado do Espírito Santo - Sindpaes - aprovada por meio da Portaria Previc nº 1.109, de 26 de dezembro de 2019, publicada no DOU em 30 de dezembro de 2019 – Data efetiva em 31 de maio de 2021. Existem ações judiciais relacionadas ao instituidor que aguardam o deferimento da substituição processual pela Fundação Viva de Previdência (atual administradora do Plano que concordou em assumir as ações). Em atendimento à solicitação da Previc, a Petros encaminha periodicamente um relatório atualizado sobre a pendência.
- Plano Simeprev
 - Instituidor: Sindicato dos Médicos do Estado do Pará (Sindmepa) - retirada aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC nº 304, de 25 de maio de 2021, publicada no DOU em 27 de maio de 2021 – Data efetiva em 23 de dezembro de 2021 – Protocolo de finalização junto à Previc realizado em 13 de setembro de 2022.
- Plano Petros Ultrafertil:
 - Patrocinador: Araucária Nitrogenados S.A - aprovada por meio da portaria Previc/DICOL nº 854 de 21 de dezembro de 2021, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2021 – Data efetiva em 28 de julho de 2022 – Em fase de conclusão dos documentos para protocolo da finalização junto à Previc.

- Plano PETROS-2:
 - Patrocinador: Stratura Asfaltos S.A - aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC nº 214 de 02 de março de 2022, publicada no DOU de 09 de março de 2022 – Data efetiva em 05 de outubro de 2022 – Protocolo de finalização junto à Previc realizado em 30 de dezembro de 2022.

EM ANDAMENTO

- Plano TAPMEPrev:
 - Patrocinador: TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A – pedido da patrocinadora motivado pelo encerramento das suas atividades no Brasil. Retirada aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC nº 1.162 de 10 de novembro de 2022, publicada no DOU de 18 de novembro de 2022 – Data efetiva prevista para 16 de junho de 2023 - em fase de operacionalização.
- Plano IBPprev Associados:
 - Patrocinador: Barra Energia (atual Enauta Petróleo e Gás Ltda) - pedido de retirada de patrocínio enviado pela patrocinadora em 13 de setembro de 2022, motivado pelo encerramento das suas atividades no Brasil. Em fase de elaboração da documentação para protocolo junto à Previc.
- Plano Termoprev:
 - Patrocinador: Ibiritermo S.A. - pedido de retirada de patrocínio enviado pela patrocinadora em 07 de dezembro de 2022, motivado pelo encerramento das operações da empresa. Em fase de elaboração da documentação para protocolo junto à Previc.
- Plano CRAprev*:
 - Instituidor: Conselho Regional de Administração do Espírito Santo - CRA/ES - aguardando aprovação pela Previc;
 - Instituidor: Conselho Regional de Administração de Minas Gerais CRA/MG - pedido de retirada enviado pelo instituidor em 16 de setembro de 2022 - em fase de elaboração da documentação para protocolo junto à Previc.
 - Instituidor: Conselho Regional de Administração do Paraná - CRA/PR - retirada por denúncia unilateral aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC nº 537, de 06 de junho de 2022, publicada no DOU de 09 de junho de 2022 - Data efetiva em 27 de dezembro de 2022 – em fase de finalização; e
 - Instituidor: Conselho Regional de Administração de Alagoas - CRA-AL - aprovada por meio da Portaria nº 600, de 27 de junho de 2022, publicada no DOU de 30 de junho de 2022 – Data efetiva em 27 de dezembro de 2022 – em fase de finalização.
- Plano Simeprev*:
 - Instituidor: Sindicato dos Médicos do Estado de Pernambuco – SIMEPE - retirada por denúncia unilateral aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC nº 536 de 06 de junho de 2022, publicada no DOU de 09 de junho de 2022 - Data efetiva em 27 de dezembro de 2022 – em fase de finalização; e
 - Instituidor: Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná – SIMEPAR - aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC nº 558, de 13 de junho de 2022, publicada no DOU de 15 de junho de 2022 - Data efetiva em 27 de dezembro de 2022 – em fase de finalização.
- Plano FENAJprev*:
 - Instituidor: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro - SINDJOR-RJ(SJPMRJ) - aprovada por meio da Portaria nº 505 de 27 de maio de 2022, publicada no DOU de 31 de maio de 2022 – data efetiva em 27 de dezembro de 2022 – em fase de finalização; e
 - Instituidores: i) Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Minas Gerais - SINDJOR/MG, ii) Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará -

SINDJOR/CE, iii) Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Tocantins - SINDJOR/TO, iv) Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Paraná - SINDJOR/PR, v) Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo - SINDJOR/ES e vi) Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás - SINDJOR/GO - retirada por denúncia unilateral aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC n° 559, de 13 de junho de 2022, publicada no DOU de 15 de junho de 2022 – Data efetiva em 27 de dezembro de 2022 – em fase de finalização.

- Plano CROprev*:
 - Instituidores: i) Conselho Regional de Odontologia do Amazonas - CRO/AM, ii) Conselho Regional de Odontologia do Ceará - CRO/CE e iii) Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte - CRO/RN - retirada por denúncia unilateral aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC n° 560, de 13 de junho de 2022, publicada no DOU de 15 de junho de 2022 - Data efetiva em 27 de dezembro de 2022 – em fase de finalização.
- Plano Culturaprev*:
 - Instituidores: i) Cooperativa Paulista de Teatro (CPT), ii) Associação Brasileira de Museologia (ABM), iii) Associação Brasileira dos Profissionais de Áudio (ABPAUDIO), iv) Associação Profissional de Técnicos Cinematográficos do Rio Grande do Sul e Brasileira de Documentaristas (APTC-ABD/RS), v) Associação Sergipana de Autores e Intérpretes Musicais (ASSAIM), vi) Instituto Amazônia Imaginária (IAI), vii) Sindicato dos Artistas e Técnico em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul (SATED/RS), viii) Sindicato dos Artistas Plásticos (SINAPESP), ix) Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de Pernambuco (SINDMUPE), x) Sindicato dos Artistas e Técnico em Espetáculos de Diversões do Estado do Ceará (SATED/CE), xi) Sindicato dos Trabalhadores em Rádio e Televisão do Estado do Rio de Janeiro (SINRAD/RJ), xii) Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual (STIC), xiii) Sindicato dos Artistas e Técnico em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo (SATED/SP) e xiv) Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado da Bahia (SINDIMUSICOS/BA) - retirada por denúncia unilateral aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC n° 562 de 14 de junho de 2022, publicada no DOU de 20 de junho de 2022 – Data efetiva em 27 de dezembro de 2022 – em fase de finalização.
- Plano ADUANaprev*:
 - Instituidor: Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado de Minas Gerais - SDA/MG - aprovada por meio da Portaria Previc n° 599 de 27 de junho de 2022, publicada no DOU de 30 de junho de 2022 - Data efetiva em 27 de dezembro de 2022 – em fase de finalização.

** A retirada dos instituidores foi motivada pelo fim do projeto de fusão de planos instituídos.*

1.1.3 PLANOS EM TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO OU INCORPORAÇÃO EM OUTRA EFPC

CONCLUÍDAS

- Plano FIEPEprev: Aprovada a transferência de gerenciamento para o Icatu Fundo Multipatrocinado (IcatuFMP), conforme Portaria Previc/DILIC. n° 595 de 01 de setembro de 2021, publicada no DOU em 03 de setembro de 2021 – Data efetiva em 31 de maio de 2022;
- Plano IBAPrev: Aprovada a transferência de gerenciamento para a Fundação Viva de Previdência, conforme Portaria Previc n° 230 de 07 de março de 2022, publicada no DOU de 10 de março de 2022 – Data efetiva em 29 de julho de 2022;
- Plano Eldorado Prev: Aprovada a transferência de gerenciamento para Fundo Múltiplo de pensão - Multiprev, conforme Portaria Previc n° 324 de 07 de abril de 2022, publicada no DOU de 12 de abril de 2022 – Data efetiva em 31 de agosto de 2022.

Transferência de Gerenciamento	Patrimônio Transferido	Participação Fundo Administrativo Transferida	Total
Plano FIEPEprev	35.978	25	36.003
Plano IBAprev	20.680	-	20.680
Plano Eldorado Prev	51.030	1.244	52.274
Total	107.688	1.269	108.957

EM ANDAMENTO

- Plano Liquigás:
 - Patrocinadora: Copa Energia Distribuidora de Gás S.A (incorporadora da patrocinadora Liquigás Distribuidora S.A) - solicitação de transferência de gerenciamento enviada pela patrocinadora em 14 de novembro de 2022. Documentação em elaboração para protocolo na Previc.
- Plano Simeprev:
 - Instituidores: Sindicato dos Médicos de São Paulo (SIMESP) e Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (SINDMED/RN) - Cisão/Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – após protocolo, a Previc apontou exigências ao processo, as quais estão em fase de atendimento pela Petros e Fundação Viva.
- Plano Culturaprev:
 - Instituidores: i) Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Pernambuco (SATED/PE), ii) Sindicato dos Artistas e Técnico em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro (SATED/RJ) e iii) Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro (SINDMUSI) - Cisão/Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – após protocolo, a Previc apontou exigências ao processo, as quais estão em fase de atendimento pela Petros e Fundação Viva.
- Plano FENAJprev:
 - Instituidor: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Pernambuco (SINDJOR/PE) - Cisão/Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – após protocolo, a Previc apontou exigências ao processo, as quais estão em fase de atendimento pela Petros e Fundação Viva.
- Plano CRAprev:
 - Instituidores: i) Conselho Regional de Administração da Bahia (CRA/BA), ii) Conselho Regional de Administração do Distrito Federal (CRA/DF), iii) Conselho Regional de Administração de Santa Catarina (CRA/SC) e iv) Conselho Regional de Administração de Pernambuco (CRA/PE): Cisão/Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – após protocolo, a Previc apontou exigências ao processo, as quais estão em fase de atendimento pela Petros e Fundação Viva.
- Plano CROprev:
 - Instituidores: i) Associação Brasileira de Odontologia - Seção Paraná (ABO/PR), ii) Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco (CRO/PE), iii) Conselho Regional de Odontologia do Paraná (CRO/PR), iv) Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro (CRO/RJ) - Cisão/Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – após protocolo, a Previc apontou exigências ao processo, as quais estão em fase de atendimento pela Petros e Fundação Viva.

- Plano CRCprev:
 - Instituidor: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará (CRC/CE): Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – após protocolo, a Previc apontou exigências ao processo, as quais estão em fase de atendimento pela Petros e Fundação Viva.
- Plano PREV-ESTAT:
 - Instituidores: i) Conselho Regional de Estatística da 2ª Região (CONRE-2 RJ/ES), ii) Conselho Regional de Estatística da 3ª Região (CONRE-3 SP/PR/MS/MT) e iii) Sociedade Brasileira de Estatísticas (SBE/RJ) - Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – após protocolo, a Previc apontou exigências ao processo, as quais estão em fase de atendimento pela Petros e Fundação Viva.
- Plano PreviContas:
 - Instituidor: Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (ASTCERJ) - Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – após protocolo, a Previc apontou exigências ao processo, as quais estão em fase de atendimento pela Petros e Fundação Viva.
- Plano Previtália:
 - Instituidores: i) Associazione Lucana di Rio de Janeiro Brasil e ii) Associação de Intercâmbio Cultural Ítalo-Brasileira Anita e Giuseppe Garibaldi - Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – após protocolo, a Previc apontou exigências ao processo, as quais estão em fase de atendimento pela Petros e Fundação Viva.
- Plano SinMed-RJ:
 - Instituidor: Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (SINMED/RJ) - Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – após protocolo, a Previc apontou exigências ao processo, as quais estão em fase de atendimento pela Petros e Fundação Viva.

A seguir, apresentamos a relação dos planos de benefícios administrados pela Petros com a quantidade de participantes, discriminados por natureza do vínculo (ativo, aposentado, auxílio-doença, pensionista):

Planos	Quantidade								Total		Idade	
	Ativo		Aposentadoria		Auxílio-Doença		Pensão Morte				Média	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Plano PP-2	41.178	43.561	6.144	5.968	135	130	562	480	48.019	50.139	46,33	45,30
Plano PPSP-R	2.761	3.309	32.014	32.262	9	10	6.424	6.109	41.208	41.690	65,90	64,90
Plano PPSP-NR	448	529	9.782	9.714	3	-	1.550	1.394	11.783	11.637	68,91	68,00
Plano PPSP-R Pré-70	-	1	4.057	4.428	-	-	6.738	6.646	10.795	11.075	80,38	79,70
Plano PPSP-NR Pré-70	3	6	2.884	3.074	-	-	3.145	3.073	6.032	6.153	80,96	80,30
Plano FlexPrev	2.212	11	226	-	-	-	23	-	2.461	11	43,89	31,00
Plano PP-3	517	555	1.559	1.546	-	-	166	159	2.242	2.260	62,96	62,00
Plano Misto Sanasa	1.353	1.363	285	277	-	-	62	56	1.700	1.696	51,83	51,10
Plano Arlanxeo Prev	28	32	1.085	1.108	-	-	551	536	1.664	1.676	73,02	72,00
Plano Petros Ultrafertil	8	13	1.109	1.179	-	-	377	377	1.494	1.569	71,19	70,10
Plano Liquigás	1.408	1.669	7	6	-	-	6	5	1.421	1.680	48,65	47,90
Plano TAPMEPrev	123	332	796	795	-	-	65	57	984	1.184	65,15	61,50
Plano GasPrev	684	663	8	6	-	-	-	-	692	669	44,96	44,30
Plano ALESAT	547	636	13	11	-	-	-	-	560	647	40,63	39,70
Plano PTAPrev	315	328	4	4	-	-	1	1	320	333	44,38	43,50
Plano Petro RG	303	304	4	4	-	-	-	-	307	308	39,78	39,50
Plano CROprev	209	251	3	2	-	-	-	-	212	253	46,08	45,10
Plano Petros Nitriflex/ARLANXEO	-	-	143	150	-	-	56	54	199	204	73,48	72,60
Plano Repsol	139	141	12	12	-	-	-	-	151	153	46,93	45,90
Plano IBPprev Associados	91	98	13	12	-	-	-	-	104	110	48,63	47,60
Plano CRCprev	87	100	-	-	-	-	-	-	87	100	48,08	47,80
Plano SulgasPrev	81	81	-	-	-	-	2	2	83	83	49,23	48,40

Planos	Quantidade								Total		Idade	
	Ativo		Aposentadoria		Auxílio-Doença		Pensão Morte				Média	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Plano Culturaprev	70	91	3	3	-	-	-	-	73	94	51,53	50,90
Plano Simeprev	58	115	-	2	-	-	-	-	58	117	49,50	46,40
Plano CRAprev	47	74	4	4	-	-	-	-	51	78	47,55	46,70
Plano PreviContas	46	50	1	1	-	-	-	-	47	51	43,30	43,20
Plano Cachoeira Dourada	38	39	4	4	-	-	4	2	46	45	50,09	50,40
Plano SinMed/RJ	19	22	3	3	-	-	-	-	22	25	57,55	57,30
Plano PREV-ESTAT	11	12	-	-	-	-	-	-	11	12	54,09	51,00
Plano Previtália	9	9	2	2	-	-	-	-	11	11	38,45	37,50
Plano FENAJprev	10	26	-	2	-	-	-	-	10	28	52,70	50,70
Plano Petros Copesul	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1	-	65,00
Plano Petros PQU	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	79,00	78,00
Plano FIEPEprev	-	547	-	14	-	-	-	7	-	568	-	43,80
Plano Eldorado Prev	-	474	-	1	-	-	-	-	-	475	-	39,50
Plano IBAPrev	-	335	-	13	-	-	-	-	-	348	-	39,00
Plano Termoprev	-	6	-	-	-	-	-	-	-	6	-	50,70
Plano Aduanaprev	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	66,00
Total	52.803	55.783	60.166	60.609	147	140	19.733	18.959	132.849	135.491		

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações individuais por plano de benefício e do plano de gestão administrativa (PGA) são de responsabilidade da Fundação e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às EFPC, reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), especificamente a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 (e suas alterações) e as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), especificamente a Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 (que aprova a NBC TE 11 – a Resolução CFC nº 1.329, de 18 de março de 2011, alterou a sigla e a numeração da norma de NBC TE 11, para Interpretação ITG 2001 – Entidade de Previdência Complementar) e nº 1.055, de 06 de abril de 2018 (que aprova o CPC nº 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria), assim como nas demais práticas contábeis brasileiras.

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPC. Os registros contábeis são efetuados de forma segregada, respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios previdenciais e do plano de gestão administrativa, de modo a identificá-los separadamente: (a) por plano de benefício, (b) consolidado e (c) plano de gestão administrativa consolidado.

As demonstrações contábeis, após o Parecer do Conselho Fiscal, foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 29 de março de 2023.

2.1 MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os valores apresentados nestas demonstrações contábeis e nas respectivas notas explicativas estão em milhares de reais, arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 REGISTRO DO RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. Entretanto, conforme o § 2º do art. 10 da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, os registros relativos às contribuições e aos pagamentos de benefícios de planos estruturados nas modalidades de contribuição definida e de contribuição variável são efetuados com base no regime de caixa, respeitando o prazo previsto no regulamento de cada plano de benefícios.

2.3 USO DE ESTIMATIVAS

A administração se utiliza de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da administração são: exigível contingencial, valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor justo dos ativos imobiliários, definição da vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo para sua determinação.

2.4 PROVISÃO PARA PERDAS E PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Entidade realiza anualmente análise de recuperabilidade de seus ativos, assegurando que estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

As Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são registradas para os direitos creditórios mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os ativos sujeitos à PCLD são apresentados por seu valor líquido.

A Petros constitui provisões para perdas em ativos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos nos normativos vigentes.

2.5 INVESTIMENTOS

A gestão de investimentos é realizada de forma individualizada (segregação real) e de forma compartilhada (unifundo). A gestão de investimentos compartilhada implica a existência de solidariedade na aplicação dos recursos. A segregação do ativo e a apuração da rentabilidade dos planos são realizadas pelo método de cota patrimonial, considerando a proporção dos aportes e dos resgates realizados por cada plano.

- Planos com gestão individualizada: PPSP-R, PPSP-NR, PPSP-R Pré-70, PPSP-NR Pré-70, PP-2, PP-3, FlexPrev, Ultrafertil, Arlanxeo Prev, Nitriflex/Arlanxeo, TapmePrev, Misto Sanasa, PQU, Copesul, Braskem e Plano de Gestão Administrativa (PGA).
- Planos com gestão compartilhada: demais planos de benefícios (planos CD's), com exceção da carteira de empréstimos a participantes, que é feita de forma individualizada.

No caso dos planos PPSP-R, PPSP-NR, PP-2, PP-3 e FlexPrev, existe um compartilhamento de gestão da carteira de imóveis, realizado a partir da cisão do PPSP's e das migrações ocorridas para os planos PP-3 e FlexPrev.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, e suas alterações posteriores, a aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios obedece aos limites das respectivas políticas de investimentos. Eventuais desenquadramentos encontram-se destacados na Nota Explicativa 6.2.

2.5.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.5.1.1 TÍTULOS PÚBLICOS E ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO

Os títulos e valores mobiliários estão classificados em duas categorias:

- Títulos para negociação: títulos registrados com o propósito de negociação, independentemente do prazo a decorrer, os quais são registrados com base em seu valor de mercado na data base das demonstrações contábeis; e
- Títulos mantidos até o vencimento: títulos com vencimentos que tenham prazo a decorrer no mínimo 60 meses*, que:
 - sejam classificados como de baixo risco de crédito por agência de risco do país;
 - sejam avaliados com base em metodologia de apuração do valor de mercado em consonância com as normas do Banco Central do Brasil (BC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e
 - que a entidade ateste o interesse e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento.

A classificação dos títulos mantidos até o vencimento é revista caso os títulos e valores mobiliários apresentem elevação de risco ou probabilidade de perda.

Os títulos públicos e privados são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos apropriados, com base na taxa de remuneração apurada na data da aquisição, deduzidos das amortizações e juros recebidos.

O ágio e o deságio na aquisição de títulos são apropriados pela taxa de negociação do título na data de aquisição até seu vencimento.

Para os títulos que não possuem mercado ativo, a Petros emprega metodologias de precificação de acordo com a legislação em vigor e melhores práticas de mercado, como a utilização de laudos de avaliação de empresas independentes, que utilizam metodologias técnicas definidas e com limites disciplinados em Normas Técnicas da ABNT, com metodologias e cálculos cientificamente demonstráveis, comprováveis, auditáveis e tecnicamente consistentes.

* Para ativos adquiridos até 31 de agosto de 2020, o prazo mínimo para vencimento era de 12 meses para marcação "até o vencimento", sendo facultado às entidades a manutenção da marcação dos títulos adquiridos até a data supra.

2.5.1.2 AÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTOS

As ações são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas as despesas e abatidas as devoluções de corretagem e outras taxas incidentes provenientes das operações de compras. Para as ações negociadas em Bolsa, utiliza-se para avaliação a cotação de fechamento na data mais próxima à data base das demonstrações contábeis.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.

As aplicações em fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, atualizado pela variação nos valores das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos.

Algumas ações e fundos nos quais a Petros investe direta e indiretamente não possuem cotação em bolsa de valores ou não são negociados frequentemente em mercado ativo e, desta forma, são avaliados por meio de modelos de precificação, com a finalidade de apresentar seu valor justo.

As ações e fundos não negociados em mercado ativo encontram-se listados nas Notas Explicativas 6.1.3, 6.1.4 e 6.1.5, onde constam mais informações sobre as metodologias e premissas utilizadas.

2.5.1.3 DERIVATIVOS

São instrumentos financeiros que podem compor os diferentes programas de investimentos das carteiras dos planos de benefícios, cujos objetivos podem ser de otimizar a rentabilidade e/ou diminuir o risco total dos investimentos.

A Petros faz uso de instrumentos derivativos tanto para exposição direcional nos mercados de renda fixa (juros, inflação e moeda) e renda variável (ações e índices de bolsa) quanto para proteção dos investimentos dos planos em cada classe de ativos.

O valor justo dos instrumentos derivativos é determinado pelo modelo de precificação de mercado observável (por meio de provedores de informações) e amplamente utilizado pelos participantes de mercado para mensuração de instrumentos similares.

2.5.1.4 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES – EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos concedidos aos participantes estão demonstrados pelo seu valor recuperável, representado pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos obtidos até a data do balanço e deduzidos de sua Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) que possui como balizador o número de dias em atraso de uma prestação.

2.5.2 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS

Os investimentos em imóveis são registrados pelo custo de aquisição ou construção e ajustados anualmente pelo valor justo apurado por laudo de avaliação, em conformidade com as determinações da Previc e com as Normas Brasileiras (NBR) para Avaliações de Bens Imóveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Todos os imóveis presentes na carteira da Petros estão avaliados pelo método de renda por fluxo de caixa descontado.

O resultado da avaliação, positivo ou negativo, é contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas” do Fluxo dos Investimentos, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir, vide Nota Explicativa 6.1.7.

Os valores registrados como a receber a título de aluguéis e de alienação são atualizados até a data base das demonstrações contábeis pelos índices contratados, acrescidos de multa, juros e correção monetária em caso de inadimplência, e estão sujeitos à provisão para perdas (vide item 2.4).

2.5.3 OUTROS REALIZÁVEIS - INVESTIMENTOS

Os valores registrados como Outros Realizáveis referem-se aos acordos de leniência da J&F e Odebrecht, cujos detalhes e metodologias de apuração, estão descritos na Nota Explicativa 6.1.10.

2.6 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O imobilizado refere-se aos bens necessários ao funcionamento da entidade e está registrado pelo custo de aquisição. Estes bens são depreciados pelo método linear, utilizando-se de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens.

A Petros possui em seu imobilizado o edifício que era destinado à sua sede até dezembro de 2021 e que é reavaliado anualmente.

Os gastos registrados no intangível são apresentados pelo valor aplicado e amortizados no prazo estabelecido pela área técnica, tomando como base premissas razoáveis e comprováveis, que representem a melhor estimativa da Administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

2.7 ATIVOS CONTINGENTES

São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, há um ativo cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. São classificados e demonstrados (caso aplicável) conforme a probabilidade de entrada de benefícios econômicos futuros, conforme a seguir:

Probabilidade de entrada de benefícios econômicos futuros	
Não Provável	Não é realizado reconhecimento ou divulgação
Provável	Divulgado nas notas explicativas, mas sem reconhecimento contábil
Praticamente Certa	Descaracteriza-se como ativo contingente e é realizado o reconhecimento contábil do ativo

A Petros avalia periodicamente os ativos contingentes de modo a garantir que seus reflexos estejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.

2.8 DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS

Os depósitos judiciais e recursais têm sua origem na necessidade de a Petros oferecer garantia monetária no âmbito das demandas judiciais das Gestões Previdencial e Administrativa em que a própria Fundação figura em polo passivo

Os depósitos judiciais têm por finalidade o pagamento do débito judicial ou a garantia do juízo nos casos em que há divergência entre o valor pretendido pelo exequente e aqueles entendidos como corretos pela Petros, nos processos judiciais em execução ou em fase de cumprimento de sentença, quando a entidade é ré no processo. No caso dos depósitos recursais, estes são efetuados na justiça do trabalho e são necessários ao conhecimento e processamento do recurso interposto pela entidade, quando o julgamento não for favorável aos interesses dos planos de benefícios administrados.

Os depósitos judiciais efetuados antes de 01 de janeiro de 2021, estão atualizados até 31 de dezembro de 2020 e os depósitos realizados a partir de 01 de janeiro de 2021 estão registrados pelos valores nominais e ambos são atualizados apenas quando da emissão do alvará de levantamento judiciário em favor da Petros.

2.9 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A entidade é parte em diversos processos judiciais e/ou administrativos, nas áreas trabalhista e previdencial, e suas provisões são constituídas para todos os processos em que a entidade é ré e representam perda provável ou se encontram em fase de execução.

A classificação de perda dos objetos é realizada pelo advogado externo, conforme resolução do CFC e normativo interno da Petros, e observa como chance de perda provável as ações que já transitaram em julgado de forma desfavorável, bem como as ações não transitadas em julgado em que se discute matéria cujo posicionamento majoritário da jurisprudência é contrário à tese defendida pela Fundação e, na sua ausência, serão considerados os entendimentos doutrinários.

Para os objetos com risco de perda provável:

Processos em fase de conhecimento: O valor da provisão nos processos é obtido por meio de cálculo prévio, a partir da análise das decisões judiciais passadas (jurisprudências) em processos similares, de mesmo objeto e derivado de estudo obtido através de regressão linear. Para cada um dos objetos demandados em face da Petros é calculado um valor médio de perda/desembolso, que compõe o normativo interno da Petros sobre classificação de riscos dos processos e Exigível Contingencial acima mencionado, considerando a natureza do objeto e do pedido da ação judicial (valor estimado por objeto).

Processos em fase de execução: o cálculo da provisão leva em conta o valor exato da execução da decisão judicial, assim como o valor dos depósitos judiciais e recursais.

Os objetos com risco de perda classificados como possível são apenas evidenciados nas demonstrações contábeis, conforme Nota Explicativa 11.1.3.

Anualmente, realizamos a revisão dos valores estimados por objetos e, desta forma, a Administração entende que as provisões constituídas para os processos judiciais e administrativos são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes desses processos.

2.10 PROVISÕES MATEMÁTICAS

Nos cálculos atuariais dos planos administrados pela Petros são adotados regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais em consonância com a legislação vigente e a modalidade do plano, adequados ao perfil da massa de participantes e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelos planos de benefícios.

As provisões matemáticas representam o valor presente dos compromissos futuros dos planos de benefícios assumidos com os participantes e seus beneficiários, mediante regulamento dos planos, e registram:

- Nas contas de contribuição definida: a acumulação efetiva dos saldos individualizados e atualizados pela rentabilidade líquida apurada do plano; e
- Nas contas de benefício definido: o montante necessário, calculado atuarialmente, para custear os benefícios a serem pagos aos participantes e/ou assistidos, deduzidos do fluxo de contribuições futuras dos participantes, assistidos e patrocinadores.

Tanto os regimes financeiros quanto os métodos de financiamento estão dispostos nos pareceres e notas técnicas atuariais dos planos de benefícios.

As provisões matemáticas são constituídas com base em cálculos atuariais, utilizando premissas biométricas, econômicas e financeiras feitas por atuários independentes, contratados pela Petros, indicados pelo instituidor, ou por atuário interno, conforme descrito na Nota Explicativa 12, as quais são segregadas em:

- Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos: registram o valor atual dos compromissos futuros líquidos correspondentes aos benefícios concedidos a serem pagos pelo plano de benefícios aos aposentados e beneficiários em gozo de benefícios.
- Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder: registram o valor atual dos compromissos futuros líquidos correspondentes aos benefícios a conceder pelo plano de benefícios aos participantes ativos e aos seus beneficiários.

- Provisões Matemáticas a Constituir: registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras líquidas a serem efetuadas por um período certo, referentes aos planos de equacionamento ou à amortização de dívida do patrocinador com o plano de benefícios.

2.11 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representa a diferença entre o ativo líquido, as provisões matemáticas e os fundos previdenciais e é registrada conforme a seguir:

- Superávit Técnico – Registra o excedente patrimonial dos planos de benefícios em relação aos seus compromissos e é subdividido em Reserva de Contingência (até o limite determinado por lei) e Reserva Especial para Revisão do Plano.
- Déficit Técnico – Registra a insuficiência patrimonial dos planos de benefícios.

O cálculo do equilíbrio técnico e os limites supracitados são normatizados pelo CNPC e pela Previc e encontram-se dispostos na Nota Explicativa 12.

2.12 FUNDOS PREVIDENCIAIS

Os fundos previdenciais guardam relação com eventos e riscos identificados, avaliados, controlados e monitorados de acordo com a natureza de cada plano administrado pela Petros.

2.13 FUNDO ADMINISTRATIVO

O fundo administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da entidade e é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo, o retorno dos investimentos administrativos e os gastos realizados pela entidade na administração dos planos de benefícios.

A Petros adota a gestão compartilhada dos recursos administrativos do Plano de Gestão Administrativa (PGA) entre os planos de benefícios, desta forma, a “Participação no Fundo Administrativo” de cada plano de benefícios é apurada e registrada mensalmente, considerando os respectivos custeios, despesas administrativas, receitas diretas e o fluxo de investimentos de acordo com metodologia aprovada pelos órgãos estatutários.

2.13.1 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A Petros utiliza as seguintes fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios:

- Taxa de carregamento sobre a contribuição de participantes, assistidos, patrocinadoras e instituidores;
- Taxa de administração sobre os recursos garantidores dos planos;
- Taxa de administração de empréstimos aos participantes;
- Receitas administrativas; e
- Fundo administrativo.

2.13.2 CRITÉRIOS DE ALOCAÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS ENTRE OS PLANOS DE BENEFÍCIOS

A metodologia para alocação dos gastos administrativos prevê a segregação dos registros contábeis por tipo de gasto, conforme a seguir:

- Despesas Específicas – São gastos específicos e diretos dos planos de benefícios (pagamento de consultoria atuarial, despesas jurídicas, taxa de fiscalização da Previc, entre outros), e que não sofrem qualquer critério de rateio.

- Despesas Comuns – Os gastos comuns aos planos de benefícios são rateados em Gestão Previdencial e Gestão dos Investimentos a partir da apuração das atividades da Petros, levando em consideração o levantamento de informações junto aos gestores da Petros.
 - Gestão Previdencial: as despesas da gestão previdencial são rateadas aos planos de benefícios de forma proporcional ao número de participante dos planos, considerando as particularidades dos status dos participantes (ativos, assistidos, pensionistas, entre outros); e
 - Gestão dos Investimentos: as despesas da gestão dos investimentos são rateadas aos planos de benefícios de forma proporcional ao total dos investimentos, considerando as particularidades de cada classe de ativo.

2.14 FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Os Fundos para Garantia das Operações com Participantes são fundos constituídos para fazer face à quitação de empréstimos simples, em caso de morte do mutuário, e de risco de crédito da carteira de empréstimos, depois de esgotadas todas as medidas cabíveis de recuperação. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários.

3 GESTÃO DE RISCOS

Para cumprir com seus compromissos previdenciários, a Petros precisa gerir de forma adequada os seus investimentos e considerar a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor.

As diretrizes de riscos financeiros estão sob a responsabilidade do Setor de Gestão de Riscos. Entre suas atribuições, o setor atua como instância de supervisão, responsável pela identificação, avaliação, administração, monitoramento e controle dos riscos financeiros da Petros, englobando os riscos de mercado, atuarial, de crédito e de liquidez. Quanto ao pagamento de benefícios e pensões, a Petros realiza o monitoramento dos riscos financeiros dos recursos garantidores dos planos em conjunto com o seu passivo, avaliando constantemente liquidez, aderência de prazos e indexadores e a solvência dos planos. Este monitoramento representa um dos principais pilares da gestão conjunta de ativos e passivos (*ALM – Assets and Liabilities Management*).

Os principais riscos aos quais a Petros está exposta, cujas diretrizes para identificação, avaliação, administração, monitoramento e controle estão sob responsabilidade do Setor de gestão de Riscos, enquanto segunda linha, são:

- Risco de mercado: Decorre de oscilações de taxas, preços ou outros fatores políticos ou de mercado que possam trazer perdas aos ativos de investimentos dos planos de benefícios, seja na gestão interna ou nos fundos de investimentos, e é acompanhado diariamente por meio de métricas como VaR, BVaR, tracking error, entre outras. Também são realizados testes de estresse dos investimentos, tanto para os planos quanto para os fundos de gestão própria, seguindo a periodicidade apropriada para cada produto, para estimar as perdas resultantes da materialização de eventos extremos, porém plausíveis, e avaliar a resiliência da Fundação, de forma a se determinar o possível impacto de perdas sobre o patrimônio dos planos, causadas por grandes oscilações de mercado.

- Risco de crédito: Conhecido também como risco de contraparte, decorre da impossibilidade ou incapacidade de uma das partes cumprirem com as obrigações financeiras contratadas junto a outra parte, considerando a possível ocorrência de perdas associadas a fatores como: (i) não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) desvalorização do valor de um ativo decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte; e (iii) insuficiência de liquidez ou da degradação na qualidade das garantias recebidas em compromisso financeiro. Para isso, a Petros utiliza critérios para evitar a concentração por emissor, *rating*, e até mesmo prazo de vencimento.

- Risco de liquidez: É o risco de indisponibilidade de recursos financeiros para a cobertura dos compromissos dos planos de benefícios previdenciários, pela falta de uma correta programação de fluxo de caixa, o que pode resultar na necessidade de desinvestimentos não previstos em ativos ainda em andamento, podendo trazer perdas e prejuízos aos participantes.

- Risco atuarial: É o risco decorrente de não observância ou falta de aderência de premissas e hipóteses atuariais ou de especificações técnicas que subsidiam o cálculo das provisões matemáticas

exigidas para os planos de benefícios, tais como inadequação dos níveis de contribuição, interpretação equivocada de regulamentos, especificação deficiente dos planos de benefícios, uso de metodologias que se mostrem inadequadas, dentre outras.

Além dos riscos financeiros, a Petros acompanha as seguintes modalidades de riscos:

Risco sistêmico: Risco de que um choque contra uma parte limitada de um segmento se propague por todo o sistema do qual ele participa ou até mesmo de outros segmentos, levando a uma reação em cadeia, que configure um colapso sistêmico regional, nacional, continental ou mundial, para o que a Petros realiza, periodicamente, estudos de cenários macroeconômicos que auxiliam nas tomadas de decisão, com revisões quando identificados eventos que demandem atualizações.

Risco socioambiental: É representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente e que pode afetar a Petros de forma direta ou indireta. Além das questões econômico-financeiras, os aspectos Ambiental, Social e de Governança (ASG) são considerados no processo de seleção de investimento e desinvestimento na Petros, no sentido de se criar meios de quantificar a performance ASG das companhias, para que esses tenham impacto mais direto e efetivo nas avaliações.

Risco de reputação, ou de imagem: É o risco de perda resultante de danos à reputação da Fundação, podendo gerar perda de receita, aumento de custos operacionais, de capital ou destruição do valor para o acionista, no caso da Petros, aos participantes, causado por um evento adverso ou potencialmente criminoso, mesmo que a empresa não seja considerada culpada.

Risco operacional: É ligado à possibilidade de danos resultantes de falhas, erros, fraudes, deficiências ou inadequação de processos internos ou terceirizados, pessoas ou sistemas, assim como decorrentes de eventos que possam acarretar redução, degradação ou interrupção das atividades, total ou parcialmente. Sua gestão é realizada pela Petros por meio de (i) identificação e avaliação dos riscos pelas áreas gestoras relativamente a seus processos operacionais; (ii) recomendação de implementação de controles internos para mitigação desses riscos; (iii) monitoramento da implantação dos planos de ação definidos para mitigação dos riscos; (iv) avaliação da eficiência e eficácia dos controles; (v) acompanhamento dos planos de ação das auditorias internas das patrocinadoras e instituidoras e auditoria externa; e (vi) captação das novas legislações junto aos órgãos reguladores.

Risco legal: Possibilidade de perdas resultantes de sanções ou processos judiciais, por inobservância ou má interpretação de dispositivos legais, regulamentares, contratuais ou jurisprudência aplicáveis aos negócios da Petros, assim como de inadequação de seus contratos ou regimentos internos, que envolvam: (i) sanções impostas por órgãos de supervisão e controle; (ii) indenizações por danos a terceiros; (iii) criação de tributos ou nova interpretação quanto à sua incidência; e (iv) instrumentos contratuais em desconformidade com o novo regramento legal.

Risco de governança: Representa o impacto na maneira como a entidade é dirigida, administrada ou controlada, podendo afetar o conjunto de processos, costumes, políticas, leis, regulamentos e instituições que a regulam.

Sua mitigação é pautada no comprometimento e preocupação da alta gestão no cumprimento de ações de governança, ética, compliance e integridade (*tone at the top*), e perpassa todas as áreas da Fundação. A estrutura da Petros busca mitigar os riscos relacionados à concentração de poderes, garantindo a segregação de funções e enfatizando as decisões colegiadas.

Risco de tecnologia da informação: Inserida no âmbito do risco operacional, a gestão do risco de tecnologia da informação deve se preocupar com a segurança, disponibilidade, integridade, performance e conformidade de sistemas, informações, processos e ambiente de tecnologia.

A Petros zela permanentemente pela exatidão e pela consistência das informações cadastrais, determinando procedimentos de contingência e segregação de funções entre usuários e administradores de sistemas, de forma a garantir a integridade e segurança dos dados armazenados.

Além do zelo pela exatidão e pela consistência das informações cadastrais, determinando procedimentos de contingência e segregação de funções entre usuários e administradores de sistemas, a Petros vem implementando novas ações e iniciativas para proteção de dados da empresa e de terceiros, em virtude da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de normativos da Previc e referenciais de mercado que elevem o grau de conformidade e maturidade em segurança da informação, sob aspectos de governança e *cibersecurity*.

4 REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Os valores a receber referentes aos planos de benefícios administrados pela Petros estão compostos da seguinte forma:

Descrição	Nota	2022	2021
Recursos a Receber		6.075.702	12.064.878
Contribuições Normais		268.248	262.079
Contribuições em Atraso	4.1	-	1.321
Patrocinadoras		-	1.321
Contribuições em atraso		1.547	1.133.532
(-) Provisão para perdas		(1.547)	(1.132.211)
Participantes		-	-
Contribuições em atraso		212.246	1.138.244
(-) Provisão para perdas		(212.246)	(1.138.244)
Instituidores		-	-
Contribuições em atraso		623	623
(-) Provisão para perdas		(623)	(623)
Contribuições Contratadas	4.2	5.806.812	11.056.989
Outros Recursos a Receber		642	744.486
Patrocinadoras Liquidadas	4.3	44.139	786.026
(-) Provisão para perdas	4.3	(44.139)	(42.461)
Saldo Insuficiente – Retirada de Patrocínio		-	1
Demais Rubricas		642	923
Adiantamentos		10.065	8.985
Resultados a Realizar	4.4	4.382	4.612
Depósitos Judiciais/Recurais	10	3.229.853	2.984.973
Recursos a Receber - Precatórios	4.3	934.008	-
Outros Realizáveis		1.051.987	138.597
Valores a Receber PED 2015 – Participantes e Assistidos	4.5	904.964	-
Créditos a Receber de Planos em Retirada de Patrocínio	4.6	36.646	39.134
(-) Provisão para perdas	4.6	(36.635)	(39.134)
Outros		147.012	138.597
Total		11.305.997	15.202.043

4.1 CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO

As contribuições em atraso têm sua origem em decisões judiciais liminares que suspenderam a cobrança de contribuições extraordinárias de participantes e assistidos dos planos no âmbito do Plano de Equacionamento de Déficit (PED) dos planos PPSP-R, PPSP-NR e Ultrafertil.

Em relação aos planos PPSP-R e PPSP-NR, até o exercício de 2021, as parcelas referentes às contribuições não arrecadadas do PED 2015 eram registradas como contribuições em atraso, integralmente provisionadas para perdas e reconhecidas no grupo de provisões matemáticas a constituir.

Contudo no exercício de 2022, em razão: (i) da assinatura do instrumento de confissão de dívida por parte da patrocinadora (Petrobras) e (ii) do histórico de adimplemento por parte dos participantes no parcelamento das contribuições desde julho de 2020, a Petros procedeu com a reversão integral do provisionamento para perdas dos valores relativos à parte da patrocinadora, passando a ser registrados como operação contratada (Nota Explicativa 4.2) e da parte dos participantes e assistidos, passando a ser registrados no grupo outros realizáveis da gestão previdencial (Nota Explicativa 4.5).

As contribuições do PED 2018 dos Planos PPSP-R e PPSP-NR não tiveram alteração significativa da expectativa de recebimento em 2022 e foram mantidos integralmente provisionados para perdas e reconhecidas no grupo provisões matemáticas a constituir (Notas Explicativas 12.1.1.3 e 12.1.2.3).

Em relação ao plano Ultrafertil, diante das diversas liminares que suspendem a cobrança de contribuições extraordinárias dos participantes referentes aos PED's 2014, 2015 e 2016 e da liminar ativa relativa ao PED 2019 (vide Nota Explicativa 11.3) as contribuições são classificadas como em atraso, integralmente provisionadas para perdas e reconhecidas no grupo provisões matemáticas a constituir (Nota explicativa 12.1.5.3). Cumpre ressaltar que as patrocinadoras Ultrafertil e Vale Fertilizantes permanecem efetuando o pagamento mensal.

A seguir, demonstramos a posição das contribuições em atraso por planos de benefícios e as respectivas provisões para perdas constituídas:

- **Patrocinador**

Plano	2022	2021
PPSP-R		
Vibra Energia	-	35.947
Petrobras	887	816.357
(-) Provisão para perdas	(887)	(852.304)
PPSP-R - Contribuições em Atraso Patrocinadores - Total	-	-
PPSP-NR		
Vibra Energia	-	12.383
Petrobras	660	252.554
(-) Provisão para perdas	(660)	(264.937)
PPSP-NR - Contribuições em Atraso Patrocinadores - Total	-	-
PPSP-R Pré-70		
Petrobras	-	8.064
(-) Provisão para perdas	-	(8.064)
PPSP-R Pré-70 - Contribuições em Atraso Patrocinadores - Total	-	-
PPSP-NR Pré-70		
Petrobras	-	6.906
(-) Provisão para perdas	-	(6.906)
PPSP-NR Pré-70 - Contribuições em Atraso Patrocinadores - Total	-	-
Plano TapmePrev		
TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A	-	1.321
(-) Provisão para perdas	-	-
Plano TapmePrev - Contribuições em Atraso Patrocinadores - Total	-	1.321
Contribuições em Atraso Patrocinadores - Valor Líquido	-	1.321
Total de Contribuições em Atraso e Provisão para Perdas - Patrocinadores	-	1.321
Total - Contribuições em Atraso	1.547	1.133.532
Total (-) Provisões para perdas	(1.547)	(1.132.211)

- Participantes

Plano	2022	2021
PPSP-R		
Contribuições em atraso	926	714.731
(-) Provisão para perdas	(926)	(714.731)
PPSP-R - Contribuições em Atraso Participantes - Total	-	-
PPSP-NR		
Contribuições em atraso	897	256.207
(-) Provisão para perdas	(897)	(256.207)
PPSP-NR - Contribuições em Atraso Participantes - Total	-	-
Plano Petros Ultrafertil		
Contribuições em atraso	210.423	167.306
(-) Provisão para perdas	(210.423)	(167.306)
Plano Petros Ultrafertil - Contribuições em Atraso Participantes - Total	-	-
Contribuições em Atraso Participantes – Valor Líquido		
	-	-
Total de Contribuições em Atraso e Provisão para Perdas - Participantes		
	-	-
	Total - Contribuições em Atraso	212.246
	Total (-) Provisões para perdas	(212.246)
		1.138.244
		(1.138.244)

- Instituidor

Plano	2022	2021
Plano AnaparPrev		
SINDPAES	623	623
(-) Provisão para perdas	(623)	(623)
Plano AnaparPrev - Contribuições em Atraso Instituidores - Total	-	-
Contribuições em Atraso Instituidores - Valor Líquido		
	-	-
Total de Contribuições em Atraso e Provisão para Perdas - Instituidores		
	-	-
	Total - Contribuições em Atraso	623
	Total (-) Provisões para perdas	(623)
		623
		(623)

4.2 OPERAÇÕES CONTRATADAS

Compostas pelos seguintes Termos de Compromissos e Instrumentos Financeiros:

Termos de Compromissos Financeiros (TCF) - Celebrados no âmbito do Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR), no qual são partes os patrocinadores dos planos Petros do Sistema Petrobras, a Fundação e entidades representativas de seus participantes. Os Termos de Compromisso possuem prazo de 20 anos, a partir da data de celebração, são atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) *pro-rata die*, acrescidos de juros de 6% ao ano, possuem cláusula de reajuste atuarial e não são passíveis de amortização, apenas pagamentos de juros semestrais nos meses de abril e de outubro.

- Termo de Compromisso Financeiro Pré-70: compromisso atuarial com o Grupo Pré-70, no valor de R\$ 1.463.862, posicionado em 31 de dezembro de 2006 (R\$ 2.406.627 em 2022 e R\$ 5.713.412 em 2021), correspondente à diferença resultante da revisão atuarial dos compromissos com esse grupo específico, com base na Tábua de Mortalidade AT-2000, na Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-49 e na Tábua de entrada em invalidez Zimmermann ajustada, tábuas diversas daquelas utilizadas quando da liquidação dessa rubrica no ano de 2001.

Além do compromisso original, no exercício de 2019, foi assinado entre a Petrobras e a Petros aditivo que ajustou a metodologia aplicada ao TCF ao estabelecido no Termo de Transação

Judicial, que implementou o compromisso da Petrobras com os planos Pré-70. Este aditivo contemplou a criação de um ativo realizável que, em 2022, totalizava R\$ 1.447.033 (R\$ 1.390.239 em 2021), dos quais R\$ 758.769 (R\$ 722.022 em 2021) para o plano PPSP-NR Pré-70 e R\$ 688.264 (R\$ 668.217 em 2021) para o plano PPSP-R Pré-70.

- Termo de Compromisso Financeiro Diferença de Pensão: documento firmado entre as patrocinadoras e a Petros que garante as condições para realização do pagamento do acréscimo de compromisso atuarial com as pensões, decorrente da mudança do critério de cálculo das pensões dos participantes ativos e assistidos e pensionistas que optaram pela repactuação, a ser creditado no plano PPSP-R (no valor de R\$ 682.463, posicionado em 31 de dezembro de 2006, R\$ 938.030 em 2022 e R\$ 3.951.070 em 2021).

Instrumento de Dívida Relativo ao PED 2015 (Petrobras): Instrumento Particular de Confissão de Dívida firmado em outubro de 2022 entre a Patrocinadora Petrobras e a Petros correspondente à parte Patronal referente às contribuições extraordinárias não recolhidas, no período de julho de 2020 até setembro de 2022, atualizadas até setembro de 2022, referentes ao PED 2015 dos Planos PPSP-R e PPSP-NR.

Termo de Compromisso Migração para o plano PP-3 (Petrobras): Termo de migração celebrado em janeiro de 2021 relativo aos compromissos financeiros da Patrocinadora Petrobras junto ao Plano Petros-3 (PP-3) referentes à migração. Em dezembro de 2022, o valor apresentado se refere à migração de dois participantes oriundos do plano PPSP-R cujas reservas foram migradas em dezembro de 2022 em razão de processo judicial ingressado pelos participantes, nos quais foi celebrado acordo para permitir a migração.

Termo de Compromisso Migração para o plano FlexPrev (Vibra Energia): Instrumento Contratual de Confissão de Dívida da Patrocinadora Vibra Energia S.A. junto – ao Plano FlexPrev, relativo aos compromissos financeiros decorrentes da migração ocorrida em setembro de 2022. O termo foi reconhecido na data de migração e é atualizado mensalmente de acordo com as metas atuariais dos planos originários na data da migração (PPSP-R (IPCA + 4,43% a.a.), PPSP-NR (IPCA + 4,37% a.a.) e PP-2 (IPCA + 4,75% a.a.)) e será quitado através de prestações semestrais e sucessivas no prazo máximo de 15 anos.

Termos de Retirada de Patrocínio: Termos celebrados com os patrocinadores em função dos compromissos relativos ao processo de retirada de patrocínio (vide Nota Explicativa 1.1.2)

A seguir, detalhamos a alocação das contribuições contratadas aos planos, suas características e eventos relevantes ocorridos no período:

Planos / Patrocinadoras	Contribuição Contratada	2022	Contratações	Recebimentos	Atualização	Impacto Atuarial	2021
PPSP-R		1.353.080	857.768	(2.300.848)	143.107	(217.380)	2.870.433
Petrobras	PED - 2015	646.513	857.768	(229.177)	17.922	-	-
	TCF - Diferença de Pensão	688.985	-	(2.048.140)	124.111	(224.310)	2.837.324
Vibra Energia	TCF - Diferença de Pensão	9.116	-	(23.081)	147	8.969	23.081
Petros	TCF - Diferença de Pensão	8.466	-	(450)	927	(2.039)	10.028
PPSP-NR		229.230	256.565	(33.688)	6.353	-	-
Petrobras	PED - 2015	229.230	256.565	(33.688)	6.353	-	-
PPSP-R Pré-70		2.273.080	-	(3.243.577)	253.379	133.912	5.129.366
	TCF - Diferença de Pensão	231.463	-	(785.701)	56.521	(119.994)	1.080.637
Petrobras	TCF - Pré-70	1.353.353	-	(2.457.876)	176.811	253.906	3.380.512
	TCF - Pré-70 - Aditivo	688.264	-	-	20.047	-	668.217
PPSP-NR Pré-70		1.812.043	-	(1.696.186)	158.764	294.543	3.054.922
Petrobras	TCF - Pré-70	1.053.274	-	(1.696.186)	122.017	294.543	2.332.900
	TCF - Pré-70 - Aditivo	758.769	-	-	36.747	-	722.022
PP-3		876	876	-	-	-	-
Petrobras	Termo de Migração	876	876	-	-	-	-
Flexprev		138.503	146.032	(11.000)	3.471	-	-
Vibra Energia	Termo de Migração	138.503	146.032	(11.000)	3.471	-	-

Planos / Patrocinadoras	Contribuição Contratada	2022	Contratações	Recebimentos	Atualização	Impacto Atuarial	2021
PP-2		-	1.288	(1.288)	-	-	-
IASA	Termo de Retirada de Patrocínio	-	107	(107)	-	-	-
Araucária	Termo de Retirada de Patrocínio	-	1.181	(1.181)	-	-	-
Ultrafertil		-	23.597	(23.597)	-	-	-
Araucária	Termo de Retirada de Patrocínio	-	23.597	(23.597)	-	-	-
TapmePrev		-	84.436	(86.883)	179	-	2.268
TAP	PED TAP	-	-	(2.447)	179	-	2.268
	Termo de Retirada de Patrocínio	-	84.436	(84.436)	-	-	-
Total Contribuições Contratadas		5.806.812	1.370.562	(7.397.067)	565.253	211.075	11.056.989
Totais por Contratação:		5.806.812	1.370.562	(7.397.067)	565.253	211.075	11.056.989
TCF - Pré-70		2.406.627	-	(4.154.062)	298.828	548.449	5.713.412
TCF - Pré-70 - Aditivo		1.447.033	-	-	56.794	-	1.390.239
TCF - Diferença de Pensão		938.030	-	(2.857.372)	181.706	(337.374)	3.951.070
PED - 2015		875.743	1.114.333	(262.865)	24.275	-	-
Termo de Migração - PP-3		876	876	-	-	-	-
Termo de Migração - Flexprev		138.503	146.032	(11.000)	3.471	-	-
Termo de Retirada de Patrocínio - PP-2		-	1.288	(1.288)	-	-	-
Termo de Retirada de Patrocínio - Araucária		-	23.597	(23.597)	-	-	-
PED TAP		-	-	(2.447)	179	-	2.268
Termo de Retirada de Patrocínio - TAP		-	84.436	(84.436)	-	-	-

4.3 PATROCINADORAS LIQUIDADAS

Os créditos a receber da patrocinadora liquidada Petrobras Mineração S.A. – Petromisa referentes ao plano PPSP-NR, estão totalmente provisionados para perda e são objeto de processos judiciais de cobrança contra a União Federal, na qualidade de sucessora dos patrocinadores liquidados, conforme o art. 23 da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.

De acordo com o art. 4º da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, o Poder Executivo foi autorizado a dissolver ou privatizar as entidades da administração pública federal da Petromisa e da Interbrás. A Petros buscou habilitar os créditos relativos ao custeio do plano de benefícios do Sistema Petrobras, referentes às massas de participantes e assistidos de ambas as empregadoras, por meio de processos administrativos, nos quais não logrou êxito, resultando no ajuizamento de demandas judiciais para a cobrança das contribuições das retiradas de patrocínios.

Em relação à ação judicial decorrente da extinção da Petromisa, a União foi condenada a pagar à Petros a contribuição de retirada de patrocínio. A União interpôs recurso especial, que foi negado seguimento. A decisão favorável à Petros para recebimento dos valores transitou em julgado em 23 de junho de 2020. Iniciada a execução, a União Federal impugnou os cálculos apresentados pela Petros, tendo o juízo proferido decisão definindo os critérios para a elaboração dos cálculos. Em seguida, os autos foram remetidos à contadoria judicial, que apresentou os cálculos atualizados. A Petros opôs recurso de embargos de declaração em 2022 discordando das premissas estabelecidas, contudo, sem êxito. Na fase de execução, houve a concordância com o valor incontroverso da dívida e aguarda-se a expedição dos requisitórios.

Em relação à ação judicial decorrente da extinção da Interbrás, em abril de 2022 houve a expedição do precatório, no montante de R\$ 904.000. Os valores foram reclassificados para o grupo Recursos a Receber – Precatórios e atualizados para a data de 31 de dezembro de 2022 conforme IPCA-E, totalizando R\$ 934.008.

A seguir, demonstramos a composição dos valores a receber e da provisão para perdas de patrocinadoras liquidadas, bem como os precatórios previdenciais em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Descrição	2022	2021
Patrocinadoras Liquidadas	44.139	786.026
Interbrás	-	743.714
Petromisa	44.139	40.392
Outros Débitos	-	1.920
(-) Provisão para perdas	(44.139)	(42.461)
Petromisa	(44.139)	(40.392)
Outros	-	(1.350)
Outros Débitos	-	(719)
Precatórios	934.008	-
Interbrás	934.008	-

4.4 RESULTADOS A REALIZAR

Os resultados a realizar têm sua origem em títulos, classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento – resultados a realizar”. O controle e o acompanhamento desses títulos são realizados considerando as taxas de aquisição e as características específicas de cada título, com a devida anuência do órgão fiscalizador, conforme Ofício nº 1702/GAB/SPC, de 19 de setembro de 2002, aprovado pela então Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Previc. Os valores estão compostos da seguinte forma:

Descrição	Vencimento	2022			2021		
		Valor contábil	Fluxo descontado	Resultados Realizar	Valor contábil	Fluxo descontado	Resultados Realizar
		(A)	(B)	(B) - (A)	(A)	(B)	(B) - (A)
Nitriflex/Arlanxeo		10.320	14.702	4.382	9.833	14.445	4.612
NTN-C	01/01/2031	10.320	14.702	4.382	9.833	14.445	4.612
Total		10.320	14.702	4.382	9.833	14.445	4.612

4.5 VALORES A RECEBER PED 2015 – PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

Conforme informado na Nota Explicativa 4.1, em outubro de 2022 houve a reversão da provisão para perdas, com reconhecimento dos valores relacionados ao PED 2015 dos participantes e assistidos.

Demonstramos a seguir a evolução dos valores ao longo do exercício.

Planos	2022	Recebimentos	Atualização	Movimento Jan-Set 2022**	2021*
PPSP-NR	240.224	(12.232)	6.775	(10.109)	255.790
PPSP-R	664.740	(34.372)	18.738	(33.838)	714.212
Total	904.964	(46.604)	25.513	(43.947)	970.002

* Posicionado para efeitos comparativos, em 31.12.2022, os valores estavam integralmente provisionados para perdas

** Movimentação líquida entre recebimentos e atualizações nos meses anteriores à reclassificação

4.6 CRÉDITOS A RECEBER DE PLANOS EM RETIRADA DE PATROCÍNIO

Nas circunstâncias previstas nos termos de retirada de patrocínio das patrocinadoras dos planos Copesul, Braskem e PQU foram constituídas “contas a receber” referentes às condenações e aos honorários judiciais incorridos pelos planos, que deveriam ser reembolsados pelas patrocinadoras.

No curso do ano de 2021, iniciamos tratativas com as patrocinadoras, para que a Petros seja reembolsada das condenações judiciais, negociações estas que, embora estejam muito evoluídas, ainda não foram concluídas. A Petros encaminhou os processos passíveis de cobrança à Braskem

através de lotes, referente aos Planos Copesul e PQU. Demonstramos a seguir a movimentação dos valores no exercício:

Descrição	2022	Movimentações	2021
Copesul	-	-	-
Valores a receber	23.180	(2.488)	25.668
(-) Provisão para Perdas	(23.180)	2.488	(25.668)
Braskem	11	11	-
Valores a receber	4.578	10	4.568
(-) Provisão para Perdas	(4.567)	1	(4.568)
PQU	-	-	-
Valores a receber	8.888	-	8.888
(-) Provisão para Perdas	(8.888)	-	(8.888)
Valor Líquido de Provisão	11	11	-
Total de Valores a receber e Provisão para perdas	11	11	-
Valores a receber	36.646	(2.478)	39.134
(-) Provisão para Perdas	(36.635)	2.489	(39.134)

5 REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Estão registrados os valores inerentes às atividades da gestão administrativa, principalmente as contribuições para custeio, tributos a recuperar, adiantamentos referentes aos encargos de décimo terceiro e férias e valores depositados em juízo relativos aos processos judiciais.

Descrição	Nota	2022	2021
Contas a Receber		18.500	18.228
Contribuições para Custeio		463	482
Contribuições para Custeio em Atraso		95	95
Custeio Administrativo dos Investimentos		544	523
Responsabilidade de Empregados		7.078	9.579
Responsabilidade de Terceiros		1.502	1.498
Valores a receber Planos em Retirada		2.818	-
Valores a receber entre planos		4.875	4.875
Outros Recursos a Receber		1.125	1.176
Despesas Antecipadas		783	2.636
Depósitos Judiciais e Recursais	10	129.139	104.130
Tributos a Compensar		3	3
Outros Realizáveis		1.836	2.148
Total		150.261	127.145

6 INVESTIMENTOS

6.1 COMPOSIÇÃO E RESULTADO LÍQUIDO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS – CONSOLIDADO

A carteira de investimentos consolidada é composta por títulos públicos, ativos financeiros de crédito privado, ações, fundos de investimento, derivativos, investimentos imobiliários e empréstimos e financiamentos. Os títulos, valores mobiliários e cotas de fundos de investimentos estão sob custódia do Banco Bradesco S.A.

Demonstramos a seguir sua composição:

Segmentos	Nota	2022			2021		
		Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo	Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo
Títulos Públicos	6.1.1	25.331.743	35.512.484	60.844.227	29.681.940	15.529.079	45.211.019
Títulos Públicos Federais		25.331.743	35.512.484	60.844.227	29.681.940	15.292.010	44.973.950
Tesouro IPCA / Notas do Tesouro Nacional - NTN		25.331.655	35.512.484	60.844.139	29.546.029	15.292.010	44.838.039
Letras Financeiras do Tesouro – LFT		88	-	88	135.911	-	135.911
Títulos Públicos Estaduais		-	-	-	-	237.069	237.069
Letras Financeiras – LF		-	-	-	-	237.069	237.069
Ativos Financeiros de Crédito Privado	6.1.2	459.609	58.877	518.486	533.671	72.414	606.085
Títulos Emitidos por Instituições Financeiras		-	1.329	1.329	-	1.329	1.329
Certificado de Depósito Bancário – CDB		-	1.329	1.329	-	1.329	1.329
Cédulas de Crédito Imobiliário – CCI		-	107.374	107.374	-	107.374	107.374
Debêntures		459.609	80.277	539.886	533.671	93.828	627.499
Debêntures de Empresas Abertas		459.609	43.839	503.448	533.671	36.565	570.236
Debêntures de Empresas Fechadas		-	18.157	18.157	-	18.156	18.156
Debêntures de Sociedade de Propósito Específico – SPE		-	18.281	18.281	-	39.107	39.107
(-) Perdas Estimadas – Crédito Privado		-	(130.103)	(130.103)	-	(130.117)	(130.117)
(-) Títulos Emitidos Instituições Financeiras		-	(1.329)	(1.329)	-	(1.329)	(1.329)
(-) Cédulas de Crédito Imobiliário – CCI		-	(107.374)	(107.374)	-	(107.374)	(107.374)
(-) Debêntures		-	(21.400)	(21.400)	-	(21.414)	(21.414)

Segmentos	Nota	2022			2021		
		Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo	Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo
Renda Variável	6.1.3	837.948	1.611.655	2.449.603	4.200.963	1.686.992	5.887.955
Ações		837.948	1.611.655	2.449.603	4.160.141	1.686.992	5.847.133
Ações – Companhias Abertas		837.948	863.092	1.701.040	4.160.141	882.749	5.042.890
Ações – Sociedade Propósito Específico		-	747.075	747.075	-	802.784	802.784
Ações – Patrocinadora		-	1.488	1.488	-	1.459	1.459
Empréstimos de Ações		-	-	-	40.822	-	40.822
Fundos de Investimento	6.1.4	37.076.515	397.549	37.474.064	39.285.266	587.164	39.872.430
Renda Fixa		14.185.894	-	14.185.894	11.578.321	-	11.578.321
Direitos Creditórios		-	80.793	80.793	-	74.152	74.152
Ações		11.209.486	-	11.209.486	12.400.612	-	12.400.612
Participações		-	94.141	94.141	-	316.431	316.431
Multimercado		11.289.949	-	11.289.949	14.899.267	-	14.899.267
Imobiliário		222.834	230.204	453.038	223.677	204.170	427.847
Exterior		201.500	-	201.500	222.488	-	222.488
(-) Perdas Estimadas		(33.148)	(7.589)	(40.737)	(39.099)	(7.589)	(46.688)
Renda Fixa		(3.021)	-	(3.021)	(9.156)	-	(9.156)
Direitos Creditórios		-	(1.254)	(1.254)	-	(1.254)	(1.254)
Participações		-	(6.335)	(6.335)	-	(6.335)	(6.335)
Multimercado		(30.127)	-	(30.127)	(29.943)	-	(29.943)
Derivativos	6.1.6	-	-	-	18.994	-	18.994
Mercados Futuros		-	-	-	18.994	-	18.994
Investimentos em imóveis	6.1.7	-	3.291.890	3.291.890	-	3.451.328	3.451.328
Aluguéis e Renda		-	3.292.642	3.292.642	-	3.463.303	3.463.303
Locadas a Patrocinador(es)		-	1.310.308	1.310.308	-	1.366.312	1.366.312
Terrenos		-	187.244	187.244	-	210.474	210.474
Edificações		-	1.113.042	1.113.042	-	1.147.786	1.147.786
Valores a Receber		-	10.022	10.022	-	8.052	8.052

Segmentos	Nota	2022			2021		
		Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo	Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo
Locadas a Terceiros		-	1.467.066	1.467.066	-	1.595.577	1.595.577
Terrenos		-	496.369	496.369	-	565.688	565.688
Edificações		-	936.458	936.458	-	993.840	993.840
Valores a Receber		-	34.239	34.239	-	36.049	36.049
Rendas de Participações		-	515.268	515.268	-	501.414	501.414
Terrenos		-	88.793	88.793	-	158.370	158.370
Edificações		-	426.475	426.475	-	342.964	342.964
Valores a Receber		-	-	-	-	80	80
Direitos Alienações Invest. Imobiliários		-	25.675	25.675	-	14.636	14.636
(-) Perdas Estimadas – Investimentos em Imóveis		-	(26.427)	(26.427)	-	(26.611)	(26.611)
Operações com Participantes	6.1.8	-	2.650.623	2.650.623	-	2.720.017	2.720.017
Recursos a Receber - Precatórios	6.1.9	-	977.582	977.582	-	-	-
Outros Realizáveis	6.1.10	-	1.112.492	1.112.492	-	1.020.460	1.020.460
Investimentos			63.705.815	45.613.152	109.318.967	73.720.834	25.067.454
						25.067.454	98.788.288

Demonstramos a seguir o quadro com o resultado líquido da carteira de investimentos:

Resultado dos Investimentos		
Consolidado	2022	2021
Rendas/Variações Líquidas	7.749.321	(1.615.409)
Títulos Públicos	3.318.415	(380.760)
Ativos Financeiros de Créditos Privados	(7.190)	101.018
Ações	(379.842)	795.897
Fundos de Investimento	3.208.281	(1.547.169)
Derivativos	271.898	(924.952)
Investimentos Imobiliários	72.864	(51.392)
Operações com Participantes - Empréstimos	187.868	284.222
Outros Realizáveis	99.445	107.727
Precatórios	977.582	-
Constituição/Reversão Fundo dos Investimentos	897	82.635
Total	7.750.218	(1.532.774)

Resultado dos Investimentos		
Planos de Benefícios	2022	2021
Rendas/Variações Líquidas	7.667.293	(1.617.097)
Títulos Públicos	3.305.172	(381.958)
Ativos Financeiros de Créditos Privados	(6.757)	99.580
Ações	(378.636)	779.862
Fundos de Investimento	3.141.914	(1.547.979)
Derivativos	267.616	(907.121)
Investimentos Imobiliários	72.875	(51.575)
Operações com Participantes - Empréstimos	187.868	284.222
Outros Realizáveis	99.659	107.872
Precatórios	977.582	-
Constituição/Reversão Fundo dos Investimentos	897	82.635
Total	7.668.190	(1.534.462)

Resultado dos Investimentos		
PGA	2022	2021
Rendas/Variações Líquidas	82.028	1.688
Títulos Públicos	13.243	1.199
Ativos Financeiros de Créditos Privados	(433)	1.438
Ações	(1.206)	16.035
Fundos de Investimento	66.367	810
Derivativos	4.282	(17.832)
Investimentos Imobiliários	(11)	183
Outros Realizáveis	(214)	(145)
Total	82.028	1.688

6.1.1 TÍTULOS PÚBLICOS

Títulos Públicos	PPSP-NR	PPSP-R	PPSP-R Pré-70	PPSP-NR Pré-70	Nitriflex/ Arlanxeo	Arlanxeo Prev	Ultrafertil	PGA	PP-2	TapmePrev	Misto Sanasa	PP-3	Flexprev	2022	2021	Δ%
Títulos Públicos Federais	7.283.168	28.312.085	4.522.191	2.785.522	100.551	770.492	209.792	125.145	15.840.350	175.062	210.082	57.367	452.420	60.844.227	44.973.950	35,29%
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88	-	-	-	88	135.911	-99,94%
Notas do Tesouro Nacional B	7.283.168	28.312.085	4.522.191	2.785.522	90.231	770.492	209.792	125.145	15.840.350	174.974	210.082	57.367	452.420	60.833.819	44.825.521	35,71%
Notas do Tesouro Nacional C	-	-	-	-	10.320	-	-	-	-	-	-	-	-	10.320	9.833	4,95%
Notas do Tesouro Nacional F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.685	-100,00%
Títulos Públicos Estaduais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	237.069	-100,00%
Valores a Receber (LFT-SC) ^(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	237.069	-100,00%
Total	7.283.168	28.312.085	4.522.191	2.785.522	100.551	770.492	209.792	125.145	15.840.350	175.062	210.082	57.367	452.420	60.844.227	45.211.019	34,58%

- (a) Em 2002, a Petros propôs processo judicial em face do Estado de Santa Catarina a fim de obter o ressarcimento do montante equivalente aos valores expressos em 29.880 Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, acrescidos dos rendimentos estabelecidos pelo art. 3º, III, da Lei Estadual nº 10.168, de 11 de julho de 1996, até a data do vencimento (01 de maio de 2001), contando, a partir de então, com a incidência de correção monetária e juros de mora. A possibilidade de êxito do Estado de Santa Catarina neste processo judicial sempre foi considerada remota, tendo em vista jurisprudência favorável sobre o assunto. Em 28 de julho de 2004, foi proferida sentença condenando o Estado de Santa Catarina ao ressarcimento da importância em favor da Petros. Em que pese os recursos do Estado de Santa Catarina, a decisão favorável à Petros foi mantida, tendo ocorrido o trânsito em julgado em 14 de julho de 2008. Por conseguinte, a fim de receber o crédito, a Petros ajuizou uma ação de execução em que o Estado de Santa Catarina reconheceu como devida a quantia de R\$ 246.046. Diante do reconhecimento, a Petros ingressou com o pedido de Requisição de Precatórios da parte entendida como incontroversa, no valor de R\$ 288.158, corrigido até 31 de janeiro de 2012, sendo R\$ 247.776 de principal e R\$ 40.382 de juros. O referido valor foi inscrito no Precatório nº 500120011226. Cumpre ressaltar ainda que, em 31 de dezembro de 2017, os valores a receber decorrentes deste processo foram atualizados com base na decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, de 18 de dezembro de 2017, levando em consideração: (i) ajuste para redução ao valor recuperável deste ativo em razão dos efeitos da decisão proferida nas ADIs 4357 e 4425, a qual reconheceu a inconstitucionalidade parcial da Emenda Constitucional nº 62/2009, e (ii) pagamento parcial do precatório no montante de R\$ 116.974. Embora o Estado de Santa Catarina tenha reconhecido ser devedor de parte do valor, também opôs embargos de execução, alegando que os juros a serem aplicados sobre a dívida deveriam se limitar a 0,5% ao mês, e não 1,0%, não obstante as regras estabelecidas no Código Civil Brasileiro. Em 2018, a Petros recebeu o valor total de R\$ 23.916, referente aos valores liberados nos autos do precatório. No decorrer de 2019, a Petros recebeu o montante de R\$ 91.074. Em 03 de fevereiro de 2020, foi proferida decisão encaminhando o processo para elaboração de novo cálculo do débito à Contadoria Judicial. Entre 2020 e 2022, enquanto ainda se davam as discussões sobre o montante a ser recebido, a Petros manteve a atualização dos saldos pelo IPCA-e. Ao final de 2022, o Contador do Juízo apurou um saldo remanescente no valor de R\$ 60.879 a ser recebido pela Petros, no entanto, o Estado de Santa Catarina impugnou o valor e não há, até a presente data a definição sobre o tema, em função disso a Petros efetuou a baixa do montante relacionado e continuará envidando esforços na ação para recuperação dos valores.

6.1.1.1 TÍTULOS DE RENDA FIXA MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Plano/Títulos	Custo Amortizado					2022	2021	Mercado					2022	2021
	0 – 1 ano	1 – 5 anos	5 – 10 anos	10 – 15 anos	> 15 anos			0 – 1 ano	1 – 5 anos	5 – 10 anos	10 – 15 anos	> 15 anos		
PGA	504	-	-	-	-	504	1.078	504	-	-	-	-	504	1.078
Debêntures	504	-	-	-	-	504	1.078	504	-	-	-	-	504	1.078
Misto Sanasa	20.112	52.243	4.083	82.540	22.973	181.951	183.461	20.133	52.333	4.151	80.953	23.063	180.633	192.370
NTN-B	20.112	52.243	4.083	82.540	22.973	181.951	183.461	20.133	52.333	4.151	80.953	23.063	180.633	192.370
PP-2	63.909	1.695.461	516.316	1.747.107	8.472.972	12.495.765	12.060.545	63.863	1.686.716	519.821	1.767.904	8.317.786	12.356.090	12.954.033
Debêntures	1.213	2.282	-	-	-	3.495	4.545	1.213	2.282	-	-	-	3.495	4.545
NTN-B	62.696	1.693.179	516.316	1.747.107	8.472.972	12.492.270	12.056.000	62.650	1.684.434	519.821	1.767.904	8.317.786	12.352.595	12.949.488
Arlanxeo Prev	827	60.947	186.773	44.865	266.544	559.956	61.773	827	59.026	182.834	43.947	253.653	540.287	60.899
Debêntures	827	-	-	-	-	827	1.770	827	-	-	-	-	827	1.770
NTN-B	-	60.947	186.773	44.865	266.544	559.129	60.003	-	59.026	182.834	43.947	253.653	539.460	59.129
Nitriflex/Arlanxeo	123	9.788	39.656	3.278	11.228	64.073	10.096	123	9.471	39.100	3.203	10.975	62.872	13.644
NTN-C	-	-	10.320	-	-	10.320	9.833	-	-	10.320	-	-	10.320	13.381
Debêntures	123	-	-	-	-	123	263	123	-	-	-	-	123	263
NTN-B	-	9.788	29.336	3.278	11.228	53.630	-	-	9.471	28.780	3.203	10.975	52.429	-
PPSP-NR	3.356	306.650	1.212.924	210.402	1.747.820	3.481.152	610.103	3.356	297.470	1.190.409	205.393	1.642.376	3.339.004	587.552
Debêntures	3.356	9.077	-	-	-	12.433	14.648	3.356	9.077	-	-	-	12.433	14.648
NTN-B	-	297.573	1.212.924	210.402	1.747.820	3.468.719	595.455	-	288.393	1.190.409	205.393	1.642.376	3.326.571	572.904
PPSP-R	10.844	1.977.038	5.119.028	858.858	6.166.864	14.132.632	2.223.283	10.844	1.913.021	5.013.507	838.592	5.832.758	13.608.722	2.140.882
Debêntures	10.844	29.392	-	-	-	40.236	47.612	10.844	29.392	-	-	-	40.236	47.612
NTN-B	-	1.947.646	5.119.028	858.858	6.166.864	14.092.396	2.175.671	-	1.883.629	5.013.507	838.592	5.832.758	13.568.486	2.093.270
Ultrafertil	706	21.991	34.921	-	34.280	91.898	33.950	706	21.273	33.756	-	30.497	86.232	33.585
Debêntures	706	-	-	-	-	706	1.510	706	-	-	-	-	706	1.510
NTN-B	-	21.991	34.921	-	34.280	91.192	32.440	-	21.273	33.756	-	30.497	85.526	32.075
TapmePrev	46.830	40.686	17.157	61.203	-	165.876	179.144	46.910	40.552	16.488	59.977	-	163.927	184.148
NTN-B	46.830	40.686	17.157	61.203	-	165.876	179.144	46.910	40.552	16.488	59.977	-	163.927	184.148
PP-3	614	1.664	-	-	-	2.278	2.679	614	1.664	-	-	-	2.278	2.679
Debêntures	614	1.664	-	-	-	2.278	2.679	614	1.664	-	-	-	2.278	2.679
Flexprev	1.267	44.461	39.978	32.706	175.522	293.934	-	1.266	43.887	39.431	33.095	170.585	288.264	-
Debêntures	94	240	-	-	-	334	-	94	240	-	-	-	334	-
NTN-B	1.173	44.221	39.978	32.706	175.522	293.600	-	1.172	43.647	39.431	33.095	170.585	287.930	-
PPSP NR PRÉ 70	-	218.692	882.607	213.750	171.800	1.486.849	-	-	211.334	858.936	207.332	172.848	1.450.450	-
NTN-B	-	218.692	882.607	213.750	171.800	1.486.849	-	-	211.334	858.936	207.332	172.848	1.450.450	-
PPSP R PRÉ 70	-	334.551	1.525.118	404.172	363.028	2.626.869	-	-	323.295	1.486.591	392.092	363.156	2.565.134	-
NTN-B	-	334.551	1.525.118	404.172	363.028	2.626.869	-	-	323.295	1.486.591	392.092	363.156	2.565.134	-
Total	149.092	4.764.172	9.578.561	3.658.881	17.433.031	35.583.737	15.366.112	149.146	4.660.042	9.385.024	3.632.488	16.817.697	34.644.397	16.170.870

A Administração da Fundação manifesta a intenção de manter estes títulos até seus respectivos vencimentos, dispondo, para tanto, os planos de benefícios, de capacidade financeira, como tem sido atestado por ocasião da elaboração de suas políticas de investimentos. Anualmente, são elaborados estudos gerenciais internos com software de ALM que simulam cenários confrontando os fluxos esperados de receitas (financeiras e previdenciais) e de despesas previdenciais com as necessidades de liquidez dos planos administrados pela Petros no curto, médio e longo prazos.

6.1.1.1.1. NEGOCIAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA “TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”

A operação de venda de Títulos Públicos mantidos até o vencimento, é contabilizada pelo custo amortizado, sendo realizada em plataforma eletrônica e cursada no mercado secundário, caso verifique-se que a situação dos ativos e dos planos em relação ao momento de compra modificou-se.

No exercício de 2022, não houve alienação de Títulos Públicos mantidos até o vencimento pertencentes às carteiras dos planos de benefícios.

6.1.2 ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO

Ativos Financeiros de Crédito Privado	PPSP-NR	PPSP-R	Nitriflex/ Arlanxeo	Arlanxeo Prev	Ultrafertil	PGA	PP-2	TapmePrev	Misto Sanasa	PP-3	Flexprev	2022	2021	Δ%
Debêntures	67.832	219.268	834	5.526	2.752	7.439	196.592	444	265	12.412	5.122	518.486	606.085	-14,45%
Termobahia	3.356	10.844	123	827	706	504	1.213	-	-	614	94	18.281	39.107	-53,25%
Invepar	9.077	29.392	-	-	-	-	2.282	-	-	1.664	240	42.655	34.997	21,88%
Cia Vale do Rio Doce	40.768	131.750	711	4.699	2.046	4.198	15.101	-	-	7.458	1.153	207.884	292.219	-28,86%
CCR	8.743	28.253	-	-	-	765	17.376	122	-	1.599	511	57.369	53.862	6,51%
Sabesp	5.888	19.029	-	-	-	470	13.281	67	-	1.077	373	40.185	38.473	4,45%
Rio Paranapanema	-	-	-	-	-	1.502	49.973	119	171	-	934	52.699	50.388	4,59%
Comgás	-	-	-	-	-	-	70.931	-	-	-	1.326	72.257	70.518	2,47%
Localiza	-	-	-	-	-	-	26.435	136	94	-	491	27.156	26.521	2,39%
Total	67.832	219.268	834	5.526	2.752	7.439	196.592	444	265	12.412	5.122	518.486	606.085	-14,45%

A redução da posição da carteira de debêntures ocorreu majoritariamente pelos fatores abaixo:

Cia Vale do Rio Doce: (i) desinvestimento realizado em junho/2022 para cobrir a retirada da Patrocinadora Araucária Nitrogenados S.A. do Plano Ultrafertil, (ii) venda para reenquadramento da posição em relação à norma interna de Risco e (iii) desvalorização do ativo em aproximadamente 24% no ano de 2022.

Termobahia: amortizações realizadas ao longo de 2022, que totalizaram um recebimento para Petros de R\$ 25.601.

6.1.3 RENDA VARIÁVEL – AÇÕES

Ações	Nota	PPSP-NR	PPSP-R	Nitriflex/ Arlanxeo	Arlanxeo Prev	Ultrafertil	PGA	PP-2	TapmePrev	Misto Sanasa	PP-3	Flexprev	2022	2021	Δ%
Ações		480.782	1.609.953	5.603	36.941	28.231	21.688	131.294	529	370	91.191	13.214	2.419.796	5.829.492	-58,49%
BONAIRE ON		1.315	4.247	48	324	276	197	475	-	-	240	37	7.159	9.690	-26,12%
BRF ON		56.095	215.392	974	6.659	3.078	-	34.575	-	-	12.194	2.128	331.095	1.282.466	-74,18%
INVEPAR ON	6.1.5.1	21.081	68.126	-	-	-	1.910	5.034	-	-	3.856	544	100.551	115.849	-13,21%
INVEPAR PN	6.1.5.1	42.161	136.252	-	-	-	3.821	10.068	-	-	7.712	1.088	201.102	231.697	-13,20%
LITEL ON	6.1.5.4	86.075	278.167	3.150	21.219	18.108	12.932	31.123	-	-	15.745	2.418	468.937	454.016	3,29%
LITELA ON	6.1.5.4	16.902	54.621	619	4.167	3.556	2.539	6.112	-	-	3.092	475	92.083	80.770	14,01%
NEWTEL ON		78	250	3	19	16	8	29	-	-	14	2	419	419	0,00%
ON NORTE ENERGIA	6.1.5.3	168.414	544.261	-	-	-	-	-	-	-	30.807	3.593	747.075	802.783	-6,94%
MARCOPOLO PN		32.134	127.852	-	-	-	-	-	-	-	7.238	870	168.094	254.038	-33,83%
RECIBO TELES PN		1.406	4.544	52	349	288	145	521	-	-	257	40	7.602	7.603	-0,01%
TELEBRAS PN		4	14	-	1	1	-	2	-	-	1	-	23	33	-30,30%
TERMOBAHIA ON		1.351	4.357	48	341	280	134	499	-	-	256	36	7.302	6.968	4,79%
VALE ON		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.188.157	-100,00%
TELEF BRASIL ON		21	69	1	5	4	2	8	-	-	4	1	115	145	-20,69%
BRASKEM ON		2.250	7.281	84	559	375	-	833	-	-	390	66	11.838	36.309	-67,40%
FRAS-LE ON		11.086	40.867	473	3.183	2.179	-	4.747	-	-	2.361	370	65.266	133.672	-51,17%
DIMED ON		3.451	11.149	-	-	-	-	4.491	-	-	631	163	19.885	35.184	-43,48%
SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES ON		467	1.510	17	115	70	-	169	-	-	86	14	2.448	12.193	-79,92%
NEO ENERGIA ON		8.399	20.218	134	-	-	-	19.609	529	370	1.164	523	50.946	72.899	-30,11%
IRB BRASIL ON		-	-	-	-	-	-	6.243	-	-	-	120	6.363	950	569,79%
ESTAPAR ON		1.184	3.826	-	-	-	-	-	-	-	217	26	5.253	18.763	-72,00%
HMOBI	6.1.5.2	26.908	86.950	-	-	-	-	6.756	-	-	4.926	700	126.240	84.888	48,71%
Empréstimos de Ações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.822	-100,00%
Proventos a Receber		4.450	15.999	60	297	245	253	1.103	-	-	906	128	23.441	17.641	32,88%
Valores Receber		1.080	4.134	20	139	68	-	650	-	-	234	41	6.366	-	100,00%
Ações		486.312	1.630.086	5.683	37.377	28.544	21.941	133.047	529	370	92.331	13.383	2.449.603	5.887.955	-58,40%

A redução da posição da carteira de ações ocorreu majoritariamente pelos fatores abaixo:

VALE ON: desinvestimento realizado em ao longo de 2022 em função do processo de imunização (Compra de títulos públicos) dos planos BD's

BRF ON: (i) desinvestimento de R\$ 211 milhões e (ii) desvalorização de aproximadamente 63%

6.1.4 FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Fundos de Investimentos	2022	2021	Planos BD's+PGA 2022	Planos BD's+PGA 2021	Δ%	Planos CV's 2022	Planos CV's 2021	Δ%	Planos CD's 2022	Planos CD's 2021	Δ%
Renda Fixa	14.182.873	11.569.165	4.761.932	5.361.606	-11,18%	8.391.919	4.827.931	73,82%	1.029.022	1.379.628	-25,41%
FP Carteira Ativa Fundo de Investimento Multimercado ¹	5.703.587	4.082.719	1.944.210	2.473.273	-21,39%	2.883.095	1.414.467	103,83%	876.282	194.979	349,42%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Liquidez ¹	8.422.956	7.434.038	2.811.484	2.870.010	-2,04%	5.459.291	3.380.101	61,51%	152.181	1.183.927	-87,15%
Fundo de Investimento Caixa Petros Habitacional Renda Fixa ¹	-	19.599	-	17.435	-100,00%	-	1.446	-100,00%	-	718	-100,00%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado Recuperação BR ¹	6.343	370	5.616	329	1606,99%	460	27	1603,70%	267	14	1807,14%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado de Recuperação ¹	690	593	622	559	11,27%	50	44	13,64%	18	(10)	-280,00%
HG Crédito	34.299	-	-	-	-	34.299	-	-	-	-	-
Western Asset Prev Structured Credit II FIRF Crédito Privado ¹	14.998	31.846	-	-	-	14.724	31.846	-53,76%	274	-	-
Multimercado	11.259.822	14.869.324	3.266.774	9.747.341	-66,49%	5.680.312	4.553.070	24,76%	2.312.736	568.913	306,52%
Fundo de Investimento Multimercado Moderado Caratinga ¹	7.297	6.573	3.817	3.439	10,99%	-	-	-	3.480	3.134	11,04%
FP Atlantis Fundo de Investimento Multimercado ¹	1.386	1.269	1.024	943	8,59%	307	286	7,34%	55	40	37,50%
FP Excellence Fundo de Investimento Multimercado ¹	1.449	1.339	1.067	991	7,67%	325	306	6,21%	57	42	35,71%
FP Plural Caixa ARB Petros Fundo de investimento Multimercado ¹	1.460	1.330	-	-	-	1.433	1.330	7,74%	27	-	-
Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado ¹	83.761	76.108	72.965	66.617	9,53%	6.059	5.609	8,02%	4.737	3.882	22,02%
Brasil Plural Recup de Crédito Petros Fdo de Invest Multimercado CP ¹	1.144	380	1.015	364	178,85%	83	28	196,43%	46	(12)	-483,33%
Canvas Recuperação de Crédito Petros Fdo de Invest. Multimercado CP ¹	313	1.711	277	1.584	-82,51%	23	126	-81,75%	13	1	1200,00%
Polo Recuperação de Crédito Petros FIM CP ¹	507	7.940	455	7.282	-93,75%	37	586	-93,69%	15	72	-79,17%
FP Inflação Longa Fundo de Investimento Multimercado ¹	5.741.748	10.010.238	2.194.366	7.230.598	-69,65%	2.494.234	2.459.365	1,42%	1.053.148	320.275	228,83%
FP Inflação Curta Fundo de Investimento Multimercado ¹	1.603.742	2.267.267	288.646	1.804.698	-84,01%	731.296	340.299	114,90%	583.800	122.270	377,47%
FP FOF Multimercado 4661 Fundo de Investimento em Cotas de FIM ¹	297.978	265.523	207.427	185.684	11,71%	51.290	46.545	10,19%	39.261	33.294	17,92%
FP Alocação FIM ¹	250.701	233.416	181.470	170.957	6,15%	40.699	37.813	7,63%	28.532	24.646	15,77%

Fundos de Investimentos	2022	2021	Planos BD's+PGA 2022	Planos BD's+PGA 2021	Δ%	Planos CV's 2022	Planos CV's 2021	Δ%	Planos CD's 2022	Planos CD's 2021	Δ%
FP FOF Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de FIM ¹	2.615.252	1.694.911	98.919	90.076	9,82%	2.048.100	1.556.419	31,59%	468.233	48.416	867,10%
FP FOF GE XPA Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	231.791	100.628	71.717	61.486	16,64%	111.036	34.852	218,59%	49.038	4.290	1043,08%
FP FOF GE ITAU Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	223.683	100.315	74.000	61.290	20,74%	104.826	34.741	201,74%	44.857	4.284	947,08%
FP FOF GE CSHG Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	197.610	100.376	69.609	61.332	13,50%	90.564	34.765	160,50%	37.437	4.279	774,90%
Direitos Creditórios	79.539	72.898	19.158	11.671	64,15%	58.434	60.730	-3,78%	1.947	497	291,75%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master II	622	48	593	46	1189,13%	-	-	-	29	2	1350,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master III	47	194	45	186	-75,81%	-	-	-	2	8	-75,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália	3.982	6.531	3.799	6.262	-39,33%	-	-	-	183	269	-31,97%
Vinci Energia Sustentável FIDC	58.556	60.607	-	-	-	57.481	60.607	-5,16%	1.075	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master	35	-	32	-	-	2	-	-	1	-	-
FIDC Polo Recuperação de Crédito NP ¹	2.933	744	2.798	713	292,43%	-	-	-	135	31	335,48%
II FIDC Polo Recuperação de Crédito NP ¹	7.237	667	6.458	597	981,74%	496	47	955,32%	283	23	1130,43%
III FIDC Polo Recuperação de Crédito NP ¹	117	68	56	33	69,70%	58	34	70,59%	3	1	200,00%
Brasil Plural Recuperação de Crédito I ¹	215	3.448	205	3.305	-93,80%	-	-	-	10	143	-93,01%
Brasil Plural Recuperação de Crédito II ¹	5.795	591	5.172	529	877,69%	397	42	845,24%	226	20	1030,00%
Ações ¹	11.209.486	12.400.612	5.844.379	6.821.936	-14,33%	4.877.162	5.194.521	-6,11%	487.945	384.155	27,02%
Fundo de Investimento em Ações Petros Ativo	1.642.969	1.558.641	1.033.269	978.197	5,63%	534.080	522.163	2,28%	75.620	58.281	29,75%
FP Ibovespa Fundo de Investimento em Ações	2.738.856	4.341.768	1.492.622	2.135.776	-30,11%	1.109.834	2.082.366	-46,70%	136.400	123.626	10,33%
FP FOF Ações Fundo de investimentos em cotas de Fundos de Investimentos em Ações	3.589.478	4.262.792	1.646.596	2.189.073	-24,78%	1.792.064	1.950.848	-8,14%	150.818	122.871	22,74%
FIA Petros Seleção Alta Liquidez	3.238.183	2.237.411	1.671.892	1.518.890	10,07%	1.441.184	639.144	125,49%	125.107	79.377	57,61%
Participações	87.806	310.096	77.125	274.741	-71,93%	6.900	24.678	-72,04%	3.781	10.677	-64,59%
Logística Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ²	7.571	27.292	6.767	24.499	-72,38%	512	1.881	-72,78%	292	912	-67,98%
Energia PCH Fundo de Investimento em Participações ²	4.627	192.792	4.135	173.059	-97,61%	313	13.288	-97,64%	179	6.445	-97,22%

Fundos de Investimentos	2022	2021	Planos BD's+PGA 2022	Planos BD's+PGA 2021	Δ%	Planos CV's 2022	Planos CV's 2021	Δ%	Planos CD's 2022	Planos CD's 2021	Δ%
DGF FIPAC 2 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ²	6.189	9.509	-	-	-	6.075	9.509	-36,11%	114	-	-
Terra Viva Fundo de Investimento em Participações ²	30	18	29	17	70,59%	-	-	-	1	1	0,00%
Multiner Fundo de Investimento em Participações ³	(159)	(93)	(151)	(89)	69,66%	-	-	-	(8)	(4)	100,00%
Brasil Óleo & Gás Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ²	17	(12)	16	(12)	-233,33%	-	-	-	1	-	-
Empreendedor Brasil Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	37.971	38.279	36.222	36.701	-1,31%	-	-	-	1.749	1.578	10,84%
Vale Florestar – Outros Valores a Receber	31.560	42.311	30.107	40.566	-25,78%	-	-	-	1.453	1.745	-16,73%
Imobiliário	453.038	427.847	121.907	113.964	6,97%	319.597	309.069	3,41%	11.534	4.814	139,59%
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	(2.818)	(1.874)	(2.518)	(1.683)	49,61%	(191)	(129)	48,06%	(109)	(62)	75,81%
Fundo de Investimento Imobiliário Continental Square Faria Lima	21.263	18.796	18.990	16.873	12,55%	1.448	1.295	11,81%	825	628	31,37%
FII Petros (FII RB Capital)	221.048	206.044	105.435	98.774	6,74%	108.495	103.022	5,31%	7.118	4.248	67,56%
HEDGE Brasil Shopping	72.408	73.082	-	-	-	71.079	73.082	-2,74%	1.329	-	-
VINCI Shopping Centers Fundo de Investimento Imobiliário II	37.325	36.363	-	-	-	36.640	36.363	0,76%	685	-	-
XP MALLS Fundo de Investimento Imobiliário FII	91.837	95.436	-	-	-	90.151	95.436	-5,54%	1.686	-	-
VINCI OFFICES FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO	11.975	-	-	-	-	11.975	-	-	-	-	-
Exterior	201.500	222.488	146.711	162.794	-9,88%	43.193	48.570	-11,07%	11.596	11.124	4,24%
FP Growth Schroder FIM IE	99.495	112.167	72.442	82.071	-11,73%	21.327	24.486	-12,90%	5.726	5.610	2,07%
FP Defensive Schroder FIM IE	102.005	110.321	74.269	80.723	-8,00%	21.866	24.084	-9,21%	5.870	5.514	6,46%
Fundos de Investimentos	37.474.064	39.872.430	14.237.986	22.494.053	-36,70%	19.377.517	15.018.569	29,02%	3.858.561	2.359.808	63,51%

⁽¹⁾ Fundos de Investimento Exclusivos

⁽²⁾ Fundos de Investimento em Participações avaliados pelo valor da cota do respectivo administrador

⁽³⁾ A Multiner S.A. (Multiner) é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, principal ativo da carteira do Multiner Fundo de Investimento em Participações (FIP Multiner), que tem por objetivo a participação em (i) usinas de geração de energia termoelétrica, óleo combustível e/ou gás natural (UTE), (ii) comércio atacadista de energia elétrica e (iii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica. Desde 2019, o administrador do FIP Multiner, responsável fiduciário pela precificação contábil dos ativos investidos, atualizou o ativo alvo Multiner a valor nulo, conforme laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e especializado

6.1.4.1 FUNDOS DE INVESTIMENTOS PLANOS BD E PGA

Fundos de Investimentos	PPSP-NR	PPSP-R	PPSP-R Pré-70	PPSP-NR Pré-70	Nitriflex/ Arlanxeo	Arlanxeo Prev	Ultrafertil	Braskem	Copesul	PQU	PGA	Planos BD's+PGA 2022	Planos BD's+PGA 2021	Δ%
Renda Fixa	522.939	3.069.598	213.323	86.998	20.559	64.637	65.647	233	4.337	20.838	692.823	4.761.932	5.361.606	-11,18%
FP Carteira Ativa Fundo de Investimento Multimercado	143.934	1.682.922	-	-	6.692	14.991	10.092	-	-	-	85.579	1.944.210	2.473.273	-21,39%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Liquidez	377.595	1.382.112	213.323	86.998	13.815	49.646	55.555	233	4.337	20.838	607.032	2.811.484	2.870.010	-2,04%
Fundo de Investimento Caixa Petros Habitacional Renda Fixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.435	-100,00%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado Recuperação BR	1.271	4.107	-	-	47	-	-	-	-	-	191	5.616	329	1606,99%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado de Recuperação	139	457	-	-	5	-	-	-	-	-	21	622	559	11,27%
Multimercado	598.731	1.928.135	-	-	24.272	160.587	134.346	-	-	-	420.703	3.266.774	9.747.341	-66,49%
Fundo de Investimento Multimercado Moderado Caratinga	-	-	-	-	-	3.817	-	-	-	-	-	3.817	3.439	10,99%
FP Atlantis Fundo de Investimento Multimercado	239	774	-	-	-	-	-	-	-	-	11	1.024	943	8,59%
FP Excellence Fundo de Investimento Multimercado	249	806	-	-	-	-	-	-	-	-	12	1.067	991	7,67%
Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado	16.690	53.142	-	-	615	-	-	-	-	-	2.518	72.965	66.617	9,53%
Brasil Plural Recup de Crédito Petros Fdo de Invest Multimercado CP	230	743	-	-	8	-	-	-	-	-	34	1.015	364	178,85%
Canvas Recuperação de Crédito Petros Fdo de Invest. Multimercado CP	63	203	-	-	2	-	-	-	-	-	9	277	1.584	-82,51%
Polo Recuperação de Crédito Petros FIM CP	102	334	-	-	4	-	-	-	-	-	15	455	7.282	-93,75%
FP Inflação Longa Fundo de Investimento Multimercado	404.460	1.454.437	-	-	7.816	81.168	87.412	-	-	-	159.073	2.194.366	7.230.598	-69,65%
FP Inflação Curta Fundo de Investimento Multimercado	36.445	-	-	-	5.419	61.401	21.929	-	-	-	163.452	288.646	1.804.698	-84,01%

Fundos de Investimentos	PPSP-NR	PPSP-R	PPSP-R Pré-70	PPSP-NR Pré-70	Nitriflex/ Arlanxeo	Arlanxeo Prev	Ultrafertil	Braskem	Copesul	PQU	PGA	Planos BD's+PGA 2022	Planos BD's+PGA 2021	Δ%
FP FOF Multimercado 4661 Fundo de Investimento em Cotas de FIM	55.530	142.198	-	-	234	5.375	2.220	-	-	-	1.870	207.427	185.684	11,71%
FP Alocação FIM	40.531	114.890	-	-	205	4.094	20.419	-	-	-	1.331	181.470	170.957	6,15%
FP FOF Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de FIM	-	-	-	-	9.260	-	-	-	-	-	89.659	98.919	90.076	9,82%
FP FOF GE XPA Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	14.686	53.374	-	-	236	1.573	786	-	-	-	1.062	71.717	61.486	16,64%
FP FOF GE ITAU Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	15.251	55.427	-	-	245	1.633	817	-	-	-	627	74.000	61.290	20,74%
FP FOF GE CSHG Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	14.255	51.807	-	-	228	1.526	763	-	-	-	1.030	69.609	61.332	13,50%
Direitos Creditórios	4.189	13.537	-	-	89	600	494	-	-	-	249	19.158	11.671	64,15%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master II	140	453	-	-	-	-	-	-	-	-	-	593	46	1189,13%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master III	11	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45	186	-75,81%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália	898	2.901	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.799	6.262	-39,33%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master	7	21	-	-	-	2	1	-	-	-	1	32	-	-
FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	661	2.137	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.798	713	292,43%
II FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	1.339	4.326	-	-	49	332	274	-	-	-	138	6.458	597	981,74%
III FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	13	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56	33	69,70%
Brasil Plural Recuperação de Crédito I	48	157	-	-	-	-	-	-	-	-	-	205	3.305	-93,80%
Brasil Plural Recuperação de Crédito II	1.072	3.465	-	-	40	266	219	-	-	-	110	5.172	529	877,69%
Ações	1.167.203	4.484.985	-	-	13.169	95.902	31.705	-	-	-	51.415	5.844.379	6.821.936	-14,33%
Fundo de Investimento em Ações Petros Ativo	206.775	795.418	-	-	3.011	12.773	5.496	-	-	-	9.796	1.033.269	978.197	5,63%
FP Ibovespa Fundo de Investimento em Ações	332.240	1.117.353	-	-	4.883	32.810	5.336	-	-	-	-	1.492.622	2.135.776	-30,11%

Fundos de Investimentos	PPSP-NR	PPSP-R	PPSP-R Pré-70	PPSP-NR Pré-70	Nitriflex/ Arlanxeo	Arlanxeo Prev	Ultrafertil	Braskem	Copesul	PQU	PGA	Planos BD's+PGA 2022	Planos BD's+PGA 2021	Δ%
FP FOF Ações Fundo de investimentos em cotas de Fundos de Investimentos em Ações	169.745	1.435.249	-	-	1.815	16.877	6.805	-	-	-	16.105	1.646.596	2.189.073	-24,78%
FIA Petros Seleção Alta Liquidez	458.443	1.136.965	-	-	3.460	33.442	14.068	-	-	-	25.514	1.671.892	1.518.890	10,07%
Participações	17.880	57.777	-	-	83	562	480	-	-	-	343	77.125	274.741	-71,93%
Logística Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	1.384	4.471	-	-	52	349	298	-	-	-	213	6.767	24.499	-72,38%
Energia PCH Fundo de Investimento em Participações	846	2.733	-	-	31	213	182	-	-	-	130	4.135	173.059	-97,61%
Terra Viva Fundo de Investimento em Participações	7	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	17	70,59%
Multiner Fundo de Investimento em Participações	(36)	(115)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(151)	(89)	69,66%
Brasil Óleo & Gás Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	4	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	(12)	-233,33%
Empreendedor Brasil Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	8.560	27.662	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36.222	36.701	-1,31%
Vale Florestar - Outros Valores a Receber	7.115	22.992	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.107	40.566	-25,78%
Imobiliário	28.311	91.492	-	-	127	855	599	-	-	-	523	121.907	113.964	6,97%
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	(515)	(1.664)	-	-	(19)	(130)	(111)	-	-	-	(79)	(2.518)	(1.683)	49,61%
Fundo de Investimento Imobiliário Continental Square Faria Lima	3.910	12.637	-	-	146	985	710	-	-	-	602	18.990	16.873	12,55%
RB Capital Petros Fundo de Investimento Imobiliário	24.916	80.519	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105.435	98.774	6,74%
Exterior	30.457	110.497	-	-	360	2.429	1.259	-	-	-	1.709	146.711	162.794	-9,88%
FP Growth Schroder FIM IE	15.039	54.560	-	-	178	1.199	622	-	-	-	844	72.442	82.071	-11,73%
FP Defensive Schroder FIM IE	15.418	55.937	-	-	182	1.230	637	-	-	-	865	74.269	80.723	-8,00%
Fundos de Investimentos	2.369.710	9.756.021	213.323	86.998	58.659	325.572	234.530	233	4.337	20.838	1.167.765	14.237.986	22.494.053	-36,70%

6.1.4.2 FUNDOS DE INVESTIMENTOS PLANOS CD E CV

Fundos de Investimentos	PP-2	TapmePrev	Misto Sanasa	Planos CV's 2022	Planos CV's 2021	Δ%	PP-3	Flexprev	Demais Planos CD's	Planos CD's 2022	Planos CD's 2021	Δ%
Renda Fixa	8.132.050	174.493	85.376	8.391.919	4.827.931	73,82%	832.008	114.630	82.384	1.029.022	1.379.628	-25,41%
FP Carteira Ativa Fundo de Investimento Multimercado	2.846.870	2.287	33.938	2.883.095	1.414.467	103,83%	720.168	93.142	62.972	876.282	194.979	349,42%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Liquidez	5.235.692	172.206	51.393	5.459.291	3.380.101	61,51%	111.594	21.175	19.412	152.181	1.183.927	-87,15%
Fundo de Investimento Caixa Petros Habitacional Renda Fixa	-	-	-	-	1.446	-100,00%	-	-	-	-	718	-100,00%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado Recuperação BR	460	-	-	460	27	1603,70%	232	35	-	267	14	1807,14%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado de Recuperação	50	-	-	50	44	13,64%	14	4	-	18	(10)	-280,00%
HG Crédito	34.299	-	-	34.299	-	0,00%	-	-	-	-	-	0,00%
Western Asset Prev Structured Credit II FIRF Crédito Privado	14.679	-	45	14.724	31.846	-53,76%	-	274	-	274	-	0,00%
Multimercado	5.568.632	54.021	57.659	5.680.312	4.553.070	24,76%	1.868.833	115.722	328.181	2.312.736	568.913	306,52%
Fundo de Investimento Multimercado Moderado Caratinga	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	3.480	3.480	3.134	11,04%
FP Atlantis Fundo de Investimento Multimercado	307	-	-	307	286	7,34%	44	11	-	55	40	37,50%
FP Excellence Fundo de Investimento Multimercado	325	-	-	325	306	6,21%	46	11	-	57	42	35,71%
FP Plural Caixa ARB Petros Fundo de Investimento Multimercado	1.433	-	-	1.433	1.330	7,74%	-	27	-	27	-	0,00%
Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado	6.059	-	-	6.059	5.609	8,02%	4.273	464	-	4.737	3.882	22,02%
Brasil Plural Recup de Crédito Petros Fdo de Invest Multimercado CP	83	-	-	83	28	196,43%	40	6	-	46	(12)	-483,33%
Canvas Recuperação de Crédito Petros Fdo de Invest. Multimercado CP	23	-	-	23	126	-81,75%	11	2	-	13	1	1200,00%
Polo Recuperação de Crédito Petros FIM CP	37	-	-	37	586	-93,69%	12	3	-	15	72	-79,17%
FP FOF Crédito Privado FIC FIM	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	0,00%
FP Inflação Longa Fundo de Investimento Multimercado	2.447.567	25.790	20.877	2.494.234	2.459.365	1,42%	958.569	-	94.579	1.053.148	320.275	228,83%
FP Inflação Curta Fundo de Investimento Multimercado	720.319	3.759	7.218	731.296	340.299	114,90%	453.756	13.512	116.532	583.800	122.270	377,47%
FP FOF Multimercado 4661 Fundo de Investimento em Cotas de FIM	50.472	-	818	51.290	46.545	10,19%	8.151	1.897	29.213	39.261	33.294	17,92%

Fundos de Investimentos	PP-2	TapmePrev	Misto Sanasa	Planos CV's 2022	Planos CV's 2021	Δ%	PP-3	Flexprev	Demais Planos CD's	Planos CD's 2022	Planos CD's 2021	Δ%
FP Alocação FIM	40.188	-	511	40.699	37.813	7,63%	6.547	1.516	20.469	28.532	24.646	15,77%
FP FOF Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de FIM	2.000.959	24.040	23.101	2.048.100	1.556.419	31,59%	314.859	91.595	61.779	468.233	48.416	867,10%
FP FOF GE XPA Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	108.715	432	1.889	111.036	34.852	218,59%	45.950	2.383	705	49.038	4.290	1043,08%
FP FOF GE ITAU Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	103.070	-	1.756	104.826	34.741	201,74%	41.830	2.290	737	44.857	4.284	947,08%
FP FOF GE CSHG Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	89.075	-	1.489	90.564	34.765	160,50%	34.745	2.005	687	37.437	4.279	774,90%
Direitos Creditórios	58.434	-	-	58.434	60.730	-3,78%	766	1.181	-	1.947	497	291,75%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master II	-	-	-	-	-	0,00%	26	3	-	29	2	1350,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master III	-	-	-	-	-	0,00%	2	-	-	2	8	-75,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália	-	-	-	-	-	0,00%	164	19	-	183	269	-31,97%
Vinci Energia Sustentável FIDC	57.481	-	-	57.481	60.607	-5,16%	-	1.075	-	1.075	-	0,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master	2	-	-	2	-	0,00%	1	-	-	1	-	0,00%
FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	-	-	-	-	-	0,00%	121	14	-	135	31	335,48%
II FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	496	-	-	496	47	955,32%	245	38	-	283	23	1130,43%
III FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	58	-	-	58	34	70,59%	2	1	-	3	1	200,00%
Brasil Plural Recuperação de Crédito I	-	-	-	-	-	0,00%	9	1	-	10	143	-93,01%
Brasil Plural Recuperação de Crédito II	397	-	-	397	42	845,24%	196	30	-	226	20	1030,00%
Ações	4.810.752	28.656	37.754	4.877.162	5.194.521	-6,11%	284.093	122.436	81.416	487.945	384.155	27,02%
Fundo de Investimento em Ações Petros Ativo	519.899	10.592	3.589	534.080	522.163	2,28%	44.675	14.923	16.022	75.620	58.281	29,75%
FP Ibovespa Fundo de Investimento em Ações	1.106.755	57	3.022	1.109.834	2.082.366	-46,70%	103.945	28.927	3.528	136.400	123.626	10,33%
FP FOF Ações Fundo de investimentos em cotas de Fundos de Investimentos em Ações	1.759.120	8.983	23.961	1.792.064	1.950.848	-8,14%	73.106	44.308	33.404	150.818	122.871	22,74%
FIA Petros Seleção Alta Liquidez	1.424.978	9.024	7.182	1.441.184	639.144	125,49%	62.367	34.278	28.462	125.107	79.377	57,61%
Participações	6.900	-	-	6.900	24.678	-72,04%	3.270	511	-	3.781	10.677	-64,59%
Logística Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	512	-	-	512	1.881	-72,78%	253	39	-	292	912	-67,98%

Fundos de Investimentos	PP-2	TapmePrev	Misto Sanasa	Planos CV's 2022	Planos CV's 2021	Δ%	PP-3	Flexprev	Demais Planos CD's	Planos CD's 2022	Planos CD's 2021	Δ%
Energia PCH Fundo de Investimento em Participações	313	-	-	313	13.288	-97,64%	155	24	-	179	6.445	-97,22%
DGF FIPAC 2 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	6.075	-	-	6.075	9.509	-36,11%	-	114	-	114	-	0,00%
Terra Viva Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	-	-	0,00%	1	-	-	1	1	0,00%
Multiner Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	-	-	0,00%	(7)	(1)	-	(8)	(4)	100,00%
Brasil Óleo & Gás Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	-	-	-	-	-	0,00%	1	-	-	1	-	0,00%
Empreendedor Brasil Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	-	-	-	-	-	0,00%	1.566	183	-	1.749	1.578	10,84%
Vale Florestar - Outros Valores a Receber	-	-	-	-	-	0,00%	1.301	152	-	1.453	1.745	-16,73%
Imobiliário	319.597	-	-	319.597	309.069	3,41%	5.179	6.355	-	11.534	4.814	139,59%
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	(191)	-	-	(191)	(129)	48,06%	(94)	(15)	-	(109)	(62)	75,81%
Fundo de Investimento Imobiliário Continental Square Faria Lima	1.448	-	-	1.448	1.295	11,81%	715	110	-	825	628	31,37%
RB Capital Petros Fundo de Investimento Imobiliário	108.495	-	-	108.495	103.022	5,31%	4.558	2.560	-	7.118	4.248	67,56%
HEDGE Brasil Shopping	71.079	-	-	71.079	73.082	-2,74%	-	1.329	-	1.329	-	0,00%
VINCI Shopping Centers Fundo de Investimento Imobiliário II	36.640	-	-	36.640	36.363	0,76%	-	685	-	685	-	0,00%
XP MALLS Fundo de Investimento Imobiliário FII	90.151	-	-	90.151	95.436	-5,54%	-	1.686	-	1.686	-	0,00%
VINCI OFFICES FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO	11.975	-	-	11.975	-	0,00%	-	-	-	-	-	0,00%
Exterior	42.563	270	360	43.193	48.570	-11,07%	9.085	1.521	990	11.596	11.124	4,24%
FP Growth Schroder FIM IE	21.016	133	178	21.327	24.486	-12,90%	4.486	751	489	5.726	5.610	2,07%
FP Defensive Schroder FIM IE	21.547	137	182	21.866	24.084	-9,21%	4.599	770	501	5.870	5.514	6,46%
Fundos de Investimentos	18.938.928	257.440	181.149	19.377.517	15.018.569	29,02%	3.003.234	362.356	492.971	3.858.561	2.359.808	63,51%

6.1.5 ATIVOS SEM COTAÇÃO EM MERCADO ATIVO

A composição dos saldos dos Ativos sem cotação em mercado está demonstrada a seguir:

	Nota	PPSP-NR	PPSP-R	Nitriflex/ Arlanxeo	Arlanxeo Prev	Ultrafertil	PGA	PP-2	PP-3	Flexprev	2022	2021	Δ%
Debêntures		9.077	29.392	-	-	-	-	2.282	1.664	240	42.655	34.997	21,88%
Invepar	6.1.5.1	9.077	29.392	-	-	-	-	2.282	1.664	240	42.655	34.997	21,88%
Ações		361.541	1.168.377	3.769	25.386	21.664	21.202	59.093	66.138	8.818	1.735.988	1.770.003	-1,92%
INVEPAR ON	6.1.5.1	21.081	68.126	-	-	-	1.910	5.034	3.856	544	100.551	115.849	-13,21%
INVEPAR PN	6.1.5.1	42.161	136.252	-	-	-	3.821	10.068	7.712	1.088	201.102	231.697	-13,20%
LITEL ON	6.1.5.4	86.075	278.167	3.150	21.219	18.108	12.932	31.123	15.745	2.418	468.937	454.016	3,29%
LITELA ON	6.1.5.4	16.902	54.621	619	4.167	3.556	2.539	6.112	3.092	475	92.083	80.770	14,01%
NORTE ENERGIA ON	6.1.5.3	168.414	544.261	-	-	-	-	-	30.807	3.593	747.075	802.783	-6,94%
HMOBI	6.1.5.2	26.908	86.950	-	-	-	-	6.756	4.926	700	126.240	84.888	48,71%

6.1.5.1 INVEPAR

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (Invepar) atua no setor de infraestrutura de transportes no Brasil, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos.

A participação da Fundação na Invepar foi avaliada pelo método do fluxo de caixa do acionista (Metodologia FCFE), conforme laudo de avaliação emitido por avaliador independente e especializado na data base de 30 de setembro de 2022.

As projeções consideram a manutenção dos ativos atuais até o fim do prazo de concessão, sem a utilização de valor da perpetuidade e não incluem a possibilidade de aquisição de nenhum outro negócio. As premissas operacionais utilizaram como principal referência o plano da companhia (PAN 22).

Os fluxos foram projetados até o fim de todas as concessões, em reais e em base nominal, descontados pelo "Capital Asset Pricing Model" (CAPM) de cada negócio, sem perpetuidade.

O valor da Invepar corresponde à soma das partes de sua participação societária em cada negócio. A equipe de gestão realizou validação das premissas utilizadas no laudo independente e corroborou a análise de valor do ativo.

Em setembro de 2021, a Invepar obteve êxito na conclusão da negociação da reestruturação da dívida da Companhia. Com a aprovação por unanimidade dos *stakeholders*, o aditivo ao Contrato do Acordo de Reestruturação, possibilitou a Companhia preservar seus ativos mais líquidos e operacionais e sanar o maior endividamento da *Holding*.

Nesse sentido, de acordo com o previsto e aprovado no Acordo, o controle do Metrô Rio e Metrô Barra foi transferido para a HMOBI Participações S.A., e posteriormente, poderá receber também a Linha Amarela em sua composição, a depender:

- da tarifa ainda a ser definida e homologada no judiciário para a via.
- do cumprimento de demais condições precedentes previstas no Contrato do Acordo de Reestruturação.

É importante destacar que a Invepar, mesmo após a reestruturação, ainda enfrenta desafios que demandam atenção da Administração da Companhia e que podem causar variações relevantes em seu *valuation* a longo prazo, com destaque para: i) as questões da relicitação da Via 040 com o Poder Concedente e, ii) os desdobramentos das negociações com o Poder Concedente para definição da Tarifa de LAMSA com base no resultado do laudo da perícia técnica finalizado no final de 2021 e ainda sendo debatido entre as partes.

Adicionalmente, conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 12 de agosto de 2022, até aquele momento, não havia ocorrido cumprimento de uma das condições precedentes constantes no contrato celebrado para aquisição, pela Companhia, da participação societária de 20% detida pela Airports Company South Africa ("ACSA") no Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR") e (ii) que o contrato teve seu prazo vencido e não renovado e, portanto, a aquisição da participação societária não foi efetivada. Dessa forma, a aquisição da participação da ACSA por parte da Invepar não ocorreu.

A Petros é detentora de 25% do capital social da Invepar e 5,8% do total de debêntures. Com a operação de reestruturação, que originou a criação da HMOBI, a Petros passou a deter 5,8% de participação na HMOBI, percentual correspondente aos direitos da Petros frente ao valor total das debêntures objeto da reestruturação. Cabe destacar que o acordo de reestruturação da dívida não altera a participação acionária da Petros na Invepar, mantida em 25%.

O restante da dívida, no montante de cerca de R\$ 850 milhões, equivalente ao saldo total remanescente das debêntures, foi repactuado e seu vencimento prorrogado para 31 de agosto de 2024, com melhores taxas de remuneração para atualização da dívida, e possibilidade de quitação parcial ou total, a depender da tarifa definida para a Linha Amarela, conforme detalhado acima.

6.1.5.2 HMOBI

A HMOBI Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e suas operações tiveram início em 08 de novembro de 2021. A sede da Companhia está baseada no Rio de Janeiro. O capital social da HMOBI foi formado com recursos oriundos de parte das debêntures detidas pelos credores da *Holding Invepar*.

A participação da Fundação na Companhia foi avaliada por empresa independente através do método de Fluxo de Caixa da Firma (FCFF) e Fluxo de Caixa do Equity (FCFE) com informações na data base de 30 de setembro de 2022.

As premissas operacionais utilizaram como principal referência o plano da companhia (PAN 21), com ajustes realizados pelo avaliador para incorporar novos efeitos, visto que no plano da companhia no ano de 2022 não houve projeção para o longo prazo.

O valor da Companhia corresponde à soma dos seus ativos e da LAMSA, visto que o caixa da companhia deverá ser integralmente transferido para a HMOBI em troca de abatimento do saldo devedor dessas debêntures, caso as condições precedentes do Acordo sejam cumpridas, conforme cenário base da companhia. A equipe de gestão realizou validação das premissas utilizadas no laudo independente e corroborou a análise de valor do ativo.

O acionista majoritário desta Companhia é o FIP Mubadala com 51% de participação e os acionistas minoritários são os mesmos Fundos de Pensão acionistas da Invepar. A Petros é acionista na HMOBI com 5,8% de participação do capital social da Companhia.

Atualmente, a HMOBI possui em seu portfólio os Metrô Rio e Barra. Como ação subsequente da Reestruturação, a Companhia aguarda a resolução dos imbrólios entre Invepar e o Poder concedente para cumprimento da etapa da transferência de LAMSA para sua carteira de Investimentos. Entretanto, como foi considerada a transferência de LAMSA para HMOBI no modelo, o *valuation* da Companhia será incorporado na HMOBI, visto que todo o caixa de LAMSA pertence a HMOBI, conforme condições do Acordo de Reestruturação de Dívida.

6.1.5.3 NORTE ENERGIA S.A.

A Norte Energia S.A. (Norte Energia) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, e tem como objeto conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

A participação da Fundação na Norte Energia foi avaliada pelo método do fluxo de caixa do acionista (Metodologia FCFE), conforme laudo de avaliação emitido por avaliador independente e especializado na data base de 30 de setembro de 2022.

A participação da Petros na Norte Energia corresponde a 10% do capital social da empresa. As projeções consideram a manutenção dos ativos atuais até o fim do prazo de concessão, sem a utilização de valor da perpetuidade, e não incluem a possibilidade de aquisição de nenhum outro negócio. Os fluxos foram projetados até o fim da concessão, em valores nominais na moeda Real.

As premissas operacionais e de CAPEX seguiram os contratos firmados pela empresa, as práticas de mercado, seu histórico e as informações contidas no orçamento apresentado pela administração da Norte Energia.

A equipe técnica, responsável pela gestão do ativo, realizou a validação das premissas utilizadas no laudo independente, bem como elaborou modelo interno próprio com premissas adotadas pelo setor de Macroeconomia da Fundação, o que demonstrou uma convergência dos valores adotados para o ativo.

Diferente do cenário retratado no ano anterior, 2022 apresentou um alto volume de chuvas, o que aliviou o prêmio de risco do ativo por um lado, mas por outro, impactou negativamente a curva de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças – preço de referência para liquidação de energia entre geradores e consumidores no mercado brasileiro). Assim, a queda no PLD impactou negativamente o *valuation* da companhia.

Além disso, a abertura das taxas de juros na economia impactou negativamente o ativo, dado que a companhia possui um alto endividamento, em razão das características do ativo, que teve elevado investimento no período de construção e implementação das usinas.

Por fim, a Norte Energia vem enfrentando discussões com o Ministério Público Federal (MPF) e Ibama a respeito do Hidrograma de consenso para que as condições do contrato inicial sejam retomadas. O contrato inicial previa o rodízio entre os Hidrogramas A e B, periodicamente. No entanto, por medidas realizadas pelo MPF e IBAMA, atualmente a Norte Energia opera somente com o Hidrograma B, que permite a geração de um menor volume de Megawatt (MW), quando comparado ao Hidrograma A. Entretanto, em razão do alto volume de chuvas no ano de 2022, a utilização do Hidrograma B não impactou negativamente a Companhia, e para o ano de 2023 já havia previsão da utilização deste mesmo Hidrograma, de modo que este assunto será rediscutido para o ano de 2024, em busca da utilização do Hidrograma A, conforme contrato inicial.

6.1.5.4 LITEL PARTICIPAÇÕES S.A. e LITELA PARTICIPAÇÕES S.A.

A Litel Participações S.A. (Litel) sociedade anônima de capital aberto, foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A companhia possui participação direta na Vale S.A. (Vale).

Desde o início do investimento, a Petros subscreveu e integralizou os seguintes recursos na Litel:

Subscrições		Integralizações	
Data	Montante (R\$ mil)	Data	Montante (R\$ mil)
1º	23/04/1997	1	1
2º	08/05/1997	50.100	50.100
3º	15/05/1997	387	387
4º	29/12/1997	121.861	121.861
Total	172.349		172.349

Até 09 de setembro de 2019, a Litel possuía participação direta na Litela Participações S.A. (Litela), uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 30 de janeiro de 2003, cujo objeto é a participação no capital de outras sociedades, como sócia-cotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais. Essa participação na Litela proporcionava à Litel participação de forma indireta na Vale.

Em 08 de maio de 2019, foi firmado o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Litel e Incorporação da versão da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Litela. Esta operação é parte do processo de reorganização societária das sociedades envolvidas, para uma maior simplificação e independência operacional e propiciar melhores condições para traçar seus objetivos, de modo a atender, portanto, aos seus respectivos interesses patrimoniais. Neste contexto, a Litel deixou de ter participação na Litela e os acionistas da Litel passaram a ter participação acionária direta na Litela.

Em virtude da cisão parcial, a Litel transferiu 808.746.864 ações da Vale para a Litela. Após a operação, o investimento da Litel na Vale passou a corresponder a 74.832.355 ações ordinárias, representativas de 1,46% do capital social total da Vale, excluídas as ações em tesouraria, ao passo que o investimento da Litela na Vale passou a corresponder a 905.773.534 ações ordinárias, representativas de 17,66% do capital social total da Vale, excluídas as ações em tesouraria.

Em 27 de janeiro de 2020, após o término do prazo de 60 dias de oposição dos credores sobre a redução do capital social da Litela, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 14 de novembro de 2019, foram entregues aos acionistas da Litela 386.040.325 ações de emissão da Vale, que não estavam vinculadas ao Acordo de Acionistas, na proporção da participação de cada um no capital social da Litela.

Até 09 de novembro de 2020, a Litel e a Litela eram signatárias do Acordo de Acionistas da Vale, o qual estabelecia as condições que regem os direitos e obrigações decorrentes da condição de acionista da Vale, regulando, por exemplo, o exercício do direito de voto, a indicação de membros ao conselho de administração e à diretoria da Vale, assim como o direito de preferência.

Com o encerramento do acordo de acionistas da Vale, por decurso de prazo, as ações da Vale detidas por Litel e Litela foram desvinculadas ao bloco de controle da Vale e passaram a ser consideradas livres, permitindo a transferência destas ações para os seus acionistas.

Nesse contexto, a administração da Litela propôs o encerramento coordenado da empresa, devido ao fato de não possuir mais nenhum objetivo de investimento, após o encerramento do Acordo de Acionistas da Vale.

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a dissolução de pleno direito e liquidação da Litela, e a partilha antecipada do ativo, nos termos do art. 215, § 1º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, mediante a entrega aos acionistas de 504.801.150 ações livres de emissão da Vale. Em fevereiro de 2021, as ações foram distribuídas aos acionistas, de acordo com a participação detida por cada um no capital social da Litela, correspondendo a proporção de 2.566179303 ações de Vale, sendo mantidas na Litela 14.932.059 ações da Vale para cumprir eventuais obrigações que venham a surgir futuramente.

A seguir, segue o quadro com a posição atual de Litel e Litela em Vale em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022:

Acionista	Qtd Ações ON da Vale (31/12/2022)	% Capital Total Vale	Qtd Ações ON da Vale (31/12/2021)	% Capital Total Vale
Litel	74.832.355	1,65%	74.832.355	1,53%
Litela	14.932.059	0,33%	14.932.059	0,31%

Para fins de avaliação do valor justo do investimento na Litel e Litela para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi considerado o preço de fechamento das ações ON da Vale, no último dia útil de cada mês, e quando aplicável, eventuais ajustes patrimoniais, com base nas demonstrações financeiras.

Cotação de Fechamento	31/12/2022	31/12/2021	% Retorno
VALE3	88,88	77,96	14,01%

A variação do saldo financeiro de LITEL ON entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 pode ser explicada pela variação da cotação da ação ON da Vale (VALE3).

6.1.6 DERIVATIVOS

No ano de 2022, a Petros fez uso de instrumentos derivativos, tanto para exposição direcional nos mercados de renda fixa (juros, inflação e moeda) e de renda variável (ações e índices de Bolsa) quanto para proteção dos investimentos dos planos em cada classe de ativos.

A seguir, demonstramos a posição da Petros em derivativos em 31 de dezembro de 2022 em cada operação:

Operação	Veículo	Contrato	Data de início	Vencimento	Quantidade de Contratos	PU do contrato (em R\$)	Nocional (em R\$ mil)
Futuro de Ibovespa	FP IBOVESPA FIA	INDG23	12/12/2022	15/02/2023	4.900	111.103	544.405
	PETROS ATIVO FIA	INDG23	13/12/2022	15/02/2023	2.570	111.103	285.535
	Total - Futuro de Ibovespa				7.470		829.940
Futuro de Dólar Americano	FP CARTEIRA ATIVA FIM	DOLG23	22/12/2022	01/02/2023	1.485	5.323,97	7.906
	FP CARTEIRA ATIVA FIM	DOLG23	28/12/2022	01/02/2023	(431)	5.323,97	(2.295)
	FP ALOCAÇÃO FIM	DOLG23	22/12/2022	01/02/2023	65	5.323,97	346
	FP ALOCAÇÃO FIM	DOLG23	28/12/2022	01/02/2023	(19)	5.323,97	(101)
	Total - Futuro de Dólar Americano				1.100		5.856
Futuro de Euro	FP CARTEIRA ATIVA FIM	EUPG23	22/12/2022	01/02/2023	3.499	1.070,27	3.745
	FP ALOCAÇÃO FIM	EUPG23	22/12/2022	01/02/2023	151	1.070,27	162
	Total - Futuro de Euro				3.650		3.907
Futuro de DI	FP CARTEIRA ATIVA FIM	DIF24	05/08/2021	02/01/2024	18.562	88.216,59	1.637.476
	FP CARTEIRA ATIVA FIM	DIF24	16/05/2022	02/01/2024	10.176	88.216,59	897.692
	FP CARTEIRA ATIVA FIM	DIF25	28/05/2021	02/01/2025	(39.205)	78.748,02	(3.087.316)
	FP CARTEIRA ATIVA FIM	DIF25	27/08/2021	02/01/2025	(25.687)	78.748,02	(2.022.800)
	FP CARTEIRA ATIVA FIM	DIF26	26/12/2022	02/01/2026	19.165	70.013,96	1.341.818
	FP CARTEIRA ATIVA FIM	DIF26	28/12/2022	02/01/2026	17.609	70.013,96	1.232.876
	FP ALOCAÇÃO FIM	DIF24	05/08/2021	02/01/2024	809	88.216,59	71.367
	FP ALOCAÇÃO FIM	DIF24	16/05/2022	02/01/2024	444	88.216,59	39.168
	FP ALOCAÇÃO FIM	DIF25	28/05/2021	02/01/2025	(1.708)	78.748,02	(134.502)
	FP ALOCAÇÃO FIM	DIF25	27/08/2021	02/01/2025	(1.121)	78.748,02	(88.277)
	FP ALOCAÇÃO FIM	DIF26	26/12/2022	02/01/2026	835	70.013,96	58.462
	FP ALOCAÇÃO FIM	DIF26	28/12/2022	02/01/2026	768	70.013,96	53.771
	Total - Futuro de DI				647		(265)

Em 2022 a Petros encerrou o exercício sem posição de Derivativos na carteira própria (R\$18.994 em 2021).

6.1.7 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS

Demonstramos a seguir a posição da carteira imobiliária da entidade, bem como a movimentação e reavaliação ocorridas no exercício:

	PPSP-R	PPSP-NR	PP-3	Flexprev	Nitriflex/ Arlanxeo	Ultrafertil	Arlanxeo Prev	PP-2	2022	Venda***	Reavaliação	Transferência	2021
Aluguéis e Rendas	2.200.728	680.987	124.569	18.753	-	11.430	3.776	225.972	3.266.215	(32.725)	(138.018)	-	3.436.692
Locadas a Patrocinador (es)	954.589	295.385	54.032	6.302	-	-	-	-	1.310.308	-	8.321	(66.294)	1.366.312
Conjunto Pituba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(66.294)	66.294
Conjunto Pituba – Ampliação	857.907	265.468	48.560	5.664	-	-	-	-	1.177.599	-	152.115	-	1.025.484
Horta Barbosa *	69.509	21.509	3.934	459	-	-	-	-	95.411	-	(140.348)	-	235.759
Porto Brasílis – 3º Andar *	7.494	2.319	424	49	-	-	-	-	10.286	-	(1.738)	-	12.024
Porto Brasílis – 12º e 13º Andares *	12.378	3.830	701	82	-	-	-	-	16.991	-	(1.708)	-	18.699
Valores a Receber	7.301	2.259	413	48	-	-	-	-	10.021	-	-	-	8.052
Locadas a Terceiros	870.755	269.444	49.289	9.972	-	11.430	3.776	225.972	1.440.638	(32.725)	(160.274)	66.294	1.568.966
Business Park Jundiaí-Itupeva	188.021	58.181	10.643	1.240	-	-	-	-	258.085	-	-	-	258.085
Centro Comercial e Empresarial Jubran	-	-	-	1.172	-	-	-	62.712	63.884	-	-	-	63.884
Centro Empresarial S.P. *	14.279	4.418	808	94	-	-	-	-	19.599	-	(9.096)	-	28.695
Centro Empresarial Varig ⁽⁴⁾ *	6.692	2.071	379	44	-	3.648	3.627	-	16.461	(7.909)	(359)	-	24.729
Centro Empresarial Araguaia II	33.700	10.428	1.908	222	-	-	-	-	46.258	-	1.427	-	44.831
Cond Indl Log Alfredo Braz	-	-	-	405	-	-	-	21.653	22.058	-	-	-	22.058
Condomínio Centro Logístico Raposo	194.939	60.321	11.034	1.288	-	-	-	-	267.582	-	1	-	267.581
Condomínio Empresarial Rodoanel	-	-	-	1.251	-	-	-	66.896	68.147	-	-	-	68.147
Conjunto Pituba *	49.132	15.203	2.781	324	-	-	-	-	67.440	-	1.146	66.294	-
Ed. Petros-Loja*	-	-	-	-	-	7.534	-	-	7.534	-	(7.636)	-	15.170
Edifício Ouro Negro Terc.*	26.988	8.351	1.528	178	-	-	-	-	37.045	-	(43.281)	-	80.326
Hiper Bompreco Bahia	36.679	11.350	2.076	242	-	-	-	-	50.347	-	467	-	49.880
Hiper Bompreco Natal	-	-	-	950	-	-	-	50.822	51.772	-	1.178	-	50.594
Hiper Bon Marche ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.272)	-	-	10.272
Hiper Casa Forte	67.367	20.846	3.813	445	-	-	-	-	92.471	-	974	-	91.497
Lavradio 162 *	25.515	7.895	1.444	168	-	-	-	-	35.022	-	(27.466)	-	62.488
OAB ⁽¹⁾ *	-	-	-	-	-	-	149	-	149	(3.988)	(105)	-	4.242
Paulista 500 *	73.166	22.640	4.141	483	-	-	-	-	100.430	-	(13.683)	-	114.113
Porto Brasílis*	91.808	28.409	5.197	606	-	-	-	-	126.020	-	(21.085)	-	147.105
Rio Office Park 5 ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.556)	-	-	10.556
São Paulo Headquarters I**	58.150	17.994	3.292	384	-	-	-	-	79.820	-	(43.182)	-	123.002

	PPSP-R	PPSP-NR	PP-3	Flexprev	Nitriflex/ Arlanxeo	Ultrafertil	Arlanxeo Prev	PP-2	2022	Venda***	Reavaliação	Transferência	2021
Loja Tendtudo	-	-	-	417	-	-	-	22.283	22.700	-	426	-	22.274
Valores a Receber	18.836	5.829	1.066	191	-	4.339	427	3.552	34.240	-	-	-	36.049
(-) Perdas estimadas	(14.517)	(4.492)	(821)	(132)	-	(4.091)	(427)	(1.946)	(26.426)	-	-	-	(26.612)
Renda de Participações	375.384	116.158	21.248	2.479	-	-	-	-	515.269	-	13.935	-	501.414
Iguatemi Fortaleza + Expansão	230.475	71.318	13.046	1.522	-	-	-	-	316.361	-	6.889	-	309.472
Shopping Vitória + Expansão	144.909	44.840	8.202	957	-	-	-	-	198.908	-	7.046	-	191.862
Valores a Receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	9.628	2.979	545	79	7.586	3.347	731	780	25.675	-	-	-	14.636
Park Avenue – Unidades Alienadas	113	35	6	1	-	-	-	-	155	-	-	-	226
Centro Empresarial Varig – Unidades Alienadas	-	-	-	-	-	3.091	-	-	3.091	-	-	-	-
Centro Século XXI – Unidades Alienadas	-	-	-	-	-	127	-	-	127	-	-	-	410
Terrenos Fortaleza – Alienados	9.515	2.944	539	63	-	-	-	-	13.061	-	-	-	13.247
OAB – Unidades Alienadas	-	-	-	-	-	-	672	-	672	-	-	-	303
Rio Office Park 4 – Unidades Alienadas	-	-	-	-	40	-	59	-	99	-	-	-	152
Rio Office Park 5 – Unidade Alienada	-	-	-	15	-	129	-	780	924	-	-	-	298
Hiper Bon Marche - Alienado	-	-	-	-	7.546	-	-	-	7.546	-	-	-	-
Total Geral	2.210.356	683.966	125.114	18.832	7.586	14.777	4.507	226.752	3.291.890	(32.725)	(138.018)	-	3.451.328

* Imóveis que tiveram alteração na metodologia de avaliação do método comparativo de dados de mercado em 2021 para método de renda em 2022, visando capturar adequadamente dados como a vacância e aspectos econômicos;

** A variação negativa na reavaliação do empreendimento deu-se em função de mudanças de premissas por parte do avaliador independente, em relação à região onde o imóvel está situado.

*** Valor de custo acrescido do resultado da venda, conforme abaixo:

(1) as salas 1001, 1002, 1006, 1008, 1010, 1108, 1110, 1201 a 1209 e 1212 a 1222, do Ed. OAB foram arrematadas em leilão e alienadas ao longo de 2022 pelo valor de R\$ 2.485, impactando negativamente o resultado em R\$ 1.503;

(2) o Hiper Bom Marche foi alienado, à prazo, no mês 06/2022 pelo valor de R\$10.766, impactando positivamente o resultado em R\$ 494;

(3) as salas 102, 201, 202, 203, 501 e 503 do Ed. Rio Office Park 5, foram arrematadas em leilão e alienadas ao longo de 2022 pelo valor de R\$ 5.278, impactando negativamente o resultado em R\$ 5.278;

(4) a unidade 702 e a 1102, do Ed. VARIG, foram alienadas nos meses 06 e 11/2022, respectivamente. Pelo valor de 7.800, impactando negativamente o resultado em R\$ 109;

Em 2022 foi concluído o processo, iniciado em 2020, de substituição do método de avaliação da carteira imobiliária da Petros, alterando do método comparativo de dados de mercado para o método de renda.

No método comparativo o valor de mercado de um imóvel é calculado por meio de uma avaliação coletada no mercado. Ou seja, busca fornecer o valor do imóvel estudado comparando características com outros imóveis ofertados na mesma região, enquanto no método de renda os imóveis são avaliados pelo fluxo de caixa descontado (valuation), refletindo a ocupação do empreendimento, momento econômico do país e a elaboração de cenários possíveis.

A variação negativa na reavaliação da carteira imobiliária em 2022 foi fortemente impactada em função das condições de mercado e vacância da localidade onde os principais imóveis encontram-se situados.

Empresas responsáveis pelos laudos de reavaliações no exercício:

Descrição	Empresa Avaliadora	Data da Avaliação
Locadas a Patrocinador (es)		
Conjunto Pituba – Ampliação	JLL	30/11/2022
Horta Barbosa	Newmark	19/12/2022
Porto Brasilis – 3º Andar	Cushman & Wakefield	25/07/2022
Porto Brasilis – 12º e 13º Andares	Cushman & Wakefield	22/11/2022
Locadas a Terceiros		
Business Park Jundiá-Itupeva	Cushman & Wakefield	03/06/2022
Centro Comercial e Empresarial Jubran	Cushman & Wakefield	08/06/2022
Centro Empresarial S.P.	FIDE	03/11/2022
Centro Empresarial Varig	Newmark	21/10/2022
Centro Empresarial Araguaia II	Cushman & Wakefield	01/11/2022
Cond Indl Log Alfredo Braz	Cushman & Wakefield	06/06/2022
Condomínio Centro Logístico Raposo	Cushman & Wakefield	15/06/2022
Condomínio Empresarial Rodoanel	Cushman & Wakefield	09/06/2022
Conjunto Pituba	Newmark	19/12/2022
Ed. Petros-Loja	Newmark	27/07/2022
Edifício Ouro Negro Terc.	Cushman & Wakefield	19/07/2022
Hiper Bompreco Bahia	Newmark	21/10/2022
Hiper Bompreco Natal	Newmark	24/10/2022
Hiper Casa Forte	Newmark	24/10/2022
Lavradio 162	Cushman & Wakefield	28/11/2022
OAB	FIDE	19/10/2022
Paulista 500	Cushman & Wakefield	01/12/2022
Porto Brasilis	Cushman & Wakefield	22/11/2022
São Paulo Headquarters I	Cushman & Wakefield	16/11/2022
Loja Tenduto	FIDE	05/07/2022
Renda de Participações		
Iguatemi Fortaleza + Expansão	JLL	30/11/2022
Shopping Vitória + Expansão	FIDE	09/09/2022

Os valores de reavaliação foram apurados por empresas independentes contratadas pela Petros, de acordo com o estabelecido na legislação, conforme indicado na nota 6.1.7

6.1.7.1 RESULTADO DA CARTEIRA IMOBILIÁRIA

A seguir demonstramos o resultado da carteira imobiliária entre os exercícios de 2022 e 2021:

	2022	2021	Δ%
Receitas	260.084	239.493	8,60%
Reavaliação	(138.018)	(238.099)	-42,03%
Despesas	(49.202)	(52.786)	-6,79%
Total	72.864	(51.392)	-241,78%

Conforme demonstrado, entre os exercícios houve um aumento de 8,60% nas receitas com locação, alinhadas a redução das despesas em 6,79% derivadas principalmente da redução da vacância na carteira.

No que tange a reavaliação, demonstramos a seguir a composição do resultado por imóveis entre os exercícios:

Imóvel	Resultado reavaliação 2022	Método de Precificação 2022	% Reavaliação s/ Valor Patrimonial 2022	Resultado reavaliação 2021	Método de Precificação 2021	% Reavaliação s/ Valor Patrimonial 2021
Conjunto Pituba – Ampliação	152.115	Renda	14,83%	41.184	Renda	4,18%
Horta Barbosa	(140.348)	Renda	-59,53%	(2.951)	Comparativo	-1,24%
Business Park Jundiaí-Itupeva	-	Renda	0,00%	(51.204)	Renda	-16,56%
Centro Comercial e Empresarial Jubran	-	Renda	0,00%	(4.156)	Renda	-6,11%
Centro Empresarial S.P.	(9.096)	Renda	-31,70%	(75)	Comparativo	-0,26%
Centro Empresarial Varig*	(359)	Renda	-2,13%	(1.785)	Comparativo	-9,60%
Centro Empresarial Araguaia II	1.427	Renda	3,18%	(36.232)	Renda	-44,70%
Cond Indl Log Alfredo Braz	-	Renda	0,00%	(9.842)	Renda	-30,85%
Condominio Centro Logístico Raposo	1	Renda	0,00%	(73.343)	Renda	-21,51%
Condominio Empresarial Rodoanel	-	Renda	0,00%	(1.075)	Renda	-1,55%
Conjunto Pituba	1.146	Renda	1,73%	294	Comparativo	0,45%
Ed. Petros-Loja	(7.636)	Renda	-50,34%	(130)	Comparativo	-0,85%
Edifício Ouro Negro Terc.	(43.281)	Renda	-53,88%	3.076	Comparativo	3,98%
Hiper Bompreco Bahia	467	Renda	0,94%	4.189	Renda	9,17%
Hiper Bompreco Natal	1.178	Renda	2,33%	4.018	Renda	8,63%
Hiper Bon Marche	-	N/A	0,00%	(493)	Evolutivo	-4,58%
Hiper Casa Forte	974	Renda	1,06%	7.621	Renda	9,09%
Lavradio 162	(27.466)	Renda	-43,95%	(563)	Comparativo	-0,89%
OAB*	(105)	Renda	-41,34%	(37)	Comparativo	-12,70%
Paulista 500	(13.683)	Renda	-11,99%	22	Comparativo	0,02%
Porto Brasilis	(24.531)	Renda	-13,79%	(3.301)	Comparativo	-1,82%
Rio Office Park 5*	-	N/A	0,00%	(4.161)	Comparativo	-28,27%
São Paulo Headquarters I	(43.182)	Renda	-35,11%	(102.291)	Renda	-45,40%
Loja Tendudo	426	Renda	1,91%	(3.200)	Renda	-12,56%
Iguatemi Fortaleza + Expansão	6.889	Renda	2,23%	(2.411)	Renda	-0,77%
Shopping Vitória + Expansão	7.046	Renda	3,67%	(1.253)	Renda	-0,65%
Total Carteira Imobiliária	(138.018)		-4,05%	(238.099)		-6,99%

*Para os imóveis destacados houve alienações totais ou parciais no período.

6.1.8 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS

Demonstramos a seguir a posição da carteira de empréstimos por planos de benefícios:

Planos	2022				2021			
	Valor Líquido	(-) PCLD	Saldo devedor	% PCLD s/ Saldo Devedor	Valor Líquido	(-) PCLD	Saldo devedor	% PCLD s/ Saldo Devedor
PPSP-NR	166.333	(1.511)	167.844	-0,90%	177.773	(3.011)	180.784	-1,67%
PPSP-R	1.124.983	(18.485)	1.143.468	-1,62%	1.195.337	(33.156)	1.228.493	-2,70%
PPSP-NR Pré-70 *	61.097	(2.651)	63.748	-4,16%	67.196	(2.067)	69.263	-2,98%
PPSP-R Pré-70 *	203.629	(20.186)	223.815	-9,02%	226.464	(15.253)	241.717	-6,31%
Nitriflex/Arlanxeo	2.704	-	2.704	0,00%	2.543	(5)	2.548	-0,20%
Arlanxeo Prev	20.683	(195)	20.878	-0,93%	19.911	(443)	20.354	-2,18%
Ultrafertil *	6.974	(992)	7.966	-12,45%	8.544	(871)	9.415	-9,25%
IBPPrev Associados	252	-	252	0,00%	226	-	226	0,00%
Misto Sanasa	5.137	(33)	5.170	-0,64%	4.064	-	4.064	0,00%
TermoPrev	-	-	-	0,00%	3	-	3	0,00%
FiepePrev	-	-	-	0,00%	1.466	(136)	1.602	-8,49%
PP-2 *	911.408	(21.773)	933.181	-2,33%	859.574	(12.657)	872.231	-1,45%
PTAPrev	1.585	(42)	1.627	-2,58%	1.322	(33)	1.355	-2,44%
PP-3 **	114.788	(47.972)	162.760	-29,47%	155.593	(3.362)	158.955	-2,12%
Flexprev **	31.050	(3.295)	34.345	-9,59%	-	-	-	0,00%
Total	2.650.623	(117.135)	2.767.758	-4,23%	2.720.016	(70.994)	2.791.010	-2,54%

*Em relação ao aumento da inadimplência no total de carteira de empréstimos da Petros, destacando-se os planos PPSP-NR Pré-70, PPSP_R Pré-70, Ultrafertil, PP-2, PP-3 e Flexprev ocorreu em função de contratos inadimplentes que não puderam ser renegociados por não caberem na margem consignável dos participantes, o que elevou ao longo de 2022 o percentual de provisionamento para perda desses contratos, conforme aplicação da legislação vigente. A Petros vem adotando ações junto aos participantes para regularização do pagamento e o processo para recuperação dos recursos devidos não afeta a capacidade da Petros de cobrança ou aplicação das garantias associadas aos contratos de empréstimo.

**A Petros efetuou o fechamento da carteira de empréstimos do PP-3 em outubro de 2022 em função do aumento da inadimplência e não efetuou a abertura da carteira de empréstimos para participantes do Plano Flexprev após sua migração (ocorrida em setembro de 2022) para novas concessões. Tais ações foram necessárias para conter o aumento do provisionamento para perda dos contratos que não puderam ser renegociados em razão da redução da margem consignável ocorrida no processo de migração dos participantes que possuíam empréstimos ativos.

A carteira de empréstimos é composta por 57.164 contratos (59.161 contratos em 2021), com prazo médio de 108 meses, amortizados de acordo com o sistema SAC e possuem taxa de remuneração média de 0,59% a.m., acrescida da variação do IPCA.

A PCLD é reconhecida na ocorrência de sucessivas faltas de pagamento em meses subsequentes ao vencimento da prestação e revertida mediante regularização do pagamento. Durante o período de inadimplência, os valores são atualizados, passando a compor o saldo devedor.

6.1.9 RECURSOS A RECEBER – PRECATÓRIOS

Em 1991, a Abrapp (como substituta processual da Petros) ajuizou ação ordinária em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), do BNDES e da União Federal para obter ressarcimento pelos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991 das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's, títulos adquiridos por força do Decreto-Lei nº 2.228, de 23/07/1986 e da Resolução nº 1, de 09/04/1987.

A diferença de correção monetária requerida é devido a substituição do índice de atualização do IPC – Índice de Preços ao Consumidor para o BTN – Bônus do Tesouro Nacional. A Ação foi julgada favorável à Abrapp e, em 29 de novembro de 2010, foi emitida a certidão de trânsito em julgado, porém o poder público se utilizou de todas as medidas possíveis para protelar o pagamento.

Em 2012, a União Federal ajuizou ação rescisória buscando rescindir a decisão favorável à Abrapp (e por consequência à Fundação) na ação ordinária citada, que foi rejeitada no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão da ação rescisória foi favorável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, tendo transitado em julgado em 13 de agosto de 2020.

Por conta do ganho de causa na ação ordinária, a Abrapp ajuizou ação de liquidação em face da União Federal, para que fosse fixado o montante exato devido a cada entidade.

Durante o ano de 2021, houve evolução favorável às entidades do processo, bem como encaminhado acordo entre Abrapp e União Federal, tendo sido aprovado pelas Entidades em assembleia extraordinária da Abrapp em 23 de novembro de 2021.

Em função do histórico do processo, até 31 de dezembro de 2021, o tema era classificado como Ativo Contingente e reportado apenas em nota explicativa pela Petros.

Em abril de 2022, foi homologado o acordo com posterior emissão dos precatórios em favor das entidades beneficiárias, desta forma e em conformidade com o Ofício Circular nº 14/2022/Previc, a Petros reconheceu e registrou os precatórios pelo valor justo, conforme premissas a seguir:

	Avaliador Externo:	Avaliação Petros:
Índice de Correção	IPCA* - Boletim Focus (Banco Central - 29/08/2022)	Índice de Correção: IPCA* - Projeções Gerência de Renda Fixa e Macroeconomia Petros
Liquidação estimada	dez/23	dez/23
Taxa de desconto	Mínimos Atuariais dos planos de benefícios.	Média Meta atuarial dos planos de benefícios
Valor de Face do Precatório	R\$ 1.047.768	R\$ 1.047.768
Taxa de desconto	Mínimo Atuarial Projetado - 13,15%	Média Meta Atuarial - 15,70%
IPCA Acumulado	6,78%	6,71%
Valor Justo	R\$ 988.817 (a)	R\$ 966.347 (b)
Valor Justo Registrado Média (a) e (b)		R\$ 977.582

A alocação aos planos de benefícios considerou a proporção dos investimentos realizados individualmente, por ocasião das aplicações realizadas em OFND à época, mediante estudo técnico realizado pela Petros e cancelado por consultoria externa, conforme abaixo:

RECURSOS A RECEBER – PRECATÓRIOS	2022
OFND	
PPSP-R	679.946
PPSP-NR	217.184
Plano Petros Arlanxeo Prev	35.617
Plano Petros Ultrafertil	31.197
Plano Petros Nitriflex/Arlanxeo	5.662
Plano FlexPrev	4.497
PPSP-R Pré-70	3.479
Total	977.582

6.1.10 OUTROS REALIZÁVEIS – INVESTIMENTOS

Descrição	2022	2021
Acordo de Leniência – J&F	1.110.513	1.020.460
Acordo de Leniência – Odebrecht	87.796	92.968
(-) Provisão para perdas	(87.796)	(92.968)
Outros	1.979	-
Total	1.112.492	1.020.460

6.1.10.1 ACORDOS DE LENIÊNCIA

➤ J&F

Em razão da força-tarefa das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono e Carne Fraca, no dia 05 de junho de 2017, o Ministério Público Federal (MPF) e a J&F Investimentos S.A. (J&F) formalizaram um acordo de leniência, no qual a J&F assumiu a responsabilidade por atos ilícitos e aceitou, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, o pagamento do valor de R\$ 10,3 bilhões, no prazo de 25 anos, sendo, desse valor, R\$ 1,7 bilhão devidos à Petros.

Ainda segundo o acordo, o pagamento dos valores previstos será realizado por meio de cinco parcelas semestrais, no valor de R\$ 50 milhões cada, tendo o vencimento inicial ocorrido em 01 de dezembro de 2017 e final em 01 de dezembro de 2019, seguidas de outras 22 parcelas anuais, corrigidas pelo IPCA, tendo sido a primeira em 01 de dezembro de 2020 e cuja quitação se dará em 2041.

Na parcela vencida em 01 de dezembro de 2021, a J&F, sob a justificativa de que os valores do acordo precisavam ser revisados, instaurou procedimento administrativo perante o MPF para confirmar qual órgão seria competente para rediscutir o acordo. Em paralelo e com fundamento no próprio procedimento, a J&F ajuizou Medida Cautelar perante a 10ª Vara Federal Criminal de Brasília, a fim de assegurar a suspensão do pagamento da parcela vencida em 01 de dezembro de 2021, enquanto perdurar a discussão perante o MPF. O Juízo da 10ª Vara Federal, após analisar o pedido da J&F, determinou que a parcela fosse depositada judicialmente, tendo sido realizado por meio de seguro garantia.

Já na parcela vencida em 01 de dezembro de 2022, a J&F, valendo-se das mesmas prerrogativas acima destacadas, realizou o pagamento da parcela mediante a apresentação em juízo de um novo seguro garantia.

Convém esclarecer que, até o momento, os pedidos da J&F para rediscussão do acordo foram negados pelo MPF, tendo a Petros adotado inúmeras medidas, seja no próprio MPF, seja na Justiça Federal e Superior Tribunal de Justiça (STJ), para garantir o cumprimento do acordo de leniência.

➤ ODEBRECHT

Em 09 de julho de 2018, foi firmado Acordo de Leniência (Acordo) entre a Controladoria Geral da União (CGU) e as empresas que integram o grupo econômico da Odebrecht. Entre os beneficiários deste acordo está a Petros, que possuiu investimentos em empresas do grupo de forma direta ou indireta.

Visando reparar os prejuízos causados aos investidores, a CGU, por meio do citado Acordo, estabeleceu uma multa a ser paga no prazo de 22 anos com valor total de R\$ 2,727 bilhões a título de recuperação de danos, com parcelas que seriam pagas sempre no mês de outubro de cada ano.

A Petros, vem atuando de forma diligente e rigorosa na busca de ressarcimento por investimentos decididos no passado, tomando as medidas cabíveis, com apoio de escritório especializado, e formulou pedidos perante a CGU, instituição celebrante do acordo, para que informe o andamento do acordo. A CGU esclareceu que está em andamento um procedimento que visa analisar a pertinência para recebimento de informações e de valores decorrentes do acordo de leniência e que, em razão do sigilo e da complexidade da matéria e suas possíveis repercussões, a análise ainda se encontra em curso, não havendo até o momento um posicionamento conclusivo.

Durante o exercício de 2021 não houve recebimento de parcelas do referido acordo, entretanto, em 17 de outubro de 2022, a Petros recebeu da 13ª Vara Federal da Comarca de Curitiba-PR, uma transferência bancária no valor de aproximadamente R\$ 5.067 mil, referentes ao Acordo firmado com o grupo econômico da Odebrecht.

Ressaltamos que, embora a Petros tenha recebido esse valor, não há como se precisar a quais e/ou quantas parcelas se referem a essa quantia, uma vez que esta Fundação não possui todas as informações atreladas ao Acordo de Leniência.

➤ PREÇO JUSTO DOS ATIVOS

Para fins de apuração do acordo de leniência, os laudos emitidos pelo avaliador independente e o modelo proprietário utilizaram o método do fluxo de caixa descontado, onde se parte do princípio de que o valor de um ativo é dado pela expectativa dos rendimentos futuros disponíveis, trazidos ao valor

presente por um fator de desconto que representa o risco deste ativo. As diferenças entre as metodologias estão na definição da taxa de desconto do *spread* de crédito, resultando em uma diferença imaterial no valor justo da J&F.

O valor justo do acordo de leniência da J&F apurado pelo avaliador independente em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.110.513 (R\$ 1.020.459 em 2021).

Em relação ao acordo de leniência da Odebrecht, considerando a situação financeira das empresas controladas e a dificuldade de acesso a informações, a avaliação do valor justo do acordo foi mantida em R\$ 0 (zero), com os valores integralmente provisionados para perda.

6.2 DESENQUADRAMENTO E JUSTIFICATIVA

6.2.1 LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR

De acordo com a Resolução CMN nº 4994, de 24 de março de 2022, a EFPC deve observar, em relação aos recursos de cada plano, o limite de até 10% para os demais emissores. (art. 27, inciso III, § 1º). Em 31 de dezembro de 2022, a Petros possuía os seguintes desenquadramentos quanto às patrocinadoras:

PPSP-NR	% Plano
Patrocinadora Petrobras	32,09%
Ações Termobahia	0,01%
Debênture Termobahia	0,03%
Dívidas Contratadas Patrocinadora	32,05%

PPSP-R	% Plano
Patrocinadora Petrobras	36,60%
Ações Termobahia	0,01%
Debênture Termobahia	0,03%
Dívidas Contratadas Patrocinadora	36,56%

Flexprev	% Plano
Patrocinadora Vibra	15,78%
Ações Vibra Energia	0,28%
Dívidas Contratadas Patrocinadora	15,51%

O desenquadramento é ocasionado pela inclusão das Operações Contratadas (apresentadas na Nota Explicativa 4.2) a serem computados para fins de verificação dos limites de enquadramento, quando da aquisição de ativos financeiros emitidos pelas patrocinadoras (vide Nota Explicativa 14.5).

6.3 PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E RECUPERAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Descrição	2022			2021		
	Posição Investimento	Provisão	Valor Contábil	Posição Investimento	Provisão	Valor Contábil
Investimentos Mobiliários	1.547.248	(1.463.487)	83.761	1.564.351	(1.488.243)	76.108
Cédula de Crédito Bancário	671.005	(671.005)	-	671.742	(671.742)	-
CCB	Fundos	671.005	(671.005)	671.742	(671.742)	-
Certificado de Cédula de Crédito Bancário	89.251	(89.251)	-	90.049	(90.049)	-
CCCB	Fundos	89.251	(89.251)	90.049	(90.049)	-
Cédula de Crédito Imobiliário	500.385	(500.385)	-	538.940	(538.940)	-
Tha Realty	Carteira Própria	107.374	(107.374)	107.374	(107.374)	-
CCI	Fundos	393.011	(393.011)	431.566	(431.566)	-
Certificado de Recebíveis Imobiliário	39.075	(39.075)	-	46.714	(46.714)	-
CRI	Fundos	39.075	(39.075)	46.714	(46.714)	-
Debêntures	122.566	(122.566)	-	94.053	(94.053)	-
Cia. Nova América	Carteira Própria	8.148	(8.148)	8.148	(8.148)	-
Lojas Arapuã	Carteira Própria	5.433	(5.433)	5.433	(5.433)	-
Feniciapar (Recebíveis da Arapuã)	Carteira Própria	4.575	(4.575)	4.575	(4.575)	-
HOPI HARI	Carteira Própria	3.244	(3.244)	3.257	(3.257)	-
Debêntures	Fundos	101.166	(101.166)	72.640	(72.640)	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	1.254	(1.254)	-	1.254	(1.254)	-
Lavoro	Carteira Própria	1.254	(1.254)	1.254	(1.254)	-
Fundos de Investimento em Participações	6.335	(6.335)	-	6.335	(6.335)	-
FIP Mellon Ambiental	Carteira Própria	6.335	(6.335)	6.335	(6.335)	-
Fundos de Investimentos	113.888	(30.127)	83.761	106.051	(29.943)	76.108
FIM Petros Crédito Privado	Carteira Própria	113.888	(30.127)	106.051	(29.943)	76.108
Outros	3.489	(3.489)	-	9.213	(9.213)	-
Outros	Carteira Própria	3.489	(3.489)	3.489	(3.489)	-
Outros	Em fundos	-	-	5.724	(5.724)	-
Investimentos Imobiliários	3.318.316	(26.426)	3.291.890	3.477.939	(26.611)	3.451.328
Locadas a Patrocinadoras		1.310.308	1.310.308	1.366.312	-	1.366.312
Locadas a Terceiros		1.467.064	(26.426)	1.440.638	(26.611)	1.568.966
Renda de Participações		515.269		515.269		501.414
Direito em Alienações		25.675		25.675		14.636
Operações com Participantes (Empréstimos)	2.767.758	(117.135)	2.650.623	2.791.201	(71.184)	2.720.017

7 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A seguir os saldos e movimentações do Imobilizado e do Intangível da Petros:

Descrição	2022	Aquisições / (Baixas)	Depreciação / Amortização	Reavaliação	2021
Imobilizado	23.196	(53)	(2.409)	(13.293)	38.951
Instalações	224	(4)	(163)	-	391
Móveis e Utensílios	834	133	(197)	-	898
Máquinas e Equipamentos	2.660	1.241	(1.271)	-	2.690
Computadores e Periféricos	3.051	(1.423)	(778)	-	5.252
Bens Imóveis	16.427	-	-	(13.293)	29.720
Intangível	56.544	36.239	(6.543)	-	26.848
Sistemas em Produção	27.285	9.560	(6.543)	-	24.268
Sistemas em Desenvolvimento	29.259	26.679	-	-	2.580
Total	79.740	36.186	(8.952)	(13.293)	65.799

¹ - Depreciação de acordo com a vida útil estimada na reavaliação anual. A movimentação de reavaliação do grupo de bens imóveis ocorreu em função da alteração da metodologia de avaliação do Ed. Petros do método comparativo de dados de mercado em 2021 para método de renda em 2022, visando capturar adequadamente dados como a vacância e aspectos econômicos.

² - Amortizados de acordo com os prazos estabelecidos pelas áreas técnicas. O aumento na rubrica Sistemas em Desenvolvimento reflete majoritariamente os desenvolvimentos relativos ao novo sistema previdenciário da Petros.

8 EXIGÍVEL OPERACIONAL

Descrição	2022	2021
Gestão Previdencial	620.270	587.081
Benefícios a Pagar	292.686	281.398
Benefícios a Pagar	15.730	14.811
Créditos de Participantes	266.426	258.574
Saldo de Contas – Retirada de Patrocínio	9.413	9.945
Saldo de Contas – Ex-Participantes ¹	246.453	234.493
Outros Créditos de Participantes	10.560	14.136
Demais Rubricas	10.530	8.013
Retenções a Recolher	115.258	102.103
Recursos Antecipados	2.611	2.611
Outras Exigibilidades	209.715	200.969
Créditos de Participantes	329	229
Saldo Excedente – Retirada de Patrocínio	-	10
Outros Créditos de Participantes	329	219
Outros	209.386	200.740
Crédito de Patrocinadoras ²	113.556	114.766
Valores a Pagar	77.116	66.441
Valores a Transferir Para o PGA	308	326
Crédito de Terceiros	6.149	5.852
Retenções a Recolher	2.324	2.264
Outros	9.933	11.091
Gestão Administrativa	168.317	150.834
Contas a Pagar	46.964	39.003
Retenções a Recolher	3.673	2.653
Tributos a Recolher	67.638	71.727
Outras Exigibilidades	50.042	37.451
Provisão de Férias	11.815	10.462
Depósitos Não Identificados ³	18.268	7.577
Demais Valores ⁴	19.959	19.412
Investimentos	5.469	2.670
Fundos de Investimentos	191	-
Investimentos Imobiliários	1.608	952
Empréstimos e Financiamentos	1.584	1.582
Relacionados com o Disponível	10	8
Outras Exigibilidades	2.076	128
Total	794.056	740.585

¹ Saldos de contas de participantes que perderam vínculo ao plano de benefícios e ainda não optaram por institutos presentes no regulamento dos planos – são liquidados quando da opção do instituto (resgate, portabilidade etc.);

² Majoritariamente composto por: Convênios com Patrocinadoras (Petrobras) - R\$ 73.841 (R\$ 63.166 em 2021 e Assistência Médica Supletiva – AMS R\$ 22.130 (R\$ 33.961 em 2021) - Adiantamentos realizados pela patrocinadora para pagamento de benefícios do INSS e AMS liquidados no mês subsequente através de encontros de contas;

³ O saldo de depósitos não identificados refere-se a valores creditados nas contas bancárias da Fundação sem os correspondentes dados mínimos para identificação do respectivo plano de benefícios ao qual pertencem. Enfatizamos que a Petros envia os melhores esforços na identificação e destinação adequada dos valores de forma tempestiva. Atualmente, o tempo médio de identificação dos valores é de 3 dias úteis.;

⁴ Créditos de patrocinadoras (TCF diferença Pensão) R\$ 8.466 (R\$ 10.655 em 2021), Depósitos judiciais – Consignação de pagamento R\$ 1.419 (R\$ 1.419 em 2021) e Depósito de custeio administrativo R\$ 6.569 (R\$ 6.569 em 2021).

9 TRIBUTOS

9.1 PIS/COFINS – PERT

A Petros foi autuada pela Receita Federal (RFB) a respeito das contribuições do PIS e da COFINS exigidos pela autarquia sobre a prestação de serviços de administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária no período entre 2007 e 2011 (Auto de Infração nº 16682.720572/2012-69 relativo ao período entre 2007 e 2009 e Auto de Infração nº 16682.720682/2015-73 relativo ao período entre 2010 e 2011).

Os autos de infração foram discutidos administrativamente e em 2017, com o advento do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), a entidade optou pela desistência parcial das discussões administrativas, aderindo ao parcelamento e incluindo também neste os valores relativos ao período de apuração entre 2012 e 2014.

A seguir, destacamos as condições do parcelamento:

Período de Apuração	Débito Atualizado	Redução pelo PERT	20% sobre o débito atualizado	Valor a ser amortizado em 145 parcelas
2007 a 2014	78.981	24.841	15.796	38.344

Em 31 de dezembro de 2022, o valor do parcelamento totaliza R\$ 21.463 (R\$ 25.503 em 2021).

Em relação aos valores que continuaram a ser discutidos administrativamente:

- Auto de Infração nº 16682.720572/2012-69 - Houve o cancelamento por parte da RFB de 50% dos valores exigidos originalmente, e sobre os débitos ainda exigidos, foram inscritos em dívida ativa. Ato seguinte, a Receita ingressou com ação judicial nº 5037449-34.2020.4.02.5101. A Petros ofertou apólice de seguro garantia na execução fiscal, suspendendo a exigibilidade do débito enquanto o recurso se encontra em fase de prova pericial.
- Auto de Infração nº 16682.720682/2015-73 – o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), por unanimidade de votos, julgou procedente a maior parte do Recurso Voluntário interposto pela Petros, cancelando 97,91% da exigência de PIS/COFINS, todavia aguardamos a comunicação dessa decisão. A Petros analisa ainda a possibilidade de apresentar recurso em relação a parcela julgada desfavoravelmente a entidade.

9.2 PIS/COFINS – MANDADO DE SEGURANÇA SOBRE AS TAXAS DE CARREGAMENTO E DE ADMINISTRAÇÃO

Em outubro de 2018, a Petros impetrou mandado de segurança para assegurar direito líquido e certo da Entidade de não se submeter à incidência da contribuição social do PIS e da COFINS sobre os recursos por ela arrecadados a título de taxa de carregamento e administração em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2015, bem como reaver os depósitos judiciais realizados na ação e os valores recolhidos indevidamente a esse título desde a referida data. O processo encontra-se pendente de julgamento.

Até 31 de dezembro de 2022, foram depositados judicialmente no referido processo o valor de R\$ 14.000, a título de PIS, e R\$ 84.913, a título de COFINS, conforme Nota explicativa 10.

10 DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS

Plano	Nota	2022	Novos Depósitos	Baixas	2021
Gestão Previdencial	4	3.229.853	654.250	(409.370)	2.984.973
PPSP-R		1.007.123	227.990	(131.777)	910.910
PPSP-R Pré-70		579.079	101.303	(64.244)	542.020
PPSP-NR		826.953	178.466	(106.298)	754.785
PPSP-NR Pré-70		661.440	127.181	(86.851)	621.110
Copesul		56.124	3.926	(6.199)	58.397
Ultrafertil		42.352	9.074	(9.519)	42.797
Arlanxeo Prev		16.954	2.350	(2.305)	16.909
Nitriflex/Arlanxeo		2.703	-	-	2.703
Braskem		24.948	1.855	(194)	23.287
PQU		2.996	425	(935)	3.506
PP-2		6.193	769	(522)	5.946
TapmePrev		2.337	901	(323)	1.759
Simeprev		175	-	(58)	233
PreviContas		185	-	-	185
Transpetro		152	-	-	152
Copesulprev		9	1	-	8
AnaparPrev		121	-	(145)	266
CulturaPrev		9	9	-	-
Gestão Administrativa	5	129.139	31.849	(6.840)	104.130
Depósitos Judiciais ¹		30.226	905	(6.840)	36.161
PIS/COFINS	9.2	98.913	30.944	-	67.969
Total		3.358.992	686.099	(416.210)	3.089.103

¹ majoritariamente compostos por: Tributos R\$ 10.574 (R\$ 10.567 em 2021), Processos relacionados a Custeio Administrativo R\$ 6.561 (R\$6.594 em 2021) e Relacionados a contingências trabalhistas R\$ 4.044 (4.009 em 2021)

A seguir, demonstramos a movimentação consolidada ocorrida no exercício anterior:

Plano	Nota	2021	Novos Depósitos	Baixas	2020
Gestão Previdencial	4	2.984.973	756.180	(411.669)	2.640.462
Gestão Administrativa	5	104.130	25.229	(925)	79.826
Total		3.089.103	781.409	(412.594)	2.720.288

11 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL, CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E ATIVOS CONTINGENTES

11.1 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O quadro a seguir demonstra a quantidade de ações por classificação de perda:

Plano do Pedido	Provável	Possível	Remota
PGA	101	109	134
Copesulprev	-	-	1
CRAPrev	1	-	-
CulturaPrev	2	-	-
FenajPrev	-	-	1
FiepePrev	1	1	1
Liquigás	2	-	2
Petro_RG	-	1	-
PP-2	159	115	949
PP-3	-	1	2
Braskem	195	2	682
Copesul	244	61	778
Nitriflex/Arlanxeo	6	3	15
Arlanxeo Prev	174	137	94
PQU	72	12	21
PPSP-NR	12.405	941	3.386
PPSP-NR Pré-70	10.691	360	2.042
Ultrafertil	664	3	176
PPSP-R	19.262	771	5.660
PPSP-R Pré-70	10.214	107	1.933
PreviContas	-	2	-
PreviFiea	-	-	2
Previttel	-	-	1
Simeprev	1	-	1
TapmePrev	7	3	8
Transpetro	4	-	-
Triunfo Vida	2	-	-
Total 2022	54.207	2.629	15.889
Total 2021	57.233	3.181	21.547

Demonstramos a seguir, a movimentação das provisões decorrentes dos objetos com chance de perda provável, ou seja, aqueles que a Fundação entende que provavelmente terão decisões contrárias à sua tese e gerarão desembolsos futuros:

Descrição	Nota	2022	Novos Processos	Baixa de Provisões	Variação de Provisões	Variação de Honorários de Êxito	2021
Gestão Previdencial	11.1.1	4.166.021	100.046	(234.660)	287.409	43	4.013.183
PPSP-NR		1.016.380	21.311	(60.393)	85.002	43	970.417
PPSP-NR Pré-70		758.769	8.799	(32.612)	60.560	-	722.022
PPSP-R		1.496.921	56.180	(95.047)	93.422	-	1.442.366
PPSP-R Pré-70		688.264	7.114	(32.502)	45.435	-	668.217
Copesul		66.804	1.201	(4.704)	(38)	-	70.345
Ultrafertil		59.856	417	(3.237)	(3.356)	-	66.032
Arlanexo Prev		23.139	2.032	(1.593)	2.085	-	20.615
Nitriflex/Arlanexo		2.703	-	(189)	1.464	-	1.428
Braskem		29.469	-	(227)	2.140	-	27.556
PQU		2.524	-	(444)	(459)	-	3.427
PP-2		17.843	2.872	(2.431)	347	-	17.055
TapmePrev		2.256	60	(867)	936	-	2.127
AnaparPrev		-	-	(1)	-	-	1
CRAPrev		60	60	-	-	-	-
FiepePrev		-	-	(206)	-	-	206
Liquigás		192	-	-	(14)	-	206
Transpetro		411	-	(207)	40	-	578
Triunfo Vida		225	-	-	(19)	-	244
CulturaPrev		9	-	-	(136)	-	145
PreviContas		184	-	-	-	-	184
Simeprev		12	-	-	-	-	12
Gestão Administrativa	11.1.2	9.594	736	(807)	2.184	(328)	7.809
Processos Judiciais		9.594	736	(807)	2.184	(328)	7.809
Total		4.175.615	100.782	(235.467)	289.593	(285)	4.020.992

A seguir, demonstramos a movimentação consolidada ocorrida no exercício anterior:

Descrição	2021	Novos Processos	Baixa de Provisões	Variação de Provisões	Honorários De Êxito	2020
Gestão Previdencial	4.013.183	243.053	(205.188)	119.434	18	3.855.866
Gestão Administrativa	7.809	1.650	(362)	84	4	6.433
Total [Movimentação 2021 – 2020]	4.020.992	244.703	(205.550)	119.518	22	3.862.299

11.1.1 CONTINGÊNCIAS DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Os principais objetos e seus respectivos valores provisionados por planos de benefícios encontram-se descritos a seguir:

Objeto do Pedido	PPSP-R		PPSP-NR		PPSP-NR Pré-70		PPSP-R Pré-70		Ultrafertil		Arlanxeo Prev		PP-2		TapmePrev		Nitriflex/ Arlanxeo		Demais Planos		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
ACT – Nível	498.249	457.280	253.114	243.081	225.062	209.538	273.711	262.598	281	-	733	899	997	409	-	-	65	65	6.288	6.313	1.258.500	1.180.183
Revisão do Benefício Inicial	184.382	175.931	161.981	148.808	178.400	170.978	131.288	127.864	33.593	37.385	4.272	5.274	367	294	-	210	-	-	30.628	29.872	724.911	696.616
PL-DL 1971	218.277	209.060	166.755	157.930	81.916	72.796	82.761	83.373	3.802	5.876	1.273	1.268	1.421	1.299	-	-	120	120	1.486	1.458	557.811	533.180
PCAC – 2007	83.079	81.626	84.275	78.259	72.519	70.608	61.189	60.580	629	-	109	-	51	-	-	-	-	-	153	-	302.004	291.073
RMNR	55.189	52.733	106.817	100.198	72.696	69.665	19.511	19.250	67	-	123	-	342	445	-	-	-	-	57	-	254.802	242.291
Necessidade de Rescisão	141.140	140.789	53.292	54.495	519	-	878	-	-	-	-	-	1.228	1.306	-	-	-	-	-	-	197.057	196.590
Revisão de Pensão – Regulamento	13.030	14.514	30.192	30.309	55.279	56.679	37.448	36.035	6.435	6.724	2.223	-	459	-	-	-	-	-	4.397	3.756	149.463	148.017
Reflexo Trabalhista	93.732	96.124	31.646	34.888	6.773	-	5.796	-	3.800	5.289	192	-	3.450	3.963	-	264	-	-	5.605	7.116	150.994	147.644
Limite de idade	43.174	49.225	12.514	-	1.506	-	7.656	9.888	2.445	3.540	1.216	1.209	-	-	-	-	-	-	46.563	47.403	115.074	111.265
Resolução 49	56.498	52.584	23.694	19.703	10.312	-	28.848	26.425	1.998	-	2.636	-	1.499	1.673	-	189	981	1.170	185	189	126.651	101.933
Outros	110.172	112.501	92.100	102.747	53.785	71.760	39.179	42.203	6.806	7.218	10.360	11.964	8.029	7.666	2.256	1.464	1.538	73	4.529	6.796	328.754	364.392
Total Plano Previdencial	1.496.922	1.442.367	1.016.380	970.418	758.767	722.024	688.265	668.216	59.856	66.032	23.137	20.614	17.843	17.055	2.256	2.127	2.704	1.428	99.891	102.903	4.166.021	4.013.184

➤ **DEMAIS PLANOS:**

Objeto do Pedido	Braskem		Copesul		PQU		Outros		Demais Planos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
ACT – Nível	6.282	6.232	3	-	3	-	-	81	6.288	6.313
Revisão do Benefício Inicial	17.415	16.439	12.517	12.745	696	688	-	-	30.628	29.872
PL-DL 1971	1.445	1.458	41	-	-	-	-	-	1.486	1.458
PCAC – 2007	102	-	50	-	1	-	-	-	153	-
RMNR	-	-	-	-	57	-	-	-	57	-
Revisão de Pensão – Regulamento	1.294	980	2.593	2.152	510	624	-	-	4.397	3.756
Reflexo Trabalhista	984	1.055	4.429	5.236	-	206	192	619	5.605	7.116
Limite de idade	882	-	45.681	47.403	-	-	-	-	46.563	47.403
Resolução 49	-	-	-	-	185	189	-	-	185	189
Outros	1.066	1.393	1.490	2.809	1.072	1.717	901	877	4.529	6.796
Total Plano Previdencial	29.470	27.557	66.804	70.345	2.524	3.424	1.093	1.577	99.891	102.903

11.1.2 CONTINGÊNCIAS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Objeto do Pedido	2022	2021
Reclamação Trabalhista Petros	3.544	3.500
AMS	1.353	-
Resolução 49	1.111	1.325
Reflexo Trabalhista	983	632
ACT – Nível	871	791
Suplementação de Pensão	411	145
Recuperação de Investimento	13	327
Reserva de poupança	380	359
Outros	928	730
Total da Gestão Administrativa	9.594	7.809

Os principais objetos encontram-se descritos a seguir:

Objeto	Descrição
ACT – Nível	Requer a parte autora avanços de níveis salariais deferidos para os empregados ativos em acordos coletivos da patrocinadora, a fim de majorar seu benefício mensal, nos anos de 2001, 2002, 2004, 2005 e 2006.
AMS	A lide origina-se na insatisfação da parte autora em ter o plano de saúde suspenso; suportar descontos do plano de saúde AMS na folha de pagamento de benefício previdenciário complementar; ou por não cumprir as cláusulas do ACT 2020/2022, especialmente no que toca a cláusula 34, §1º, I, devendo o desconto AMS ser limitado à margem de 13%.
Limite de Idade	A parte autora pleiteia a retirada do limitador etário aplicado devido à concessão antecipada de sua suplementação (art. 24 e 26 do regulamento).
Necessidade de Rescisão	Neste objeto, a parte autora requer a concessão de benefício complementar anteriormente à cessação de seu vínculo laboral com a patrocinadora, com a mesma data início de benefício (DIB) da Previdência Social. Existem regras legal e regulamentar que preveem os requisitos para a concessão da suplementação.
PCAC-2007	A parte autora pleiteia o enquadramento e aplicação da nova tabela do Plano de Classificação e Avaliação de Cargos e Salários (PCAC-2007), resultante de negociação coletiva na patrocinadora, para o cálculo de sua suplementação a partir de janeiro de 2007.
PL/DL-1971/82	A parte autora pleiteia a inclusão das parcelas referentes à PL/DL-1971/82 em sua base de cálculo do benefício. A referida parcela, recebida na ativa pelos participantes, é uma consequência do Decreto-Lei 1971, de 1982.
Reclamação Trabalhista Petros	Os autores, ex-empregados, pleiteiam o pagamento de verbas trabalhistas e reintegração aos quadros da entidade, após a demissão.

Objeto	Descrição
Recuperação de Investimento	São demandas ajuizadas pela Petros a fim de obter diferenças decorrentes de investimentos realizados pela entidade. Nesses investimentos, verifica-se que, por razões fundamentadas, a Petros não obteve o retorno devido pelo investimento como, por exemplo, no caso de não observância dos índices dos expurgos inflacionários.
Reflexo Trabalhista	Trata-se de ação na qual o autor requer a inclusão de verbas salariais em relação à patrocinadora deferidas em processos judiciais ou administrativos em sua base de cálculo de benefício.
Reserva de Poupança	A parte autora postula diferenças, a título de correção monetária, relativas à aplicação dos expurgos inflacionários ou alteração dos índices previstos em regulamento sobre os valores de sua reserva de poupança. Também existem causas em que os autores pleiteiam o resgate da reserva de poupança.
Resolução 49	Requer a parte autora a concessão de suplementação de pensão desconsiderando o previsto na Resolução 49. A referida resolução define as condições para o ingresso de novos beneficiários de participante, após a concessão do benefício de aposentadoria pela Petros, como a contribuição adicional para viabilizar a inclusão de novos beneficiários.
Revisão de Pensão – Regulamento (art. 31)	A parte autora requer o recálculo da suplementação de pensão com base no art. 31 do regulamento dos planos PPSP-R e PPSP-NR, que define que a suplementação de pensão será calculada considerando uma cota familiar de 50% da suplementação que teria direito o participante se estivesse vivo, mais tantas cotas individuais de 10% quantos forem os beneficiários.
Revisão do Benefício Inicial (Fator de Reajuste Inicial – FAT/FC)	A parte autora pleiteia a revisão do benefício ou o recálculo da suplementação inicial, de acordo com o regulamento Petros da época de sua admissão, alegando que a Petros supostamente aplicou um fator redutor sobre seus benefícios. O fator de reajuste aumenta ou, na pior das hipóteses, mantém constante o valor do benefício.
RMNR	Neste caso, a parte autora deseja o recálculo dos seus benefícios de acordo com os valores atribuídos à Remuneração Mínima por Nível e Regime – RMNR, implementada pela patrocinadora Petrobras aos seus empregados a partir de julho de 2007, mediante acordos coletivos de trabalho firmados com as entidades sindicais.
Suplementação de Pensão	São todos os demais pedidos dos autores, excluídos os acima mencionados, em que se discute a revisão ou o pagamento da suplementação.

O impacto atuarial decorrente das ações judiciais vinculadas aos objetos acima é reconhecido nas provisões matemáticas do plano de benefícios correspondente à medida em que se é realizada a implementação/revisão do benefício em função da ordem judicial.

11.1.3 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS COM PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL

A seguir apresentamos o montante das ações classificadas com probabilidade de perda classificadas como possíveis (passivo contingente) não provisionadas nas demonstrações contábeis, conforme Nota Explicativa 2.9.

Planos	2022	2021
PPSP-NR	87.244	137.223
PPSP-R	62.574	77.390
PPSP-NR Pré-70	43.377	51.146
PPSP-R Pré-70	9.100	10.505
PQU	-	6
Copesul	901	1.467
Arlanxeo Prev	12.651	17.463
Nitriflex/Arlanxeo	508	466
Ultrafertil	140	127
PP-2	5.722	3.709
TapmePrev	60	372
PreviContas	1	1
PGA	1.767	4.066
Total	224.045	303.942

11.2 AÇÕES JUDICIAIS CONTRÁRIAS AO PLANO DE EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT (PED) DOS PLANOS PPSP-R E PPSP-NR

A Fundação figura no polo passivo de ações judiciais nas quais os participantes e entidades representativas dos participantes dos planos PPSP-R e PPSP-NR requerem o não pagamento das contribuições extraordinárias dos PED's de 2015 e 2018.

Em setembro de 2019, a Petros ingressou com um pedido de Suspensão Liminar de Segurança (SLS) nº 2507/RJ ao presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o qual deferiu, liminarmente, a suspensão dos efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que havia reduzido em 50% o valor das contribuições extraordinárias fixadas para o PED dos planos PPSP-R e PPSP-NR, em relação aos associados da Fenaspe (Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobras e Petros) e de outras sete associações. Posteriormente, a Petros apresentou aditamento ao pedido formulado nos autos da SLS 2507/RJ para a extensão da suspensão a todas as liminares vigentes e contrárias às cobranças de contribuições extraordinárias dos PED's, referentes aos planos PPSP-R e PPSP-NR. O pedido de extensão foi deferido pelo então presidente do STJ.

Nesse sentido, a cobrança da contribuição extraordinária foi restabelecida em outubro de 2019 para todo o público atingido pela suspensão do PED dos PPSP-R e PPSP-NR. Atualmente, algumas liminares permanecem vigentes e a Petros busca reverter as decisões. (vide Notas Explicativas 12.1.1.3 e 12.1.2.3).

11.3 AÇÕES JUDICIAIS CONTRÁRIAS AO PLANO DE EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT (PED) DO PLANO PETROS ULTRAFERTIL

A Fundação figura no polo passivo de ações judiciais nas quais os participantes e assistidos do Plano Petros Ultrafertil e entidades representantes dos participantes questionam os PED's de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

A seguir, destacamos as principais ações e informamos que, em dezembro de 2022, em razão do acórdão favorável à Petros nas ações propostas pela Astaul, somente a liminar obtida pelo Sinqüimica/PR permanece em vigor.

➤ ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA ULTRAFERTIL DO ESTADO DE SÃO PAULO (ASTAUL)

Em 2017, a Astaul ajuizou Ação Civil Pública em face da Petros, pleiteando a não implementação dos planos de equacionamento de 2014 e 2015. Nos autos dessa demanda, foi proferida decisão judicial liminar que concedeu a tutela de urgência, determinando que a Petros se abstivesse de promover descontos, seja na folha dos beneficiários, seja na folha de participantes, de qualquer rubrica relacionada aos referidos PED's.

Em 2018, a Astaul ajuizou nova Ação Civil Pública, visando a não implementação do plano de 2016. Nesse processo judicial, foi proferida decisão que concedeu a tutela antecipada para determinar que a Petros, de imediato, abstenha-se de promover descontos, seja na folha dos beneficiários, seja na folha de participantes, de qualquer rubrica relacionada ao PED 2016, a partir do mês de julho de 2018.

A Petros interpôs Agravos de Instrumento em face das decisões que deferiram as liminares pleiteadas pela Astaul.

Em novembro de 2022, a 36ª Câmara de Direito Privado no Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento aos recursos da entidade com o intuito de revogar as tutelas deferidas que suspendiam as cobranças das contribuições extraordinárias, referentes aos PED's de 2014, 2015 e 2016.

➤ SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS PETROQUÍMICAS DO PARANÁ (SINDIQUÍMICA/PR)

Em 2018, o Sinqüimica/PR ajuizou Ação Civil Pública contra a Petros, visando a não implementação dos planos de equacionamento de 2014, 2015 e 2016.

O sindicato informou que, em fevereiro de 2017, os participantes ativos e assistidos foram comunicados pela Petros sobre a existência de déficit técnico nos anos de 2014, 2015 e 2016. Entretanto, a cobrança

das contribuições extraordinárias não foi implementada em folha de pagamento, em cumprimento à decisão liminar obtida na Ação Civil Pública proposta pela Astaul que congrega grande parte da massa de participantes e assistidos do Plano Petros Ultrafertil.

Posteriormente, em maio de 2018, foi enviada nova comunicação aos participantes e assistidos, notificando acerca de novo déficit. Novamente, contudo, a cobrança também foi obstada por decisão liminar proferida na segunda Ação Civil Pública ajuizada pela Astaul.

Em agosto de 2018, a Petros, justificando ter constatado que as referidas decisões judiciais teriam validade exclusivamente para os participantes associados da Astaul que residiam no Estado de São Paulo, comunicou aos representantes do sindicato o início da cobrança de contribuições extraordinárias do equacionamento dos déficits de 2014, 2015 e 2016, a partir de 25 de setembro de 2018.

Recebida a ação proposta pelo Sindiquímica/PR, o Juízo deferiu a liminar para que a Petros se abstinhasse de praticar qualquer cobrança de contribuições para equacionamento de déficit do Plano Petros Ultrafertil. Posteriormente, a liminar foi revogada através de decisão proferida em 27 de novembro de 2018, tendo o sindicato recorrido.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso do Sindicato para conceder o pedido de antecipação de tutela recursal, determinando a manutenção da cobrança de contribuições extraordinárias, observado – para o respectivo cálculo – o limite máximo de 35% da renda líquida mensal dos participantes e assistidos (considerada a remuneração/renda disponível remanescente após a dedução dos descontos legais e compulsórios, tais como contribuição para Previdência Social oficial, pensão alimentícia judicial, imposto sobre rendimentos e proventos de qualquer natureza e outros descontos obrigatórios instituídos por lei ou decorrentes de contrato de trabalho), aplicando-se, por analogia, a margem consignável, prevista por lei, para descontos em folha de pagamento de empregados e benefícios previdenciários. Ressalta-se que a decisão liminar alcançou todos os substituídos representados pelo sindicato autor, que deveriam comprovar que, mesmo residentes fora do Estado do Paraná, estavam contemplados pela sua representatividade.

11.4 ARBITRAGENS

A Petros é parte requerente em nove procedimentos arbitrais e dois procedimentos de mediação, inclusive, contra patrocinadores, todas de caráter sigiloso, em razão da legislação e dos regulamentos das câmaras arbitrais, que poderão significar, no futuro, recebimento de valores pelos planos de benefícios administrados pela Fundação.

12 PATRIMÔNIO SOCIAL

12.1 PATRIMÔNIO DE COBERTURA DOS PLANOS

	PPSP - NR		PPSP - R		PPSP - NR Pré 70		PPSR Pré-70		Ultrafertil		Nitriflex/Arlanxeo	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
1. Patrimônio de Cobertura do Plano	12.649.712	12.251.395	46.171.834	45.376.928	4.645.793	4.594.839	7.062.036	7.162.733	506.985	612.505	184.100	181.090
2. Provisões Matemáticas	14.430.353	13.027.095	47.892.882	53.122.685	4.645.793	4.594.839	7.062.036	7.162.733	524.946	699.739	147.655	141.484
2.1 Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2 Benefício Definido	21.936.896	20.587.508	79.929.493	77.732.030	4.645.793	4.594.839	7.062.036	7.162.733	1.568.451	1.630.064	147.655	141.484
2.3. (-) A Constituir	(7.506.543)	(7.560.413)	(32.036.611)	(24.609.345)	-	-	-	-	(1.043.505)	(930.325)	-	-
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado (1 - 2)	(1.780.641)	(775.700)	(1.721.048)	(7.745.757)	-	-	-	-	(17.961)	(87.234)	36.445	39.606
3.1 Superávit Técnico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.063	34.994
3.2 Déficit Técnico	(1.780.641)	(775.700)	(1.721.048)	(7.745.757)	-	-	-	-	(17.961)	(87.234)	-	-
3.2 Resultados a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.382	4.612
4. Ajuste de Precificação	446.968	586	1.707.073	2.589	154.255	-	301.103	-	11.478	-	9.274	-
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado (3 + 4)	(1.333.673)	(775.114)	(13.975)	(7.743.168)	154.255	-	301.103	-	(6.483)	(87.234)	45.719	39.606

	Arlanxeo Prev		PP2		Misto Sanasa		TapmePrev		Sulgasprev		Demais Planos		Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
1. Patrimônio de Cobertura do Plano	1.189.575	1.212.998	35.816.731	31.968.356	388.170	351.361	-	330.519	37.217	31.187	4.857.581	3.906.039	113.509.734	107.979.950	
2. Provisões Matemáticas	1.312.302	1.300.808	37.050.382	32.808.646	411.263	371.603	-	402.227	37.348	31.454	4.867.304	3.919.283	118.382.264	117.582.596	
2.1 Contribuição Definida	-	-	30.560.520	27.138.398	301.050	271.526	-	23.353	32.741	27.227	4.867.304	3.919.283	35.761.615	31.379.787	
2.2 Benefício Definido	1.312.302	1.300.808	6.489.862	5.670.248	110.213	100.077	-	390.897	4.607	4.227	-	-	123.207.308	119.314.915	
2.3. (-) A Constituir	-	-	-	-	-	-	-	(12.023)	-	-	-	-	(40.586.659)	(33.112.106)	
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(122.727)	(87.810)	(1.233.651)	(840.290)	(23.093)	(20.242)	-	(71.708)	(131)	(267)	(9.723)	(13.244)	(4.872.530)	(9.602.646)
3.1 Superávit Técnico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.196	9.795	43.259	44.789
3.2 Déficit Técnico	(122.727)	(87.810)	(1.233.651)	(840.290)	(23.093)	(20.242)	-	(71.708)	(131)	(267)	(20.919)	(23.039)	(4.920.171)	(9.652.047)	
3.2 Resultados a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.382	4.612	
4. Ajuste de Precificação	66.327	-	1.435.504	711.749	15.829	13.318	-	14.168	-	-	-	-	-	-	
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(56.400)	(87.810)	201.853	(128.541)	(7.264)	(6.924)	-	(57.540)	(131)	(267)	(9.723)	(13.244)	Não Aplicável (N/A)	

12.1.1 PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS NÃO REPACTUADOS (PPSP-NR)

12.1.1.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2022 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2022	2021
Tábua de Mortalidade Geral	Experiência Petros 2020	Experiência Petros 2020
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1983 Básica segregada por sexo	AT-1949 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Taxa Real de Juros Anual ¹	4,37% a.a.	4,37% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,30%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Petrobras: 0,67% a.a. Petros: Não aplicável Vibra Energia: 2,00 a.a.	Petrobras: 0,629% a.a. Petros: Não aplicável Vibra Energia: 2,00 a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
Composição Familiar de Pensionistas	Assistidos: Família real; Ativos: Família média, sendo: 80% de casados 4 anos (homem mais velho) Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((80-x)/2;0)$	Assistidos: Família real; Ativos: Família média, sendo: 80% de casados 4 anos (homem mais velho) Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((80-x)/2;0)$
Rotatividade	0,00%	0,00%

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 373/2022

Duração do Passivo em anos [*] 2021	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2022)	Duração do Passivo em anos [*] 2022
10,63	3,14%	4,49%	4,89%	4,37%	10,43

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.1.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2022	2021
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	(775.700)	531.701
Resultado Líquido Previdencial	(685.392)	(87.254)
Resultado das Contingências	(121.537)	(114.249)
Cobertura de Despesas Administrativas	-	(2.696)
Resultado Líquido dos Investimentos	706.693	(481.670)
Varição da Provisão Matemática	(904.812)	(620.989)
Fundos Previdenciais	107	(543)
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	(1.780.641)	(775.700)
Ajuste de Precificação	446.968	586
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	(1.333.673)	(775.114)
Provisões Matemáticas (Benefício Definido)	14.430.353	13.027.095
Duração do Passivo - (Duration)	10,43	10,63
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	(927.872)	(863.696)
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	(405.801)	-

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% \times (\text{Duration} - 4) \times (\text{PMBD})$

A seguir, demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Taxa de Juros real anual %	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste (R\$ mil)
PPSP-NR			3.390.160	3.837.128	446.968
		15/05/2027	297.809	307.949	10.140
		15/08/2028	750.125	805.142	55.017
		15/08/2030	307.989	329.327	21.338
		15/08/2032	154.793	169.626	14.833
NTN-B	4,37	15/05/2035	210.390	238.003	27.613
		15/08/2040	449.618	520.850	71.232
		15/05/2045	156.505	189.806	33.301
		15/08/2050	260.053	332.335	72.282
		15/05/2055	604.943	694.032	89.089
		15/08/2060	197.935	250.058	52.123

12.1.1.3 DEMAIS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PLANO

➤ CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS NÃO ARRECADADAS AOS PED'S

Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2015 (PED 2015) - aprovado em 2017 pelo Conselho Deliberativo da Petros, os aportes extraordinários foram iniciados em março de 2018, sendo que, após um período de suspensão por força de liminares judiciais, os aportes foram retomados em outubro de 2019.

A cobrança dos valores em atraso daqueles participantes ativos e assistidos que contavam com liminar suspensiva está sendo realizada de forma parcelada desde julho de 2020, conforme Nota Explicativa 4.1. Contudo, as parcelas vincendas são registradas como "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas".

Até setembro de 2022, estas parcelas foram registradas na subconta contábil "Provisão Matemática a Constituir" e a partir de outubro de 2022 foram reclassificadas para "Outros Recursos a Receber – Previdencial", em "Gestão Previdencial / Recursos a Receber", vide Nota Explicativa 4.5

Com relação a dívida da patrocinadora, em função da assinatura de Instrumento Particular de Confissão de Dívida em 18 de outubro de 2022, os valores foram reclassificados para o grupo "Operações Contratadas", vide Nota Explicativa 4.2.

Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2018 (PED 2018) - Por força de liminar concedida no âmbito de ações judiciais, existem participantes e assistidos que estão com as contribuições extraordinárias referentes ao PED 2018 suspensas. Em relação à Patrocinadora Petrobras S.A. a mesma não efetivou o pagamento da contrapartida patronal referente a esses participantes e assistidos cobertos por liminar, em decorrência de entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido, inclusive, efetivada consulta ao referido TCU pela Patrocinadora.

Os valores das contribuições extraordinárias não arrecadadas referentes ao PED 2018 foram registrados na conta contábil "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas", subconta da "Provisão Matemática a Constituir", conforme quadro a seguir:

Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas (Em R\$ Mil)	
Grupo	PED 2018
Assistido	897
Patrocinador	660
Total	1.557

➤ MIGRAÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PPSP-NR PARA O FLEXPREV

O processo de migração voluntária dos participantes e assistidos do Plano PPSP-NR vinculados à patrocinadora Vibra Energia S.A. para o Plano FlexPrev foi aprovado pela Previc por meio da Portaria Previc nº 278, 25 de março de 2022, publicada no DOU em 30 de março de 2022.

A migração para o FlexPrev ocorreu em 01 de setembro de 2022, data em que foi efetivada a transferência patrimonial relativa aos participantes e assistidos migrantes.

Em 30 de setembro de 2022, foi realizada Avaliação Atuarial por Fato Relevante do PPSP-NR considerando os participantes e assistidos que permaneceram no plano de origem e, portanto, os resultados já refletem os efeitos da migração ocorrida para o FlexPrev.

12.1.2 PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS REPACTUADOS (PPSP-R)

12.1.2.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2022 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2022	2021
Mortalidade Geral	Experiência Petros 2013	Experiência Petros 2013
Mortalidade de Inválidos	AT-1949 Masculina	AT-1949 Masculina
Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Taxa de Juros ¹	4,43% a.a.	4,43% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,30%
Taxa de Crescimento Real de Salários Anual	Petrobras: 0,78% a.a. Petros: 1,50% a.a. Vibra Energia: 2,00% a.a.	Petrobras: 0,821% a.a. Petros: 1,500% a.a. Vibra Energia: 2,000% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Não Aplicável	Não Aplicável
Composição Familiar	Assistidos: Família real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados 5 anos (homem mais velho) Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((75-x)/2;0)$	Assistidos: Família real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados 5 anos (homem mais velho) Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((75-x)/2;0)$
Rotatividade	0,00%	0,00%

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 373/2022

Duração do Passivo em anos ¹ 2021	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2022)	Duração do Passivo em anos ¹ 2022
11,47	3,17%	4,53%	4,93%	4,43%	11,20

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.2.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2022	2021
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	(7.745.757)	955.149
Resultado Líquido Previdencial	(3.370.694)	(4.623.686)
Resultado das Contingências	(152.730)	(239.575)
Cobertura de Despesas Administrativas	(2)	(9.915)
Resultado Líquido dos Investimentos	2.790.008	(1.913.226)
Variação da Provisão Matemática	6.757.959	(1.914.795)
Fundos Previdenciais	168	291
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	(1.721.048)	(7.745.757)
Ajuste de Precificação	1.707.073	2.589
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	(13.975)	(7.743.168)
Provisões Matemáticas (Benefício Definido)	47.892.882	53.122.685
Duração do Passivo - (Duration)	11,20	11,47
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	(3.448.288)	(3.968.265)
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	-	(3.774.903)

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% \times (\text{Duration} - 4) \times (\text{PMBD})$

A seguir demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Taxa de Juros real anual %	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste (R\$ mil)
PPSP-R			14.096.791	15.803.864	1.707.073
		15/05/2027	1.950.296	2.006.865	56.569
		15/08/2028	2.433.656	2.614.449	180.793
		15/08/2030	821.689	874.815	53.126
		15/08/2032	1.865.555	2.026.348	160.793
NTN-B	4,43	15/05/2035	858.833	966.660	107.827
		15/08/2040	2.102.745	2.435.609	332.864
		15/05/2045	761.906	933.563	171.657
		15/08/2050	692.562	877.444	184.882
		15/05/2055	1.843.882	2.067.934	224.052
		15/08/2060	765.667	1.000.177	234.509

12.1.2.3 DEMAIS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PLANO

➤ PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DE 2021 (PED 2021)

Em novembro de 2022, de forma a promover o reequilíbrio econômico-financeiro e atuarial do plano, o PED 2021 do plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros. O valor do déficit a ser equacionado foi de R\$ 8.514.651, tendo sido registrado nas "Provisões Matemáticas a Constituir" do plano em 31 de dezembro de 2022.

O pagamento do PED 2021 ocorrerá de forma vitalícia, com data de início de pagamento das contribuições extraordinárias pelas patrocinadoras, participantes e assistidos prevista para abril de 2023.

➤ CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS NÃO ARRECADADAS AOS PED'S

Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2015 (PED 2015) - aprovado em 2017 pelo Conselho Deliberativo da Petros, os aportes extraordinários foram iniciados em março de 2018, sendo que, após um período de suspensão por força de liminares judiciais, os aportes foram retomados em outubro de 2019.

A cobrança dos valores em atraso daqueles participantes ativos e assistidos que contavam com liminar suspensiva está sendo realizada de forma parcelada desde julho de 2020, conforme Nota Explicativa 4.1. Contudo, as parcelas vincendas são registradas como "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas".

Até setembro de 2022, estas parcelas foram registradas na subconta contábil "Provisão Matemática a Constituir" e a partir de outubro de 2022 foram reclassificadas para "Outros Recursos a Receber - Previdencial", em "Gestão Previdencial / Recursos a Receber", vide Nota Explicativa 4.5

Com relação a dívida da patrocinadora, em função da assinatura de Instrumento Particular de Confissão de Dívida em 18 de outubro de 2022, os valores foram reclassificados para o grupo "Operações Contratadas", vide Nota Explicativa 4.2.

Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2018 (PED 2018) - Por força de liminar concedida no âmbito de ações judiciais, existem participantes e assistidos que estão com as contribuições extraordinárias referentes ao PED 2018 suspensas. Em relação à Patrocinadora Petrobras S.A. a mesma não efetivou o pagamento da contrapartida patronal referente a esses participantes e assistidos cobertos por liminar, em decorrência de entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido, inclusive, efetivada consulta ao referido TCU pela Patrocinadora

Os valores das contribuições extraordinárias não arrecadadas referentes ao PED 2018 foram registrados na conta contábil “Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas”, subconta da “Provisão Matemática a Constituir”, conforme quadro a seguir:

Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas (Em R\$ Mil)	
Grupo	PED 2018
Assistido	923
Participante	3
Patrocinador	886
Total	1.812

➤ **MIGRAÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PPSP-R PARA O FLEXPREV**

O processo de migração voluntária dos participantes e assistidos do Plano PPSP-R vinculados à patrocinadora Vibra Energia S.A. foi aprovado pela Previc por meio da Portaria Previc nº 278, de 25 de março de 2022, publicada no DOU em 30 de março de 2022.

A migração para o FlexPrev ocorreu em 01 de setembro de 2022, data em que foi efetivada a transferência patrimonial relativa aos participantes e assistidos migrantes.

Em 30 de setembro de 2022, foi realizada Avaliação Atuarial por Fato Relevante do PPSP-R considerando os participantes e assistidos que permaneceram no plano de origem e, portanto, os resultados já refletem os efeitos da migração ocorrida para o FlexPrev.

12.1.3 PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS NÃO REPACTUADOS PRÉ-70 (PPSP-NR PRÉ-70)

12.1.3.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2022 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2022	2021
Tábua de Mortalidade Geral	Experiência Petros 2020	Experiência Petros 2020
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência Petros 2014	Experiência Petros 2014
Tábua de Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Taxa Real de Juros Anual ¹	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,30%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
Composição Familiar de Pensionistas	Assistidos: Família real; Ativos: Família real.	Assistidos: Família real; Ativos: Família real.
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 373/2022					
Duração do Passivo em anos [*] 2021	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2022)	Duração do Passivo em anos [*] 2022
7,25	3,00%	4,28%	4,68%	4,00%	6,80

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.3.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2022	2021
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	-	-
Resultado Líquido Previdencial	116.915	375.658
Resultado das Contingências	(107.916)	(64.735)
Cobertura de Despesas Administrativas	(166.134)	(2.799)
Resultado Líquido dos Investimentos	208.089	12.907
Varição da Provisão Matemática	(50.954)	(321.031)
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	-	-
Ajuste de Precificação	154.255	-
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	154.255	-
Provisões Matemáticas (Benefício Definido)	4.645.793	4.594.839
Duração do Passivo - (<i>Duration</i>)	6,80	7,25
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	(130.082)	(149.332)
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	N/A	N/A

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% \times (\text{Duration} - 4) \times (\text{PMBD})$

A seguir demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Taxa de Juros real anual %	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste (R\$ mil)
PPSP-NR PRÉ-70			1.370.630	1.524.885	154.255
		15/05/2027	219.038	228.808	9.770
		15/08/2028	259.780	282.538	22.758
		15/08/2030	152.969	167.914	14.945
NTN-B	4,00	15/08/2032	470.155	526.475	56.320
		15/05/2035	213.746	248.186	34.440
		15/08/2040	54.942	70.964	16.022

12.1.4 PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS REPACTUADOS PRÉ-70 (PPSP-R PRÉ-70)
12.1.4.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2022 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2022	2021
Tábua de Mortalidade Geral	Experiência Petros 2016	Experiência Petros 2016
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-2006 (-20%) por sexo	MI-2006 (-20%) por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Taxa Real de Juros Anual ¹	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,30%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	Não aplicável	Não aplicável
Composição Familiar de Pensionistas	Assistidos: Família real; Ativos: Família real	Assistidos: Família real; Ativos: Família real
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 373/2022					
Duração do Passivo em anos * 2021	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2022)	Duração do Passivo em anos * 2022
7,57	3,00%	4,28%	4,68%	4,00%	7,33

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.4.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2022	2021
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	-	-
Resultado Líquido Previdencial	(176.898)	413.950
Resultado das Contingências	(71.436)	(55.324)
Cobertura de Despesas Administrativas	(197.865)	(3.016)
Resultado Líquido dos Investimentos	345.503	27.733
Variação da Provisão Matemática	100.696	(383.343)
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	-	-
Ajuste de Precificação	301.103	-
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	301.103	-
Provisões Matemáticas (Benefício Definido)	7.062.036	7.162.733
Duração do Passivo - (Duration)	7,33	-
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	(235.166)	-
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	N/A	N/A

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% \times (\text{Duration} - 4) \times (\text{PMBD})$

A seguir demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Taxa de Juros real anual %	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste (R\$ mil)
PPSP-R PRÉ-70			2.481.374	2.782.477	301.103
		15/05/2027	335.080	350.026	14.946
		15/08/2028	418.263	456.387	38.124
		15/08/2030	366.419	403.240	36.821
NTN-B	4,00	15/08/2032	740.900	829.696	88.796
		15/05/2035	404.156	469.353	65.197
		15/08/2040	216.556	273.775	57.219

12.1.5 PLANO PETROS ULTRAFERTIL

12.1.5.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2022 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2022	2021
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic por sexo	AT-2000 Basic por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual ¹	4,13 % a.a.	4,13 % a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,30%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Ultrafertil: 0,00% Mosaic Fertilizantes: 0,00%	Ultrafertil: 0,00% Mosaic Fertilizantes: 0,00%
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
Composição Familiar de Pensionistas	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((79-x)/2;0)$.	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((79-x)/2;0)$.
Rotatividade	0,00%	0,00%

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 373/2022					
Duração do Passivo em anos 2021	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2022)	Duração do Passivo em anos 2022
12,38	3,20%	4,58%	4,98%	4,13%	12,27

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.5.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2022	2021
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	(87.234)	(16.281)
Resultado Líquido Previdencial	(151.132)	(69.282)
Resultado das Contingências	(1.853)	(7.340)
Cobertura de Despesas Administrativas	(735)	(61)
Resultado Líquido dos Investimentos	48.203	33.526
Variação da Provisão Matemática	174.793	(27.796)
Fundos Previdenciais	(3)	-
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	(17.961)	(87.234)
Ajuste de Precificação	11.478	-
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	(6.483)	(87.234)
Provisões Matemáticas (Benefício Definido)	524.946	699.739
Duração do Passivo - (Duration)	12,27	12,38
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	(43.413)	(58.638)
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	-	(28.596)

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% \cdot (\text{Duration} - 4) \cdot (\text{PMBD})$

A seguir demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Taxa de Juros real anual %	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste (R\$ mil)
ULTRAFERTIL			91.232	102.710	11.478
		15/05/2027	22.019	22.920	901
		15/08/2028	2.580	2.740	160
NTN-B	4,13	15/08/2030	8.155	8.828	673
		15/08/2032	24.218	26.841	2.623
		15/05/2055	34.260	41.381	7.121

12.1.5.3 DEMAIS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PLANO

➤ PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DE 2021

Em novembro de 2022, de forma a promover o reequilíbrio econômico-financeiro e atuarial do plano, o PED 2021 do plano Petros Ultrafertil foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros. O valor do déficit a ser equacionado foi de R\$ 99.283, tendo sido registrado nas "Provisões Matemáticas a Constituir" do plano em 31 de dezembro de 2022 e sua cobrança terá início em abril de 2023.

O pagamento do PED 2021 ocorrerá da seguinte forma:

- ✓ Prazo vitalício para os participantes e assistidos;
- ✓ Prazo de 223 meses para a patrocinadora Mosaic; e
- ✓ Prazo de 360 meses para a patrocinadora Ultrafertil S.A

➤ PROPOSTA MOSAIC FERTILIZANTES P&K

Durante o ano de 2022, a Petros buscou soluções para revisão dos planos de equacionamento de déficit (PED) implementados entre 2014 e 2019, assim como para o equacionamento do resultado deficitário de 2021 e o encerramento das liminares que impedem o pleno equacionamento do Plano Petros Ultrafertil relativo à patrocinadora Mosaic.

Depois de diversos estudos e análises de cenários, a Petros elaborou, em outubro de 2022, uma solução em conjunto com as entidades representativas dos participantes ativos e assistidos cuja implementação está condicionada à aprovação pelos participantes nas assembleias gerais dos sindicatos e associações envolvidas, com a posterior assinatura do Termo de Compromisso elaborado pela Petros em conjunto com as entidades.

Como, até o momento, o Termo de Compromisso e Outras Avenças continuava pendente de assinatura, foi implementado, no encerramento de 2022, o Plano de Equacionamento de Déficit Técnico do exercício 2021 (PED 2021), conforme apresentado no item acima.

➤ CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS NÃO ARRECADADAS AOS PED'S

Por força de liminares concedidas no âmbito de ações judiciais, existem participantes e assistidos que estão com as contribuições extraordinárias referentes aos planos de equacionamento suspensas em decorrência das ações ajuizadas pelas entidades representativas (Vide Nota Explicativa 11.3).

Os valores das contribuições extraordinárias não arrecadadas referentes aos planos de equacionamento de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 do plano Ultrafertil, decorrente das ações judiciais, foram registradas na conta contábil "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas", subconta da "Provisão Matemática a Constituir", conforme quadro a seguir:

Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas (Em R\$ Mil)							
Grupo	PED 2014	PED 2015	PED 2016	PED 2017	PED 2018	PED 2019	Total
Assistido	79.490	87.237	33.537	2.210	1.438	2	203.914
Participante	2.898	2.714	730	126	39	1	6.508
Total	82.388	89.951	34.267	2.336	1.477	3	210.422

➤ **FAT/FC E OUTRAS PENDÊNCIAS COM AS PATROCINADORAS**

No decorrer das análises realizadas em 2015 sobre as causas do Déficit Técnico de 2014, motivadas pela realização do Plano de Equacionamento exigida pela legislação então vigente, a Petros identificou a necessidade de cumprimento do compromisso assumido pelas Patrocinadoras estabelecido no artigo 48, inciso VIII, do Regulamento do Plano Petros Ultrafertil. O Fator de Atualização (FAT) e Fator de Correção (FC) foram mecanismos introduzidos com a alteração do Regulamento do Plano em 1984. O Fator de Correção determina a revisão anual das complementações pelo índice da categoria dos empregados ativos. Já o Fator de Reajuste Inicial corresponde à correção inflacionária dos salários de participação para a concessão dos benefícios complementares (aposentadoria e pensão por morte do ativo).

Em razão da insuficiência de recursos no Plano Petros Ultrafertil, considerando o compromisso previsto no inciso VIII do art. 48, tal situação ensejou a cobrança dessa obrigação da Patrocinadora Mosaic Fertilizantes P&K (Mosaic). Entretanto, esse compromisso não foi reconhecido pela Patrocinadora Mosaic, o que motivou a cobrança dos valores através de processo arbitral junto ao Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA), ingressada pela Petros em outubro de 2018, após ajuizamento de ação judicial. No final de 2022, foi proferida a sentença arbitral, julgando parcialmente procedente os pedidos formulados pela Petros. Nesse sentido, a decisão foi de que a Mosaic pague as obrigações decorrentes do FC. Por outro lado, o Tribunal Arbitral entendeu que, no caso concreto, não havia ônus derivados do FAT.

O Tribunal Arbitral se manifestou, ainda, em decisão publicada, no início de fevereiro de 2023, sobre os Pedidos de Esclarecimentos das partes e manteve a decisão proferida anteriormente. Restou ainda esclarecido que a decisão era líquida, bastando serem empreendidos cálculos aritméticos, oportunidade em que foi considerada encerrada a jurisdição arbitral.

A Petros notificou a Patrocinadora Mosaic, indicando o valor referente ao FC (posicionado em 31 de dezembro de 2022) no montante de R\$ 785.412.369,28 para pagamento até o prazo estabelecido no procedimento arbitral de 06 de março de 2023. Em função de liminar obtida na Justiça Estadual do Rio de Janeiro, em 03 de março de 2023, a Mosaic Fertilizantes não efetuou o pagamento referente a obrigação decorrente do Fator de Correção, conforme havia sido determinado em sentença arbitral. Em decorrência do não pagamento, a Petros está avaliando, jurídica e administrativamente, as possíveis providências a serem tomadas para o recebimento do valor devido. Na ocorrência do pagamento pela Mosaic, o resultado do Plano Petros Ultrafertil será revisto bem como seus Planos de Equacionamento.

Também, a Petros apresentou, em 2 de janeiro de 2022, novo requerimento de Arbitragem em face da Mosaic para: (i) a cobrança do custeio administrativo do plano (conforme estabelecido em Termo de Ajuste de Conduta firmado com a Previc); e (ii) a obrigação de assinatura dos contratos de dívidas relativos aos Planos de Equacionamento de Déficit em curso, na forma da Resolução CGPC n.º 17/1996, substituída pela Resolução CNPC n.º 42/2021.

Com relação à patrocinadora Ultrafertil S.A. (VLI / Ultrafertil), estavam em curso, no CBMA, dois procedimentos arbitrais: (i) Procedimento Arbitral n.º 2019.00945, movido pela Ultrafertil em face da Petros, no qual essa patrocinadora pretende que o Tribunal Arbitral fixe os valores patronais devidos para a retirada de patrocínio, buscando a Ultrafertil declarar a não obrigação do pagamento decorrente do FAT e do FC no Regulamento do Plano dentre outros valores; e (ii) Procedimento Arbitral n.º 2021.00981, movido pela Petros em face da Ultrafertil, no qual a entidade cobra, dentre outros, os valores devidos do FAT e do FC previstos no Regulamento do Plano.

Em 2022, os dois procedimentos foram agrupados em um único procedimento (Procedimento Arbitral n.º 2019.00945) e mantidos os mesmos objetos, com a finalidade de agilizar o andamento das demandas.

O aumento do compromisso de custeio patronal decorrente da implementação do FAT/FC não pôde ser registrado contabilmente, dada a condição suspensiva prevista no art. 48, no inciso VIII do Regulamento do Plano, qual seja a existência de insuficiências financeiras (déficit técnico equacionável). Mesmo com a apuração do resultado deficitário equacionável no Plano (evidência da condição suspensiva), as Patrocinadoras se recusaram a pagar os valores decorrentes do FAT/FC, por conseguinte não foi possível a evidenciação desse valor contributivo patronal para fins de apuração do resultado técnico do Plano.

Observadas as condições exigidas no regulamento e na legislação vigente, quando houver o pagamento dos valores das Patrocinadoras referentes ao FAT/FC os resultados do Plano bem como

os Planos de Equacionamento em curso poderão ser alterados, tendo em vista que o resultado técnico atuarial do Plano (déficit técnico) está impactado pelos efeitos do inadimplemento patronal pelos ônus do FAT/FC.

➤ RETIRADA DE PATROCÍNIO

A retirada de patrocínio da Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA) no Plano Petros Ultrafertil foi aprovada em 30 de dezembro de 2021, através da publicação no Diário Oficial da União (DOU) da Portaria Previc/DICOL nº 854, de 21 de dezembro de 2021. A entidade realizou todos os procedimentos necessários para o encerramento do patrocínio pela ANSA. Nesse sentido, conforme determina a legislação vigente, a Petros protocolou junto à Previc o dossiê referente ao encerramento da retirada de patrocínio, constituído pela confirmação da saída efetiva da patrocinadora no Plano.

Com relação à retirada de patrocínio da Ultrafertil S.A. (VLI), o processo se encontra suspenso, conforme determinado pela Diretoria de Licenciamento, por meio da Nota nº 906/2022/Previc, de 15 de junho de 2022, estando as tratativas sobre as condições para retirada de patrocínio entre Petros, VLI e entidades representativas em curso. Tão logo haja conclusão das negociações, será dado prosseguimento ao processo de retirada com atendimento às exigências e atualização da data-base, nos termos determinados pela Previc.

12.1.6 PLANO PETROS NITRIFLEX/ARLANXEO

12.1.6.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2022 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2022	2021
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic por sexo	AT-2000 Basic por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual ¹	3,60% a.a.	3,71% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,30%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Arlanxeo: N/A Nitriflex: N/A	Arlanxeo: N/A Nitriflex: 0,00%
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
Composição Familiar de Pensionistas	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((79-x)/2; 0)$.	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((79-x)/2; 0)$.
Rotatividade	0,00%	0,00%

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 373/2022					
Duração do Passivo em anos [*] 2021	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2022)	Duração do Passivo em anos [*] 2022
8,78	3,08%	4,40%	4,80%	3,60%	8,60

^{*} De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.6.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2022	2021
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	39.606	52.858
Resultado Líquido Previdencial	(12.478)	(11.462)
Resultado das Contingências	(1.275)	(123)
Cobertura de Despesas Administrativas	(14)	(19)
Resultado Líquido dos Investimentos	17.111	4.736
Variação da Provisão Matemática	(6.171)	(7.197)
Fundos Previdenciais	(103)	(148)
Variação de Resultados a Realizar	(229)	961
Equilíbrio Técnico - No Exercício	36.447	39.606
Ajuste de Precificação	9.274	-
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício	45.721	39.606
Provisões Matemáticas (Benefício Definido)	147.655	141.484
Resultados Realizados ^(a)	32.063	34.994
Duração do Passivo - (Duration)	8,60	8,78
Limite da Reserva de Contingência ^(b)	27.464	26.571
Reserva de Contingência ^(c)	27.464	26.571
Reserva Especial para Revisão do Plano ^(a - c)	4.599	8.423

(b) calculado conforme legislação vigente: (Duration + 10%) *(PMBD)

A seguir demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Taxa de Juros real anual %	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste (R\$ mil)
NITRIFLEX			53.609	62.883	9.274
		15/05/2027	9.800	10.410	610
		15/08/2028	11.775	13.039	1.264
		15/08/2030	5.252	5.878	626
		15/08/2032	12.319	14.436	2.117
NTN-B	3,60	15/05/2035	3.278	3.972	694
		15/08/2040	3.117	3.932	815
		15/05/2045	5.907	8.157	2.250
		15/05/2055	2.161	3.059	898

12.1.6.3 DEMAIS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PLANO

 ➤ **PLANO DE DESTINAÇÃO DE SUPERÁVIT 2019**

O Plano de Destinação de Superávit 2019 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros em 2020, contando com a manifestação favorável da patrocinadora e do órgão responsável pela sua supervisão, coordenação e controle. O Plano de Destinação de Superávit 2019 está em andamento e prevê a redução parcial de contribuições e melhoria de benefícios através de benefício especial temporário (BET).

 ➤ **FORMAÇÃO DE RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO (2020)**

Conforme consta na Nota Explicativa 12.1.6.2, em 31 de dezembro de 2022, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, a situação financeiro-atuária do Plano Petros Nitriflex/Arlanxeo apresentou o Superávit Técnico superior ao Limite da Reserva de Contingência, sendo o excedente registrado na Reserva Especial para Revisão do Plano, configurando o segundo ano consecutivo da formação da Reserva Especial de 2020, conforme entendimento da Previc.

 ➤ **ALTERAÇÃO DA TAXA DE JUROS**

O Conselho Deliberativo aprovou, em 14 de dezembro de 2022, a redução da taxa de juros do plano de 3,71% para 3,60%, com vigência no ano de 2023.

A redução da taxa foi motivada pelo bom momento financeiro e o atual cenário econômico, favorável, visando reduzir a exposição a risco dos investimentos do plano.

Tal redução foi realizada considerando as determinações legais e estudos técnicos que atestaram essa possibilidade com segurança e acarretou um aumento das obrigações atuariais na ordem de R\$ 1.33 milhão.

12.1.7 PLANO PETROS ARLANXEO PREV

12.1.7.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2022 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2022	2021
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic por sexo	AT-2000 Basic por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual ¹	4,06% a.a.	4,06% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,30%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	0,00%	0,00%
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
Composição Familiar de Pensionistas	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((79-x)/2; 0)$.	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((79-x)/2; 0)$.
Rotatividade	0,00%	0,00%

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 373/2022

Duração do Passivo em anos [*] 2021	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2022)	Duração do Passivo em anos [*] 2022
9,30	3,10%	4,43%	4,83%	4,06%	9,12

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.7.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2022	2021
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	(87.810)	41.367
Resultado Líquido Previdencial	(106.313)	(94.596)
Resultado das Contingências	(4.721)	(3.005)
Cobertura de Despesas Administrativas	(109)	(189)
Resultado Líquido dos Investimentos	87.721	22.267
Varição da Provisão Matemática	(11.495)	(53.654)
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	(122.727)	(87.810)
Ajuste de Precificação	66.327	-
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	(56.400)	(87.810)
Provisões Matemáticas (Benefício Definido)	1.312.302	1.300.808
Duração do Passivo - (Duration)	9,12	9,30
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	(67.190)	(68.943)
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	-	(18.867)

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% \times (\text{Duration} - 4) \times (\text{PMBD})$

A seguir demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Taxa de Juros real anual %	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste (R\$ mil)
ARLANXEO			433.784	500.111	66.327
		15/05/2027	61.007	63.763	2.756
		15/08/2028	68.268	73.974	5.706
		15/08/2030	62.255	68.422	6.167
		15/08/2032	56.295	63.224	6.929
NTN-B	4,06	15/05/2035	44.864	52.329	7.465
		15/08/2040	39.367	47.863	8.496
		15/05/2045	32.876	41.686	8.810
		15/08/2050	29.864	38.427	8.563
		15/05/2055	38.988	50.423	11.435

12.1.7.3 DEMAIS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PLANO

➤ RESOLUÇÃO CNPC Nº 55/2022

O Conselho Deliberativo, em dezembro/22 aprovou a postergação da implementação do Plano de Equacionamento do Déficit relativo ao exercício de 2021, conforme facultado na resolução supra mediante a apresentação dos estudos técnicos elaborados pela Petros.

Ressalta-se que, de acordo com os resultados obtidos na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2022, o Plano Arlanxeo Prev apresentou o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo inferior ao Limite do Déficit Técnico Ajustado (LDTA) e, assim, por não ter extrapolado o LTDA, não será necessário elaborar plano de equacionamento de déficit durante o exercício de 2023.

➤ FAT/FC

No decorrer das análises realizadas em 2016 sobre as causas do Déficit Técnico de 2015, a Petros identificou a necessidade de cumprimento do compromisso assumido pelo patrocinador do plano estabelecido no artigo 48, inciso VIII, do Regulamento do Plano Arlanxeo Prev, que versa sobre os novos índices de atualização e reajuste de benefício, denominados FAT (Fator de Atualização) e FC (Fator de Correção), introduzidos com a alteração do Regulamento do Plano em 1984, cuja finalidade foi assegurar que a renda dos assistidos fosse equivalente a 90% da média dos seus salários-de participação corrigidos, como também vinculou o reajuste das rendas de aposentadoria (INSS + Suplementação) aos índices de reajuste salarial da Patrocinadora.

O compromisso assumido pela aplicação do inciso VIII, do artigo 48, só é devido quando os recursos do Plano se tornam insuficientes, fato que ocorreu no encerramento de 2015. No entanto, com a ocorrência da reversão do resultado do plano no encerramento de 2017, houve a alteração do resultado do plano, onde não foi necessário o pagamento do FAT/FC. No encerramento de 2021 e 2022, o resultado técnico do plano novamente ficou deficitário, no entanto, em relação ao resultado de 2021 foi adotada a resolução CNPC nº 55/2022, e no encerramento de 2022 não houve necessidade de elaboração de Plano de Equacionamento. Sendo assim, não haverá cobrança de FAT/FC neste exercício.

O aumento do compromisso de custeio patronal decorrente da implementação do FAT/FC não pôde ser registrado contabilmente, dada a condição suspensiva no art. 48, VIII do Regulamento do Plano: a existência de insuficiências financeiras (déficit técnico equacionável).

Com isso, caso ocorra, em algum momento insuficiência de recurso no Plano, ensejando a necessidade de cumprimento por parte da patrocinadora de suas obrigações referentes ao FAT/FC, observadas as condições exigidas no regulamento e na legislação vigente, os resultados do Plano poderão ser alterados, tendo em vista que o resultado técnico atuarial do Plano (déficit técnico) está impactado pelos efeitos da não cobrança do ônus do FAT/FC decorrente da condição suspensiva.

12.1.8 PLANO PETROS-2 (PP-2)

12.1.8.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2022 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2022	2021
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 IAM Basic Feminina desagravada em 10%	AT-2012 IAM Basic Feminina desagravada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57 Forte desagravada em 30%	IAPB-57 Forte desagravada em 30%
Tábua de Entrada em Invalidez	Experiência Invalidez PP-2 2022	Álvaro Vindas desagravada em 50%
Taxa Real de Juros Anual ¹	4,50% a.a.	4,75% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários e Benefícios: 100,00%	Salários e Benefícios: 100,00%
	Biocombustível: 3,480% a.a. Vibra Energia: 2,000% a.a. PB-LOG: 0,000% a.a. Petros: 1,500% a.a.	Biocombustível: 1,430% a.a. Vibra Energia: 2,000% a.a. PB-LOG: 0,000% a.a. Petros: 1,500% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Stratura: Não Aplicável. TBG: 2,241% a.a. Transpetro: 1,683% a.a. Petrobras e Demais Patrocinadoras: 2,17% a.a.	Stratura: 2,000% a.a. TBG: 0,541% a.a. Transpetro: 1,931% a.a. Petrobras e Demais Patrocinadoras: 2,126% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Não aplicável	Não aplicável
Composição Familiar de Pensionistas	Assistido: Família real; Ativos: Família média, sendo: 81% de casados; 2,5 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MÁX}((65 - x)/2; 0)$.	Assistido: Família real; Ativos: Família média, sendo: 81% de casados; 2,5 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MÁX}((65 - x)/2; 0)$.
Tábua de Morbidez	Suavização Transpetro 2021	Suavização Transpetro 2021
Entrada em Reclusão	0,000068	0,000068
Rotatividade	0,85%	0,85%

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 373/2022					
Duração do Passivo em anos [*] 2021	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2022)	Duração do Passivo em anos [*] 2022
15,65	3,27%	4,67%	5,07%	4,50%	15,82

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.8.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2022	2021
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	(840.290)	168.004
Resultado Líquido Previdencial	845.151	1.304.899
Resultado das Contingências	(943)	(5.750)
Cobertura de Despesas Administrativas	(94.733)	(81.363)
Resultado Líquido dos Investimentos	3.123.762	888.469
Variação da Provisão Matemática	(4.241.736)	(3.145.220)
Fundos Previdenciais	(24.862)	30.671
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	(1.233.651)	(840.290)
Ajuste de Precificação	1.435.504	711.749
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	201.853	(128.541)
Provisões Matemáticas (Benefício Definido)	6.489.862	5.670.248
Duração do Passivo - (Duration)	15,82	15,65
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	(767.102)	(660.584)
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	-	-

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% \times (\text{Duration} - 4) \times (\text{PMBD})$

A seguir demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Taxa de Juros real anual %	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste (R\$ mil)
PP-2			6.137.336	7.572.840	1.435.504
		15/08/2026	2.137	2.225	88
		15/05/2035	36.129	44.968	8.839
NTN-B	4,50	15/05/2045	1.988.324	2.443.809	455.485
		15/08/2050	2.329.058	2.859.558	530.500
		15/05/2055	1.781.688	2.222.280	440.592

12.1.8.3 DEMAIS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PLANO

➤ MIGRAÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PP-2 PARA O FLEXPREV

O processo de migração voluntária dos participantes e assistidos do PP-2 vinculados à patrocinadora Vibra Energia S.A. foi aprovado pela Previc por meio da Portaria Previc nº 278, 25 de março de 2022, publicada no DOU em 30 de março de 2022.

A migração para o FlexPrev ocorreu em 01 de setembro de 2022, data em que foi efetivada a transferência patrimonial relativa aos participantes e assistidos migrantes.

Em 30 de setembro de 2022, foi realizada Avaliação Atuarial por Fato Relevante do PP-2 considerando os participantes e assistidos que permaneceram no plano de origem e, portanto, os resultados já refletem os efeitos da migração ocorrida para o FlexPrev.

➤ ALTERAÇÃO DA TAXA DE JUROS

O Conselho Deliberativo aprovou, em 14 de dezembro de 2022, a redução da taxa de juros do plano de 4,75% para 4,50%, com vigência no ano de 2023.

A redução da taxa foi motivada pelo bom momento financeiro e o atual cenário econômico, favorável, visando reduzir a exposição a risco dos investimentos do plano.

Tal redução foi realizada considerando as determinações legais e estudos técnicos que atestaram essa possibilidade com segurança.

A alteração da taxa de juros acarretou um aumento das obrigações atuariais na ordem de R\$ 192,1 milhões.

➤ RETIRADA DE PATROCÍNIO

A retirada de patrocínio da Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA) no PP-2 foi aprovada em 30 de dezembro de 2021, através da publicação no Diário Oficial da União (DOU) da Portaria Previc/DICOL nº 853, de 21 de dezembro de 2021. De acordo com os prazos estabelecidos na Resolução CNPC nº 11/2013, a data efetiva da retirada foi fixada em 28 de julho de 2022 e em 26 de outubro de 2022 foi protocolada a finalização da retirada na Previc, sendo deferida em 02 de janeiro de 2023.

A retirada de patrocínio da Stratura Asfaltos S.A no PP-2 foi aprovada em 09 de março de 2022 através da publicação no Diário Oficial da União (DOU) da Portaria Previc/DILIC nº 214, de 02 de março de 2022. A partir da data de aprovação foi fixada a data do cálculo em 31 de março de 2022 que serviu como base para reposicionar todos os cálculos que visavam mensurar os direitos e obrigações das partes frente a retirada de patrocínio, substituindo os valores calculados referencialmente na data-base, restando encerrada a relação de patrocínio a partir dessa data. De acordo com os prazos estabelecidos na Resolução CNPC nº 11/2013, a data do aporte foi fixada em 29 de julho de 2022 e a data efetiva da retirada em 05 de outubro de 2022. Em 30 de dezembro de 2022 foi protocolada a finalização da retirada na Previc.

12.1.9 PLANO SULGASPREV

12.1.9.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2022 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2022	2021
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Básica por sexo	AT-2000 Básica por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência IAPC	Experiência IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual ¹	4,13% a.a.	4,13% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Rotatividade	0,00%	0,00%

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 373/2022					
Duração do Passivo em anos ²⁰²¹	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2022)	Duração do Passivo em anos ²⁰²²
30,05	3,41%	4,87%	5,27%	4,13%	29,64

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.9.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2022	2021
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	(267)	9
Resultado Líquido Previdencial	3.116	2.649
Resultado Líquido dos Investimentos	3.063	(1.546)
Variação da Provisão Matemática	(5.896)	(1.401)
Fundos Previdenciais	(147)	22
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	(131)	(267)
Ajuste de Precificação	-	-
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	(131)	(267)
Provisões Matemáticas (Benefício Definido)	4.607	4.227
Duração do Passivo - (<i>Duration</i>)	29,64	30,05
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	1.181	1.101
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	-	-

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% \times (\text{Duration} - 4) \times (\text{PMBD})$

12.1.10 PLANO MISTO SANASA

12.1.10.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2022 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2022	2021
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Básica por sexo	AT-1983 IAM Feminina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual ¹	3,90% a.a.	3,90% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários e Benefícios: 100,00%	Salários e Benefícios: 100,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários Anual	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Não aplicável	Não aplicável
Composição Familiar de Pensionistas	Assistido: Família Real Ativo: Família Real	Assistido: Família Real Ativo: Família Real
Rotatividade	Não Aplicável	Não Aplicável

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 373/2022					
Duração do Passivo em anos [*] 2021	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2022)	Duração do Passivo em anos [*] 2022
10,93	3,16%	4,51%	4,91%	3,90%	10,74

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.10.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2022	2021
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	(20.242)	(7.452)
Resultado Líquido Previdencial	4.717	(3.648)
Resultado Líquido dos Investimentos	35.433	18.033
Variação da Provisão Matemática	(39.659)	(27.173)
Fundos Previdenciais	(3.342)	(2)
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	(23.093)	(20.242)
Ajuste de Precificação	15.829	13.318
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	(7.264)	(6.924)
Provisões Matemáticas (Benefício Definido)	110.213	100.077
Duração do Passivo - (Duration)	10,74	10,93
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	(7.428)	(6.935)
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	-	-

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% \times (\text{Duration} - 4) \times (\text{PMBD})$

A seguir demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Taxa de Juros real anual %	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste (R\$ mil)
MISTO SANASA			86.827	102.656	15.829
		15/05/2023	121	122	1
		15/08/2026	21.689	23.442	1.753
		15/08/2030	4.083	4.711	628
NTN-B	3,90	15/05/2035	37.965	44.584	6.619
		15/08/2040	19.831	25.642	5.811
		15/05/2055	3.138	4.155	1.017

12.1.10.3 DEMAIS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PLANO

O Conselho Deliberativo da Petros aprovou, em 28 de setembro de 2022, o restabelecimento da cobrança da contribuição de risco dos participantes ativos e da patrocinadora do Plano Misto Sanasa e sua aplicação a partir de outubro de 2022, por meio da avaliação por fato relevante elaborada com data-base em 31 de julho de 2022. O retorno da contribuição, porém, não onera os participantes e a patrocinadora, apenas altera a alocação dos recursos da contribuição ordinária vigente para a cobertura dos benefícios de risco.

12.1.11 PLANO TAPMEPREV

A retirada de patrocínio total da TAP M&E S.A. do Plano TAPMEPrev foi aprovada em 18 de novembro de 2022 através da publicação no Diário Oficial da União (DOU) da Portaria Previc/DILIC nº 1.162, de 10 de novembro de 2022. A partir da data de aprovação, foi fixada a data do cálculo em 30 de novembro de 2022 que servirá como base para reposicionar todos os cálculos que visam mensurar os direitos e obrigações das partes frente a retirada de patrocínio, substituindo os valores calculados referencialmente na data-base, restando encerrada a relação de patrocínio a partir dessa data. Visando o cumprimento dos prazos estabelecidos na Resolução CNPC nº 11/2013, vigente na data na instrumentalização do processo junto à Previc, a data efetiva da retirada foi fixada em 16 de junho de 2023.

Sendo assim, foi realizada avaliação atuarial na data de cálculo, 30 de novembro de 2022, considerando as premissas vigentes, com vistas na apuração das Reservas Individuais de Retirada de Patrocínio.

Os valores apurados em novembro de 2022 foram atualizados pela rentabilidade do plano auferida no mês de dezembro de 2022 e descontados dos valores pagos aos assistidos a título de antecipação, para posicioná-los em dezembro de 2022. Os valores apurados em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 424.590 foram registrados no Fundo de Retirada de Patrocínio, vide Nota Explicativa 12.2.1. Além disso, restou constituído em 31 de dezembro 2022 o saldo de R\$ 7.406, vide Nota Explicativa 12.2.1, referente ao Fundo de Antecipação da Patrocinadora – Retirada Patrocínio, que é oriundo do aporte realizado pela TAPME de forma antecipada, no valor de R\$ 84.436, em 03 de novembro de 2022, após a quitação das suas obrigações apuradas na data do cálculo.

12.1.11.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 30 de novembro de 2022 (Data do cálculo da retirada de patrocínio) foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSsb-2015 por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss
Tábua de Entrada em Invalidez	Mercer Disability Feminina
Taxa Real de Juros Anual	4,22% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários e Benefícios: 100,00%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	0,00% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Não aplicável
Composição Familiar de Pensionistas	Concedido: Família real; A conceder: Família média, sendo: 65% de casados 4 anos (homem mais velho) Estimado por $Z = \text{MÁX}(24 - \text{MÁX}((79 - x)/2; 0); 0)$
Rotatividade	0,00%

12.1.12 DEMAIS PLANOS

	CD's Patrocinados		CD's Instituídos		Planos com Pendências de Encerramento*		Total Demais planos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
1. Patrimônio de Cobertura do Plano	4.821.994	3.842.245	45.310	78.155	(9.723)	(14.361)	4.857.581	3.906.039
2. Provisões Matemáticas	4.821.994	3.841.128	45.310	78.155	-	-	4.867.304	3.919.283
2.1 Contribuição Definida	4.821.994	3.841.128	45.310	78.155	-	-	4.867.304	3.919.283
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado (1 - 2)	-	1.117	-	-	(9.723)	(14.361)	(9.723)	(13.244)
3.1 Superávit Técnico	-	1.117	-	-	11.196	8.678	11.196	9.795
3.2 Déficit Técnico	-	-	-	-	(20.919)	(23.039)	(20.919)	(23.039)
4. Ajuste de Precificação	-	-	-	-	-	-	-	-
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado (3 + 4)	-	1.117	-	-	(9.723)	(14.361)	(9.723)	(13.244)

*Composição do Equilíbrio Técnico dos Planos com Pendências de Encerramento:

Plano	2022	2021
Transpetro	(84)	(261)
Triunfo Vida	(246)	(267)
Copesulprev	439	400
Braskem	(5.149)	(4.404)
PQU	10.756	8.277
Copesul	(15.439)	(18.106)
Total	(9.723)	(14.361)

12.1.12.2 PLANOS CD'S INSTITUÍDOS

	ADUANAprev		CRAPrev		CRCprev		CROprev		CULTURAprev		FENAJprev	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
1. Patrimônio de Cobertura do Plano	-	404	4.415	4.874	2.411	2.278	19.314	20.494	4.026	4.429	370	1.868
2. Provisões Matemáticas	-	404	4.415	4.874	2.411	2.278	19.314	20.494	4.026	4.429	370	1.868
2.1 Contribuição Definida	-	404	4.415	4.874	2.411	2.278	19.314	20.494	4.026	4.429	370	1.868

	IBAprev		PREV-ESTAT		PreviContas		Previtália		Simeprev		SinMed-RJ		CD's Instituídos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
1. Patrimônio de Cobertura do Plano	-	22.897	685	597	5.234	6.193	486	506	5.454	10.395	2.915	3.220	45.310	78.155
2. Provisões Matemáticas	-	22.897	685	597	5.234	6.193	486	506	5.454	10.395	2.915	3.220	45.310	78.155
2.1 Contribuição Definida	-	22.897	685	597	5.234	6.193	486	506	5.454	10.395	2.915	3.220	45.310	78.155

12.1.12.3 TÁBUA DE MORTALIDADE E TAXA REAL DE JUROS

Plano	Tábua de Mortalidade Geral	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Taxa Real de Juros Anual (Avaliação 2022)	Taxa Real de Juros Anual (Avaliação 2021)
Aduanaprev	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	3,26% a.a.
Alesat	AT-2000 ponderada por sexo (70%M + 30%F)	Não aplicável	3,12% a.a.	3,26% a.a.
Cachoeira Dourada	AT-2000 Básica por sexo	Experiência IAPC	3,72% a.a.	3,72% a.a.
CRAPrev	AT-2000 Básica por sexo	AT-1983 IAM ponderada por sexo (50%M + 50%F)	3,32% a.a.	3,59% a.a.
CRCPrev	AT-2000 Básica por sexo	IAPB-57	3,12% a.a.	3,26% a.a.
CROPrev	AT-2000 Básica por sexo	AT-1983 IAM ponderada por sexo (50%M + 50%F)	3,72% a.a.	3,72% a.a.
CulturaPrev	AT-2000 Básica por sexo	AT-1983 IAM ponderada por sexo (50%M + 50%F)	3,15% a.a.	3,42% a.a.
FenajPrev	AT-2000 Básica por sexo	IAPB-57	3,12% a.a.	3,26% a.a.
FlexPrev	AT-2012 IAM Basic Feminina desagravada em 10%	IAPB-57 Forte desagravada em 30%	4,00% a.a.	4,00% a.a.
GasPrev	AT-2000 Básica por sexo	AT-1983 IAM Masculina suavizada em 10%	3,93% a.a.	3,93% a.a.
IBPPrev Associados	AT-2000 Básica por sexo	Não aplicável	3,72% a.a.	3,72% a.a.
Liquigás	AT-1983 IAM Feminina suavizada em 10%	AT-1983 IAM Masculina suavizada em 10%	3,51% a.a.	4,04% a.a.
Petro RG	Não aplicável	Não aplicável	3,12% a.a.	3,26% a.a.
PP-3	Experiência Petros 2020	AT-49 Masculina	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Prev-Estat	AT-2000 Básica por sexo	IAPB-57	3,12% a.a.	3,26% a.a.
PreviContas	AT-2000 Básica por sexo	IAPB-57	3,57% a.a.	3,72% a.a.
Previtália	AT-2000 Básica por sexo	IAPB-57	3,12% a.a.	3,26% a.a.
PTAPrev	AT-2000 Básica por sexo	IAPB-57	3,74% a.a.	3,74% a.a.
Repsol YPF	AT-2000 Básica por sexo	Não aplicável	4,06% a.a.	4,06% a.a.
Simeprev	AT-2000 Básica por sexo	AT-1983 IAM ponderada por sexo (50%M + 50%F)	3,72% a.a.	3,72% a.a.
SinMed/RJ	AT-2000 Básica por sexo	AT-1983 IAM ponderada por sexo (50%M + 50%F)	3,30% a.a.	3,57% a.a.
TermoPrev	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	4,06% a.a.

12.2 FUNDOS PREVIDENCIAIS, ADMINISTRATIVOS E INVESTIMENTOS
12.2.1 FUNDOS PREVIDENCIAIS

As regras de constituição e reversão específicas dos fundos previdenciais são regidas pelos regulamentos dos planos de benefícios e respaldadas pelo atuário.

Descrição	2022	2021
Fundo de Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	17.538	15.248
Revisão de Plano	912	2.090
Fundo de Risco	191.881	33.877
Fundo Especial	34.655	169.972
Fundo de Quitação por Morte - PED	1.824	2.099
Fundo Benefícios de Risco a Conceder	469	280
Fundo de Retirada de Patrocínio	424.590	-
Fundos de Sobras Provisão Judicial Retirada Patrocínio	3	-
Fundo de Antecipação da Patrocinadora - Retirada Patrocínio	7.406	-
Total	679.278	223.566

A seguir demonstramos a composição por plano de benefícios:

Descrição	Plano	2022	Constituição	Reversão	2021
Fundo de Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar		17.538	7.885	(5.595)	15.248
	Repsol YPF	2.515	-	(449)	2.964
	Cachoeira Dourada	897	77	-	820
	Alesat	1.398	547	-	851
	Misto Sanasa	3.375	3.343	-	32
	FiepePrev	-	-	(2.457)	2.457
	PTAPrev	714	-	(233)	947
	Liquigás	7.168	3.661	-	3.507
	GasPrev	1.180	188	-	992
	Petro RG	110	40	-	70
	SulgasPrev	152	-	(42)	194
	TapmePrev	-	-	(428)	428
	Eldorado Prev	-	-	(1.986)	1.986
	Flexprev	29	29	-	-
Revisão de Plano		912	-	(1.178)	2.090
	FiepePrev	-	-	(946)	946
	Nitriflex/Arlanxeo	912	-	(232)	1.144
Fundo de Risco		191.881	160.178	(2.174)	33.877
	FiepePrev	-	-	(2.174)	2.174
	PP-2	191.881	160.178	-	31.703
Fundo Especial		34.655	-	(135.317)	169.972
	PP-2	34.655	-	(135.317)	169.972
Fundo de Quitação por Morte - PED		1.824	-	(275)	2.099
	PPSP-NR	1.289	-	(107)	1.396
	PPSP-R	535	-	(168)	703
Fundo Benefícios de Risco a Conceder		469	189	-	280
	SulgasPrev	469	189	-	280
Fundo de Retirada de Patrocínio*		424.590	424.590	-	-
	TapmePrev	424.590	424.590	-	-
Fundos de Sobras Provisão Judicial Retirada Patrocínio		3	3	-	-
	Ultrafertil	3	3	-	-
Fundo de Antecipação da Patrocinadora - Retirada Patrocínio *		7.406	7.406	-	-
	TapmePrev	7.406	7.406	-	-
Total		679.278	600.251	(144.539)	223.566

*Vide Nota Explicativa 12.1.11

12.2.2 FUNDO ADMINISTRATIVO

Plano	2022	Constituição	Reversão	Transferência de Gerenciamento	2021
PPSP-NR	47.397	10.518	-		36.879
PPSP-NR Pré-70*	174.598	156.964	-		17.634
PPSP-R	380.630	44.551	-		336.079
PPSP-R Pré-70*	235.259	189.141	-		46.118
FiepePrev	-	25	-	(25)	-
Triunfo Vida	3.086	513	-		2.573
IBPPrev Associados	171	29	-		142
Misto Sanasa	614	106	-		508
TermoPrev	65	-	(7)		72
PP-2	488.157	60.332	-		427.825
Nitriflex/Arlanxeo	1.192	222	-		970
GasPrev	601	448	-		153
SulgasPrev	227	14	-		213
TapmePrev	2.757	-	(2.591)		5.348
Eldorado Prev	-	68	-	(1.244)	1.176
PP-3	28.932	7.593	-		21.339
PTAPrev	90	90	-		-
FlexPrev	11.201	11.201	-		-
Total	1.374.977	481.815	(2.598)	(1.269)	897.029

* Em relação aos planos PPSP-R Pré-70 E PPSP-NR Pré-70, em outubro de 2022, houve aporte de R\$ 357 milhões da patrocinadora Petrobras em atendimento ao disposto no contrato TCF Pré-70 relacionado ao custeio administrativo.

➤ TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A Petros, em função do desequilíbrio do custeio administrativo existente em alguns planos de benefícios administrados, em 07 de julho de 2017, informou à Previc o interesse da rerratificação do Termo de Ajustamento de Conduta do Custeio Administrativo (TAC) que tinha por objetivo estabelecer o compromisso em promover o equilíbrio entre as despesas e receitas administrativas de seus planos. A rerratificação do TAC foi aprovada pela Previc em 14 de dezembro de 2018, sendo publicada no Diário Oficial em 08 de fevereiro de 2019, marcando o início do prazo das ações consignadas no termo pactuado pelo Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva da Petros junto à autarquia.

No exercício de 2021, a Petros efetuou a revisão do plano de ressarcimento e recomposição do fundo administrativo, em linha com o compromisso constante no TAC, considerando as taxas necessárias para restabelecer e/ou manter o equilíbrio administrativo dos planos, bem como realizar o ressarcimento ao PGA relativo ao período no qual os planos apresentaram desequilíbrio administrativo. A alteração das taxas de custeio foi aceita por parte dos instituidores e patrocinadores, permitindo a adoção regular das medidas para este grupo. Em relação ao grupo de patrocinadores e instituidores que permaneceram silentes ou não concordaram com a alteração das taxas e forma de custeio, a Petros tem buscado a negociação, adotando as medidas necessárias para garantir o equilíbrio administrativo e, principalmente, o cumprimento dos termos pactuados no TAC.

12.2.2.1 VARIAÇÃO CONSOLIDADA DO FUNDO ADMINISTRATIVO

Descrição	2022	2021
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	897.029	873.624
(+) Custeio da Gestão Administrativa*	750.841	290.646
(-) Despesas Administrativas	(261.062)	(259.502)
Pessoal e encargos	(139.158)	(134.615)
Treinamentos/congressos e seminários	(636)	(392)
Viagens e estadias	(383)	(13)
Serviços de terceiros	(75.945)	(83.204)
Despesas gerais	(25.769)	(22.128)
Depreciações e amortizações	(8.952)	(9.039)
Tributos	(10.019)	(10.111)
Outras Despesas	(200)	-
(-) Constituição de Contingências Administrativas	(5.493)	(1.927)
(-) Reversão de Recursos para o plano de benefícios	(5.069)	(263)
(=) Constituição do Fundo Administrativo	479.217	28.954
(-) Transferência de Gerenciamento	(1.269)	(5.549)
Fundo Administrativo do Exercício Atual	1.374.977	897.029

* em outubro de 2022, houve aporte de R\$ 357 milhões da patrocinadora Petrobras em atendimento ao disposto no contrato TCF Pré-70 relacionado ao custeio administrativo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

De forma a possibilitar uma avaliação qualitativa e comparativa, demonstramos a seguir os valores dos gastos com serviços de terceiros nos exercícios de 2022 e 2021:

Serviços de Terceiros	2022	2021
Consultoria Jurídica	23.871	33.799
Informática	32.702	27.265
Despesas de Cadastro/Arquivo	-	3.372
Consultoria Contábil	234	140
Recursos Humanos	2.046	1.143
Auditoria Contábil	4.482	1.911
Consultoria de Investimentos	301	911
Consultoria Atuarial	2.507	2.685
Planejamento Estratégico	1.131	5.302
Outros- Atendimento	4.377	1.976
Outros	4.294	4.700
Total Serviços de Terceiros	75.945	83.204

12.2.3 FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

	2022	Constituição	Reversão	Transferência de Gerenciamento	2021
PPSP-NR	30.464	8.341	(6.442)	-	28.565
PPSP-NR Pré-70	7.651	2.376	(3.440)	-	8.715
PPSP-R	156.137	55.304	(70.126)	-	170.959
PPSP-R Pré-70	26.869	8.509	(12.091)	-	30.451
IBPPrev Associados	4	1	-	-	3
Misto Sanasa	122	37	(10)	-	95
TermoPrev	-	-	(1)	-	1
FiepePrev	-	135	-	(185)	50
PP-2	64.014	24.974	(14.916)	-	53.956
PTAPrev	60	20	(4)	-	44
Braskem	-	70	(136)	-	66
Nitriflex/Arlanxeo	232	126	(69)	-	175
Arlanxeo Prev	2.674	994	(754)	-	2.434
Ultrafertil	2.463	511	(470)	-	2.422
PP- 3	30.676	5.588	(3.218)	-	28.306
Flexprev	3.796	3.889	(93)	-	-
Total	325.162	110.875	(111.770)	(185)	326.242

Os saldos acima demonstrados são decompostos em:

- FQI – Fundo para quitação por inadimplência, no montante de R\$ 284.010 (R\$ 243.956 em 2021) para todos os planos que possuem carteira de empréstimo ativa; e
- FQM – Fundo para quitação por morte no montante de R\$ 41.152 (R\$ 82.286 em 2021) para os planos BD's, PP-2 e PP-3.

Além dos fundos constituídos, a Petros realiza seguro prestamista para cobertura do risco de morte dos planos CD's (exceto PP-3 e Flexprev) e para o Plano Misto Sanasa.

13 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (AJUSTES E ELIMINAÇÕES)

Em atendimento ao disposto no art. 27 da Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os planos, participação dos fundos administrativos nos planos previdenciais, superávit e déficit técnico, dentre outros.

A Petros, ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, anulou as operações que apresentavam os referidos valores a pagar e a receber, tendo como resultado os números apresentados a seguir:

Descrição	Somatório dos Planos	PGA	Planos Benefício Definido	Planos Patrocinados CD e CV	Planos Instituidores	Eliminações	Consolidado
	(A) + (B) + (C) + (D)	(A)	(B)	(C)	(D)		
Ativos	122.233.799	1.552.909	78.071.911	42.556.563	52.416	(1.374.977)	120.858.822
Disponível	3.857	618	690	2.503	46	-	3.857
Realizável	122.150.202	1.472.551	78.071.221	42.554.060	52.370	(1.374.977)	120.775.225
Previdencial	11.305.997	-	11.153.848	151.491	658	-	11.305.997
Administrativo	1.525.238	150.261	839.078	535.899	-	(1.374.977)	150.261
Investimentos	109.318.967	1.322.290	66.078.295	41.866.670	51.712	-	109.318.967
Permanente	79.740	79.740	-	-	-	-	79.740
Passivo	122.233.799	1.552.909	78.071.910	42.556.565	52.415	(1.374.977)	120.858.822
Exigível Operacional	794.056	168.338	458.569	160.307	6.842	-	794.056
Exigível Contingencial	4.175.615	9.594	4.144.829	20.928	264	-	4.175.615
Provisões Matemáticas	118.382.264	-	76.015.969	42.320.986	45.309	-	118.382.264
Superávit Técnico	43.259	-	42.819	440	-	-	43.259
Déficit Técnico	(4.920.171)	-	(3.662.965)	(1.257.206)	-	-	(4.920.171)
Resultados a Realizar	4.382	-	4.382	-	-	-	4.382
Fundos	3.754.394	1.374.977	1.068.307	1.311.110	-	(1.374.977)	2.379.417
Fundo Administrativo	2.749.954	1.374.977	839.078	535.899	-	(1.374.977)	1.374.977
Fundos para Garantia das Operações com participantes	325.162	-	226.490	98.672	-	-	325.162
Fundos Previdenciais	679.278	-	2.739	676.539	-	-	679.278
Adições	982.922	-	2.739	676.539	-	-	982.922
Migrações entre Planos	982.922	-	4.400	973.430	5.092	-	982.922
Deduções	(982.922)	-	(308.513)	(673.212)	(1.197)	-	(982.922)
Migrações entre Planos	(982.922)	-	(308.513)	(673.212)	(1.197)	-	(982.922)

14 PARTES RELACIONADAS

14.1 PARTES RELACIONADAS - OBJETIVOS E CONCEITOS

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº 1.297, de 17 de setembro de 2010, aprovou a NBCT 17 (renumerada para NBC TG05 (R3)), com base no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), para tratar da divulgação sobre partes relacionadas. O objetivo principal da norma é assegurar que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção dos usuários para a possibilidade de o balanço patrimonial e a demonstração do resultado da entidade estarem afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos, incluindo compromissos, com as referidas partes relacionadas.

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) têm por objetivos primordiais a instituição e administração de planos de benefícios complementares à previdência social. Para a realização de seus objetivos, as entidades realizam as seguintes transações recorrentes com as partes relacionadas:

- i) recebimentos de contribuições previdenciárias/administrativas, vertidas pelos patrocinadores, participantes e assistidos e pagamento de benefícios aos assistidos, em conformidade com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios;
- ii) concessão de empréstimos aos participantes/assistidos, mediante regulamentos próprios; e
- iii) pagamentos de remunerações aos empregados, Diretoria Executiva, membros dos conselhos estatutários, membros dos comitês de assessoramento ao Conselho Deliberativo.

Além das operações recorrentes, as entidades realizam outras transações consideradas não recorrentes, tais como: realizações de operações de contrações de dívidas e de locação de imóveis com patrocinadores.

14.2 PARTES RELACIONADAS NA PETROS

Na Petros são consideradas partes relacionadas:

- i) pessoa que possa influenciar de forma relevante as decisões na Fundação, tomadas em conjunto ou individualmente;
- ii) pessoa que exerça cargo de dirigente, membro de conselhos e/ou comitês de assessoramento do Conselho Deliberativo da Fundação ou em uma das empresas patrocinadoras ou instituidoras dos planos administrados pela Fundação;
- iii) pessoa que seja, em relação a quaisquer pessoas mencionadas nos itens (i) e (ii), (a) cônjuge ou companheiro; (b) parente consanguíneo ou por afinidade até o segundo grau, em linha reta ou colateral;
- iv) Considera-se que uma entidade está relacionada com a Fundação se: (a) entidade for empresa patrocinadora ou instituidora de um dos planos administrados pela Fundação; (b) a entidade fizer parte do Sistema Petrobras (controladas, coligadas, empreendimentos controlados em conjunto, operações em conjunto, entidades estruturadas); (c) a entidade exercer influência relevante sobre a Fundação ou sofrer influência significativa da Petros; (d) for entidade controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto ou significativamente influenciada, por uma das pessoas identificadas nos itens (i) e (ii).

14.3 TRANSAÇÕES RECORRENTES COM PARTES RELACIONADAS NA PETROS

Na Petros as transações recorrentes com partes relacionadas são aquelas que decorrem de transações com patrocinadoras, participantes e assistidos, ou seja, da natureza das atividades da Fundação, cujos relacionamentos se iniciam por intermédios de convênios de adesões para oferecimento dos planos administrados pela entidade, recebimentos de contribuições e pagamentos de benefícios, conforme previstos nos respectivos regulamentos.

Todas as transações recorrentes com partes relacionadas foram registradas nas demonstrações contábeis e estão a seguir detalhadas:

i) Patrocinadores/instituidores:

- Contribuições previdenciárias/administrativas*: contribuições previdenciárias e administrativas vertidas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios por eles patrocinados/instituídos.

A listagem de patrocinadores/instituidores encontra-se na Nota Explicativa 1.1.

**O valor total das contribuições e dos benefícios encontram-se demonstrados na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido dos respectivos planos.*

ii) Participantes ativos/assistidos:

- Contribuições previdenciárias/administrativas*: contribui es vertidas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios;
- Empréstimos (opera es com participantes): podem ser concedidos aos participantes, caso permitido pelo regulamento de seu respectivo plano de benefícios, nas condi es nele dispostas.

Os saldos das carteiras de empréstimos encontram-se na Nota Explicativa 6.1.8.

- Benefícios de presta o única, continuada, pensões e pecúlios*: podem ser obtidos de acordo com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios.

**O valor total das contribui es e dos benefícios encontram-se demonstrados na Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido dos respectivos planos.*

iii) Empregados da Petros

- Podem ser participantes dos planos de benefícios PPSP e PP-2, sendo que, nesta rela o, os mesmos obedecem ao disposto nos regulamentos dos respectivos planos, sem vantagem alguma sobre os demais participantes.
- Remunera o global: a remunera o total dos empregados da Petros, incluindo salários, encargos, benefícios, plano de pensão e provisão para remunera o variável foi de R\$ 128.915 em 2022 e de R\$ 128.073 em 2021.

iv) Diretoria da Petros

- Podem ser participantes dos planos de benefícios PPSP e PP-2, sendo que nesta rela o, os mesmos obedecem ao disposto nos regulamentos dos respectivos planos, sem vantagem alguma sobre os demais participantes.
- Remunera o global: a remunera o total da Diretoria da Petros, incluindo salários, encargos, benefícios, plano de pensão e provisão para remunera o variável foi de R\$ 6.998 em 2022 e de R\$ 4.358 em 2021. A varia o da remunera o global da diretoria entre os exercícios de 2021 e 2022  , principalmente, reflexo da baixa na remunera o variável que ocorreu em 2021, em fun o da revisão do programa de incentivo de longo prazo da Diretoria do ciclo de 2019 - 2020, de forma a adequar a previsão de pagamento.

v) Remunera o de conselheiros e membros de comitês (Comitê de Auditoria, Comitê de Seguridade e Comitê de Investimentos - ligados diretamente ao Conselho Deliberativo).

- Remunera o global dos conselheiros e dos membros de comitês da Petros, incluindo, quando for o caso, honorários, encargos, benefícios e plano de pensão foi de R\$ 3.245 em 2022 e de R\$ 2.184 em 2021. O aumento em 2022 se deu em fun o das Diretrizes Remuneratórias e consequente aumento nos honorários.

As remunera es globais dos empregados, da Diretoria, dos conselheiros e dos membros de comitês da Petros são contabilizadas em "Despesas Administrativas" e estão incluídas nas rubricas de "Pessoal e Encargos" da Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA).

14.4 TRANSAÇÕES NÃO RECORRENTES COM PARTES RELACIONADAS NA PETROS

Na Petros, as transações não recorrentes com partes relacionadas são aquelas que, embora previstas na legislação da previdência complementar, não decorrem da natureza da Petros e dos planos de benefícios por ela administrados e atendem a eventos específicos.

Todas as transações não recorrentes com partes relacionadas, ou seja, com operações contratadas, em títulos de patrocinadores e em investimentos imobiliários, realizadas entre a Petros e seus patrocinadores, foram registradas nas demonstrações contábeis e estão a seguir detalhadas:

- i) Contribuições contratadas - as contribuições contratadas entre a Petros e seus patrocinadores estão descritas na Nota Explicativa 4.2.
- ii) Investimentos em títulos de patrocinadores – os investimentos da Petros e dos planos de benefícios por ela administrados em títulos de patrocinadores estão demonstrados a seguir:

Plano	Tipo Instrumento Financeiro	Código Negociação	ISIN	2022			2021		
				Quantidade (unid.)	Cotação (R\$)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (unid.)	Cotação (R\$)	Valor (R\$ mil)
PPSP-NR	Debêntures	Termobahia	BTRBADBS009	88.209	38	3.356	88.317	81	7.187
	Ações	Termobahia ON	BTRBAACNOR7	111	12.170	1.351	111	11.613	1.289
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	89.045	25	2.250	118.558	57	6.728
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	-	-	-	30
	Ações	Petrobras ON*	BRPETRACNOR9	-	-	-	-	-	55
	Ações	Petrobras PN*	BRPETRACNPR6	-	-	-	-	-	884
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	25.642	-	-	26.601
Total PPSP-NR						32.599			42.774
PPSP-R	Debêntures	Termobahia	BTRBADBS009	285.061	38	10.844	286.835	81	23.342
	Ações	Termobahia ON	BTRBAACNOR7	358	12.170	4.357	360	11.613	4.181
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	288.136	25	7.281	385.954	57	21.903
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	-	-	-	322
	Ações	Petrobras ON*	BRPETRACNOR9	-	-	-	-	-	582
	Ações	Petrobras PN*	BRPETRACNPR6	-	-	-	-	-	9.431
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	81.452	-	-	93.522
Total PPSP-R						103.934			153.283
PP-3	Debêntures	Termobahia	BTRBADBS009	16.136	38	614	16.136	81	1.313
	Ações	Termobahia ON	BTRBAACNOR7	21	12.170	256	21	11.613	244
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	15.440	25	390	20.492	57	1.163
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	-	-	-	13
	Ações	Petrobras ON*	BRPETRACNOR9	-	-	-	-	-	23
	Ações	Petrobras PN*	BRPETRACNPR6	-	-	-	-	-	381
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	4.369	-	-	4.708
Total PP-3						5.629			7.845

Plano	Tipo Instrumento Financeiro	Código Negociação	ISIN	2022			2021		
				Quantidade (unid.)	Cotação (R\$)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (unid.)	Cotação (R\$)	Valor (R\$ mil)
ArlanxeoPrev	Debêntures	Termobahia	BRTRBADBS009	21.745	38	827	21.745	81	1.770
	Ações	Termobahia ON	BRTRBAACNOR7	28	12.170	341	28	11.613	325
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	22.120	25	559	29.371	57	1.667
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	-	-	-	3
	Ações	Petrobras ON*	BRPETRACNOR9	-	-	-	-	-	5
	Ações	Petrobras PN*	BRPETRACNPR6	-	-	-	-	-	88
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	1.951	-	-	1.335
Total ArlanxeoPrev						3.678			5.193
Nitriflex/ Arlanxeo	Debêntures	Termobahia	BRTRBADBS009	3.228	38	123	3.228	81	263
	Ações	Termobahia ON	BRTRBAACNOR7	4	12.170	48	4	11.613	46
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	3.308	25	84	4.364	57	248
	Ações	Petrobras ON*	BRPETRACNOR9	-	-	-	-	-	1
	Ações	Petrobras PN*	BRPETRACNPR6	-	-	-	-	-	9
Total Nitriflex/Arlanxeo						458			798
Ultrafertil	Debêntures	Termobahia	BRTRBADBS009	18.557	38	706	18.557	81	1.510
	Ações	Termobahia ON	BRTRBAACNOR7	23	12.170	280	23	11.613	267
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	14.817	25	375	24.212	57	1.374
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	-	-	-	1
	Ações	Petrobras ON*	BRPETRACNOR9	-	-	-	-	-	2
	Ações	Petrobras PN*	BRPETRACNPR6	-	-	-	-	-	35
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	816	-	-	773
Total Ultrafertil						2.177			3.962
PGA	Debêntures	Termobahia	BRTRBADBS009	13.252	38	504	13.252	81	1.078
	Ações	Termobahia ON	BRTRBAACNOR7	11	12.170	134	11	11.613	128
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	-	-	-	12.192	57	692
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	-	-	-	7
	Ações	Petrobras ON*	BRPETRACNOR9	-	-	-	-	-	13
	Ações	Petrobras PN*	BRPETRACNPR6	-	-	-	-	-	204
Total PGA						2.181			3.655
PP-2	Debêntures	Termobahia	BRTRBADBS009	31.896	38	1.213	32.492	81	2.644
	Ações	Termobahia ON	BRTRBAACNOR7	41	12.170	499	42	11.613	488
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	32.983	25	833	44.657	57	2.534
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	-	-	-	319
	Ações	Petrobras ON*	BRPETRACNOR9	-	-	-	-	-	576

Plano	Tipo Instrumento Financeiro	Código Negociação	ISIN	2022			2021		
				Quantidade (unid.)	Cotação (R\$)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (unid.)	Cotação (R\$)	Valor (R\$ mil)
	Ações	Petrobras PN*	BRPETRACNPR6	-	-	-	-	-	9.321
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	101.239	-	-	67.207
Total PP-2						103.784			83.089
	Ações	Petrobras ON*	BRPETRACNOR9	-	-	-	-	-	8
Misto Sanasa	Ações	Petrobras PN*	BRPETRACNPR6	-	-	-	-	-	125
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	777	-	-	763
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	-	-	-	4
Total Misto Sanasa						777			900
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	603	-	-	723
TapmePrev	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	-	-	-	2
Total TapmePrev						603			725
	Debêntures	Termobahia	BRTRBADBS009	2.478	38	94	-	-	-
Flexprev	Ações	Termobahia ON	BRTRBAACNOR7	3	12.170	36	-	-	-
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	2.625	25	66	-	-	-
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	2.471	-	-	-
Total Flexprev						2.667			-
	Ações	Petrobras ON*	BRPETRACNOR9	-	-	-	-	-	13
Planos CD's	Ações	Petrobras PN*	BRPETRACNPR6	-	-	-	-	-	218
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	2.024	-	-	2.004
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	-	-	-	7
Total Planos CD's						2.024			2.242
Total						260.511			304.466

*As ações Petrobras ON, Petrobras PN, Vibra ON estão acima demonstradas apenas com os valores ao final de cada exercício por serem investimentos indiretos dos planos de benefícios, através de fundos de investimento.

Observação: As transações foram realizadas em condições compatíveis às praticadas com terceiros.

iii) Investimentos imobiliários – os edifícios e terrenos pertencentes aos planos de benefícios e locados a patrocinadores estão demonstrados a seguir:

Descrição Imóvel	Patrocinador	Plano	2022			2021			
			Valor do Imóvel	Valores a Receber ¹	Valor Total	Valores Recebidos	Valor do Imóvel	Valores a Receber ¹	Valor Total
Conjunto Pituba			-	-	-	-	66.294	547	66.841
	Petrobras	PPSP-NR	-	-	-	-	14.963	123	15.086
	Petrobras	PPSP-R	-	-	-	-	48.597	401	48.998
	Petrobras	PP-3	-	-	-	-	2.734	23	2.757
Conjunto Pituba – Ampliação			1.177.599	8.713	1.186.312	(90.554)	1.025.484	7.380	1.032.864
	Petrobras	PPSP-NR	265.468	1.964	267.432	(20.418)	231.460	1.666	233.126
	Petrobras	PPSP-R	857.907	6.348	864.255	(66.192)	751.736	5.410	757.146
	Petrobras	PP-3	48.560	359	48.919	(3.732)	42.288	304	42.592
	Petrobras	Flexprev	5.664	42	5.706	(211)	-	-	-
Horta Barbosa			95.411	1.188	96.599	(30.670)	235.759	16	235.775
	Petrobras	PPSP-NR	21.509	268	21.777	(6.921)	53.213	3	53.216
	Petrobras	PPSP-R	69.509	865	70.374	(22.457)	172.824	12	172.836
	Petrobras	PP-3	3.934	49	3.983	(1.265)	9.722	1	9.723
	Petrobras	Flexprev	459	6	465	(28)	-	-	-
Porto Brasília			27.277	121	27.398	(954)	30.723	109	30.832
3º andar	Transpetro	PPSP-NR	2.319	27	2.346	-	2.714	25	2.739
3º andar	Transpetro	PPSP-R	7.494	88	7.582	(954)	8.814	80	8.894
3º andar	Transpetro	PP-3	424	5	429	-	496	4	500
3º andar	Transpetro	Flexprev	49	1	50	-	-	-	-
12º e 13º andares	Petros	PPSP-NR	3.830	-	3.830	-	4.221	-	4.221
12º e 13º andares	Petros	PPSP-R	12.378	-	12.378	-	13.707	-	13.707
12º e 13º andares	Petros	PP-3	701	-	701	-	771	-	771
12º e 13º andares	Petros	Flexprev	82	-	82	-	-	-	-
Total			1.300.287	10.022	1.310.309	(122.177)	1.358.260	8.052	1.366.312

¹ Os valores a receber referem-se as parcelas de aluguéis do mês de dezembro.

Observação: Os valores recebidos de aluguéis da carteira imobiliária locada à patrocinadores totalizaram R\$ 122.177 (R\$ 193.133 em 2021).

14.5 GRAU DE DEPENDÊNCIA DAS PATROCINADORAS

O grau de dependência da Petros com suas patrocinadoras representa o percentual apurado pela soma de ativos financeiros e recebíveis juntos aos patrocinadores em relação ao ativo total, por plano de benefícios, e está demonstrado a seguir:

Plano	Patrocinadores	Contribuições Normais	Contribuições Contratadas	Ativos Financeiros		Valores a Receber Imóveis Locados	Outros Valores a Receber (PED)	Total dos Ativos financeiros e Recebíveis Patrocinadores	Ativo Total Plano	Grau de Dependência %	
				Ações ¹	Debêntures ²					2022	2021
PPSP-NR	Petrobras	40.731	229.230	1.351	3.356	2.259	3.690.850	3.967.777	13.908.414	28,53%	28,03%
	Vibra Energia	2.451	-	25.642	-	-	259.286	287.379		2,07%	2,28%
	Petros	51	-	-	-	-	5.189	5.240		0,04%	0,04%
Total PPSP-NR		43.233	229.230	26.993	3.356	2.259	3.955.325	4.260.396	13.908.414	30,63%	30,35%
PPSP-R	Petrobras	134.164	1.335.497	4.357	10.844	7.301	15.662.107	17.154.270	48.408.552	35,44%	30,71%
	Vibra Energia	5.312	9.116	81.452	-	-	847.198	943.078		1,95%	1,76%
	Petros	583	8.466	-	-	-	86.463	95.512		0,20%	0,16%
Total PPSP-R		140.059	1.353.079	85.809	10.844	7.301	16.595.768	18.192.860	48.408.552	37,58%	32,63%
PP-2	Vibra Energia	-	-	101.239	-	-	-	101.239	36.743.716	0,28%	0,20%
	Termobahia	-	-	499	1.213	-	-	1.712		0,00%	0,01%
Total PP-2		-	-	101.738	1.213	-	-	102.951	36.743.716	0,28%	0,24%
PPSP-NR Pré-70 ³	Petrobras	2.841	1.812.043	-	-	-	-	1.814.884	5.610.415	32,35%	57,06%
Total PPSP-NR Pré-70		2.841	1.812.043	-	-	-	-	1.814.884	5.610.415	32,35%	57,06%
PPSP-R Pré-70 ³	Petrobras	3.185	2.273.080	-	-	-	-	2.276.265	8.049.968	28,28%	64,66%
Total PPSP-R Pré-70		3.185	2.273.080	-	-	-	-	2.276.265	8.049.968	28,28%	64,66%
PP-3	Petrobras	-	876	256	614	413	-	2.159	3.482.631	0,06%	0,07%
Total PP-3		-	876	256	614	413	-	2.159	3.482.631	0,06%	0,07%
Flexprev	Petrobras	-	138.503	2.507	94	48	-	141.152	1.043.010	13,53%	-
Total Flexprev		-	138.503	2.507	94	48	-	141.152	1.043.010	13,53%	-
Plano Ultrafertil	Ultrafertil (VLI)	147	-	-	-	-	9.488	9.635	20.603	46,77%	45,83%
	Mosaic (Vale Fertilizantes)	1.602	-	-	-	-	117.258	118.860	553.911	21,46%	21,85%
Total Plano Ultrafertil		1.749	-	-	-	-	126.746	128.495	574.514	68,22%	67,68%

¹ - Composto pelas ações da Petrobras, Vibra Energia e Termobahia(*), constantes na carteira própria e gestão terceirizada

² - Composto por debêntures da Termobahia(*), constante na carteira própria

³ - A redução do grau de dependência entre 2021 e 2022 para os planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70 ocorreu em função dos recebimentos demonstrados na Nota Explicativa 4.2.

(*) Em função da participação relevante da Petrobras no controle acionário da Termobahia S.A, a Fundação entende que deve considerar as ações e debêntures desta empresa, alocadas em carteira própria, no grau de dependência de patrocinador dos planos PPSP-R e PPSP-NR.

15 COMISSÕES INTERNAS E EXTERNAS, OUVIDORIA E APURAÇÕES

➤ INSTAURAÇÃO DE COMISSÕES INTERNAS E EXTERNAS DE APURAÇÃO E DE TRATAMENTO SIMPLIFICADO DE APURAÇÃO

Como parte do processo de governança, diversas ações foram elaboradas e, atualmente, a Fundação mantém Comissões Internas e Externas de Apurações (CIAs e CEAs) e conduz apurações através de empresa especializada terceirizada (Outras Denúncias), com o intuito de monitorar os assuntos em andamento pelas entidades governamentais competentes, bem como apurar danos à Fundação e denúncias de potencial violência no trabalho e/ou condutas antiéticas.

Segue quadro resumo com os procedimentos executados e em andamento:

Situação Atual	Categoria	Acumulado até 2021	Movimentações em 2022			Total
			Ouvidoria		Célula de Apurações	
			Investimento	Demais Assuntos	Investimento	
Encerradas	CIAs ⁽¹⁾ / CEAs ⁽²⁾	65	3	1	43	112
	Backlog ⁽³⁾	47	-	-	-	47
	Outras Denúncias ⁽⁴⁾	110	-	19	-	129
Em Andamento	CIAs ⁽¹⁾ / CEAs ⁽²⁾	43	-	1	(43) ⁽⁵⁾	1
	Backlog ⁽³⁾	17	-	(17) ⁽⁵⁾	-	-
	Outras Denúncias ⁽⁴⁾	29	-	(27) ⁽⁵⁾	-	2
Total		311	3	(23)	-	291

⁽¹⁾ Comissão Interna de Apuração (CIA) - veículo de apuração interna da Petros responsável por investigar suspeitas de irregularidades cometidas por empregados da Petros (próprios ou cedidos pelo Sistema Petrobras) e/ou terceiros (pessoas físicas ou jurídicas), com exceção de membros ativos da alta administração, mediante a contratação de consultores externos e independentes, por meio de processo seletivo.

⁽²⁾ Comissão Externa de Apuração (CEA) - veículo de apuração formado por consultores externos e independentes que, sob supervisão da Ouvidoria, apuram as denúncias nas quais figurem membros atuais da alta gestão da Petros (Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal).

⁽³⁾ Backlog: refere-se a backlog com procedimentos de apurações realizados até 2021 pela Célula do Comitê de Ética e posteriormente por empresa terceirizada sob a condução do Comitê de Ética.

⁽⁴⁾ Outras Denúncias: Denúncias relacionadas a não certificadores/alta gestão que são analisadas pelo Comitê de ética e, quando necessário investigar, demandam a investigação para empresa terceirizada.

⁽⁵⁾ No que tange ao acumulado de apurações até 2021, registrado na nota explicativa do ano anterior, as demandas em andamento contemplam processos finalizados em 2022 e eventuais ajustes de saldos de processos que estavam em andamento.

Cumprir registrar, que ao longo dos últimos exercícios e principalmente 2022, em linha com seu plano de trabalho, a Administração envidou esforços adicionais e finalizou as investigações de investimentos que possam no passado ter gerado prejuízos a Fundação, encerrando o backlog dos ativos com suspeitas de irregularidades, conforme ranking de priorização das apurações, elaborado por consultoria externa.

Nesse sentido, cumpre destacar que, até o presente momento, não se tem conhecimento de novas denúncias de irregularidades pela Gerência de Apuração e Reparação de Danos. Contudo, ressalva-se a possibilidade da necessidade de futuras apurações mediante a existência de novas demandas.

➤ INSTAURAÇÃO DA OUVIDORIA

Desde setembro de 2017, o Canal de Denúncias, com garantia de anonimato, está em operação para obter informações importantes referentes às denúncias de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e irregularidades, além de violência no trabalho, condutas antiéticas e eventuais denúncias envolvendo membros atuais da alta administração. A Fundação designou à Ouvidoria, órgão subordinado ao Conselho Deliberativo, o acompanhamento das apurações externas (CEAs) destinada a tratar denúncias relacionadas à certificadores, realizadas por empresa independente, com expertise comprovada em investigações corporativas. A Ouvidoria, através do Comitê de Ética, acompanha empresa terceirizada especializada para tratamento das demais denúncias.

Em junho de 2022, o Conselho Deliberativo determinou que a Ouvidoria realizasse avaliação do fluxo de tratamento de denúncias, da própria estrutura da Ouvidoria e dos demais fluxos de agentes de tratamento como Comitês, Auditorias e apresentasse proposta de remodelagem ao Conselho Deliberativo. Ainda, que a proposta base fosse apresentada à Diretoria Executiva, bem como fossem realizadas tratativas em grupo junto às áreas envolvidas e providências necessárias para análise de viabilidade da implementação da proposta.

Em dezembro de 2022 foi aprovada, em reunião do Conselho Deliberativo, a remodelagem do fluxo de tratamento de denúncia, com prazo de implantação em até maio de 2023.

A deliberação visa garantir que o tratamento de denúncias adote estratégias de governança ainda mais robustas e que garanta a segregação entre as fases, a objetividade e a independência dos envolvidos no processo com a:

- Elevação do nível de maturidade empreendido ao tratamento de denúncias, redistribuindo atribuições das instâncias responsáveis pelas etapas do processo de tratamento de denúncias de fraude e corrupção, danos patrimoniais e extrapatrimoniais e violência do trabalho.
- Ampliação da salvaguarda e sigilo dos procedimentos de tratamento de denúncias, com a atualização de fluxos, implementação de políticas antirretaliação e de proteção do denunciante e das partes relacionadas.
- Unificação da gestão dos procedimentos de Investigação Interna e Externa, elevando o nível de governança do processo de apuração com a reorganização da estrutura necessária para seu funcionamento, incluindo a realocação da Gerência de Apurações que sairá da Gerência Executiva Jurídica e passará a ter maior autonomia com sua vinculação junto à Ouvidoria que é vinculada ao Conselho Deliberativo. Ainda, será criado o Comitê de Integridade da Petros, formado por membros a nível de Conselho

➤ **INSTAURAÇÃO DO SETOR DE APURAÇÕES E REPARAÇÕES DE DANOS**

Como parte do processo de governança, diversas ações foram adotadas e, atualmente, a Fundação mantém o Setor de Apurações e Reparações de Danos, responsável pelo acompanhamento das auditorias forenses realizadas por auditor externo (CIAs), pelo acompanhamento dos cálculos dos prejuízos nos investimentos, realizado por consultoria externa e responsável pelo acompanhamento das ações de improbidades administrativas e ações penais movidas pelo MPF e ações de responsabilidade civil movidas pela Petros, como consequência dos resultados geridos pelo Setor de Apurações e Reparações de Danos.

➤ **CONTRATO DE INVESTIGAÇÃO FORENSE PARA SUPORTE À AUDITORIA INDEPENDENTE**

Desde o exercício de 2015, a Fundação conta com serviços de investigação *forense* (*Shadow Investigation*) para suporte à auditoria independente no que se refere ao acompanhamento dos trabalhos de investigação na Fundação.

15.1 REFLEXOS NA FUNDAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES EM CURSO

Como resultado da estrutura implementada nos últimos anos, a Petros, com base em análises internas, tem conduzido investigações sobre investimentos e denúncias internas, considerando entre outros fatores: (a) demandas por órgãos externos; (b) demandas internas e canal de denúncias; (c) possíveis efeitos nos registros contábeis; e (d) período de prescrição para propor medidas judiciais capazes de proporcionar o ressarcimento de prejuízos, quando aplicável.

Durante o exercício de 2022, as investigações necessárias para prover informações aos órgãos externos e atender ao cronograma interno da Petros foram, todas, concluídas, quanto às demandas por investigações forenses. A Administração está conduzindo, quando aplicável, as ações necessárias por meio de seus advogados e prestadores externos.

Não obstante a condução e/ou conclusão das análises internas demandadas até 31 de dezembro de 2022, os procedimentos relacionados às investigações por órgãos externos tem caráter mais amplo e serão acompanhados até que os órgãos externos tenham finalizado suas investigações. Tais procedimentos serão avaliados anualmente, em razão dos possíveis impactos em seus registros contábeis e/ou demonstrações financeiras.

Cumprir destacar, que, considerando as características das investigações, a Petros continua atuando de forma colaborativa e diligente com os órgãos externos, incluindo, por exemplo, a Polícia Federal, Ministério Público Federal (MPF), Superintendência de Previdência Complementar (Previc) e Tribunal de Contas da União (TCU), subsidiando-os com informações e documentos, a fim de contribuir nos andamentos dos processos criminais e cíveis relacionados à Entidade, para que todos os crimes e irregularidades sejam apurados, inclusive, já tendo pleiteado ingresso em ações penais e de improbidade administrativa como assistente do MPF.

Para fins de atendimento dos seus órgãos de governança e aos órgãos externos, a Petros também continuará a monitorar e prover informações necessárias em relação a essas investigações, assim como, além das medidas judiciais distribuídas por ela própria, auxiliará em medidas judiciais propostas pelo Ministério Público Federal (MPF) e outras autoridades públicas, com o objetivo de apurar a responsabilidade por fraudes contra a Fundação, praticadas por antigos gestores e ex-dirigentes, por pessoas físicas e jurídicas, que, de alguma forma, participaram, diretamente e/ou indiretamente, nos investimentos ruinosos.

Adicionalmente, como parte de suas atribuições, a Petros monitora as informações recebidas por meio de seu canal de denúncia, tendo conduzido análises de certos investimentos efetuados no passado, assim como de denúncias recebidas por meio do canal interno.

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Petros considerou as informações disponíveis e monitorou os resultados das investigações até a data de aprovação das demonstrações financeiras.

Com base nas análises efetuadas, considerando-se todas as investigações finalizadas no exercício de 2022, não foi identificado impacto algum nos valores registrados e ou baixados contabilmente, que tivessem origem nesses investimentos e ou denúncias conhecidas, quando aplicável, tendo em vista que estes se referem principalmente a períodos passados.

A seguir, apresentamos quadro resumo das demandas judiciais e administrativas relacionadas à entidade:

Ação Penal	Criminal			Cível		Procedimentos Administrativos		
	Inquérito Policial e/ou Procedimento Investigatório Criminal	Medidas Cautelares	Acordo de Leniência e/ou Colaborações Premiadas	Responsabilidade Civil	Improbidade Administrativa	Previc	TCU	CVM
14	53	7	15	6	24	4	10	4

No ano de 2021, a Petros requereu o ingresso em duas ações de improbidade administrativa propostas pelo MPF, como assistente litisconsorcial do MPF, e em quatro ações penais como assistente de acusação, a fim de tornar mais efetiva a reparação dos danos financeiros causados pelas irregularidades na aprovação e no monitoramento dos investimentos.

Já no ano de 2022, a Petros requereu o seu ingresso em outras duas ações de improbidade administrativa, bem como propôs duas ações de responsabilidade civil, com o objetivo de diligenciar na recuperação dos danos experimentados no passado.

A Fundação já tem refletido nas demonstrações contábeis os impactos contábeis das perdas financeiras, bem como dos recebimentos em decorrência de acordos de leniência e termos de compromisso até aqui conhecidos. No entanto, quanto às medidas judiciais ainda em curso que buscam responsabilização e recuperação de valores, em razão do estágio dos trabalhos, não há elementos que indiquem, com razoável segurança, o êxito nas mesmas, razão pela qual as demonstrações contábeis da Fundação não incluem quaisquer outros efeitos que possam advir dessas medidas judiciais em curso.

15.2 AÇÕES DE RESPONSABILIZAÇÃO E RESSARCIMENTO

Como resultado do trabalho de apuração interna, em razão das medidas judiciais implementadas para buscar responsabilização e ressarcimento nos casos em que foi identificada ocorrência de dano, já foi possível recuperar, desde 2020, R\$ 120 milhões (R\$ 109,2 milhões referentes a valores recebidos por acordo conduzidos pelo MPF, de colaboração premiada e/ou leniência assinados com os investigados, R\$ 6,3 milhões referentes a valores recebidos fruto do relatório de apuração e R\$ 4,5 milhões referentes a valores arrestados de bens de réus), que retornaram ao patrimônio dos planos de benefícios.

Para obter maior agilidade nos processos de natureza penal e poder acompanhar mais de perto todas as ações criminais que eventualmente possam trazer ressarcimento, a Petros contratou escritório especialista nesta área, que foi fundamental para viabilizar resultados concretos, no que diz respeito à recuperação de recursos.

16 OUTROS ASSUNTOS

16.1 PARTICIPAÇÃO DA PETROS EM ATIVOS RELACIONADOS À AMERICANAS S.A

A crise da Americanas S.A. veio à tona com a divulgação de Fato Relevante no dia 11 de janeiro de 2023, com a informação de dívidas da ordem de R\$ 20 bilhões que não estavam contabilizadas adequadamente no balanço da companhia.

Com isso, as ações da varejista registraram desvalorização recorde na Bolsa de Valores, enquanto era iniciada uma batalha jurídica com os credores da companhia. Pouco mais de uma semana após o início da crise da varejista, a Americanas entrou com um pedido de recuperação judicial, que foi aceito pela 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. No dia 25 de janeiro, a Americanas declarou à Justiça uma lista de quase 8 mil credores com dívidas de totais de mais de R\$ 41 bilhões.

No âmbito da Petros, a Entidade não possui alocações diretas em ações ou outros investimentos na Companhia Americanas S.A na data da divulgação do Fato Relevante e em 31 de dezembro de 2022.

Nos fundos de gestão própria foi verificado apenas uma exposição indireta por meio de ativos que replicam a carteira do Índice Bovespa e do Índice Small Cap (ETFs), representando somente 0,01% do nosso patrimônio, já na gestão terceirizada, as ações e debêntures da companhia representavam também apenas 0,01% dos investimentos da Petros.

16.2 CNPJ POR PLANO

O Conselho Nacional de Previdência Complementar, publicou em 11 de dezembro de 2018, a Resolução CNPC nº 31/2018, instituindo o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por plano de benefícios, para que cada plano de benefícios administrado pela EFPC possa ter total independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios, dando com isso, uma identidade própria e individualizada em todos os aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos, conforme estabelece a Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001, em seu artigo 34 – I-b.

O prazo para as EFPC se adequarem à Resolução CNPC nº 31/2018, era de três anos, ou seja, em 31 de dezembro de 2021.

Em 2021, por meio de sua Resolução nº 46, de 01 de outubro de 2021, o CNPC prorrogou o prazo de adequação por parte das EFPC, para mais um ano, ou seja, para 31 de dezembro de 2022.

A Receita Federal do Brasil, com apoio da PREVIC em outubro de 2022, informou por meio da Nota RFB/SUFIS nº 8, de 10 de outubro de 2022, que os CNPJ's dos planos de benefícios administrados pelas EFPC, identificados pelo Cadastro Nacional de Plano de Benefícios (CNPB), foram abertos (vide Nota 1.1) e confirmou que conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 5º da Resolução CNPC 46/2021, que a inscrição no CNPJ não confere personalidade jurídica própria aos planos de benefícios e que não haveria reflexos no cumprimento das obrigações acessórias a serem prestadas à Receita Federal do Brasil.

Com a publicação da Resolução Previc nº 12, de 16 de agosto de 2022, foram definidas as regras para realizar os procedimentos de transferência ou qualquer outra forma de troca de ativos entre os planos administrados pela EFPC, decorrentes da implementação do registro no CNPJ dos planos de benefícios. Entretanto, a mesma resolução trouxe um componente adicional no parágrafo 3º do seu artigo 3º, definindo que a EFPC deveria abrir contas de depósito à vista ou de poupança próprias para os planos de benefícios por ela administrados e para o PGA. As EFPC, que já vinham atuando na consecução dos processos de segregação de seus ativos e com a obrigação prevista de abertura de contas correntes individuais por plano passaram a conviver com mais alguns impedimentos para a consecução do processo que foi ampliado pelas ações regulatórias do CNPJ por plano de benefícios.

Diante das dificuldades para as EFPC atenderem o prazo, o CNPC, por meio da sua Resolução nº 56/2022, prorrogou o prazo máximo para que as EFPC possam implantar os procedimentos para o CNPJ por plano de benefícios, para até 30 de junho de 2023.

A PREVIC, por sua vez, publicou em 23 de dezembro de 2022, a Resolução nº 19/2022, também alterando o prazo dado por meio da Resolução Previc nº 12/2022, de 31 de dezembro de 2022 para 30 de junho de 2023.

Com isso, a Petros deve observar e providenciar, até 30 de junho de 2023: a transferência ou troca de ativos entre planos por ela administrados; a segregação contábil entre os planos de benefícios e PGA sem alteração nos respectivos resultados; abrir contas de depósitos à vista tanto para os planos de benefícios quanto para o PGA e atender os demais dispositivos que tratam a legislação pertinente, sobre o CNPJ por plano de benefícios.

17 EVENTOS SUBSEQUENTES

17.1 IMPACTOS DA RESOLUÇÃO PREVIC Nº18 (RISCO DE CRÉDITO)

Em 01 de janeiro de 2023, entrou em vigor a Resolução Previc nº 18, de 20 de dezembro de 2022, que revoga, entre outras, as Instruções Normativas Previc nº 31, de agosto de 2020, e nº 42, de outubro de 2021, que estabeleciam as normas e procedimentos contábeis a serem aplicados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar e os critérios para provisão para perdas sobre ativos de crédito, respectivamente.

Dentre as alterações presentes na referida resolução, destacamos a obrigatoriedade de implementação de regras para avaliação e provisão para perdas sobre ativos de crédito, de acordo com o risco de crédito desses ativos, a ser mensurado pelas entidades. Tal regramento estabelecerá uma classificação por faixas de rating que vão de "AA" a "H", de acordo com o nível de perda esperada que determinará o percentual de provisão para perdas,

Até 31 de dezembro de 2022, conforme mencionado na Nota Explicativa 2.4, a Petros, em cumprimento à anterior legislação vigente, realizava a provisão para perdas baseada no atraso no recebimento de valores pactuados (perda incorrida), cujos percentuais de provisão para perdas eram aumentados de acordo com a dilação do tempo de atraso. Tal prática era aplicada a i) valores vencidos de contribuições previdenciárias (vide Nota Explicativa 4); ii) valores a receber relacionados às operações com participantes (vide Nota Explicativa 6.1.8); e iii) qualquer ativo financeiro de natureza de investimento em gestão própria ou terceirizada que apresentasse atraso nos vencimentos dos valores pactuados.

As regras de risco de crédito da Petros estão contidas em sua norma interna, que está em fase de atualização para comportar as alterações trazidas pela nova legislação.

Em virtude do rebaixamento de rating da empresa Invepar em janeiro/2023, avaliamos que as debêntures em carteira tendem a ser sensibilizadas com uma PCLD, e a seguir demonstramos o impacto estimado por Planos de Benefícios, com base nos valores em 31.12.2022:

Debêntures	Nível de Risco (Prévio)	2022	PPSP-NR	PPSP-R	PP-2	PP-3	Flexprev
Invepar	D	42.655	9.077	29.392	2.282	1.664	240
% PCLD (Estimada para 2023)	25,00%	(10.664)	(2.269)	(7.348)	(571)	(416)	(60)
Valor Líquido Perda Estimada		31.991	6.808	22.044	1.711	1.248	180

A estimativa de perda aplica-se apenas às debentures da Invepar, descritas na Nota Explicativa 6.1.2, por possuírem natureza creditória, desta forma, não sendo aplicável à posição de ações da empresa detidas pela Petros e descritas na Nota Explicativa 6.1.5.

Em relação aos demais ativos de crédito, a exceção das dívidas com patrocinadoras que ainda estão em processo de análise, até a data da confecção deste documento, estão integralmente provisionados para perda, ou a análise preliminar não indicou a necessidade de provisionamento, todavia, novas informações podem vir a alterar esse resultado.

17.2 PIS/COFINS – MANDADO DE SEGURANÇA SOBRE AS RECEITAS FINANCEIRAS

Em 10 de janeiro de 2023, a Petros impetrou mandado de segurança para assegurar direito líquido e certo da Entidade de não se submeter à incidência da contribuição social do PIS e da COFINS sobre os ingressos decorrentes de todo e qualquer rendimento financeiro do PGA contabilizado pela entidade em relação aos fatos geradores dos últimos cinco anos (dezembro de 2017 a novembro de 2022), tendo efetuado o depósito judicial no montante de R\$ 43.073.

Bruno Macedo Dias

Presidente

CPF: 096.104.887-57

Leonardo de Almeida Matos Moraes

Diretor de Riscos, Finanças e Tecnologia

CPF: 045.403.226-99

Tatiana Rios dos Santos Gelain

Contadora

CPF: 047.865.637-81

CRC-RJ: 079.940/O-3

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Exercício 2022

O Comitê de Auditoria (COAUD), no exercício de suas atribuições e responsabilidades previstas na legislação e no seu Regimento Interno e, em linha com seu plano anual de trabalho, previamente debatido e aprovado por seus membros, realizou reuniões com as áreas técnicas da Fundação, visando à obtenção de informações para análise das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício de 2022.

Com base nos exames das informações e documentos fornecidos pela Fundação, nos trabalhos abrangentes realizados pela KPMG Auditores Independentes, no conjunto de análises e recomendações efetuadas pelo Comitê de Auditoria e nas medidas adotadas pela administração para a elaboração das Demonstrações Contábeis, os membros do Comitê entenderam que as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022 e respectivas Notas Explicativas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Fundação em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e às normas editadas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pela Superintendência Nacional da Previdência Complementar (Previc), e concluem recomendando ao Conselho Deliberativo a sua aprovação.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023.

Antonio Martiningo Filho

Coordenador do Comitê

César Geraldo Fucci

Membro do Comitê

Evenilson de Jesus Balzer

Membro do Comitê

PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL

Exercício 2022

O Conselho Fiscal, em atendimento ao inciso II do art. 33 do Estatuto Social da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, e consoante ao inciso X do art. 17 da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 43, de 6 de agosto de 2021, apreciou as Demonstrações Contábeis Consolidadas (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa) e as Individuais por Plano de Benefícios (Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, Demonstração das Provisões Técnicas) do exercício social de 2022.

O Conselho Fiscal fez suas considerações e, com base nos exames das informações, relatórios e documentos fornecidos pela Funda o, nos trabalhos abrangentes realizados pelos Auditores Independentes KPMG, no conjunto de análises efetuadas por este Colegiado e medidas adotadas pela administra o para o arquivamento e divulga o das Demonstrações Contábeis, entende que as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022 e respectivas Notas Explicativas, refletem as posições patrimonial e financeira da Funda o Petrobras de Seguridade Social - Petros, em rela o às práticas contábeis adotadas no Brasil, às normas editadas pelo CNPC e pela PREVIC, e emitem o presente parecer em conformidade com o artigo 33, incisos I e II do Estatuto Social da Petros para aprecia o do Conselho Deliberativo.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023.

Linaldo Coy de Barros

Presidente do Conselho Fiscal

Rafael Pessoa Delgado

Conselheiro Fiscal

Wander Marcelino

Conselheiro Fiscal

Hilder Soares Seixas

Conselheiro Fiscal

DECISÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Exercício 2022

O Conselho Deliberativo, na reunião CD-747, realizada no dia 29/3/2023, com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Relatório dos Auditores Independentes, nos Pareceres Atuariais emitidos pelos atuários, no Parecer do Comitê de Auditoria e no Parecer do Conselho Fiscal, aprovou as Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como as Demonstrações Contábeis individuais do exercício 2022 dos planos de benefícios sob a gestão da Petros, concluindo que estas refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Fundação.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023.

Claudia Padilha de Araújo Gomes

Presidente do Conselho Deliberativo

Fernando de Castro Sá

Conselheiro Deliberativo

Ricardo Rodriguez Besada Filho

Conselheiro Deliberativo

José Roberto Kaschel Vieira

Conselheiro Deliberativo

Thomas Costa Spanger

Conselheiro Deliberativo

Andre Luis Araujo Santana

Conselheiro Deliberativo

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Bruno Dias

Diretores

Akira Miki

Leonardo Moraes

Paulo Werneck

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares

Camillo Vianna Cantini

Claudia Padilha de Araujo Gomes (presidente)

Fernando de Castro Sá

José Roberto Kaschel Vieira

Norton Cardoso Almeida

Ricardo Rodriguez Besada Filho

Suplentes

André Luis Araujo Santana

Herval Candido de Souza Filho

Luciano Maldonado Garcia

Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana

Telmo Medeiros Lopes

Thomas Costa Spanger

CONSELHO FISCAL

Titulares

Linaldo Coy de Barros (presidente)

Hilder Soares Seixas

Rafael Pessoa Delgado

Wander Marcelino

Suplentes

Dylta Walsh de Oliveira Peres

Helio de Castro Domingues Filho

Odilanei Moraes dos Santos

Tereza da Silva Soares

EXPEDIENTE

Coordenação-geral, produção e edição de textos

Assessoria de Comunicação

Antonia Moraes, gerente

Equipe:

Bruno Villas Bôas, Sérgio Matsuura, Diego Arada,
Caroline Krause e Rachel Viana

Design gráfico

blendON

Imagens

Cícero Rodrigues

Banco de imagens (Getty Images e iStock Photos)



petros.com.br